



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

MARIANE SOUSA PINTO

**A COLUNA *CRIANÇA É CRIANÇA* DE ANA MARIA MACHADO: MEDIAÇÃO
CULTURAL EM TEMPOS DE AUTORITARISMO (1975-1980)**

RIO DE JANEIRO

2022

MARIANE SOUSA PINTO

**A COLUNA *CRIANÇA É CRIANÇA* DE ANA MARIA MACHADO:
MEDIÇÃO CULTURAL EM TEMPOS DE AUTORITARISMO
(1975-1980)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Libânia Nacif Xavier

RIO DE JANEIRO

2022

CIP - Catalogação na Publicação

P659c Pinto, Mariane Sousa
A Coluna Criança é Criança de Ana Maria Machado:
mediação cultural em tempos de autoritarismo (1975
1980) / Mariane Sousa Pinto. -- Rio de Janeiro,
2022.
181 f.

Orientadora: Libânia Nacif Xavier.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Ana Maria Machado. 2. literatura infantil. 3.
Criança é Criança. 4. mediação cultural. 5. produção
cultural para a infância. I. Xavier, Libânia Nacif,
orient. II. Título.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Aos **27** dias do mês de **janeiro** de **2022**, às 14:00h, na Faculdade de Educação no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniu-se em sessão pública, de forma remota, a Banca Examinadora da Tese intitulada: *A Coluna Criança é Criança* de Ana Maria Machado: mediação cultural em tempos de autoritarismo (1975-1980)” de autoria da mestranda Mariane Sousa Pinto, candidata ao título de **Mestre em Educação**, turma **2019** do Programa de Pós-Graduação em Educação.

A Banca Examinadora, constituída pelos(as) Professoras Libania Nacif Xavier (orientadora); Márcia Cabral (UERJ); (Ana Maria Magaldi (UERJ) e Patrícia Corsino (UFRJ), considerou o trabalho:

- Aprovado(a)
 Aprovado(a) com recomendações de reformulação
 Reprovado(a).

A banca destacou a consistência teórico metodológica, a escrita autoral, a relevância e originalidade do tema e das questões abordadas e recomenda a divulgação do trabalho em eventos e publicações da área.



Eu, Solange Rosa de Araujo, Secretária do PPGE-UFRJ, lavrei a presente Ata, que segue por mim assinada, pelos membros da banca e pela candidata, no verso.

Aos meus pais e a todos os trabalhadores e trabalhadoras que pavimentaram meu caminho. Ao meu irmão, que vive em minha escrita. Também às crianças que me ensinam a contar histórias e sonhar.

AGRADECIMENTOS

Fecho os olhos e começo esta história numa pinguela. Porque a pinguela é meu lugar de origem. A pinguela é um projeto de ponte que ruge e balança sobre o rio que corre. Ela é uma improvisada passagem, comum em cidades do interior de Minas, ou na chamada roça, onde nasceram meus pais.

Por isso, na pinguela os vejo: crianças a correr no passado, ora com lenha, ora com sacos de pão que, debaixo do braço, eram mochilas e também cadernos. É desta pinguela que ruge e balança que venho.

Anuncio a pinguela, porque nenhuma dissertação começa com um título e termina com referências, fontes, anexos. As dissertações começam e terminam com gente. Pessoas que vieram antes de mim e pavimentaram o caminho para que, caminhando, eu mesma pudesse estabelecer um ponto de chegada. O meu ponto ainda não é esse, decido. Não estou certa de que exista vitória final para os que vêm e passam pela pinguela.

Ao menos posso sentir e escrever, posso cumprir a sina. Posso parar e agradecer.

Agradeço às crianças que atravessaram a pinguela, vivendo suas infâncias possíveis. Agradeço por terem construído, para mim e meu irmão, as oportunidades que nunca tiveram. Elimarcia do Carmo Sousa Pinto e Doriethison Ediniz Pinto são as crianças da pinguela; por vezes, foram a minha própria ponte que balança, ruge, mas faz atravessar. Escrevo seus nomes como afirmação do orgulho que sinto por ser filha deles e como tributo aos trabalhadores deste país, os quais criam suas filhas e filhos com coragem e perseverança.

Paro. Respiro. Escrevo. Agradeço pela infância compartilhada com o melhor irmão que eu poderia ter – Marcos, Lucas, Dedé, Professor Marcos Lucas Sousa Pinto; o irmão que me presenteou, ainda na maternidade, com um boneco de luta na esperança de que eu fosse Mateus. Sou Mariane. E, mesmo assim, brincamos de luta, de “eu duvido que” – que sempre terminava com objetos voadores; brincamos de bola, cartas, vídeo game, avião. Compartilhamos a crença de um mundo outro, mantendo uma certa brincadeira de sonhar. Ele se foi cedo demais, mas deixou em mim todos os sonhos do mundo. Por isso, agradeço. Agradeço também por, através da vida, trazer para a minha história a Susan, a quem dedico meu carinho e agradecimento. Agradeço por ela ter sido minha amiga e meu grande apoio no momento mais difícil de nossas vidas.

Agradeço às mulheres fortes e corajosas que, de muitas formas, me ajudaram a chegar neste momento. Em especial, agradeço à Professora Dr^a. Libânia Nacif Xavier

pela orientação dedicada, mas, principalmente, por sua humanidade e generosidade. Sou grata por compreender a dor que, em muitos momentos, me impediu de seguir. Agradeço às Professoras Doutoras Márcia Cabral da Silva e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi por fazerem parte da minha formação como pesquisadora desde a graduação e por terem aceitado continuar contribuindo com a minha pesquisa de forma tão generosa. Agradeço, ainda, à Professora Dr^a. Patrícia Corsino pelas valiosas contribuições em minha banca de qualificação, as quais foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço, imensamente, à Bruna Mannarino, Mônica Doria e Dione Rodrigues pelo acolhimento, compreensão e apoio nesta jornada. Sou grata por todos os arranjos e ajustes que permitiram que eu seguisse estudando, mesmo com uma longa jornada de trabalho. Agradeço à Psicóloga e Mestre Ana Carolina Areias, ou apenas Carol, que, com seu trabalho, possibilitou que eu me encontrasse e me reconhecesse em meio ao temporal. Também agradeço à escritora Ana Maria Machado que, gentilmente, respondeu dúvidas sobre a publicação da coluna *Criança é Criança* e indicou textos importantes para a pesquisa.

Concordo com Emicida: quem tem um amigo tem tudo. Sou grata por tantos amigos, amigas e colegas que me ajudaram nesta trajetória cheia de percalços. Dr.^a Cíntia Almeida e Dr. Marcelo Gomes, sou grata por todos os ensinamentos relacionados à pesquisa, por terem lido meu projeto e por terem me ajudado a pensá-lo e repensá-lo. Dr.^a Liana Santos, agradeço por ter atendido meu pedido de ajuda mesmo diante de tantas demandas da maternidade e em meio ao isolamento.

Sophia Wolff e Letícia Oliveira, sou grata por terem me incentivado a fazer o mestrado no PPGE/UFRJ, por terem dividido tantos finais de tarde e inícios de noite comigo; pelos cafés, conversas profundas e pelo conforto de ter a amizade de vocês. Larissa Mendes e Rafaela Paiva, sou grata por, tantas vezes, encontrar consolo e incentivo nas duas, por dividir com vocês as dores do mestrado. Kenya Walger, sou grata por seu carinho e interesse no meu processo de escrita; agradeço, principalmente, por dividir comigo os desafios do magistério em um ano tão difícil.

Isabella Evelyn, Sylvia Fontes, Luciana Pinto e Tábatha Dutra, obrigada por serem abrigo para meu coração no momento de maior fragilidade da minha vida, por sempre terem palavras de força e ânimo, mesmo quando estávamos todas em pedaços. Rafaela Domingues, agradeço por nosso encontro, pela partilha de metas, desejos e (muito) desespero. Você foi um presente que ganhei ao ingressar no mestrado.

Agradeço, ainda, às crianças que atravessaram minha história neste período. Agradeço por todas as vezes em que compartilharam suas histórias, por todas as vezes

em que me fizeram gargalhar ou derramar lágrimas de emoção. Agradeço pela intensidade do caminho e por darem sentido a minha procura.

Há duas coisas sobre a pinguela que não mencionei: o não dito e o depois. O não dito, a força sobrenatural, a quem chamo de Deus, que me presenteou com força e coragem para prosseguir. Sei que não preciso escrever; mas desejo honrar sua misericórdia com a minha gratidão. Sou grata.

Por último, o que vem depois. Quem vem.

Jean Miguel Costa Santos, como o companheiro que você foi para mim durante os últimos dez anos, eu poderia dizer, sem medo, que você é, de muitas formas, a minha travessia. Porém, quando olho para você, lembro daquela pinguela que balançava, que dava medo, que me fazia andar encurvada. Do outro lado, sempre havia alguém para balançá-la ainda mais e me deixar nervosa; todavia, sempre existia alguém para dizer que eu chegaria bem do outro lado. Nesta vida, esse alguém é você. Sou grata por todas as vezes em que gritou que eu conseguiria atravessar; porém, sou ainda mais grata pelas vezes em que você me fez descansar antes de prosseguir. Sou grata porque fez isso diminuindo a pressão e compartilhando tarefas que nem de longe eram suas. Você é o companheiro da minha vida. É a sua mão que eu seguro para terminar, provisoriamente, mais este início.

(...)

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.

Inauguro linhagens, fundo reinos

— dor não é amargura.

Minha tristeza não tem pedigree,

já a minha vontade de alegria,

sua raiz vai ao meu mil avô.

Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado

Contar uma história, recitar uma poesia, ler um livro para e com alguém, mastigar cada letra que se põe no papel são atos de experimentação. Ler é experimentar o texto, reagir a ele; é ver como te toca, onde toca. Quando contamos uma história, quando partilhamos um texto, também partilhamos um pedaço de nós. Partilhamos nossa voz, nosso jeito, nossos sonhos, nossos valores, nossas ideologias. Eu posso assumir mil personagens ao contar uma história, mas não sou uma. Não posso fingir. Conto o que me toca, o que me mobiliza, o que me encanta, o que me alegra, o que me choca. O que me empolga eu divido pelas histórias, pelo texto, pela vida, pelas expressões que me acompanham na jornada de dividir as palavras, as esperanças, as utopias. Eu posso ter mil vozes; posso assumir mil personagens, mas não sou uma. Eu sei, já disse. Quando conto uma história, quem está ali sou eu. Entregue, mergulhando, partilhando o que encontro de melhor em mim, nos outros. Nas nossas diferenças. Quem está ali sou eu. Eu: contando o texto que acontece em mim. Não saberia definir de outra forma: conto histórias para sonhar.

Mariane Sousa

RESUMO

PINTO, Mariane Sousa. **A coluna *Criança é Criança* de Ana Maria Machado: mediação cultural em tempos de autoritarismo (1975-1980)**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Na presente pesquisa, observamos o trabalho de produção intelectual e mediação cultural que Ana Maria Machado realizou através da coluna *Criança é Criança*, publicada no Jornal do Brasil aos domingos (1975-1980). Tratando-se de uma coluna sobre produção cultural que versava sobre diversos temas, escolhemos dar ênfase às discussões sobre literatura infantil. Para observar o trabalho de Ana Maria Machado, nos propomos, primeiramente, a compreender o periódico no qual a coluna *Criança é Criança* esteve inserida: o Jornal do Brasil. Vimos que o JB teve importante circulação nos anos 1970 (BARBOSA, 2010), sendo um dos principais jornais cariocas. Também observamos que o *Caderno B* – caderno de cultura em que a coluna *Criança é Criança* foi publicada – se tornou um marco para o jornalismo cultural (LIMA 2006; VIEIRA, 2016). Em segundo lugar, consideramos fundamental entender a discussão literária que antecedeu a escrita da coluna que estudamos. Assim, mobilizamos publicações do Jornal do Brasil que tinham como foco os debates em torno da literatura infantil (1960 e 1974); a partir deste levantamento, conseguimos observar temáticas e disputas que ajudam a perceber como Ana Maria Machado se inscreveu, posteriormente, no debate literário. Por último, observamos e analisamos a coluna *Criança é Criança* e o trabalho de mediação cultural realizado por Ana Maria Machado. Iniciamos tal análise pela materialidade da coluna, sua organização e inserção no Jornal do Brasil. Depois, vimos, através das publicações, como a escritora discutiu questões relacionadas às características infantis e aos direitos das crianças. Também indicamos como os textos escritos por Ana Maria Machado dialogavam com o contexto ditatorial e se configuravam como *movimentos táticos* (CERTEAU, 2014). Apresentamos, em seguida, as considerações da autora sobre literatura infantil e qualidade do texto literário; vimos suas percepções sobre literatura e seus pressupostos estéticos, bem como sua compreensão do leitor infantil como capaz de intervir no texto (CANDIDO, 1985; CERTEAU, 2014; PERROTTI, 1986). Fechamos nosso estudo indicando como Ana Maria Machado se deslocou por diferentes espaços e atuou simbolicamente (XAVIER, 2016) interferindo no debate sobre produção cultural para infância. Portanto, a autora pode ser considerada uma intelectual mediadora (SIRINELLI, 2003; ALVES, 2019; GOMES & HANSEN, 2016).

Palavras-chave: Ana Maria Machado; literatura infantil; *Criança é Criança*; mediação cultural; produção cultural para a infância; História da Educação

ABSTRACT

PINTO, Mariane Sousa. **The Column *Criança é Criança* of Ana Maria Machado: cultural mediation in authoritarian times (1975-1980)**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertation (Master in Education) – Center for Philosophy and Human Sciences. Post-Graduate Program in Education, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

In this research, we observe the work of intellectual production and cultural mediation that Ana Maria Machado carried out through the column *Criança é Criança*, published in *Jornal do Brasil* on Sundays (1975-1980). Since this is a column on cultural production that dealt with various themes, we chose to emphasize discussions on children's literature. To observe the work of Ana Maria Machado, we propose, first, to understand the periodical in which the column *Criança é Criança* was inserted: *Jornal do Brasil*. We saw that JB had an important circulation in the 1970s (BARBOSA, 2010), being one of the main newspapers in Rio. We also note that Caderno B – the culture section in which the column *Criança é Criança* was published – has become a landmark for cultural journalism (LIMA 2006; VIEIRA, 2016). Then, we consider it essential to understand the literary discussion that preceded the writing of the column we studied. Thus, we mobilized publications from *Jornal do Brasil* that focused on debates around children's literature (1960 and 1974); Based on this survey, we're able to observe themes and disputes that help to understand how Ana Maria Machado was later enrolled in the literary debate. Finally, we observe and analyze the column *Criança é Criança* and the work of cultural mediation carried out by Ana Maria Machado. We started this analysis by the materiality of the column, its organization and insertion in *Jornal do Brasil*. Then, through the publications, we saw how the writer discussed issues related to children's characteristics and children's rights. We also indicate how the texts written by Ana Maria Machado dialogued with the dictatorial context and were configured as tactical movements (CERTEAU, 2014). Next, we present the author's considerations on children's literature and the quality of the literary text; we saw their perceptions about literature and its aesthetic assumptions, as well as their understanding of the child reader as capable of intervening in the text (CANDIDO, 1985; CERTEAU, 2014; PERROTTI, 1986). We end our study by indicating how Ana Maria Machado moved through different spaces and acted symbolically (XAVIER, 2016) interfering in the debate on cultural production for children. Therefore, the author can be considered an intellectual mediator (SIRINELLI, 2003; ALVES, 2019; GOMES & HANSEN, 2016).

Keywords: Ana Maria Machado; children's literature; *Criança é Criança*; cultural mediation; cultural production for childhood; History of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A capa do Jornal do Brasil dois dias após o golpe	42
Figura 2 - JB fala ao congresso	43
Figura 3 - Capa do Caderno B.....	50
Figura 4 - Aonde Levar as Crianças.....	87
Figura 5 - Aonde Levar as Crianças por Ana Maria Machado	88
Figura 6 - Formato da coluna Criança é Criança.....	90
Figura 7 – Folheto de cordel para crianças.....	91
<i>Figura 8 - Foto de espetáculo na Coluna Criança é Criança</i> Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC	92
Figura 9 - Ilustração e capa de revista na coluna Criança é Criança	92
Figura 10 - Cartaz da UNICEF na Coluna Criança é Criança.....	93
Figura 11 - Ilustração na Coluna Criança é Criança	93
Figura 12 - Coluna Criança é Criança ao lado dos jogos	95
Figura 13 – Imagem que ilustra a edição “E você é dono do seu filho?”.....	114
Figura 14 – Imagem que ilustra a edição “O infanticídio de todos os dias”	115
Figura 15 - Carta de Vicente Guimarães.....	129
Figura 16 - Carta de Wander Piroli	130
Figura 17 - Ana Maria Machado escreve sobre indicação de Lygia Bojunga ao "Nobel Infantil"	145
Figura 18 - Opiniões sobre a obra de Lygia Bojunga.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias e ocorrências	20
Tabela 2 - Preço do Jornal do Brasil comparado a itens da cesta básica (1970-1980).....	47
Tabela 3 - Ocorrências de Literatura Infantil no Jornal do Brasil.....	57
Tabela 4 - Movimentação da Coluna Criança é Criança pelas páginas do Caderno B (ocorrências por página)	94
Tabela 5 - Cursos divulgados por Ana Maria Machado em 1976 (local, funcionamento e valores).....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização dos dados levantados	19
Quadro 2 - Literatura Infantil no Jornal do Brasil (1960-1974)	59
Quadro 3 - Publicações sobre literatura infantil (1975-1980)	153
Quadro 4 - Atividades, cursos, ações e eventos sobre Literatura Infantil	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

COLTED - Comissão do Livro Técnico Didático

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

IBBY - International Board on Books for Young People

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INL – Instituto Nacional do Livro

JB – Jornal do Brasil

JK – Juscelino Kubitschek

MEC – Ministério da Educação

SDJB – Suplemento de Domingo do Jornal do Brasil

SNT – Serviço Nacional de Teatro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

“TALVEZ SEJA BOM PARTIR DO FINAL, AFINAL É UM ANO TODO SÓ DE SEXTA-FEIRA 13”	16
ENTRE LIVROS E PIPAS, (RE)PARTIDA	17
CAPÍTULO I - NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA: UM JORNAL DO BRASIL	28
1.1 Jornal do Brasil: uma fonte e algumas reflexões	28
1.2 JB: um jornal indispensável?	31
1.3 Da Reforma à Ditadura	37
1.4 O <i>Caderno B</i> do JB	49
CAPÍTULO II - A LITERATURA NO JB: “A VEZ DAS CRIANÇAS”	55
2.1 “O que há para a criança”: as publicações sobre literatura infantil no JB (1960-1974)	56
2.1.1 “A criança e seu livro”: infância e literatura de qualidade em pauta	61
2.1.2 “A Fada contra Tio Patinhas”: mercado editorial, produção nacional e traduções	72
2.1.3 “Livro infantil, o caminho da imaginação”: uma síntese do que vimos até aqui	82
CAPÍTULO III - “DO LEITE A ‘OTRAS COSITAS MÁS’”: <i>CRIANÇA É CRIANÇA DE ANA MARIA MACHADO</i>	86
3.1 Nas manhãs de domingo, uma coluna sobre produção cultural para a infância	87
3.2 Crianças e infâncias: de quem fala Ana Maria Machado?	100
3.2.1 “Você é dono do seu filho?” A ditadura dos adultos	112
3.3 “Um convite ao debate sobre o livro infantil”	122
3.4 <i>Dentro-fora</i> do jornal: uma intelectual mediadora	138
3.4.1 Ana Maria Machado: entre pares e leitores	140
“UTOPIAS, COISAS SINGELAS” E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
FONTES	169
ANEXOS	174
ANEXO A – Relato de Ana Maria Machado sobre a coluna <i>Criança é Criança</i> (via e-mail)	174
ANEXO B – Entrevista com Ana Maria Machado (via e-mail)	175

“TALVEZ SEJA BOM PARTIR DO FINAL, AFINAL É UM ANO TODO SÓ DE SEXTA-FEIRA 13”¹

*A morte é autoritária*². Ela nos toma, não pede passagem. Não ousou dizer que a morte seja criadora, mas ousou afirmar que ela é, assim como o autoritarismo, *compelidora*. A morte sempre nos compele. Seja a estagnar – como estagnei por meses enquanto escrevia –, seja a criar começos.

Aqui estou eu sentada, encarando o papel em branco mais uma vez. Devo continuar? A morte paira. Ela me amedronta. A perda sufoca. Todavia, assim como o autoritarismo, ela me complete a criar. Portanto, crio e recrio estas páginas, porque aqui há outra pesquisadora.

A morte me arrastou para longe e me trouxe para perto de mim; para perto da pesquisadora que quero ser, além das cobranças e prazos. A morte levou meu irmão enquanto eu escrevia estas páginas, ela refez estas linhas. Agora, pinto essas mesmas páginas com a cor da dor, mas também com a cor da arte que me faz levantar e contar histórias.

Assim, começo pelo fim.

Falo sobre a arte que em tempos de chumbo se refez; porque o autoritarismo, tantas vezes mortal, também compele. Recria a nós mesmos. A morte não me fez, mas me recriou a partir dela, da sua existência. O autoritarismo não fez a literatura infantil ou o trabalho de escritores engajados, mas eles se fizeram e refizeram também a partir dele.

É neste lugar que eu, Mariane, estudante, professora, pesquisadora, me encontro com minha pesquisa. É aqui que me acho. É daqui que me permito (re)começar. Começo.

¹ O título que inicia esta seção é composto por versos da canção “É tudo para ontem” de Emicida.

² Ouvi esta frase da psicóloga clínica e mestre em Psicologia Social Ana Carolina Areias, que tem me acompanhado nos últimos meses. Carol, em certa sessão, pediu que eu falasse sobre a pesquisa e minha dificuldade em voltar a escrever. Depois, sugeriu que eu pensasse em tudo que estava vivendo e como essas experiências atravessavam a pesquisa. Alguns dias depois, escrevi o texto que inicia esta dissertação. De fato, só voltei às análises após alguns meses desta escrita; todavia, ela foi uma constante lembrança de que eu ainda poderia escrever e continuar, mesmo que de outra forma, de outro lugar.

ENTRE LIVROS E PIPAS, (RE)PARTIDA

Um papel sobre a mesa me espia com olhar branco. Não tenho nada a lhe dizer. Não sou aranha para apreciar o vazio. Cada vez que olho para o branco, mais ele me pergunta. O papel me espia, e me vejo branco. O papel insiste e me aguarda. Tomo do lápis e afio a ponta. Só tenho uma agulha para escrever. Aranha tece com oito lápis.

Bartolomeu Campos Queirós

Tomamos nossa agulha e começamos a escrever.

Escrevemos, neste estudo, sobre o trabalho de produção intelectual e mediação cultural que Ana Maria Machado realizou através da coluna *Criança é Criança*, publicada no *Jornal do Brasil* (1975-1980). Tratando-se de uma coluna que abordava diversos temas, torna-se importante sinalizar que focaremos nossas observações na discussão sobre literatura infantil.

A pergunta que nos move e move a pesquisa é: Quais disputas e discussões sobre o gênero literário para infância podem ser observadas na mediação cultural realizada por Ana Maria Machado na coluna *Criança é Criança*?

Para respondê-la, será preciso:

- 1) Compreender o periódico no qual a coluna *Criança é Criança* está inserida – o *Jornal do Brasil*.
- 2) Entender a discussão literária que antecede a coluna nas publicações do mesmo jornal.
- 3) Observar e analisar as publicações da coluna escritas por Ana Maria Machado.
- 4) Entender a construção, abordagens e possíveis interlocuções operadas pela autora.

As discussões sobre literatura infantil nos interessam desde a graduação. Em nosso estudo monográfico³, estudamos livros premiados pela *Fundação Nacional do Livro*

³ *Era uma vez em tempos de chumbo: uma análise de cinco livros premiados pela FNLIJ durante a ditadura militar brasileira (1975- 1980)* foi o título escolhido para nosso trabalho monográfico (UERJ, 2018). A pesquisa foi orientada pela Professora Doutora Márcia Cabral da Silva, a quem somos gratas, junto ao GRUPEEL, pela grande contribuição em nosso percurso acadêmico.

Infantil e Juvenil no período de 1975 até 1980. No curso da pesquisa, encontramos alguns artigos assinados por Ana Maria Machado no *Jornal do Brasil*.

A partir da recorrência dos artigos, percebemos que não se tratava de textos isolados, mas de uma coluna. Assim, iniciamos o mapeamento de *Criança é Criança*, mesmo sem o objetivo de trabalhar, naquele momento, com todo o corpus documental localizado.

O levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira, da *Fundação Biblioteca Nacional*, indica que Ana Maria Machado publicou, entre 1975 e 1980, uma coluna com o objetivo de abordar a produção cultural destinada às crianças naquele período. Na coluna, a autora faz críticas a livros, espetáculos de teatro, além de indicar cursos e atividades para crianças ou para adultos que lidam com elas. Ana Maria Machado discorre, ainda, sobre temas como ida das crianças à escola, a maneira como adultos e crianças se relacionam, a linguagem literária, e artística em geral, ao alcance do público infantil.

Entre 1975 e 1980, localizamos 190⁴ edições da coluna, que era publicada aos domingos. Nossas primeiras buscas tinham “literatura infantil” como palavra-chave. Depois, no sentido de ampliarmos a procura por edições, utilizamos as entradas “Ana Maria Machado” e “Criança é Criança”. Por último, fizemos uma busca pelo número de algumas edições⁵ do *Jornal do Brasil*.

Organizamos as publicações localizadas a partir de um quadro com as seguintes entradas: título da publicação, data/ano, edição/página, link e resumo. As entradas “data/ano”, “edição/página” e “link” nos ajudam a voltar às colunas sempre que necessário, seja de forma automática, a partir do link, ou de maneira manual – buscando pela edição e página específica.

As entradas “título da publicação” e “resumo” foram pensadas de maneira a nos ajudar a analisar as fontes. No caso do resumo, destacamos as informações que consideramos mais importantes, seja em relação ao tema tratado ou à estrutura da coluna.

⁴ No projeto de dissertação, apresentamos um levantamento em que constavam 184 edições da coluna. Porém, durante nova revisão sistemática das fontes, encontramos novos textos da coluna. Cabe ressaltar que todas as consultas foram realizadas on-line pelo site memoria.bn.br.

⁵ Em algumas edições, Ana Maria Machado indicava que, em domingos anteriores, havia tratado de um tema específico, retomando-o. No entanto, nem sempre esses textos apareciam em nosso levantamento inicial. Nesses casos, voltamos às edições anteriores, sem uso de palavra-chave, e buscamos pela coluna no Caderno B, onde era publicada. A busca, nesse caso, partia da data provável da publicação e número da edição.

Também aproveitamos este espaço para fazer algumas considerações sobre nossas leituras, relacionando-as ao conteúdo dos textos de Ana Maria Machado.

A organização que propomos⁶, pode ser observada no exemplo abaixo.

Título da publicação	Data/Ano	Edição, página	Link	Resumo
Nem Escolinha, nem terapia	18/05/1975	00040, p. 5	http://memoria.bn.br/docreder/030015_09/122742	<p>Ana Maria Machado escreve sobre um grupo de teatro (Grupo Tribus) que havia iniciado o teatro de participação. O grupo teria se desfeito e voltara como Grupo Tribus de Atividades Criativas, funcionando em uma sala em Ipanema. A ideia do grupo era a de trabalhar a expressão da fantasia de crianças, tendo em vista o desenvolvimento individual e social.</p> <p>ILUSTRAÇÃO: O rosto de uma menina aparece ao fundo de um palco. As cortinas formam os cabelos das meninas. Ela olha fixamente para as mãos que manipulam um material (pequenos fiapos), que saem de uma caixa com dois furos.</p>

Quadro 1 - Organização dos dados levantados

Quadro produzido pela autora

A cor ao fundo do quadro não é uma escolha aleatória. Elegemos algumas cores para, durante a primeira leitura, já identificarmos possíveis categorias e eixos de análise. Utilizamos rosa para teatro infantil, azul para literatura infantil, amarelo para educação escolar e férias, verde para criança e concepção de infância, branco para outros temas. A

⁶ Apresentamos os “andaimes” de nossa pesquisa, pois, além de ajudarem a elucidar nossa proposta de trabalho e metodologia, eles podem servir à construção de outros trabalhos acadêmicos. Dada a extensão dos dados coletados, porém, não anexaremos os quadros na íntegra.

cor laranja destaca quatro edições publicadas na coluna *Criança é Criança* que são assinadas por Márcia de Almeida⁷.

Depois de alimentar o quadro com informações iniciais, relemos todas as edições da coluna, fazendo a complementação dos resumos, além de pequenos comentários, análises ou perguntas sobre os textos. Após essa leitura detalhada, ainda deslocamos algumas colunas de categoria/eixo, já que nem sempre o título expressa com clareza o tema tratado na edição. Ademais, sendo essa separação uma forma de favorecer nossa análise, alocamos algumas colunas não de acordo com o tema principal abordado, mas de acordo com a informação que pareceu mais importante a nossa análise⁸, que está centrada na produção literária para a infância.

Eixos/Temas/Categorias	Número de Ocorrências
Teatro infantil	57
Literatura infantil	60
Criança/concepção de infância	41
Educação escolar e férias	13
Colunas assinadas por Márcia de Almeida	4
Outros	15

Tabela 1 - Categorias e ocorrências

Tabela produzida pela autora

Não encontramos marcos oficiais do início e do fim da produção da coluna – um texto de estreia ou de encerramento –, porém, em uma conversa via e-mail⁹, Ana Maria

⁷ Não encontramos dados biográficos para melhor apresentar Márcia de Almeida. Segundo Ana Maria Machado e de acordo com algumas publicações localizadas no Jornal do Brasil, podemos afirmar que se trata de uma jornalista do JB que cobria as publicações da escritora durante suas férias.

⁸ Isso foi possível, pois a coluna apresentava um tema principal e um espaço chamado “Ciranda”, em que a colunista insere diferentes informações ou questões sem aprofundamentos.

⁹ Entramos em contato com a autora através do e-mail da Academia Brasileira de Letras. Ana Maria Machado foi solícita ao nos fornecer relatos sobre o período em que trabalhou no Jornal do Brasil, além de responder algumas questões que elaboramos posteriormente. Os relatos fornecidos e as perguntas respondidas estarão no item anexos deste trabalho.

Machado confirmou que a coluna teve início em meados dos anos 1970 e que chegou ao final em 1980, quando ela pediu demissão do jornal.

Também não é possível confirmar se as 190 edições localizadas contemplam a totalidade de textos assinados pela autora na coluna *Criança é Criança*. De todo modo, os dados levantados permitem observar, de forma detalhada, o trabalho de produção intelectual e mediação cultural realizado por Ana Maria Machado neste espaço. Além disso, conjugadas ao mapeamento das discussões sobre literatura infantil em outros espaços do jornal (1960-1980), as edições da coluna indicam interessantes disputas e discussões em torno da produção e circulação de literatura infantil nos anos setenta e oitenta.

O mapeamento das outras discussões, que citamos acima, também foi realizado no Jornal do Brasil a partir do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira; utilizando a entrada “literatura infantil”, localizamos discussões que antecederam a publicação da coluna de Ana Maria Machado. Esse levantamento nos ajuda a compreender quais deslocamentos e continuidades a coluna *Criança é Criança* apresenta em relação aos posicionamentos que ganharam espaço no jornal anteriormente. Trata-se de entender a coluna dentro de um movimento literário, de observação da criança e da infância, que não começa nem termina com Ana Maria Machado, mas que também é nutrido por suas produções.

Entendemos que toda pesquisa histórica é um recorte, uma seleção. Ademais, cabe considerar que “o documento em si não é história, não faz história”, mas “são as perguntas que o pesquisador tem a fazer ao material que lhe conferem sentido” (GALVÃO e LOPES, 2010, p. 78-79). Portanto, é necessário operar a documentação disponível de forma crítica e sofisticar as análises, tanto a partir do trabalho conceitual, quanto do tratamento e da interpretação documental (NUNES; CARVALHO, 1993).

Nesse sentido, após apresentarmos nosso objeto, nossa questão, nossos objetivos e corpus documental, bem como seu tratamento e organização, cabe discorrer mais amplamente sobre as abordagens teórico-metodológicas elegidas, explicando, também, como nossa pesquisa se insere no campo histórico educacional e se difere das análises já realizadas.

Ana Maria Machado possui uma carreira literária consolidada; ela está entre as mais premiadas autoras da literatura infantil brasileira e ocupa a cadeira número um da *Academia Brasileira de Letras*. Além dos livros de literatura infantil, a escritora tem uma

extensa lista de publicações de ensaios e artigos acadêmicos sobre literatura, assim como de textos ficcionais para adultos.

A escritora foi um dos expoentes da literatura infantil dos anos 1970. A década foi marcada por uma geração de autores e autoras que romperam com a pedagogia, escrevendo livros acessíveis para infância, todavia, sem subestimar o leitor infantil. O grupo de autores escrevia a partir de parâmetros estéticos; ou seja, eram as características literárias que orientavam o texto, que se afastava de ideias fechadas e lições moralizantes. Além disso, esta geração ficou marcada pela escrita engajada, que discutia os problemas de seu tempo (PINTO, 2018).

A produção de Ana Maria Machado, nesse sentido, é amplamente estudada e sua biografia constantemente retomada em artigos e pesquisas. Por outro lado, os trabalhos localizados no *Banco de Teses da Capes*, e em diferentes anais de congressos e revistas, indicam que as produções acadêmicas sobre a autora estão centradas nos livros publicados por ela e em suas análises. Outro enfoque comum está na direção do estilo de escrita da autora e das características de suas obras, infantis ou não.

Tendo em vista o recorte de nossa pesquisa, assinalamos que, nos textos encontrados, a ambiência histórica da ditadura militar é vinculada, em grande medida, à análise da obra *Tropical Sol da Liberdade*. O livro, de ficção para adultos, tem como personagem principal uma mulher que passou pelo exílio e que compartilha traços autobiográficos com a autora (SILVA, 2019). Os aspectos educativos das obras de Ana Maria Machado são discutidos no contexto ditatorial, mais especificamente no trabalho *Literatura Infantil na ditadura militar (1964-1985)*, de Renata Bento Leme.

No entanto, embora haja uma profusão de artigos e pesquisas que envolvem a produção da autora, nenhuma análise se centra no seu trabalho de produção intelectual e mediação cultural; salvo as menções em nosso trabalho monográfico e na tese de Josiane de Souza Soares (2020), não encontramos trabalhos que discutissem ou mencionassem a coluna escrita por Ana Maria Machado.

Chama a atenção, ainda, que esses trabalhos foram produzidos, majoritariamente, em linhas dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras. A busca na *Revista Brasileira de História*, na *Revista Brasileira de História da Educação*, nos anais do *Congresso Internacional de Literatura Infantil e Juvenil* e do *Congresso de Leitura do Brasil*, aponta para um rarefeito investimento do estudo histórico educacional na perspectiva de análise que elegemos.

Com a palavra-chave “Ana Maria Machado”, localizamos, em bancos de teses, anais de congressos e revistas, sessenta trabalhos. Levantamos artigos, dissertações e teses; entre os dois últimos, num total de trinta e sete trabalhos, apenas dois foram produzidos em programas educacionais. No caso dos periódicos e anais de congressos, contabilizamos vinte e três trabalhos; desse total, dois foram publicados na *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* (PUC-SP) e outro no *30º Simpósio Nacional de História*. Todos os demais foram publicados em revistas de estudos literários e congressos de leitura e literatura.

Assim, podemos afirmar que os trabalhos localizados dialogam com nossa pesquisa. No entanto, acreditamos que oferecemos uma importante contribuição ao campo de pesquisa histórica e educacional, visto que nenhuma discussão localizada se centra nos textos da coluna *Criança é Criança* ou nos movimentos e ações de Ana Maria Machado enquanto uma intelectual mediadora (SIRINELLI, 2003; GOMES; HANSEN, 2016).

Observados a partir da coluna que estudamos, esses movimentos e ações apresentam importante panorama das discussões sobre a literatura infantil publicada no período. A escolha por essa abordagem não busca diminuir a importância social e política da literatura infantil produzida nos anos setenta e oitenta. Ao contrário, acreditamos que observar a produção literária, no recorte já indicado, a partir de novos aspectos, contribuirá para a valorização dessa literatura e para compreensão da complexidade de sua publicação e circulação durante o período ditatorial.

Como, portanto, observaremos estes movimentos e ações que caracterizam o trabalho de Ana Maria Machado como uma intelectual mediadora, tendo em vista o foco na discussão sobre literatura infantil?

Apresentamos, no quadro 1, seis categorias que nos ajudaram a organizar as fontes deste trabalho. Estas categorias também serão essenciais enquanto eixos de análise, visto que não temos condições, em um trabalho de mestrado, de analisar os debates realizadas por Ana Maria Machado de forma abrangente. Por isso, focaremos nosso estudo nos textos presentes em duas categorias: literatura infantil e criança/concepções de infância.

Nossa proposta não é a de fazer uma análise estrita de cada uma das edições que enquadrados nesses eixos, mas de, a partir das leituras realizadas, cruzarmos informações, aproximarmos debates, analisarmos os documentos de forma crítica (NUNES; CARVALHO, 1993) e, assim, entendermos o trabalho de mediação cultural

realizado por Ana Maria Machado. É esta “costura” entre textos e debates que conferirá sentido ao material.

É também a partir dessas “costuras” que apresentaremos os debates sobre literatura infantil que antecederam a coluna *Criança é Criança*. Da mesma forma, em meio às discussões realizadas por Ana Maria Machado, a partir de 1975, buscaremos sinalizar intelectuais, grupos ou instituições que também estavam interferindo no debate sobre literatura infantil.

A escolha pelos textos incluídos no eixo “literatura infantil” é evidente, visto que salientamos que este é o nosso foco de análise dentro do trabalho de produção intelectual e mediação cultural realizado por Ana Maria Machado. Por outro lado, cabe sinalizar a priorização do eixo criança/concepções de infância.

Nossa intenção, ao privilegiar as análises sobre infância/concepções de infância que aparecem na coluna, é compreender de quais infâncias e crianças Ana Maria Machado fala. Ora, se a literatura em foco é aquela adjetivada como infantil – questão que também entrará em nossas análises – quais características estão postas em relação às infâncias? Qual é o lugar das crianças no mundo e nas relações sociais? Estas são perguntas que tangenciam o debate literário e que mostram a importância do segundo eixo de análise indicado.

Antes de apresentarmos o desenho de nossos capítulos e os referenciais teóricos que nos ajudarão a elaborar as análises, gostaríamos de destacar o contexto em que a coluna foi escrita. Em 1964, foi deflagrado um golpe civil militar no país, o qual perdurou até 1985; é, portanto, durante o regime ditatorial que a autora trabalha no JB escrevendo sua coluna semanal – antes, Ana Maria Machado já escrevia uma coluna denominada *Aonde Levar as Crianças*, da qual falaremos no último capítulo, além de trabalhar na rádio Jornal do Brasil.

A censura, portanto, era uma possibilidade dentro da realidade política. Todavia, ao tratar da produção cultural para infância, Ana Maria Machado encontra caminhos para fazer críticas ao governo ditatorial, promovendo ações, práticas e atividades vinculadas à ideia de liberdade e democracia. É nesta direção que compreendemos a escrita da coluna *Criança é Criança* como uma atuação tática da autora (CERTEAU, 2014), visto que Ana Maria Machado se movimenta dentro de um espaço controlado, aproveitando ocasiões e as possibilidades oferecidas dentro da própria produção cultural para infância, objeto de sua coluna.

Compreendemos, juntamente com Carlos Fico (2017), que seria um erro acreditar que tudo o que ocorreu no período ditatorial tenha decorrido da instituição do regime autoritário. Porém, não podemos desconsiderar as implicações desse mesmo contexto na atuação de Ana Maria Machado. Por isso, estamos atentas aos indícios e vestígios das discussões sobre autoritarismo, liberdade e democracia presentes na coluna, mesmo que este não seja o foco de nossa análise.

Neste ponto, e na direção do que indicamos até aqui, apresentamos a estrutura de nossos capítulos, juntamente com os referenciais teóricos que nos ajudam a compor as análises pretendidas.

No capítulo 1, travamos um debate amplo sobre o Jornal do Brasil. Discorremos sobre algumas das suas fases mais importantes e buscamos entender sua relevância na imprensa brasileira, em especial no período em que escreve Ana Maria Machado. Antes, porém, discutimos o uso do jornal como fonte (CAMPOS, 2012) e o seu papel na elaboração de sentidos (WOITOWICZ, 2015; DARNTON, 1990). Já sobre os debates acerca da imprensa carioca, Barbosa (2007; 2010) é nosso principal referencial, enquanto Ferreira & Montalvão (s/d) nos ajudam a ancorar questões sobre o percurso histórico do JB.

Neste primeiro capítulo, uma questão ganha relevo especial: o jornalismo cultural encarnado no *Caderno B* do Jornal do Brasil, em que a coluna *Criança é Criança* é publicada em 1975. Lima (2006) e Vieira (2016) amparam nossa observação, indicando como o *B* se tornou sinônimo de caderno de cultura, criando sentidos sobre as produções culturais, selecionando o que desejava promover e caminhando de acordo com o mercado.

No capítulo dois, discutimos as publicações sobre literatura infantil presentes no Jornal do Brasil entre 1960 e 1974. Nossa intenção é construir uma imagem relevante dos debates que antecederam aqueles realizados por Ana Maria Machado em sua coluna dominical. Desejamos mostrar que as discussões que eram propostas por Ana Maria Machado não estavam descoladas de seu contexto; a autora não “falava sozinha”, mas se colocava num debate que não começou ou terminou com a referida coluna.

Podemos dividir as discussões mapeadas em dois blocos principais, os quais percorremos: qualidade literária dos livros destinados às crianças; produção nacional, mercado e traduções. No primeiro bloco, Perrotti (1986) nos ajuda a compreender os debates sobre as concepções utilitárias e estéticas na literatura infantil, juntamente com Corsino (2010) e Ataíde (1995). Esta mesma discussão será retomada no capítulo 3,

através dos escritos de Ana Maria Machado e das contribuições de Candido (1985) e Silva (2010).

Já Reimão (1993) nos auxilia na compreensão do funcionamento e expansão do mercado editorial nos anos 1970. A análise da autora, cruzada com as discussões de Zilberman (2005), Machado (2016), Machens (2009) sobre os fatores relevantes para o crescimento da literatura infantil, nos ajuda a entender as discussões realizadas no jornal por editores e autores. Nesse sentido, ganha relevo a atuação da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil* (PINTO, 2018).

Ao final do capítulo, buscamos sinalizar que as questões discutidas no jornal já estavam entre as preocupações de educadores e escritores em outros períodos; damos destaque, por exemplo, à publicação de Cecília Meireles (2016), datada dos anos cinquenta, que já propunha pensar os *Problemas da Literatura Infantil*, como a qualidade do texto literário a partir da dimensão estética.

No capítulo 3, apresentamos a coluna *Criança é Criança*, sua materialidade, organização, os temas tratados e as abordagens escolhidas por Ana Maria Machado. Sublinhamos as discussões sobre infância e literatura infantil, visto que nossa questão central é sobre o trabalho de mediação cultural realizado por Machado no campo da literatura infantil. Além de observar os textos escritos na coluna, circularemos por livros, artigos e ensaios publicados por Ana Maria Machado em anos posteriores. Portanto, além dos textos da própria autora, retomaremos os referenciais teóricos mobilizados no segundo capítulo, acrescidos da discussão sobre consumo travada por Certeau (2014).

Cabe destacar que também apontaremos textos sobre literatura infantil publicados entre 1975 e 1980 no Jornal do Brasil. Nossa proposta é mostrar possíveis alinhamentos e divergências dentro do próprio jornal, nos dando um indicativo do campo de discussão mais amplo sobre o tema. Este movimento é parte da nossa intenção de entender Ana Maria Machado dentro de uma *geração* e de observar uma possível *rede de sociabilidade* se formando.

É neste ponto que se adensa nossa discussão sobre produção intelectual e mediação cultural à luz de Sirinelli (2003) e de outros autores que com ele dialogam (ALVES, 2019; GOMES & HANSEN, 2016; XAVIER, 2016). A partir do *itinerário intelectual* da autora, buscamos também perceber sua atuação em relação ao contexto político. Assim, os conceitos de *tática*, *estratégia* (CERTEAU, 2014) e *resistência*, (MOTTA, 2014) são mobilizados por nós na escrita do capítulo, bem como as análises

do contexto histórico, político e social explicitadas por Motta (2002; 2014) e Lemos (2011).

Diante das questões esboçadas, acreditamos que, além de possibilitar um panorama da produção cultural para crianças nos anos setenta, a coluna *Criança é Criança*, de Ana Maria Machado, ajuda a observar como a atuação da escritora, enquanto intelectual mediadora, ajudou a configurar o gênero literário no período e, possivelmente, reverberou na circulação dos livros considerados de qualidade.

A segunda hipótese que articulamos diz respeito às inflexões do gênero literário para infância, ocorridas nos anos setenta e oitenta. Acreditamos que esta produção esteve vinculada, ademais de seu caráter político e engajado, a um movimento nacional e internacional de caracterização do que era uma literatura de qualidade para infância, que, por sua vez, estava intrinsecamente articulada à constituição do pensar sobre o desenvolvimento infantil e sobre a criança enquanto sujeito.

A última tese que construímos, a partir da leitura e análise inicial das fontes, está relacionada às articulações que demandavam a estruturação de um mercado editorial voltado para o público infantil. Uma coluna dedicada essencialmente à produção cultural para este público é um indício dessas articulações. Somam-se a isso os anúncios constantes de novas iniciativas no ramo, inclusive aliadas ao poder público, como era o caso dos livros coeditados pelo *Instituto Nacional do Livro*.

Agora, convidamos leitoras e leitores a povoar conosco estas páginas antes em branco; caminhando, escreveremos o caminho¹⁰.

¹⁰ Frase faz referência à poesia *Cantares* de Antonio Machado: Caminhante, são tuas pegadas/ o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho,/ se faz caminho ao andar. CANTARES. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/10543/cantares>. Acesso em 25 out. 2021.

CAPÍTULO I - NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA: UM JORNAL DO BRASIL

Assim, aos poucos, sem consultar o tempo,
minha branca aldeia de papel vai sendo
povoada.

Bartolomeu Campos Queirós

O Jornal do Brasil é a principal fonte de nossa pesquisa; será, preferencialmente, através deste jornal que observamos o trabalho de produção intelectual e mediação cultural realizado por Ana Maria Machado. Entendemos que, para estudar este trabalho da escritora, faz-se necessário compreender a própria constituição do Jornal do Brasil, historicizando, deste modo, o espaço a partir do qual as ideias de Ana Maria Machado circularam.

Portando, neste capítulo, discutiremos a criação do Jornal do Brasil, dando ênfase a algumas de suas fases e mudanças mais importantes; além disso, abordaremos sua inserção e relevância no cenário cultural. Antes, porém, travaremos uma discussão sobre o jornal como fonte nas pesquisas inseridas no campo da História da Educação.

1.1 Jornal do Brasil: uma fonte e algumas reflexões

A vida é um fio
Mais fino que a linha da aranha.
Tem uma ponta no nascimento
E a outra: eu não sei não.

Bartolomeu Campos Queirós

O Jornal não nos oferece a visão de uma “verdade histórica” a ser testemunhada; porém, por oferecer vestígios de discussões e disputas que se deram em outro tempo, as quais, de diferentes formas, com maior ou menor intensidade, continuam a ressoar no presente, é uma importante fonte para a História da Educação.

Não podemos, portanto, *trazer* o passado a partir deste ou de qualquer outro trabalho (BARBOSA, 2010). Se, de um lado, assumimos que não podemos resgatá-lo, de outro, podemos construir uma imagem relevante das discussões existentes em outro momento.

Diante da ausência de certas informações ou de possíveis apagamentos, aceitamos a construção de uma imagem parcial. Entendemos que toda pesquisa histórica se inscreve

entre silêncios e silenciamentos. “Toda história contada é um recorte, uma seleção” (PINTO, 2018, p. 12). Admitimos os limites insuperáveis, porque eles são reais e não fragilizam nosso estudo quando explicitados.

Nesse sentido, falamos do incontornável; todavia, apontamos para a possibilidade de tratar as fontes disponíveis de forma criteriosa: cruzando dados, não negligenciando as análises já formuladas, trabalhando com conceitos, realizando o tratamento e a interpretação documental com rigor (NUNES; CARVALHO, 1993). Afinal, são as historiadoras e os historiadores que, com suas perguntas, fazem a história, ao passo que conferem sentido à documentação (GALVÃO e LOPES, 2010).

É a partir dessas considerações que entendemos o jornal como fonte privilegiada de estudo. Campos (2012) afirma que a imprensa ocupou um lugar importante na vida cultural brasileira, sendo “um dos veículos mais incensados pelos grupos letrados no século XIX e XX”. Teve, nesta direção, importante papel na “divulgação de ideias, valores e representações sociais nas primeiras décadas do século XX”. (CAMPOS, 2012, p. 55-56). A imprensa, assim, pode ser pensada como “espaço de cultura e de educabilidade” (ALMEIDA, 2018, p. 45).

Cabe, portanto, destacar a função educativa dos jornais e, sobretudo, política. Barbosa (2007) aponta que os periódicos não apenas atuam no campo político, mas buscam mobilizar seus públicos. Logo, podemos dizer que são “lugares fundamentais para a tomada de posição política, onde o confronto se destaca” (BARBOSA, 2007, p. 163).

Desse modo, produzem sentido e fixam memórias de forma intencional, visto que legitimam determinados processos políticos e não outros. O discurso que produzem não visa apenas emitir informações, mas age como organizador social, significando o real, estabelecendo normas, buscando homogeneizar o imaginário social (LOHN, 2014). Os jornais não podem ser compreendidos como meros repositórios de fatos (DARNTON, 1990).

A partir deste ponto de vista, a imprensa pode ser considerada um agente do processo histórico, pois não apenas registra, objetivamente, fatos e acontecimentos, mas constrói e reconstrói significados (WOITOWICZ, 2015). Participa, portanto, do processo de elaboração desses acontecimentos (BARBOSA 2010, WOITOWICZ, 2015).

Acrescentamos a estas considerações uma reflexão sobre a materialidade dos jornais que, assim como sua função política, terá implicações em seu manuseio. O jornal,

através do qual se busca angariar apoios, construir consensos e agir no espaço público, também pode ser chapéu, espada, avião. Ou seja, pode ser transformado em brinquedo, bem como servir de embrulho para objetos frágeis e até mesmo como “material de limpeza”.

Ao sublinhar a transformação dos jornais “em outros objetos”, queremos realçar o fato de que eles não se constituem apenas dos textos publicados; compreendemos, nesta perspectiva, que será preciso observar questões relacionadas a sua materialidade e como ela influi nas práticas de leitura. Sobretudo, como suas características têm impacto no manuseio do impresso como fonte.

Campos (2012) indica que o manuseio dos jornais, enquanto artefatos culturais, carece de uma análise dos argumentos implícitos e explícitos tanto nos textos verbais, quanto nos textos visuais, na diagramação, nas técnicas de produção empregadas. Cabe, ainda, considerar os vestígios sobre os grupos que produziram o jornal estudado, como buscavam fazê-lo circular, como o impresso circulava de fato e para quais grupos fez sentido.

Cabe ressaltar que os jornais são locais de “sociabilidade entre pares, espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros; locais privilegiados para constituição de distinções simbólicas e para construção, reconfiguração e exposição de valores, ideias e sensibilidades” (CAMPOS, 2012, p. 64), portanto, são fontes potentes para que se compreenda a construção e circulação de certas ideias e projetos.

Assim, tomando *a vida como um fio mais fino que a linha da aranha*¹¹, empreendemos o desafio de observar os fragmentos da *ponta do nascimento* de um jornal, de seu caderno de cultura, de uma coluna sobre a produção cultural para a infância. Admitimos, diante do que nossa pesquisa não alcançará, desconhecer a ponta do fim.

¹¹ A frase em destaque faz referência aos versos de Bartolomeu Campos Queiróz (2012) que se encontra no início desta seção.

1.2 JB: um jornal indispensável?

Mas ela não tinha espelho mágico nenhum. Até mesmo espelho sem ser mágico, não era fácil. Na casa dela só tinha um, pequeno e muito no alto, em cima da pia. Só dava pra ver um pouquinho de cada vez. E, mesmo assim, só quando alguém punha no colo. Via o rosto, o pescoço, as mãos. Mas joelho, pé, canela, isso só via mesmo olhando pra baixo, fora do espelho. E as costas não via nunca.

Ana Maria Machado, em Bem do seu Tamanho

Entre os anos cinquenta e sessenta do século XX, quando a ideia de reforma editorial se tornava latente e se concretizava em diferentes jornais da cidade do Rio de Janeiro, a Condessa Pereira Carneiro, dona do Jornal do Brasil à época, buscou investir na construção de um jornal que fosse *indispensável* à participação das pessoas na vida social, política e até esportiva, em especial na cidade do Rio de Janeiro (BARBOSA, 2007).

Não nos cabe, dentro dos limites de nossa pesquisa, adjetivar o jornal como indispensável nos termos indicados pela condessa. No entanto, podemos afirmar que o Jornal do Brasil é indispensável para a compreensão de aspectos relacionados à imprensa carioca, como veremos ao longo deste capítulo.

A história do Jornal do Brasil foi marcada por turbulências, conflitos e mudanças, a começar por sua fundação. O periódico foi fundado em 1891 pelo conselheiro Rodolfo de Sousa Dantas¹² em meio às agitações da Proclamação da República e ao estabelecimento de sua legalidade. A data escolhida para fundação, 9 de abril de 1891, marcou as bases monarquistas do jornal¹³, além da própria ligação de Rodolfo de Sousa Dantas com o Império (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d; FONSECA, 2008).

¹² Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas foi advogado e político (1854 -1901); nascido em Salvador, chegou a trabalhar no Diário da Bahia, órgão do Partido Liberal. Entrou para a Câmara em 1878 e foi Ministro no Gabinete de Martinho de Campos em 1882. Projeto Memória. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/r/rodolfo-dantas.htm>>. Acesso em 27 jan. 2021.

¹³ Nesta data, comemorava-se o 60º aniversário de *Te Deum*, hino litúrgico católico cantado em ação de graças pela ascensão de D. Pedro II como Imperador (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d; FONSECA, 2008)

Apesar da clareza quanto ao seu caráter monarquista, Fonseca (2008) sublinha que o *Jornal do Brasil* assumiu uma postura moderada; entre as razões para esta moderação, estaria o medo de ser liquidado pelo novo regime político. Portanto, em sua primeira publicação, o jornal garantiu que buscaria manter boas relações com o regime republicano, mesmo que não tenha participado de sua implantação.

O exemplar da primeira edição do *Jornal do Brasil* está disponível nos arquivos digitais da *Fundação Biblioteca Nacional*; apesar de sua difícil visualização, em razão do estado de deterioração da primeira página, destacamos o seguinte trecho:

Vimos assumir as responsabilidades e obrigar-nos aos deveres da imprensa em phase devéras singular e momento realmente critico até para a imprensa, mas sobretudo para o paiz; quando velhas são chamadas instituições ainda de hontem, e novas instituições, sem duvida já fundadas, estão por funcionar em grande numero dos seus mais órgãos; quando de direito prevalece um regimen que de facto não se acha instalado de todo; quando nos consideremos em systema comum e definitivo de governo ao mesmo tempo que a maior porção do território nacional, os Estados, estão todos por constituir-se e continuarão no regimen provisório de administração; (...). (...) supomos dever nosso de patriotismo cooperar, afim de que ellas deem de si o que puderem dar bom, falaremos, sim, a este novo regimen a linguagem que melhor lhe convém, e dir-lhe-hemos a verdade a ele próprio mais útil, apontando-lhe a todo o proposito as escolhas fataes a sua índole, os vícios a que sua natureza o dispõe, as fraquezas para que o seu mecanismo o prepara, e que lhe cumprirá a todo o transe evitar para que cedo o não contaminem germens de profunda decadência e irremediavel decomposição. Este affigura-se-nos o serviço supremo e o mais leal da imprensa aos systemas políticos como o que actualmente nos rege; o mérito desse serviço sobe de ponto, de valor e de necessidade a considerarmos que, suprimida as normas parlamentares, até aqui reputadas mesmo nesta fôrma de governo o melhor meio de fiscalizar os abusos do poder, esta função essencial ás sociedades livres há de hoje tocar naturalmente sua maior latitude a imprensa. A democracia não é senão uma fôrma de governo, carecendo, como todas as mais, de fortes centros de resistência ao elemento preponderante do seu organismo e como todas a mais sujeita a ser deturpada no seu funcionamento e desviada na pratica dos seus fins e efeitos originaes (...). (JORNAL DO BRASIL, 09 abr. 1891, p. 1).

No trecho em destaque, embora não cite termos como “imparcialidade”, o jornal busca construir uma imagem de neutralidade. Suas críticas ao novo regime estariam unicamente baseadas no dever da imprensa de fiscalizar as instâncias de poder, criticando seus problemas, apontando seus vícios e fraquezas. Assim, o *Jornal do Brasil* seria um centro de resistência, impedindo que o regime instituído se perdesse de seus fins originais.

Esta narrativa não está despregada de seu contexto. Segundo Barbosa (2010), o discurso de informar com neutralidade, isenção, imparcialidade e veracidade começa a ganhar relevo a partir de 1880, intensificando-se na década seguinte. No Rio de Janeiro, estas adjetivações iriam marcar “um novo jornalismo”, que buscava construir uma

“representação ideal sobre a sociedade” e, mais do que isso, ordená-la (BARBOSA, 2010, p. 121).

A capa de neutralidade, porém, parece não ter durado. As recorrentes críticas à República fizeram com que o jornal fosse invadido e depredado em dezembro de 1891. Neste período, ocorreu a primeira transição do Jornal do Brasil, que passou a ser uma sociedade anônima. As figuras envolvidas nesta mudança do jornal, porém, continuavam ligadas à monarquia (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d).

Nova fase, de fato, se iniciaria em 1893 com o retorno à sociedade comanditária; neste momento, sob o comando de um grupo¹⁴ ligado à Rui Barbosa¹⁵. Por sua vez, ele assumiu a direção do jornal dando ao periódico um tom republicano e em defesa da constituinte; comprou, assim, briga com o Marechal Floriano (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d). O acirramento da briga resultou no fechamento do jornal e em mais uma venda.

A fase seguinte, marcada pela compra do jornal pela firma Mendes e Cia¹⁶, começou um ano e quarenta e cinco dias depois de seu fechamento e duraria 25 anos – em 1919, o Jornal passaria para as mãos de Pereira Carneiro em razão de uma hipoteca. Afastando-se de suas raízes monarquistas, o Jornal do Brasil passou a se vincular à República, inclusive pela escolha do dia de seu retorno: 15 de novembro de 1894.

¹⁴ Na edição de 21 de maio de 1893, o Jornal do Brasil indicou a venda do periódico, apresentando Joaquim Lucio de Albuquerque Mello como administrador do jornal. Segundo a mesma publicação, ele era o antigo proprietário do *Diário de Notícias* do Pará e saiu do estado por fazer oposição ao então governador Dr. Justo Chermont. Já Tobias do Rego Monteiro, que se destacou como articulador da transição que garantiu a compra do jornal (FERREIRA, MONTALVÃO, s/d), foi citado como parte da equipe do periódico e qualificado como “moço de talento conhecido e que muito se recomenda pelo seu preparo intelectual e atividade inexcedível” (JORNAL DO BRASIL, 31 mai. 1893, p. 1). Tobias do Rego Monteiro já havia trabalhado com Rui Barbosa, sendo seu oficial de gabinete no período em ele exerceu o cargo de Ministro da Fazenda do governo provisório após a proclamação da República. Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Tobias.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2021.

¹⁵ Rui Barbosa foi, entre outras atribuições, advogado, jornalista, jurista e político. Foi, inclusive, Ministro da Fazenda do Governo Provisório após a Proclamação da República. Forte opositor da ditadura de Floriano Peixoto, chegou a advogar em defesa de presos políticos. Quando responsável pela chefia do Jornal do Brasil, empreendeu campanhas em defesa da legalidade e da Constituição. Em 1893, diante dos ataques de Floriano, Rui Barbosa se exilou, regressando ao Brasil em 1895. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>>. Acesso em 25 jan. 2021.

¹⁶ Com a venda, os irmãos Cândido Mendes de Almeida e Fernando Mendes de Almeida assumiram o Jornal como secretário de redação e redator-chefe, respectivamente. Antes de assumir o Jornal do Brasil, Fernando Mendes de Almeida foi redator-chefe dos jornais A Vanguarda, Diário de Notícias e Diário do Comércio. Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALMEIDA,%20Fernando%20Mendes%20de.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2021.

O jornal passou a ter um caráter menos opinativo, dosando as críticas ao governo, colocando-se à disposição das queixas do povo – apesar de não apoiar nenhuma luta que ameaçasse o poder constituído. O Jornal do Brasil buscava, a partir deste momento, construir o seu caráter popular, dando destaque aos assuntos cotidianos (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d). Teria, inclusive, demarcado seu caráter popular através de preços mais acessíveis.

De fato, segundo Barbosa (2010), o periódico tornou-se o mais popular do Rio de Janeiro, do ponto de vista de sua circulação, chegando a atingir 60 mil tiragens diárias; além disso, em levantamento feito através de cartas enviadas ao jornal, a mesma autora aponta uma penetração considerável do periódico entre os trabalhadores, que eram seguidos pelas mulheres e homens de negócios. De acordo Barbosa (2010), isso mostra que o jornal não encontrou apenas alguma ressonância nos grupos considerados excluídos, mas também naqueles de algum poder aquisitivo.

Nesse período, o Jornal do Brasil manteve sua imagem atrelada à República; cultivando a figura de “jornal moderno e instituição portadora da verdade”, projetando o próprio periódico como “símbolo da modernidade” (BARBOSA, 2010, p. 135). A imparcialidade também se mostrou resgatada no vocabulário e o jornal se posicionou como uma espécie de mediador entre público leitor e o poder político.

A construção do ideal de modernidade republicana se materializou, inclusive, numa nova sede na Avenida Central do Rio de Janeiro, atual Avenida Rio Branco, e em novos equipamentos. Fonseca (2008) indica mudanças na apresentação do jornal – como o incremento de cabeçalho em cores, além da inclusão de grandes imagens em suas páginas – obtidas com o uso das novas tecnologias, o que também tornou o periódico mais convidativo ao público.

Mais uma vez, destacamos o caráter de construção da imprensa neste período. O Jornal do Brasil construía suas bases de circulação compartilhando o discurso de imparcialidade e, principalmente, de imprescindibilidade. Tratava-se de uma estratégia de autorreferenciação, que não se esgotaria neste período. Assim, como observou Marialva Barbosa (2010, p.138):

(...) um dos principais acontecimentos para o jornal continua sendo ele mesmo. (...) Afirmando-se indispensáveis para tornar o leitor informado sobre a realidade que o cerca, os jornais falam dessa realidade produzindo uma representação conhecida e reconhecida da existência.

No processo de criação do acontecimento, o jornal produz, no que se refere a sua imagem, especificidade e, ao mesmo tempo, dualidade: coloca de um lado,

todas as instituições, e de outro, o periódico como o único lugar de difusão da verdade e de busca da justiça (BARBOSA, Marialva. 2010, p. 138).

Como já indicado, o Jornal do Brasil passaria a ter novo proprietário em 1919. Este período foi marcado pela busca do jornal por sua recuperação financeira, mas também por seu prestígio, que teria ficado em baixa após a falência dos irmãos Mendes (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d). Diante do histórico do jornal, Pereira Carneiro¹⁷ – novo dono do periódico – buscou afastar o jornal dos temas políticos. Nesse sentido, foi a literatura, com nomes da *Academia Brasileira de Letras*, que teria dado novo tom ao Jornal do Brasil.

Apesar do afastamento das discussões políticas, o jornal se posicionou em relação às eleições presidenciais de 1922 em favor de Nilo Peçanha; mesmo com a derrota de seu candidato, não se tornou um grande crítico do Governo. Já em 1926, apoiou Washington Luís e teceu críticas à posterior candidatura de Getúlio Vargas, mesmo que de forma tímida. Apesar dessa tentativa de afastamento da cena política, o Jornal do Brasil foi obrigado a permanecer fechado por quatro meses, após a Revolução de 1930 (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d).

Com a reabertura do jornal, a cautela continuou sendo um lema a ser seguido; mudanças internas¹⁸ foram feitas para garantir o tom de moderação (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d). “Assim, o posicionamento do jornal em relação ao governo provisório foi de cautela: agiu timidamente quando fez críticas ao governo e se colocou a favor da campanha pela reconstitucionalização” (FONSECA, 2008, p. 54).

No entanto, não foi só a moderação que marcou esta fase do jornal; os problemas financeiros fizeram com que o periódico ficasse conhecido pelos anúncios e classificados. O caráter de veículo de disseminação de notícias, assim, ficou em segundo plano e o JB chegou a ser conhecido como “o jornal das cozinheiras” (VIEIRA, 2016).

¹⁷ Ernesto Pereira Carneiro foi especialista em economia; começou sua vida profissional na empresa da família, em Recife, depois, transferiu-se para o Rio de Janeiro em busca de ampliação dos negócios. Foi através de uma de suas empresas, fundada em Niterói, que concedeu um empréstimo à firma Mendes e Cia. Nesse momento, ligou-se à imprensa pela primeira vez, assinando uma coluna no Jornal do Brasil que se intitulava “Notícias de Pernambuco”. Quando os irmãos Mendes não conseguiram resgatar a hipoteca do jornal, assumiu o periódico. Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-pereira-carneiro>>. Acesso em 25 jan. 2021

¹⁸ Jânio Pombo Brício Filho substituiu Aníbal Freire na direção do jornal, já que o segundo mantinha relações com o governo deposto. Jânio Pombo, por sua vez, mantinha boas relações com o governo revolucionário, chegando a censurar matérias antes que fossem ao ar. Essa substituição teria ajudado na manutenção do tom moderador do jornal (FONSECA, 2008)

Isso não significou, porém, o abandono total dos posicionamentos políticos pelo jornal. Ferreira e Montalvão (s/d) explicam que o jornal ora se aproximou, ora se afastou do governo de Vargas. Manteve, por exemplo, uma boa relação com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que vigorou durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945), e demonstrou simpatia pela legislação trabalhista, visando seu público formado, em grande medida, por trabalhadores. Por outro lado, em 1945, diante das lutas por redemocratização, tornou-se opositor ao regime.

O Jornal do Brasil ilustra como é difícil e até *mítico* (BARBOSA, 2010) o antagonismo entre jornais combativos e defensores da ordem vigente, o que também observaremos no período da ditadura militar (1964-1985). Mesmo em fases politicamente mais definidas, as escolhas feitas foram, muitas vezes, orientadas pela necessidade de sobrevivência do periódico. A trajetória do Jornal do Brasil, portanto, nos ajuda a compreender a história de forma não linear; possibilita, ainda, observar como as disputas, recuos e tentativas de avanço vão se configurando e se entrelaçando ao contexto.

Na ausência de espelho que reflita o passado sem distorções, seguimos o percurso de observar os vestígios, costurar as informações existentes e fazer análises pertinentes ao nosso estudo, mesmo que, inicialmente, pareçam distantes de nossa questão principal. *Só dá pra ver um pouquinho de cada vez*¹⁹, portanto, continuamos a investigar.

¹⁹ Referência ao trecho do livro *Bem do seu Tamanho*, de Ana Maria Machado, o qual citamos na epígrafe da seção.

1.3 Da Reforma à Ditadura

Lucas é um menino que presta muita atenção em tudo.

Às vezes, fica reparando nas coisas que todo mundo vê: as formigas em fila, as gotas de chuva escorrendo na vidraça, os desenhos nos rótulos do vidro na geleia. (...) Às vezes, ele espia pra dentro como todo mundo – de noite, dormindo, sonhando. E, nesse caso, também como todo mundo, vê coisas que mais ninguém está vendo.

Mas outras vezes, mesmo de dia, mesmo acordado, mesmo de olhos abertos (ou fechados, tanto faz), ele espia para dentro. E aí vê coisas que muita gente não consegue ver.

Ana Maria Machado, em O menino que espia pra dentro

Os anos cinquenta e sessenta foram marcados pela reformulação do Jornal do Brasil. Com o falecimento de Pereira Carneiro, em 1953, sua viúva – Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro²⁰ – assumiu a direção do jornal. Certa de que o periódico precisava de uma considerável reformulação, viajou aos Estados Unidos em busca de ideias e mudanças aplicáveis (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d; FONSECA, 2008).

Barbosa (2007) indica que modernização e desenvolvimento, palavras de ordem no campo político, principalmente com a chegada de Juscelino Kubitschek²¹ ao poder,

²⁰ Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro era filha do escritor, jornalista e político João Dunshee de Abranches Moura e segunda esposa de Pereira Carneiro. Estas informações foram localizadas numa publicação do Jornal do Brasil que anunciava a condessa como diretora presidente do jornal. Segundo o texto, sua escolha, em assembleia geral, atendia aos objetivos da empresa, visto que a condessa Pereira de Carneiro teria acompanhado o “ilustre pai” durante a carreira, interessando-se, assim, “pela vida cultural do país”. Além disso, a convivência com o falecido marido teria dado a ela “todas as qualidades para conservar o prestígio e eficiência” da obra que lhe caberia (JORNAL DO BRASIL, 16 mar. 1954, p. 5).

²¹ O governo JK ficou marcado por seu ideal desenvolvimentista, consolidado a partir de um conjunto de objetivos que ficou conhecido como Plano de Metas. O Plano definia cinco setores básicos da economia, os quais receberiam recursos públicos e privados: energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação. No entanto, os três primeiros setores receberam 93% das verbas. O Jornal do Brasil fez oposição ao governo de Juscelino Kubitschek acusando-o de “corrupção e desmandos na construção de Brasília” (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d, s/p), obra que não estava, inicialmente, no Plano de Metas e acabou sendo um dos “grandes feitos” de seu governo. Centro de Pesquisa e documentação de História

tornaram-se definidoras nas transformações ocorridas no campo jornalístico. As mudanças empreendidas no período, em diversos jornais, passaram a ocupar, inclusive, um importante espaço na memória da imprensa e na consolidação da identidade dos jornalistas.

O país vivia um momento de renovação, com crescimento econômico e promessas democráticas que estimularam o surgimento de jornais inovadores e a reformulação de veículos antigos, especialmente técnica (editorial e visual) e profissional, contribuindo para a formação e consolidação da própria identidade dos jornalistas. Era um momento bastante particular da história da imprensa brasileira. (...) o modelo norte-americano estava se implantando de maneira hegemônica no jornalismo nacional, provocando não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização dos jornalistas e a constituição de um ideário sobre o que era o jornalismo e a sua função social. Foi a época das famosas reformas redacionais, gráficas e editoriais de periódicos como o Diário Carioca e o Jornal do Brasil, assim como do surgimento de jornais inovadores, como a Última Hora. As equipes contratadas para reformar os diferentes jornais eram compostas de profissionais entre 20 e 30 anos, que com pouco tempo de redação assumiam cargos de chefia – Evandro Carlos de Andrade, por exemplo, substituiu Pompeu de Souza na chefia de redação do Diário Carioca aos 24 anos. Os mais jovens eram preferidos porque – ao não trazerem os velhos vícios da profissão – se adequavam melhor às novas técnicas do jornalismo moderno (VIEIRA, Itala Maduell, 2016, p. 34).

A ideia de modernização, portanto, estava além do uso de novos instrumentos, maquinários ou técnicas. Estava relacionada à própria concepção do papel da imprensa e dos jornalistas. Contudo, cabe salientar que o processo histórico é marcado pelas rupturas, mas também pelas permanências e continuidades. Portanto, o ideário de neutralidade e objetividade, o afastamento da notícia do campo literário, a construção de padrões editoriais e redacionais, entre outros aspectos, não foram implantados de um dia para outro.

As mudanças ocorridas no período começaram a ser “implementadas desde a primeira década do século” e “encontram na conjuntura histórica dos anos 1950 eco favorável ao discurso de neutralidade” (BARBOSA, 2007, p. 150). O cenário de mudança, segundo a mesma autora, não se estabeleceu naquele momento; o jornalismo carioca consolidou a sua transformação diante do golpe de 1964 e do cenário político que se desenhou na década de sessenta.

No que tange às transformações²² ocorridas no Jornal do Brasil, algumas mudanças empreendidas neste período são fundamentais para a compreensão do que viria

Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 25 jan. 2021

²² Segundo Brasil (2015), a reforma do Jornal do Brasil se consolidou apenas no início dos anos sessenta. Embora alguns nomes se destaquem nesse processo de reforma, ele foi fruto do trabalho de muitas equipes ao longo do período citado, abarcando mudanças da diagramação ao modo de escrever as matérias

a ser o Caderno B do jornal, onde a coluna *Criança é Criança* circularia entre 1975 e 1980. O próprio caderno, que estudaremos com maior aprofundamento à frente, foi lançado 1960 em meio a este processo de contínuas transformações do periódico.

Barbosa (2007) explica que a narrativa jornalística esteve, por muito tempo, vinculada ao texto literário, fosse pela forma de narrar ou pela própria inserção de literatos na imprensa. A literatura era vista como fonte de fruição, mas também de informação e reflexão; por isso, não se separava do jornalismo. O status da literatura teria proporcionado, inclusive, uma profusão de suplementos literários já nas décadas de 1930/1940 (VIEIRA, 2016).

A busca por objetividade e pela própria autonomização do campo jornalístico nos anos 1950 afastou o jornalismo do campo literário (BARBOSA, 2007). Esse processo, que já vinha se estabelecendo nas décadas anteriores, não excluiu os textos opinativos ou literários dos jornais (VIEIRA, 2016; BARBOSA, 2007), mas enfatizou a necessidade de sua reordenação²³, fosse pelas assinaturas de seus autores ou por sua separação em suplementos – posteriormente, também transformados em cadernos.

Nesse sentido, dois suplementos, com importante vinculação com os temas literários, marcaram a história do Jornal do Brasil e da sua reformulação: *Suplemento Feminino* e *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*. O primeiro nasceu de uma experiência de Heloísa Abranches, secretária particular e sobrinha da condessa Pereira Carneiro.

Além de auxiliar a condessa, Heloísa teve no JB, na primeira metade de 1956, uma página feminina, logo ampliada para duas, incluindo notícias literárias, comentários sobre literatura contemporânea e publicação de antologias, ou versos de Aníbal Machado, contos de Grimaldi. A *Coluna da Helô*, misturando moda, decoração, beleza, culinária, poesia e entrevistas com autoras nacionais como Raquel de Queiroz e Cecília Meireles, era desenhada com apuro por Reynaldo Jardim, paralelamente à sua coluna de literatura. As duas colunas, num movimento de negociação de fronteiras, foram se expandindo até se tornarem, respectivamente, o *Suplemento Feminino* e o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, ambos criados por Jardim em 1959.

O *Suplemento Feminino*, publicado às terças e sextas, incorpora colaborações como a de Generice Vieira, que escrevia na *Página da Helô*, mas a nova equipe garante variedade no conteúdo: colunas sociais, crônicas, serviço cultural, reportagens, críticas. (grifos da autora) (VIEIRA, Itala Maduell, 2016, p. 31).

(BARBOSA, 2007). Os jornalistas que aparecem, em diferentes momentos, como principais responsáveis pela reforma são: Alberto Dines, Jânio de Freitas, Odylo Costa Filho, além de Reynaldo Jardim.

²³ O par neutralidade e objetividade, porém, não impedia as idealizações em torno da função do jornal e do jornalista. Barbosa (2007) mostra como os discursos de jornalistas envolvidos na reforma do Jornal do Brasil também apontam para aspectos relacionados à “arte do fazer jornalístico” e sua vinculação ao campo literário.

Já o *Suplemento de Domingo do Jornal do Brasil* teve sua origem na *Rádio Jornal do Brasil*, com o já citado poeta Reynaldo Jardim²⁴. Os comentários, críticas literárias, de cinema e arte foram incorporados ao periódico numa coluna semanal chamada *Literatura Contemporânea*; posteriormente, virou página, seguindo-se a criação do suplemento (VIEIRA, 2016). O Suplemento foi responsável por discutir assuntos de diferentes esferas da cultura, lançando autores e catalisando tendências. Contou, ainda, com a colaboração de nomes como Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade.

A reforma, que se consolidou no início dos anos sessenta, obteve resposta em relação a sua circulação e prestígio. O jornal deixou de ser, definitivamente, conhecido pelos anúncios e classificados, consolidando-se como uma marca entre os leitores e também anunciantes (VIEIRA, 2016). Passou ainda a ocupar uma posição de privilégio dentro da imprensa do Rio de Janeiro, ganhando peso “na formação da opinião pública” (BRASIL, 2015, s/p).

Assumindo seu lugar de “intermediário dos temas políticos” (BARBOSA, 2007), o *Jornal do Brasil* não deixou de se posicionar diante do golpe de 1964. Chamamos a atenção para uma matéria publicada pelo matutino no dia 31 de março de 1964; ao falar de uma “crise” no país, o jornal escolheu destacar, entre outras questões, uma matéria publicada pelo jornal *Washington Star* que sugeria um golpe militar no país.

O jornal *Washington Star*, em editorial sobre a situação no Brasil, afirmou, em sua edição de ontem, que “aqui está uma situação na qual um bom e efeito golpe-de-Estado, à velha maneira, por líderes militares conservadores, pode bem servir aos melhores interesses de todas as Américas”.

Ao opinar sobre a exigência dos oficiais da Marinha para que sejam punidos os marinheiros e fuzileiros envolvidos no motim da semana passada, diz o *Washington Star* que “o regime de Goulart poderá levar os brasileiros pelo caminho côr-de-rosa, que conduz a uma etapa comunista no final” (grifos do autor) (JORNAL DO BRASIL, 31 mar. 1964, p. 4).

Interessa notar que o *Jornal do Brasil*, que já tinha apontado as “ilegalidades”²⁵ do governo Goulart em sua capa, de certo modo, acionou o fantasma do comunismo através

²⁴ Reynaldo Jardim foi poeta e jornalista. Além do *Jornal do Brasil*, trabalhou e editou diferentes revistas e jornais, tais como: Revista *O Marco*, suplemento *O Sol* do *Jornal dos Sports*, *Segundo Caderno* do *Correio Brasileiro*, entre outros. No início dos anos sessenta, participou da publicação da série *Violões de Rua*, dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, uma iniciativa do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) que foi travada pelo golpe militar. Observatório da imprensa. Disponível em: <<http://www.observatorioidaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/artista-de-sete-ou-oito-instrumentos/>>. Acesso em 25 jan. 2021

²⁵ O texto com o título “Reincidência”, publicado sem assinatura, compõe a capa do *Jornal do Brasil* junto a diversas chamadas. As chamadas se relacionavam à revolta dos marinheiros, ocorrida dias antes, quando marinheiros desrespeitaram a ordem do ministro da Marinha, Sílvio Mota, e se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, em comemoração ao segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. O texto é publicado em letras maiores e em itálico, o que parece evidenciar seu caráter

da imprensa internacional. Além de repassar as críticas feitas pelo *Washington Star*, o *JB* enfatizou que o *Jornal de Madrid* via semelhanças entre a situação posta no Brasil e a Revolução Russa. Segundo o jornal espanhol, o Brasil estaria na mira do comunismo internacional em razão dos seus recursos; acrescentando ainda, que uma parcela de militares da marinha estaria influenciada pela propaganda comunista.

Já em Lisboa, O *Diário da Manhã* anunciou a provável satisfação de Moscou com o motim dos marinheiros ocorrido no Brasil. O *Jornal do Brasil* destacou parte do editorial, que argumentava:

É certo que alguns setores conservadores, opondo-se fervorosamente à reforma de certas estruturas ultrapassadas, têm contribuído, em larga escala, para encaminhar a crise no sentido da prova de força, mas não é menos certo que a colisão de instâncias federais e agrupamentos comunistas vem fornecendo àqueles grupos pretextos clamorosos. E, de qualquer modo, são os detentores de poder os que mais deveriam esforçar-se para a realização dos trabalhos objetivo e profícuo, ao invés de empenharem na demagogia revolucionária (JORNAL DO BRASIL, 31 mar. 1964, p. 4).

Segundo Rodrigo Pato Sá Motta (2002), o anticomunismo “adquiriu uma importância preponderante” no contexto dos anos 1960 e se constituiu “na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março” (MOTTA, 2002, p. 286). A formação deste cenário combinava aspectos da conjuntura interna e externa (MOTTA, 2002; LEMOS, 2011). No âmbito nacional, destacaram-se as mobilizações de massa, greves e o acirramento das contradições sociais que, por sua vez, não estavam desligadas da conjuntura externa, pautada pela Guerra Fria e pela agenda da contrarrevolução internacional (LEMOS, 2011).

Nesse sentido, dois dias depois ao golpe, o *Jornal do Brasil* celebrava a vitória do Brasil sobre o presidente João Goulart.

opinativo. Nele, Goulart é acusado de sentir-se bem na ilegalidade, desafiando a ordem constitucional, os regulamentos militares e o Código Penal Militar. De acordo com o texto, o presidente acreditava estar acima da lei e se colocava contra a hierarquia. Afirmava ainda que o presidente, ao se colocar em defesa dos marinheiros em motim, perdeu sua autoridade e amparo legal. O fim do texto mantém um tom de ameaça: “A disciplina facciosa não vingará no Brasil, que já protesta em Minas Gerais unido contra ela. Não vingará nem mesmo sob o manto protetor de um reformismo demagógico e insincero” (JORNAL DO BRASIL, 31 mar. 1964).



“FIEL ATÉ DEBAIXO DA ÁGUA”.
 “Sozinho na chuva, um soldado do Exército controla a situação, durante a comemoração da vitória”.

“VITÓRIA ESTÁ NAS RUAS”
 “A Cidade saiu às ruas para comemorar a vitória sobre Goulart”.

“O CAMINHO DA REVOLUÇÃO”.
 “Os tanques cruzaram as estradas mas não chegaram a disparar”.

“A FORÇA DA RESISTÊNCIA”
 “O governador esteve sempre preparado para tudo”

“O FOGO DO POVO”
 “Populares exaltados invadiram a sede da UNE, incendiando-a”.

“A PRIMEIRA QUEDA”
 “Tropas do Exército manobram na Cinelândia, enquanto um popular é ferido por balas disparadas da porta do Clube Militar”.

Figura 1 - A capa do Jornal do Brasil dois dias após o golpe

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

Embora celebrasse a vitória da “revolução”, o jornal admitia problemas com a legalidade do processo, visto que Goulart não havia renunciado ao cargo de forma imediata. Passado mais um dia, porém, o periódico consolidou a comemoração: O Brasil teria voltado à normalidade diante do “rumo desconhecido” do presidente João Goulart (JORNAL DO BRASIL, 03 abr. 1964, p. 1).

O Jornal do Brasil escolheu, mais uma vez, chamar a atenção do seu público para uma suposta simpatia da “maioria dos jornais ocidentais” em relação ao movimento revolucionário que havia deposto João Goulart. É interessante perceber como o periódico lançou mão de estratégias discursivas para construir uma base de apoio – discutindo a legalidade da “ação revolucionária”, sublinhando apoios internacionais, recorrendo à narrativa anticomunista. O jornal não foi, assim, mero divulgador dos fatos, mas elaborou

sentidos sobre os acontecimentos. Assim, a publicação tornou-se um ato de legalização daquele evento político (WOITOWICZ, 2015; BARBOSA, 2007).

O jornal que, segundo Brasil (2015), mantinha uma linha conservadora, mas também legalista e de defesa da constituição, ainda publicou uma espécie de carta ao congresso.

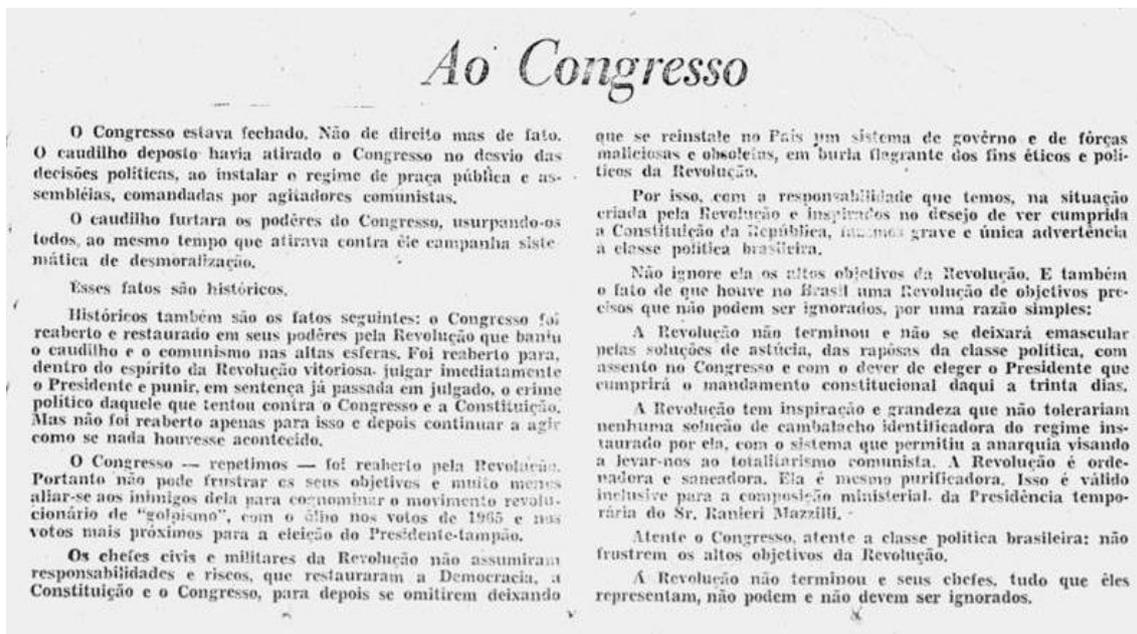


Figura 2 - JB fala ao congresso

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

A publicação destacava que o “caudilho deposto” havia fechado o congresso, tirando dele o seu poder. A “revolução” teria sido responsável pela reabertura, devolvendo sua função. Porém, esta abertura deveria estar atrelada ao “espírito da Revolução vitoriosa” e não poderia “frustrar os seus objetivos”. O Jornal do Brasil apontava como inimigos aqueles que chamavam os atos considerados revolucionários de “golpismo” e estariam de olho nas eleições futuras. Sublinhamos o trecho:

Os chefes civis e militares da Revolução não assumiram responsabilidades e riscos, que restauraram a Democracia, a Constituição e o Congresso, para depois se omitirem deixando que se reinstale no País um sistema de governo e de forças maliciosas e obsoletas, em burla flagrante dos fins éticos e políticos da Revolução.

Por isso, com a responsabilidade que temos, na situação criada pela Revolução e inspirados no desejo de ver cumprida a Constituição da República, impomos grave e única advertência à classe política brasileira.

Não ignore ela os altos objetivos da Revolução. E também o fato de que houve no Brasil uma Revolução de objetivos preciosos que não podem ser ignorados, por uma razão simples:

A Revolução não terminou e não se deixará emascular pelas soluções de astúcia, das raposas da classe política, com assento no congresso e com o dever

de eleger o Presidente que cumprirá o mandamento constitucional daqui a trinta dias.

A Revolução tem inspiração e grandeza que não tolerariam nenhuma solução de cambalacho identificadora do regime instaurado por ela, com sistema que permitiu a anarquia visando levar-nos ao totalitarismo comunista. A Revolução é ordenadora e saneadora. Ele é mesmo purificadora. Isso é válido inclusive para a composição ministerial da Presidência temporária do Sr. Ranieri Mazzilli.

Atente o congresso, atente a classe política brasileira: não frustrem os altos objetivos da Revolução.

A Revolução não terminou e seus chefes, tudo que eles representam, não podem e não devem ser ignorados (JORNAL DO BRASIL, 03 abr. 1964, p. 1).

A retórica do Jornal, assim como a de outros periódicos, construiu-se a partir da ideia de um movimento revolucionário salvacionista. O golpe, que se intitulou revolucionário, não poderia, portanto, ser considerado ilegal. A ilegalidade estaria no Governo de João Goulart (PINTO, 2018). O país estaria livre da anarquia comunista diante da revolução que não seria apenas salvadora, mas ordenadora, purificadora e saneadora. O Brasil, bem como a classe política representada pelo congresso, teria, assim, uma dívida com os “chefes da revolução”.

Como já observamos, as posições do jornal não estavam descoladas de seu contexto. Em 1964, assim como nos anos anteriores, as classes dominantes, a nosso ver, “enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc” (TOLEDO, 2004, p.3). Os jornais saudaram o golpe de forma quase unânime, embora muitos tenham, posteriormente, se apresentado como opositores do regime. Nesse sentido, a imprensa se percebia “como ator político consciente e atuante, portador de uma missão essencialmente política” (BARBOSA, 2007, p. 185).

Esse posicionamento, no entanto, não foi permanente. Como já expomos ao tratar de outros momentos da história do Jornal do Brasil, as decisões tomadas, bem como as posições estabelecidas e anunciadas, dependeram dos diferentes interesses em jogo. Anos antes do golpe, por exemplo, o jornal defendeu que Goulart assumisse a presidência diante da renúncia de Jânio Quadros e se posicionou de forma positiva em relação às reformas de base.

Durante os anos que se seguiram ao golpe, o Jornal do Brasil escolheu seguir a linha tecnocrática, apontando para sua aproximação com o regime militar. O movimento de aproximação e afastamento dos governos em curso foi contínuo; porém, as críticas não chegavam ao regime militar em si.

O governo de Castelo Branco, por sua vez, recebeu grande apoio do jornal, principalmente no que se refere às medidas econômicas. Por outro lado, o Jornal do Brasil se mostrou contrário à candidatura de Costa e Silva, considerando-o “incapaz de conduzir e manipular as lutas entre as diferentes facções, de maneira a impedir o endurecimento do regime” (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d, s/p).

A linha editorial do Jornal do Brasil se manteve dentro do jogo político manifestando apoio ao regime. Porém, também possibilitou *janelas* de crítica à ditadura em colunas assinadas (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d, s/p). O jornal, deste modo, não conseguiu se desvencilhar completamente dos ataques da Ditadura Militar, tendo sido colocado sob censura prévia entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969 (BARBOSA, 2007).

Cabe destacar que a censura, bem como a atuação dos jornais diante dela, se deu de forma diversa. A censura prévia instalava censores dentro dos jornais para garantir o veto de publicações, integral ou parcialmente. Contudo, a censura poderia chegar aos jornais através de telefonemas ou bilhetes. Por último, ainda podemos destacar a autocensura: movimento em que os próprios jornais vetavam certos temas, antecipando as possíveis proibições e as introjetando. Dentro das estratégias políticas, autocensurar-se também poderia ser uma forma de aproximação com o poder (BARBOSA, 2007).

O periódico engrossou as críticas aos Governos Militares em meados dos anos 1970, coincidindo com a abertura lenta e gradual do regime. As críticas renderam boicotes econômicos e a perda de concessões no rádio. No entanto, cabe notar que essas críticas ficaram mais situadas no campo econômico, em face do que seria uma “defesa do mercado” diante das medidas “estatizantes” do Governo Geisel. Por outro lado, o discurso do jornal quanto à abertura política foi de consenso com o Governo (FERREIRA; MONTALVÃO, s/d, s/p).

O fato é que o Jornal do Brasil, diferente de outros períodos conturbados de sua história, manteve-se em circulação durante todo o período ditatorial. Barbosa (2007) aponta que, se entre os anos 1950 e 1960, o Jornal do Brasil chegou ao ápice com a impressão de 70 mil exemplares, esse número cresceu no início dos anos 1970, chegando a cerca de 86 mil tiragens. Nesse sentido, no

Rio de Janeiro, os primeiros anos da década de 70 consolidam o Jornal do Brasil como um jornal moderno, inteligente, compatível com as novas tendências do jornalismo diário e com as circunstâncias do Brasil da época. A sintonia fina entre o Jornal do Brasil e seus eleitores era impressionante. Fora

do eixo Rio-São Paulo, o modelo a ser copiado, imitado, plagiado, era o do Jornal do Brasil (GENTILLI, Victor, 2004, p.94).

Já no ano de 1978, o Jornal do Brasil conseguiu bater a marca de 253.971 exemplares aos domingos. Manteve-se, assim, como um dos três grandes periódicos do Rio de Janeiro, ao lado dos jornais O Globo e O Dia. Juntos, os três monopolizavam 90% dos leitores (BARBOSA, 2007).

O crescimento do Jornal do Brasil teria, inclusive, motivado a reforma do concorrente O Globo no início dos anos 1970. Embora o segundo periódico vendesse um maior número de tiragens, em termos percentuais, o Jornal do Brasil mostrava maior crescimento. Essa reforma foi responsável por atrair e incorporar grande número de leitores de outros jornais, os quais começaram a sair de circulação no período. Foi também, grande influenciadora na “derrocada” do Jornal do Brasil nos anos oitenta (BARBOSA, 2007, p. 211).

No sentido de observarmos alguns vestígios sobre a circulação do jornal e o seu alcance em relação a possíveis leitores, em especial no recorte de nossa pesquisa, apresentamos uma tabela²⁶ com o valor cobrado pelo exemplar do Jornal do Brasil, entre 1970 e 1980, no Rio de Janeiro. Os valores dos exemplares avulsos correspondem à primeira publicação de junho de cada ano. Como referência para análise, indicamos, ao lado do preço do jornal, as médias anuais²⁷ dos valores de três itens da cesta básica.

ANO	VALORES DO JORNAL AVULSO (Cr\$)		PRODUTOS E VALORES DE REFERÊNCIA (MÉDIAS ANUAIS EM Cr\$)		
	DIAS ÚTEIS	DOMINGOS	AÇÚCAR REFINADO	ARROZ AGULHA	FEIJÃO PRETO COMUM
1970	0,40	0,60	0,85	0,99	1,54
1971	0,40	0,70	1,02	1,36	1,57
1972	0,50	0,80	1,04	1,52	1,24
1973	0,80	1,20	1,32	2,03	3,56

²⁶ Os valores dos itens da cesta básica foram retirados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE), as edições consultadas são referentes aos de 1971 a 1981. IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em 28 jan. 2021

²⁷ Até 1975, as médias anuais localizadas referem-se ao território nacional. A partir de 1976, elas aparecem por Estado. Portanto, as médias apresentadas na tabelas referem-se ao Rio de Janeiro.

1974	1,20	1,80	1,69	3,16	3,96
1975	2,00	3,00	2,22	4,79	3,79
1976	3,00	4,00	3,00	4,75	4,78
1977	4,00	5,00	4,50	6,06	7,16
1978	5,00	6,00	6,04	9,15	9,55
1979	6,00	6,00	8,43	14,21	14,65
1980	15,00	15,00	18,07	28,60	43,89

Tabela 2 - Preço do Jornal do Brasil comparado a itens da cesta básica (1970-1980)

Tabela produzida pela autora

Podemos observar que a edição de domingo era vendida, em geral, por preços mais altos. Dentro desta amostra, os exemplares da semana e os dominicais só passaram a ser vendidos pelo mesmo valor em 1979. Ao compararmos os preços dos exemplares avulsos do Jornal do Brasil e as médias anuais de preços de três itens da cesta básica (açúcar refinado, arroz agulha e feijão preto comum), percebemos que o valor do periódico raramente ultrapassa o preço de um dos itens.

Entendemos que, por um lado, estes valores demonstram que o jornal não era inacessível para as camadas populares; por outro, visto que nossa pesquisa não possui os dados necessários para melhor definir o público do periódico estudado, não podemos fazer afirmações quanto a sua maior penetração nas classes populares, médias ou altas²⁸. O que podemos afirmar, diante dos dados e referências mobilizadas, é que entre 1975 e 1980 – período em que a coluna *Criança é Criança*, de Ana Maria Machado, foi publicada – o Jornal do Brasil ainda era um matutino de importante circulação na cidade do Rio de Janeiro e buscava intervir no debate político através de suas páginas.

²⁸ Merece registro que, considerando a população com 15 anos ou mais, o analfabetismo no Brasil estava em torno de 33,7% nos anos 1970, caindo para 25,9% na década seguinte. Além disso, é relevante mencionar que as classes trabalhadoras possuíam longas jornadas de trabalho, fato que, possivelmente, implicava na redução do tempo disponível para a leitura de jornais. Por outro lado, a possível redução de tempo disponível para leitura não exclui as possibilidades de penetração do JB nas camadas populares diante da multiplicidade de práticas de leitura (MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf).

Até este momento, buscamos construir um panorama do Jornal do Brasil da sua fundação até o início dos anos 1980, recorte do nosso estudo. Nossa intenção foi de, nesse movimento, travar um debate sobre a inserção do jornal no cenário político, mas também nas próprias transformações da imprensa. No final deste tópico, mobilizamos dados que auxiliam na compreensão da circulação do jornal na década de setenta e início dos anos oitenta.

Temos a consciência de que este é um movimento difícil e que possui suas limitações, tendo em vista os múltiplos atores envolvidos no processo de construção do jornal, bem como das nuances de seu público leitor. Se, por um lado, não fomos capazes de apresentá-los com grande aprofundamento, por outro, buscamos não negligenciar importantes discussões sobre a imprensa e o lugar assumido pelo Jornal do Brasil em décadas de história.

Agora, em articulação com a nossa proposta até aqui, recuamos. Damos meia volta, *espiamos para dentro* e avançamos no sentido de aprofundar questões fundamentais para a análise do nosso objeto. Olharemos para o Caderno B, para sua relação com a literatura e para os espaços de discussão sobre literatura infantil no Jornal do Brasil; assim, buscaremos entender o cenário que antecede e atravessa a publicação da Coluna *Criança é Criança*.

1.4 O *Caderno B* do JB

– Isso mesmo: tudo pode. Ninguém manda, ninguém obedece. Não tem isso de pedir licença ou deixar. Por isso achamos graça em você perguntar se por acaso nós íamos deixar... E logo deixar brincar.

Ana Maria Machado, em Bento que bento é o frade

No dia 15 de setembro de 1960, o Jornal do Brasil anunciava, em sua capa, o lançamento de seu *Caderno B*. Aquela edição contou com “três páginas femininas, páginas de esporte, turfe, cinema, teatro e as seções (Vida Literária, Artes Visuais, etc) que costumavam ser publicadas na 6ª página”. O matutino ainda explicava que “os anúncios classificados passar[iam] a compor um caderno próprio, o Caderno C”, já o Caderno A seria publicado “com o mesmo número de páginas” e sendo “dedicado à atualidade, oferecendo aos leitores cobertura mais completa dos fatos locais, nacionais e internacionais” (JORNAL DO BRASIL, 15 set. 1960, p. 1).

Na capa do *Caderno B*, o jornal escolheu chamar a atenção das leitoras do *Suplemento Feminino*: ele não iria mais circular, todavia, o *B* seria uma espécie de sua ampliação; as 8 páginas do novo caderno seriam destinadas a “informações mais amplas e novas colunas”. O jornal apresentava, também, os assuntos que seriam discutidos: “vida literária, artes visuais, notas religiosas, música, registro social, rádio, problemas de pais e filhos, curso de inglês, decoração, tabuada divertida, novela, sucesso de hoje, receita, moda infantil, de Gil Brandrão, cinema, teatro, roteiro dos espetáculos, turfe e esporte” (JORNAL DO BRASIL, Caderno B, 15 set. 1960, p. 1).

Além de uma foto da atriz Romy Schneider, que ocupava quase toda a primeira página da edição, chama a atenção a ilustração de um “homem misterioso”; vestido com um sobretudo de colarinho levantado e chapéu na mão, ele parecia espreitar o leitor através da página. Era *O Assobiador*, homem que assobiava durante a programação da Rádio Jornal do Brasil, a qual conferia prêmios diversos aos que o escutassem. Segundo Lima (2006), o personagem fazia parte de uma estratégia de marketing da rádio e sua aparição na primeira edição do *Caderno B* marca a relação entre os dois meios de comunicação. O caderno de cultura se tornou um importante instrumento de divulgação da rádio e suas promoções.



Figura 3 - Capa do Caderno B

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

Apresentamos a capa da primeira edição do *Caderno B*, pois ela expõe elementos importantes do projeto gráfico do caderno como um todo, dos temas discutidos pelas páginas do caderno, das concepções, objetivos e condições que envolveram sua criação e circulação enquanto caderno de cultura. Nesse sentido, pretendemos olhar mais detidamente para esses elementos.

Iniciamos pela preocupação com o projeto gráfico, que foi um aspecto muito considerado no período de reforma do JB e na busca por superar o rótulo de “jornal das cozinheiras”. O *Caderno B*, nesta perspectiva, tornou-se um espaço de experimentação, mesmo que tenha sido lançado nos anos finais da reforma do jornal.

A apresentação visual se tornou um elemento desta experimentação e o projeto gráfico era utilizado como forma de diferenciação discursiva (DAMASCENO; GRUSZYNSKI, 2014, p. 110). Ademais de uma função “organizadora” da proposta do

jornal, as propostas editoriais e visuais do JB tinham como encargo atrair os leitores e fidelizá-los. Assim, estava em jogo a criação de uma identidade do jornal e do seu público.

Voltemos à capa da primeira edição do *Caderno B*. A foto da atriz Romy Schneider, em tamanho grande, não foi uma escolha ao acaso: as “fotos abertas e ilustrações dispostas com critério gráfico no papel jornal” marcaram o projeto do caderno de cultura (LIMA, 2006, p. 69). A publicação do *B* teria sido um expoente tanto em termos de projeto editorial quanto de projeto gráfico, “tornando-se referência não só para os suplementos culturais mas também para o campo do jornalismo impresso no Brasil de maneira geral” (DAMASCENO; GRUSZYNSKI, 2014, p. 110).

Reinaldo Jardim foi o responsável por, nos primeiros meses de circulação, desenhar as páginas do *B*, além de liderar a própria criação do caderno. Assim, a publicação guardava semelhanças com o *Suplemento de Domingo do Jornal do Brasil*, também idealizado por ele e considerado um importante antecessor do *Caderno B* (VIEIRA, 2016; LIMA, 2006). Nesta direção, será interessante diferenciar suplemento e caderno, assim como pensar nos elementos que possibilitaram a criação do segundo.

Já indicamos que os suplementos fizeram parte de uma tendência de segmentação dos temas e discussões dentro do jornal, o que ganhou força a partir dos anos 1950. Essa segmentação, no entanto, não ocorreu apenas em razão do debate relacionado à objetividade e neutralidade das práticas jornalísticas, mas também em razão das condições materiais do período.

O segmento jornalístico aproveitou o impulso desenvolvimentista do governo JK para “modernizar as gráficas com novos equipamentos e fazer alterações na apresentação do jornal, entrando com toda força na disputa pelo mercado consumidor” (LIMA, 2006, p. 76). As máquinas rotativas entraram em cena possibilitando a impressão de tiragens maiores e segmentadas em cadernos. A nova forma de impressão possibilitou a criação de diversos suplementos nos anos 1950, destacando-se os femininos e literários.

Os suplementos, diferente dos cadernos, circulavam em dias específicos da semana como “extras”; assim, podemos entendê-los como “publicações em separado, complementos de matérias especiais” (LIMA, 2006, p. 76); esses complementos referiam-se, normalmente, a temas ou grupos específicos (VIEIRA, 2016), como foi o caso do *Suplemento Feminino*.

Os cadernos, por sua vez, são parte de um todo. Portanto, correspondem às partes em que um jornal é separado; não são extras e circulam todos os dias, comportando

“gêneros determinados de seções e de matérias” (VIEIRA, 2016, p. 38). Assim, quando o Jornal do Brasil anunciou a separação do periódico em três cadernos e a supressão do *Suplemento Feminino* em nome de uma ampliação (JORNAL DO BRASIL, 15 set. 1960, p. 1), vemos exemplificada a transformação das matérias extras ou complementares em publicações definitivas do jornal.

Cabe também destacar que os anos 1960 foram marcados por uma efervescência cultural. Ridenti (2003) aponta para uma convergência entre política, cultura, vida pública e privada. Entre as questões que envolviam o florescimento cultural brasileiro, aponta para as lutas pelas reformas de base, bem como destaca a

crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, peso significativo dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam, avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos como aparelhos de televisão, além de outros bens, caso da pílula anticoncepcional – o que possibilitaria mudanças consideráveis de comportamento), etc (RIDENTI, Marcelo, 2001, p. 3).

Já Lima (2006) destaca a força que as músicas da Bossa Nova ganhavam, as manifestações artísticas e literárias do concretismo e as transformações arquitetônicas, que tinham na construção de Brasília um grande exemplo, como aspectos desta efervescência. Ainda é necessário levar em conta que Carlos Lacerda buscou, nesse período, fomentar projetos culturais e artísticos para que o Rio de Janeiro não perdesse o status de capital cultural após ter deixado de ser a capital do país.

O *Caderno B* é criado, dentro deste contexto, com nome e objetivos próprios, diferenciando-se com clareza dos outros cadernos do Jornal do Brasil. Com o *B*, nascia um caderno de cultura que, nos quatro primeiros anos de circulação, priorizaria o lazer e o entretenimento como temas. Aliás, “Caderno de Cultura” e “Caderno B” teriam se tornado sinônimos, tendo em vista que a sua criação teria lançado novos parâmetros para a publicação de cadernos similares em outros periódicos (LIMA, 2006; VIEIRA, 2016).

Pela sua primeira edição, podemos observar que o Caderno se lançou com publicações que visavam contemplar diferentes *segmentos culturais*: culinária, moda, literatura, religião, música, rádio, esporte, educação. Segundo Lima (2006), as matérias também abrangiam a cidade e o comportamento dos seus habitantes, além de pequenas curiosidades, entretenimento em quadrinhos, etc.

O Caderno ganhou novos contornos entre o final dos anos de 1960 e início dos anos 1970. O número de páginas aumentou, assim como as seções e as pautas; os serviços ganharam destaque e houve o fortalecimento das colunas assinadas. Uma das características desse período foi o fortalecimento da relação com o Rio de Janeiro, diante da sua efervescência cultural. Ganharam relevo os “gostos, modas e invenções linguísticas” da geração jovem de Ipanema (LIMA, 2006, p.160). Nesse sentido, os cronistas, como “leitores privilegiados dos hábitos cotidianos da cidade” também ganharam ainda mais espaço (idem), bem como como colunistas sociais e críticos setoriais.

No sentido de pensar nos vestígios relacionados ao público do *Caderno B* neste período, Lima (2006) salienta que

(...) o B delinea sua afinidade com a identidade carioca, especialmente em acordo com a juventude classe média alta da Zona Sul da cidade, pela localização dos eventos anunciados e pelo fato de que seus jornalistas e redatores pertencem a essa faixa da sociedade. A clara valorização das seções de coluna social, crônica e crítica das artes estreitará os laços entre o Caderno B e o Rio de Janeiro (LIMA, Patrícia Ferreira de Souza, 2006, p. 17).

Na década seguinte, as permanências apresentaram maior peso no segundo Caderno do JB. A apresentação de produtos e preços ganharam destaque, assim como as indicações de agências de publicidade. Os comentários sobre comportamento e tendências de moda perderam força em relação às indicações de empresas e custos de produtos em lojas na Zona Sul da cidade (LIMA, 2006). É interessante notar que o caderno se tornou um espaço de estratégias econômicas de quem lá anunciava, mas também do próprio jornal, vide a presença do *Assobiador* na capa da primeira edição do *B*.

Entendemos, diante das questões apresentadas até aqui, que a criação do *Caderno B* consolidou a abordagem cultural do Jornal do Brasil. Enquanto importante expressão do jornalismo cultural, ele capilarizou sua abordagem e buscou alcançar diferentes públicos. Se, por um lado, não abandonou uma função característica do gênero que é a de “formar adeptos às expressões artísticas consideradas mais sofisticadas” (MAIA, 2014, p. 26), mantendo colunas de críticas setoriais; por outro, se colocou como roteiro de consumo dos bens culturais, divulgando espetáculos, eventos e outros produtos.

Embora exista uma tendência, dentro do próprio jornalismo, de separar os temas chamados culturais dos políticos ou econômicos – considerados mais “densos” –, esta separação é ilusória. Havia, no período que estudamos, um esforço em estabelecer

fronteiras rígidas em nome da objetividade, da estética gráfica e editorial; na prática, contudo, elas não eram estanques. Jácome e Vieira (2019) indicam que

A emergência de cadernos culturais a partir da década de 1960 nos revela que esse tipo de publicação era capaz de mesclar aquilo que o próprio discurso da modernização da imprensa parecia negar. Neles, jornalismo, literatura, política e artes são discutidos com grandes implicações para o campo da comunicação (...). Nesses cadernos, nem o lide expulsou o viés literário, nem a liberdade de estilo foi encaixotada pela chamada pirâmide invertida. Muito menos o autor perdeu sua identidade. Tampouco se furtavam a tratar de política em suas páginas (JÁCOME, Phellipy; VIEIRA, Itala Maduell, 2019, p.5-6).

Não é possível afirmar que os temas políticos estiveram fora do *Caderno B*, mesmo que as formas de abordagem fossem diferentes do *1º Caderno*. Ademais, quando falamos de um *B* político, destacamos sua função de produtor da realidade e não apenas de divulgador dela. O *Caderno B* tinha um caráter eminentemente político; não pode, assim, ser compreendido como mero reflexo do cenário cultural, mas deve ser observado como possível ordenador deste cenário (VIEIRA, 2016). As escolhas sobre o que publicar ou não no Caderno de cultura também se davam a partir de interesses e disputas políticas.

Tratando-se do contexto ditatorial, o *Caderno B* também estava submetido às regras do jogo político e à possibilidade de censura; possuía, inclusive, colaboradores em listas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), jornalistas vigiados e que chegaram a ser presos (VIEIRA, 2016). Seria difícil, portanto, sustentar a ideia de que para o caderno cultural tudo seria permitido, que *ninguém mandava, que ninguém obedecia*; embora também não possamos desconsiderar a construção de táticas (CERTEAU, 2014) por parte daqueles que escreviam o caderno, como veremos na atuação de Ana Maria Machado.

Até aqui, pensamos em como o *Jornal do Brasil* se constituiu, historicamente, como um importante periódico brasileiro, se estabelecendo no cenário político e cultural do país. O jornalismo cultural, através do *Caderno B*, foi de extrema importância nesse processo, ao mesmo tempo em que lançou as bases para criação de outras publicações similares em diferentes periódicos. Agora, afunilaremos um pouco mais as questões relacionadas ao nosso objeto e pensaremos nas discussões literárias travadas no *Jornal do Brasil*, com ênfase na literatura infantil.

CAPÍTULO II - A LITERATURA NO JB: “A VEZ DAS CRIANÇAS”

Não sei se nesse tempo tinha filme, mas se tinha, estava proibido. Teatro, também, é claro. Num instante, não podia mais nada. Estava proibido cantar, dançar, tocar, batucar, representar, desenhar, pintar, inventar, escrever, ler, guardar papel escrito. Assim se passou algum tempo. Até que um dia chegou a vez das crianças. E acabou a vez do Tirano. Deixa eu contar como foi.

Ana Maria Machado, em Era uma vez um tirano

Como vimos nas discussões anteriores, a literatura esteve envolvida na própria construção da linguagem jornalística. Nas décadas de 1930/1940, os suplementos literários já tinham força na imprensa, apontando para um afastamento físico entre os textos literários, as notícias e atualidades, as quais buscavam uma linguagem objetiva e neutra. Antes deles, no início do século, os folhetins faziam sucesso nos jornais; nomes como Machado de Assis, José de Alencar e Olavo Bilac marcaram a história da relação entre literatura e jornalismo.

A linguagem jornalística, nesse sentido, buscou se afastar da linguagem literária; porém, não se pode falar de um afastamento definitivo, nem da exclusão da literatura das páginas dos periódicos. O que houve, de fato, foi uma remodelação dos jornais e a reorientação na forma de apresentar as publicações relacionadas à literatura. Um exemplo é o próprio *Jornal do Brasil* e o *Caderno B* – lançado nos anos 1960. Se no *1º Caderno* vigorava uma linguagem mais “endurecida” e objetiva, o *B* escapava às normas e amarras redacionais (VIEIRA, 2016).

Itala Maduell Vieira (2016) indica que, apesar do *Caderno B* ter uma abordagem diversa de assuntos e temas, a literatura possuía importante espaço e destaque; o caderno se tornou a casa da literatura no *Jornal do Brasil*. Segundo a mesma autora, ao mesmo tempo que os literatos emprestavam seu prestígio ao jornal, eram divulgados por ele. O *B*, assim, teria popularizado nomes como Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Rubem Braga e Fernando Sabino.

Ainda pensando na importância das discussões e textos literários no JB, lembramos que o *Suplemento de Domingo do Jornal do Brasil (SDJB)*, que antecedeu a publicação do *Caderno B*, foi espaço de articulação do movimento concretista. O suplemento fez uma grande cobertura da *Exposição Nacional de Arte Concreta* (1956) e, no ano seguinte, o SDJB lançou o manifesto do grupo concretista (VIEIRA, 2006).

Podemos afirmar, portanto, que a literatura, historicamente, possuiu um espaço de prestígio no Jornal do Brasil. Nesse sentido, tendo em vista que nosso objetivo é analisar a mediação cultural e a produção intelectual de Ana Maria Machado na coluna *Criança é Criança* (1975-1980), publicada no JB, com ênfase nas questões relacionadas à literatura infantil, perguntamos: qual era o espaço destinado à discussão da literatura para crianças no periódico?

Esta pergunta é de grande importância para nossa análise, pois a sua resposta nos ajudará a entender as discussões sobre literatura infantil que antecederam a coluna *Criança é Criança*. Desejamos mostrar que as discussões que eram propostas por Ana Maria Machado não estavam descoladas de seu contexto; a autora não “falava sozinha”, mas se colocava num debate que não começou ou terminou com a referida coluna.

2.1 “O que há para a criança”: as publicações sobre literatura infantil no JB (1960-1974)

Vocês todos apanharam coisas prontas pra trazer. Eu não. Eu trouxe coisas de fazer. E as coisas que a gente faz são sempre melhores. Veja só.

Ana Maria Machado em Bento que Bento é o Frade

Antes de analisar as publicações que localizamos, gostaríamos de explicitar os limites de nossa análise. Não encontramos trabalhos que tratassem sobre as abordagens relacionadas à literatura infantil no Jornal do Brasil. Por isso, nossa análise partirá exclusivamente de publicações localizadas no JB a partir da palavra-chave “literatura infantil”²⁹.

²⁹ Tendo em vista que este não é o nosso principal grupo de fontes, não ampliamos a busca a partir de outras palavras-chave, tais como “livro infantil” ou “literatura para crianças”.

Elegemos o ano de 1960 para iniciar este levantamento, porque entendemos que um recuo de quinze anos em relação à coluna de Ana Maria Machado nos permite observar um panorama interessante das discussões em pauta. Além disso, 1960 foi o ano de estreia do *Caderno B*, o que pode ter intensificado o aparecimento da discussão sobre literatura infantil no jornal.

Entre 1960 e 1980, localizamos mais de mil referências ao termo “literatura infantil” no JB, como é possível observar na tabela abaixo.

PALAVRA-CHAVE	PERÍODO	OCORRÊNCIAS
LITERATURA INFANTIL	1960-1969	214
LITERATURA INFANTIL	1970-1979	803
LITERATURA INFANTIL	1980-1989	612

Tabela 3 - Ocorrências de Literatura Infantil no Jornal do Brasil

Tabela produzida pela autora

Diante desta informação, cabe destacar que, visando uma sistematização, selecionamos as publicações de artigos, entrevistas e comentários centrados na *discussão* sobre a literatura infantil, excluindo pequenas notas, divulgação de prêmios, concursos e eventos, indicações de livros e a maior parte das resenhas³⁰. Interessa-nos, especialmente, as publicações assinadas, pois elas nos ajudam a entender com quem Ana Maria Machado dialogava, mesmo que indiretamente. Já à nível de análise, destacamos que não seremos capazes de discutir com profundidade todas as publicações listadas, todavia, elencaremos alguns exemplos dos debates que aparecem no jornal com maior frequência.

Nesse primeiro momento, daremos destaque às publicações anteriores à coluna *Criança é Criança*; ou seja, destacaremos publicações localizadas até o ano de 1974. No capítulo três, apresentaremos algumas publicações do mesmo período da coluna.

³⁰ Não excluimos todas as resenhas ou notas do levantamento, tendo em vista que algumas dessas publicações apresentam questões e discussões mais amplas, ultrapassando a análise do livro e informações do evento em destaque. Além disso, outras publicações serão pertinentes em análises posteriores, ajudando a perceber questões sobre a circulação dos livros literários para a infância.

	Título da publicação	Autor/ Autora	Ano
1.	Literatura Infantil	Marco Aurelio Matos	1960
2.	Quando começou a literatura infantil no Brasil		1960
3.	Livros Infantis		1964
4.	A infância necessária	Lago Burnett	1965
5.	A vez das crianças	Lago Burnett	1966
6.	Técnicos procuram fórmula de tornar o livro mais atraente para infância e juventude		1966
7.	Francisco Marins e a infância	Leonardo Arroyo	1966
8.	Opinião de quem faz o mundo encantado		1967
9.	O que há para a criança – O livro		1968
10.	Ficção científica: um novo caminho para a literatura		1968
11.	O melhor leitor, a criança		1968
12.	Livro infantil, um dia só seu	Departamento de pesquisa	1969
13.	Os livros para crianças são decisivos na sua formação - Boa literatura desde cedo		1969
14.	O moderno livro infantil: terror não	Beatriz Bomfim	1969
15.	Os animais são o tema, as crianças os leitores	Entrevista com Flávia da Silveira Lôbo	1969
16.	Das fadas aos cosmonautas, a descoberta do mundo novo	Departamento de Pesquisa	1970
17.	Infantil: o maravilhoso dentro da gente	Léa Maria	1970
18.	A festa real da ficção	Celina Luz	1970
19.	Adolescência, tempo incerto para ler	Regina Oliveira	1970
20.	Livro Infantil, o caminho da imaginação (de Andersen até hoje, pouca gente)		1971
21.	A mulher na literatura infantil	Departamento de Pesquisa	1971
22.	Grimm, do conto de fada ao país do arco da velha	Maria Clara Machado	1971
23.	Orientar, o segredo de iniciar na leitura (como reconhecer o bom livro infantil)	Carmem Silvia Pares	1971
24.	Andersen haverá má vontade para com as fadas	Ofélia Fontes	1971
25.	Gladys: uma maneira nova de contar histórias	Entrevista com Gladys	1971
26.	As fadas contra tio patinhas	Entrevista com o professor Francisco da Gama Lima Filho	1971
27.	Seminário de literatura recomenda mais historinhas (...)		1971
28.	Escritor faz críticas às histórias em quadrinhos porque viciam a criança		1971
29.	Livro infantil, um negócio que cresce e rende	Paulo César de Araújo	1971
30.	Literatura Infantil	Zózimo Barrozo do Amaral	1972
31.	Livro desde cedo		1972

32.	A criança e seu livro		1972
33.	Editar? A resposta de um leitor como a gente	Peter Matheson	1972
34.	Um mundo rico de heróis de Ofélia Fontes	Maria Lúcia Amaral	1972
35.	Especialista em literatura infantil acha que o jogo criativo facilita a expressão		1972
36.	A aula de historinhas	Entrevista com a professora Teresinha Eboli	1972
37.	Narizinho Ou Chapeuzinho?	Magdalena de Almeida	1972
38.	Os Colegas	Ofélia Fontes	1973
39.	As terríveis histórias para crianças		1974
40.	O livro que ensina a viver		1974
41.	A saída? Onde fica?	Carmen Amélia	1974
42.	MEC quer que crianças leiam mais		1974
43.	Autor de livros infantis diz que criança hoje só se interessa por temas atuais	Entrevista com Antônio Rocha	1974
44.	Reunião de técnicos do MEC discute relatório sobre literatura infantil		1974
45.	Livro infantil reúne no Rio técnicos de 25 países	Laura Constância Sandroni	1974
46.	Um mercado em expectativa: 20 milhões de leitores	Leny Weneck Dornelles	1974
47.	Onde estão os escritores brasileiros de literatura infantil?	Vicente Guimarães (vovô Felício)	1974
48.	“Escrever para as crianças”: Quando é melhor ser mágico que professor	Norma Couri	1974
49.	Livro para a infância abre reunião		1974
50.	Criador da “Mônica” pede livros infantis escritos em linguagem mais simples	Entrevista com Maurício de Souza	1974
51.	Muito prazer, Sr. Gato de Botas	Norma Curi	1974
52.	Um tema polêmico: A estória em quadrinhos	Josué Montello	1974
53.	Sete garotos em muitas aventuras	Ofélia Fontes	1974

Quadro 2 - Literatura Infantil no Jornal do Brasil (1960-1974)

Quadro produzido pela autora

Diante das questões sinalizadas, levantamos cinquenta e três publicações entre os anos de 1960 e 1974 – quinze até 1969 e trinta e oito entre 1970 e 1974. Estes números, juntamente com os apresentados na busca geral, já indicam que, pelo menos no que se refere ao Jornal do Brasil, a discussão sobre a literatura infantil se avolumou na década de setenta.

De maneira geral, percebemos que no primeiro caderno eram veiculadas as notas e artigos sobre eventos, concursos e ações relacionadas ao livro de literatura infantil. As

resenhas, entrevistas e artigos eram publicados no *Caderno B*, na *Revista de Domingo* ou no *Suplemento Livro*.

Das publicações levantadas, vinte e seis são artigos e resenhas assinadas por pessoas físicas; três são assinadas pelo Departamento de Pesquisa³¹; outras seis publicações são entrevistas. Nomes importantes no cenário de estudo e produção da literatura infantil aparecem no jornal, tais como: Laura Constância Sandroni³², Leny Werneck Dornelles³³, Leonardo Arroyo³⁴ e Ofélia Fontes³⁵.

No período citado, podemos sublinhar a discussão de duas questões principais: a **caracterização do que seria um bom livro literário para crianças** – qualidades do texto, sua função, o que desenvolvia nas crianças, as abordagens que deveriam ser festejadas e estimuladas entre autores – e a **situação do mercado editorial**, tanto no que se refere à qualidade de edições e persistência das traduções, quanto à produção, comercialização e circulação do livro de literatura para crianças no país.

³¹ Segundo Melo (2014), o Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil era uma biblioteca que se tornou uma editora independente. Sua função era “produzir textos com informação de arquivo; além de organizar, catalogar e arquivar, por tema, as notícias publicadas em diversos periódicos do mundo” (MELO, Alice, 2013, p. 1). Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Alice-Melo.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

³² Laura Sandroni foi uma das fundadoras da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil* (FNLIJ), em 1968. A carioca foi a primeira diretora executiva da Fundação e ocupou este cargo por mais de uma década; por isso, esteve envolvida na construção de projetos de divulgação do livro infantil, além da organização de congressos e seminários sobre o tema. *Jornal de Literatura* (UPF). Disponível em: http://www.jornadadeliteratura.upf.br/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=147:tereza-colomer&catid=9:autores&Itemid=32. Acesso em 18 fev. 2021

³³ Leny Werneck é escritora, jornalista e tradutora. Lecionou no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1953-1930), na Escola Normal e no Curso de Formação de Professores de Ensino Normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1961-1972). Além disso, coordenou cursos do INEP/CBPE/MEC (1963 a 1972) e foi co-fundadora, consultora e colaboradora da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*. A jornalista, que possui livros infantis publicados, colaborou com o *Jornal do Brasil* entre 1973 e 1980. *Dicionário de Tradutores* (UFSC). Disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/LenyWerneck.htm>. Acesso em 19 fev. 2021.

³⁴ Leonardo Arroyo foi jornalista, autor de livros infantis, poeta, ensaísta; também foi editor e dirigiu o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1958-1967) (ARROYO, 2011). Nesse período, também foi editor, diretor e redator da “Página Literária” da Folha de São Paulo, jornal em que atuava desde 1942. Ganhou diversos prêmios, tanto no âmbito literário quanto no jornalístico.

³⁵ Ofélia de Barros Fontes (1902-1986) foi professora primária e técnica em educação; suas primeiras produções para crianças foram destinadas à escola, sendo marcadas pelo utilitarismo que buscava divertir ao mesmo tempo que informava. Ofélia Fontes integrou o Conselho Superior da FNLIJ como representante dos escritores e, em 1974, o Prêmio “O Melhor para Crianças” da Fundação recebeu o seu nome (SOARES, 2020).

2.1.1 “A criança e seu livro”: infância e literatura de qualidade em pauta

Mas mesmo sem poder ver cores nem estrelas diferentes do uniforme, sem poder se reunir nem ter ideias próprias, algumas coisas as pessoas ainda faziam.

Elas cantavam e pensavam.

Ana Maria Machado em Era uma Vez um Tirano

Começaremos nossa análise apresentando algumas publicações que apontam para as disputas em torno das características da literatura produzida para crianças. Veremos que a função do livro e as características relacionadas a ela são sempre trazidas para o centro da discussão e se relacionam às concepções de infância e ao lugar das crianças na sociedade.

“A literatura infantil brasileira tem um defeito grave: oferece uma apresentação gráfica medíocre” (JORNAL DO BRASIL, 06 jul. 1960, p. 3). É com esta afirmação que Marco Aurélio Matos³⁶ iniciou o artigo intitulado “Literatura Infantil”. Embora tenha começado apontando um problema relacionado à materialidade do livro produzido no Brasil, o autor apresenta outras questões em sua análise, utilizando a obra de Monteiro Lobato como referência.

Segundo Matos, a literatura infantil não era valorizada no Brasil e, em sua visão, esta falta de valorização estaria, em primeiro plano, relacionada ao nível de civilização do país. Neste ponto, indica os problemas da literatura infantil brasileira e as características de uma boa literatura.

O ideal é que a literatura infantil fosse escrita pelas crianças – única maneira de preservar-lhe a desejada autenticidade. Por motivos óbvios e por preconceito também, isto não é possível. Sobretudo, porque as crianças têm mais o que fazer do que fabricar livros, preferindo sabiamente o brinquedo vivo, vívido, à elaboração livresca. Neste elemento preponderante da personalidade infantil entre outros de menor relevância psicológica é que parece assentar-se o sucesso de uma literatura que se preze: o livro que não participar dessa necessidade lúdica, que não se integrar no mundo do brinquedo, não tem circulação no universo das crianças.

³⁶ Não localizamos dados biográficos de Marco Aurélio Matos; os vestígios encontrados indicam que Matos era escritor, poeta e contista. No Jornal do Brasil, localizamos publicações que colocam Marco Aurélio junto à intelectuais como Fernando Sabino e Carlos Drummond de Andrade em assinatura de manifesto em apoio à Jânio Quadros (JORNAL DO BRASIL, 06 dez. 1960); ele também é citado como amigo de infância/adolescência de Sabino em outra publicação (JORNAL DO BRASIL, 27 out. 1960).

Entre nós, salvo uma única exceção – a de Monteiro Lobato – o livro para crianças é geralmente escrito com uma insuportável afetação léxica e estilística, com um maneirismo falsamente identificado com a tipicidade infantil. São adultos que perderam sua vinculação profunda a outro nível de exigências vitais e que deformam um linguajar originalmente natural e funcional em benefício de uma linha lógica de enredo (quando há enredo) e de situações. Esta técnica de escrever para crianças se parece à técnica de certas tribos africanas – os caçadores de cabeças – que reduzem o volume dos crânios, mas não conseguem o milagre de uma involução correlata: as cabeças são realmente minúsculas, embora tenham todos os traços do adulto. Uma pretensão cúbica, nada mais (JORNAL DO BRASIL, 06 jul. 1960, p. 3).

Neste texto, Marco Aurélio Matos aponta a linguagem utilizada na literatura infantil brasileira e a falta de enredo das histórias como dois grandes problemas. Ele acusa os escritores brasileiros de um certo falseamento das características infantis. Considera que, ao escreverem, os autores buscam se passar por crianças, mas, em suas escritas, são os traços dos adultos que se destacam. Nesse sentido, defende que só uma literatura infantil escrita pelas crianças seria autêntica.

Por outro lado, se as crianças não se interessavam em publicar livros, ou não tinham esse direito, as produções literárias destinadas à infância deveriam ser escritas por adultos que compreendessem o universo das crianças a partir da brincadeira, do jogo, do lúdico. Matos coloca a criança no centro da produção, não para ser imitada, tendo sua fala falseada nos livros, mas como parte de um grupo com características, necessidades e interesses próprios a serem identificados e incorporados nos textos.

Segundo o autor, Monteiro Lobato teria sido o único a conseguir realizar tal façanha – não sem erros. O que o diferenciava era carregar “dentro de si mesmo toda a potencialidade de concretizar o mundo infantil”, esse “mundo em que o artificialismo literário se revela como insuportável opressão ao direito de liberar para a vida os seres e as coisas” (JORNAL DO BRASIL, 06 jul. 1960, p. 3). Ou seja, Lobato foi capaz de escrever a partir do olhar infantil, no entanto, sem tentar imitá-lo de forma artificial; assim, os seres e as coisas tornavam-se livres no texto.

Perrotti (1986) aponta duas concepções de literatura que podem nos ajudar a pensar nas colocações de Matos e de outros autores que veremos a seguir, são elas: a concepção utilitária e a estética. Diferenciar essas formas de entender e produzir literatura para crianças também será importante para contextualizar as falas localizadas no Jornal do Brasil no contexto histórico em que estão inseridas.

A concepção utilitária da literatura infantil está relacionada ao seu uso pedagógico. Nesse sentido, sua produção é pensada a partir de elementos externos à obra e busca integrar o leitor à ordem social dominante. O seu princípio é a eficácia de certo

discurso, não a dinâmica interna da obra. O texto torna-se um manual de conduta; o leitor é o aluno que deve apreendê-lo. Esta concepção não está desvinculada daquilo que a sociedade compreende como infância ou das condições sociais das crianças, visto que o mercado funciona de acordo com essas formas de compreensão (PERROTTI, 1986).

Perrotti (1986) também fala de um “utilitarismo às avessas”; nesse caso, não há um comprometimento com a ordem vigente, mas persiste a lógica de ensinar algo específico à infância, uma lição fechada. Esse movimento não deve ser confundido, porém, com o instrumentalismo. Segundo o autor, toda obra é um instrumento de difusão de certos valores; a diferença é que a literatura, pensada a partir da dimensão estética, comunica esses valores dentro da dinâmica interna da obra. Assim, não intenciona que o leitor aprenda um conteúdo ou atitude exterior ao texto.

Portanto, podemos dizer que a concepção estética compreende a literatura como manifestação artística. Ela pode comunicar valores, educar e ensinar, mas essas intenções educativas não se sobrepõem à dinâmica narrativa. Na concepção estética, não há espaço para maniqueísmos, há polifonia: “o problema tratado aparece visto por várias consciências, não, portanto, de uma forma unilateral, permitindo ao leitor entrar em contato com diferentes modos de se perceber a realidade” (PERROTTI, 1986, p. 62)

Nesse sentido, é possível afirmar que a literatura, tendo em vista a dimensão estética e também ética, “(...) se abre a múltiplas interpretações e permite o encontro de si mesmo e do outro, instaurando a linguagem na sua dimensão expressiva”, logo, é a experiência humana que se encontra em seu cerne (CORSINO, 2010, p. 184).

Na Europa, uma literatura menos utilitária e pedagógica começou a ganhar corpo no século XIX, mas não se tornou hegemônica – esse movimento só se fortaleceria nos anos 1960. Já no Brasil, Monteiro Lobato lançou as bases de um discurso estético ainda nos anos vinte; no entanto, sua obra permaneceu como exceção por décadas (PERROTTI, 1986). No âmbito da produção nacional, a literatura utilitária só entrou em crise nos anos 1970; todavia, ter entrado em crise não significa que ela desapareceu ou ficou isolada, mas que grupos ligados à sua produção se abriram ao debate sobre suas características e funções.

Retornando ao *Jornal do Brasil*, podemos compreender que Marco Aurélio Matos estava defendendo a produção literária em sua dimensão estética, tendo a criança, bem como as suas experiências no mundo, como elemento central da narrativa; não é à toa que busca em Lobato uma referência para sua defesa.

Já em 1966, Lago Burnett³⁷, assinou o texto intitulado “A vez das crianças”, no qual discorreu sobre o lançamento do livro “Joana” de Maurício Goulart. O que nos interessa nesta publicação são as opiniões sobre o cenário de produção cultural para a infância e as características que são atribuídas à literatura infantil. Tanto no que se refere à produção nacional quanto às traduções, Burnett fala de uma “verdadeira conspiração contra a infância” (JORNAL DO BRASIL, 15 fev. 1966); segundo ele, escreviam para as crianças, em geral, autores que não conseguiam sucesso com o público adulto e acreditavam que as crianças eram menos exigentes.

Declara sua opinião: “Histórias para crianças devem ser escritas por quem sabe escrever também para adultos”. No entanto, explica que sua reivindicação não é por adaptações de textos publicados, inicialmente, para adultos ou por “conteúdos de alto teor científico” para crianças. Expõe, assim, suas concepções sobre o livro de literatura infantil e sua função: para ele, o livro deveria conseguir “transmitir, numa linguagem poética, sem pieguice, sem aquela frivolidade catita de produtos similares, uma emoção duradoura”, ele deveria ser “escrito com carinho sem intenção de sucesso comercial, todo revestido de ternura, doce e singelo”, “um livro que o público adulto [lesse] com a mesma emoção do público infantil” (JORNAL DO BRASIL, 15 fev. 1966).

Mais uma vez, podemos observar uma recusa à literatura que subestima a compreensão do leitor. Porém, Lago sublinha que um livro de qualidade precisa, necessariamente, ser revestido de ternura, doçura e singeleza. Parece-nos que os adjetivos utilizados apontam para uma ideia específica de infância, marcada pela inocência, que não pode ser raptada por emoções fortes; uma colocação que também subestima o leitor infantil. Também cabe notar que Lago Burnett escolheu acionar a figura do adulto para fazer sua defesa: uma literatura de qualidade seria capaz de acessar crianças e adultos. Além disso, negava a mercantilização da literatura.

A correlação entre literatura para crianças e literatura para adultos não era incomum. A entrevista com a professora Teresinha Eboli³⁸, autora do livro “Carneirinho”,

³⁷ Lago Burnett foi escritor, poeta, ensaísta e cronista. Trabalhou em jornais do Maranhão, onde nasceu, e do Rio de Janeiro. Colaborou com a Rádio Jornal do Brasil e com o impresso Jornal do Brasil, também ocupando as funções de redator, chefe de copy-desk, secretário de redação, cronista literário, editor de Suplemento do Livro, editorialista, analista de edição. Foi colaborador do Caderno B e também trabalhou nas revistas O Cruzeiro e Manchete. ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/relicario-de-burnett/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

³⁸ Teresinha Eboli (também encontramos a grafia “Terezinha”) foi professora e, segundo Ofélia Fontes, “escritora e técnica em assuntos de literatura infantil” (JORNAL DO BRASIL, 17 jun. 1972, p. 10). Escreveu, entre outros, o livro “Uma experiência de educação integral” em que trata da experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, centro de educação integral idealizado por Anísio Teixeira.

retoma esta mesma ideia. Ela afirma: “A boa literatura é uma obra de arte que emociona, que desperta um sentimento estético na criança, que dinamiza sua personalidade e que enriquece sua experiência. O bom livro infantil deve interessar tantas as crianças como a adultos” (JORNAL DO BRASIL, 04 jul. 1972, p. 5).

Em sua fala, Eboli apresenta claramente uma defesa da dimensão estética da literatura; assim como Lago Burnett, se coloca contra à inferiorização da literatura infantil. Para isso, recorre ao adulto: um livro de qualidade para crianças também deveria, por regra, interessá-los.

Perrotti (1986) chama a atenção para o fato de que a literatura infantil surge em um período de comprometimento da produção artística e cultural com o mercado; isso significa que, como já citamos, a literatura infantil não pode ser desvinculada das representações sociais de infância presentes na sociedade, visto que o mercado funciona de acordo com essas representações. Seria possível, portanto, pensar na literatura infantil como similar à literatura em que os adultos são os leitores previstos?

(...) caso fossem comparadas, por exemplo, a literatura para crianças e a literatura para adultos, seriam dados por critérios extra-literários e não por qualidades artísticas, superiores numa manifestação e inferiores noutras. Em outras palavras, como se trata de objetos diferentes, não podemos aplicar a ambos os mesmos pesos e as mesma medidas no interior mesmo da narrativa, a diferença entre os públicos remete a critérios distintos de julgamento, já que ela conduz à realização de produtos finais que, mesmo se semelhantes, são distintos. (...) Nem a literatura, nem o escritor para crianças serão jamais idênticos à literatura e ao escritor para adultos. Se estes gozam de maior prestígio social, isso se deve a condições históricas que não serão alteradas enquanto a literatura e o escritor para crianças continuarem teimando em ser o que não são e não podem ser e enquanto o estatuto da criança na sociedade continuar sendo o de hoje. A inferiorização social do público está diretamente ligada à inferiorização da arte a ele dirigida e à inferiorização de que a ele se dirige” (PERROTTI, Edmir, 1986, p. 73).

Mesmo que os autores dos textos publicados no periódico não façam uma efetiva comparação entre literatura para crianças e literatura para adultos, sublinhamos essa discussão porque Perrotti (1986) a situa como importante no período – inclusive, ela aparecerá outras vezes no Jornal do Brasil até 1980. Além disso, observar tal questão nos ajuda a pensar nas especificidades da literatura infantil e nas disputas que a envolvem.

No caso da entrevista de Teresinha Eboli, ao mesmo tempo em que a professora defende uma literatura estética, o seu livro faz parte de uma coleção que é fruto de uma “experiência didática” e é para esta característica que Carlos Drummond de Andrade chama a atenção ao elogiar o livro. Ele escreve: “Depois de percorrer a coleção de livros infantis que inclui o seu *Carneirinho*, declaro-me uma criança que ainda não acabou de

crescer de tal modo me encantaram as histórias e os desenhos. Por ali avalio o rendimento didático da série tão bem coordenada por você” (JORNAL DO BRASIL, 04 jul. 1972, p. 5).

Leonardo Arroyo também leva o tema para as páginas do Jornal do Brasil; ele exalta a capacidade de Francisco Marins inscrever suas obras no mundo lúdico, mas sem deixar de lado o sentido didático. Por um lado, Arroyo salienta que esse sentido didático não cairia num “didatismo puro”, visto que transcendia as “simples lições das coisas”; os ensinamentos se dariam dentro dos próprios dramas e das movimentações da história (JORNAL DO BRASIL, 15 out. 1966, p. 10). Ou seja, seria o que Perrotti chamou de instrumentalismo: há possibilidade de ensinamentos no texto literário, no entanto, a obra não se esgota e não se concentra nesses ensinamentos.

Apesar de entendermos a proposição do artigo, que coloca a estética da obra em primeiro plano, é interessante observar como a literatura infantil tem sua possibilidade didática sempre destacada. No próprio texto de Arroyo o par “educar e divertir” aparece mais de uma vez. Nesse sentido, até mesmo as publicações que acionam o lúdico e a concepção estética destacam, muitas vezes, elementos relacionados ao ensino, ao conhecimento através dos textos, à importância do livro para a formação ou desenvolvimento mental das crianças (JORNAL DO BRASIL, 27 jul. 1971; JORNAL DO BRASIL, 28 abr. 1974).

Embora com constantes referências aos aspectos formativos da literatura infantil, observamos, desde os anos sessenta e se avolumando nos anos setenta, a defesa de textos alinhados à dimensão estética. Carmem Sílvia Pares³⁹, por exemplo, assinou longo artigo objetivando ensinar a “reconhecer o bom livro infantil”. Ele é interessante porque, além de explicitar critérios de escolha, deixa claro que esses critérios deveriam ser aprendidos e utilizados para que existisse uma orientação de leitura eficaz, independente de especializações.

Em diálogo com outros autores, ela elenca as seguintes características para a literatura infantil: “a) desenvolver uma atividade feliz e fácil; b) imaginação; c) dramatismo; d) técnica de desenvolvimento da narrativa; e e) linguagem”. Em suma, o “livro para criança deve[ria] ter, então, movimento, poesia, graça, fantasia, clareza, vigor e vivência”. A partir disso, “pais, educadores e orientadores” deveriam observar a etapa do desenvolvimento das crianças e fazer escolhas a partir da possibilidade de absorção e

³⁹ Não localizamos informações sobre a autora do texto.

penetração da literatura, eliminando, assim, a má literatura. O texto deixa claro que essa deveria ser uma escolha feita com critério, pensando que “há um livro próprio para cada etapa do desenvolvimento” (JORNAL DO BRASIL, 24 abr. 1971, p. 12).

Como fazer tal escolha? A indicação de Carmem Sílvia Pares era a de ter em vista os “bons escritores da literatura infantil”, também os “expoentes literários de todos os países” que “possuindo força imaginativa, consegu[iram] prender o interesse da criança, mesmo apesar da dificuldade de linguagem”. Por último, seria necessário “considerar o chamado *tom moralizador*, como obsessão dos contos infantis”, o qual criava “toda uma literatura artificial” (grifos da autora) (JORNAL DO BRASIL, 24 abr. 1971, p. 12).

Pares não apenas trata dos aspectos citados como pontua questões sobre a materialidade do livro, tais como tamanho, formato, beleza dos diferentes tipos de composição e suas riquezas, tipo de papel, tinta e ilustrações. Especifica, também, questões sobre o que ela chama de “conteúdo”, apresentando características sobre textos em prosa e poesias, assim como diferenciando contos, fábulas, lendas.

Chega, então, ao grande final: a seleção. Com esse subtítulo, anunciava uma série de livros – com seus respectivos autores – que “respeita[va]m o desenvolvimento mental da criança e sua idade”. Nesta seleção, dividida por faixa etária, aparecem contos de Charles Perraut, mas também obras de Lobato, Ofélia Fontes e Maria Clara Machado, entre muitos outros autores. Logo, mais do que “ensinar a escolher”, Carmem Sílvia Pares diz o que deve ser lido e quando deve ser lido (JORNAL DO BRASIL, 24 abr. 1971, p. 12).

Dada a ênfase do artigo, o critério de “desenvolvimento mental” das crianças parece ser o maior definidor das leituras a serem feitas; mais importante que a própria estética em si. Apesar disso, Pares salientava que os critérios de escolha de um livro – feita por um “moderno orientador” – deveriam ser a movimentação da história, a poesia, a graça, a fantasia, a clareza, o vigor e a vivência. Ainda indicava um certo preconceito nas atitudes de quem proibia determinadas leituras por estarem “acima do entendimento” das crianças (JORNAL DO BRASIL, 24 abr. 1971, p. 12).

Gouvêa e Gerken (2010) indicam que a produção da psicologia do desenvolvimento configurou-se, em diferentes situações, como uma tecnologia da intervenção; isso ocorreu, especialmente, na passagem do século XIX para o XX. Ganhou força, nesse sentido, em distintos lugares de inserção infantil. Podemos destacar as escolas, creches e os próprios espaços familiares das camadas médias.

Santos (2018) mostra como a Revista Pais & Filhos, por exemplo, apresentava um movimento de difusão de certos conhecimentos relacionados à psicanálise. O estudo, que abrange publicações de 1968 até 1989, ressalta como os conceitos da psicologia do desenvolvimento se apresentavam nas construções dos discursos presentes na revista.

Entendemos, nesse sentido, que a psicologia do desenvolvimento pode ter sido uma tecnologia de intervenção utilizada pela imprensa, tendo em vista que foi manuseada para confirmar ou refutar determinadas ações, atividades ou valores. No caso do texto assinado por Carmem Sílvia Pares, a psicologia do desenvolvimento serviu como suporte para definir e validar quais seriam as leituras adequadas para crianças e adolescentes.

Ainda na linha dos textos que buscavam, de diferentes maneiras, caracterizar a literatura infantil, Ofélia Fontes, ao fazer uma resenha sobre o livro “Os Colegas”, de Lygia Bojunga⁴⁰, fala da construção de textos movimentados, alegres, com situações imprevistas e vivas. Ela destaca a linguagem colocada à nível do leitor, dentro dos gostos, modismos e gírias daquele tempo (JORNAL DO BRASIL, 24 fev. 1973, p. 3)⁴¹. Esses elementos não só caracterizariam o texto de Bojunga, como eram características esperadas em todo bom texto.

Um ano antes, em 1972, a obra de Ofélia Fontes era analisada por Maria Lúcia Amaral⁴². Segundo a publicação, literatura era arte e comunicação; Ofélia seria capaz de unir esses aspectos, entregando um livro belo e que chegava às crianças. A autora seria capaz de tal proeza por respeitar a infância, não caindo nas armadilhas de uma literatura insossa e moralizante. Maria Lúcia Amaral elogiava, ainda, um livro didático publicado por Ofélia Fontes, mas destacava que a obra não poderia ser considerada literária (JORNAL DO BRASIL, 27 mai. 1972, p. 9).

⁴⁰ Lygia Bojunga é conhecida escritora brasileira; trabalhou como atriz, tradutora e autora de peças de teatro, assim como de televisão e rádio (BOJUNGA, 2013). Ela é considerada uma das mais proeminentes escritoras brasileiras e “herdeira” de Lobato – no sentido da construção da escrita. A autora faz parte da chamada *geração de 70*, conhecida pelas mudanças na forma de escrever para a infância. Sua obra foi premiada nacional e internacionalmente. CASA LYGIA BOJUNGA. Disponível em: <http://www.casalugiabojunga.com.br/pt/lygiabojunga.html>. Acesso em 22 fev. 2021.

⁴¹ Neste texto, Ofélia Fontes também apresenta a relação dos adultos com a literatura infantil. No entanto, um aspecto nos pareceu diferente: a escritora diz que os adultos, pais ou professores, que eventualmente leriam o livro, *também* iriam se divertir com certas sutilezas e ironias. Ou seja, o livro era pensando para as crianças, a partir de sua linguagem, das gírias e modos de se expressar desse grupo, o que não impediria o interesse dos adultos pelo texto.

⁴² Acreditamos que se trata de Maria Lúcia Amaral, educadora, escritora, jornalista, teatróloga e cantora. Nascida em Pernambuco, passou a viver definitivamente no Rio de Janeiro em 1951. Ela é apontada como pioneira na imprensa de Recife por lançar, no *Jornal do Commercio*, uma página dedicada ao público infantil. A educadora escreveu 32 livros e é um “referencial das páginas infantis”. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Disponível em: <http://www.abi.org.br/entrevista-maria-lucia-amaral/>. Acesso em 28 fev. 2021.

Sublinhamos dois aspectos interessantes nesta publicação: a primeira é a inserção de Ofélia Fontes no jornal. Ela aparece nas páginas do periódico como uma escritora que tem a obra analisada e recomendada e, no ano seguinte, assina uma publicação, na qual destaca elementos de uma literatura infantil de qualidade. Essa observação é interessante, pois mostra os espaços sendo ocupados no JB e as possíveis redes de sociabilidade se formando (SIRINELLI, 2003).

O segundo aspecto que sublinhamos é a demarcação que Maria Lúcia Amaral faz dos textos literários e didáticos de Ofélia Fontes; essa diferenciação é mais um vestígio da busca por desvincular as obras literárias da pedagogia. Portanto, Amaral assume que ambos os livros teriam qualidades destacáveis, porém, deixa claro que pertenciam a diferentes gêneros e, conseqüentemente, tinham características próprias.

Flávia da Silveira Lobo⁴³, ainda em 1969, destacava o trabalho com a linguagem no texto de qualidade e salientava a necessidade de fugir das lições de moral e das conclusões fechadas:

A qualidade do bom livro está sobretudo na naturalidade, da apresentação ao texto. A boa apresentação não significa luxo, como escrever bem não significa dar mostrar de vocabulário rico ou rebuscado, atitude típica de subdesenvolvidos. O bom livro infantil deve dar informações exatas, nunca mentirosas, e deixar ao pequeno leitor as conclusões. Nada de lições e muito menos moral da história (JORNAL DO BRASIL, 1 set. 1969, p. 2).

O que seria enganar as crianças? É possível pensar no falseamento da realidade, no banimento de determinados temas da literatura infantil ou na omissão da realidade social, por exemplo. Vicente Ataíde (1995) faz essa discussão e defende que uma literatura de qualidade não deixa “de lado o imaginário, a fantasia, o humor, a pilhéria, mas também não se omite dos problemas, denunciando-os”. Assim, a “literatura infantil, porque literatura, capta a realidade maior do homem, não enganando a criança” (ATAÍDE, 1995, p. 97).

No período estudado, o debate sobre enganar ou não as crianças estava em pauta; a problemática também colocava em xeque a credibilidade dos contos de fada. As crianças deveriam ter contato com a realidade social ou com a fantasia? O Departamento de Pesquisa assinou uma publicação introduzida pelo seguinte texto:

⁴³ Flávia da Silveira Lobo era autora e professora universitária. Publicou uma enciclopédia das aves do Brasil pela editora MEC; posteriormente, fundou a Editora Fauna. Segundo Laura Sandroni, era “uma lobatiana apaixonada”, que acreditava que a literatura infantil deveria ser escrita em linguagem coloquial. A escritora também teria trabalhado em oficinas com Lygia Bojunga e Maria Mazzeti. CONSTRUIR NOTÍCIAS. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-e-cultura-caminham-juntas-na-historia-da-fnlj-uma-historia-de-conquistas/>. Acesso em 28 fev. 2021.

A transformação de repulsivos sapos em formosos príncipes é hoje – mais do que nunca – uma história da carochinha. O livro infantil que se preza deve reunir, agora, um conjunto de elementos que atraiam a criança sem afastá-la do seu mundo ou levá-la à fantasia condenável futuro (JORNAL DO BRASIL, 02 abr. 1970, p. 5)

No texto que segue esta introdução, há falas de crianças, as quais são selecionadas para confirmar as ideias do texto. O menino entrevistado diz que os contos de fada são para meninas e a menina ouvida confirma a ideia. A socialização das meninas seria, assim, a única razão para que os contos ainda existissem no mercado daquele “novo mundo”. O texto também apresenta falas de especialistas e reafirma conclusões da Carta do Bureau International Catholique⁴⁴.

Em plena idade visual, o livro continua sendo um dos instrumentos fundamentais da cultura, “uma fonte de descoberta e reflexão sobre o mundo que nos cerca”, segundo a Carta do Bureau International Catholique para o Livro Infantil.

No seu dia, hoje registrado em todo o mundo, o livro infantil se vê diante de um dilema: como conquistar a criança nascida entre a bomba atômica e a chegada do homem à Lua. Para trás, por certo, ficaram as fadas e os bichos que falam. A vez é do computador, que ensinou as crianças de um reino escondido a pensar: começou a revelação do mundo novo ao futuro (JORNAL DO BRASIL, 02 abr. 1970, p. 5).

Embora o texto apresente a defesa de um livro que leve em conta o desejo das crianças, seus “centros de interesses”, suas condições de vida e diferentes mentalidades – de acordo com a civilização e país –, e até mesmo indique a importância do livro na “iniciação estética”, as “qualidades intrínsecas” do texto literário apontadas na publicação estão mais no campo do utilitarismo.

Ainda em consonância com a Carta do Bureau International Catholique, a publicação identificava como qualidade da literatura infantil a “objetividade da informação”, para que os leitores fizessem descobertas no campo “geográfico, histórico e social”. Valores sociais como “civismo, justiça, paz, liberdade e solidariedade” também deveriam ser nutridos pelos livros. O texto também indicava que os livros deveriam ser facilitadores da entrada das crianças no mundo adulto; em última instância, deveriam

⁴⁴ Apesar de não encontrarmos mais informações nos jornais da época, Bureau International Catholique parece se tratar da ONG francesa *Bureau international Catholique de l'Enfance (BICE)*, que se dedica, desde 1948, à defesa e proteção das crianças. Em seu site, a ONG informa que suas ações são pautadas na “Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC)”, a qual a instituição teria ajudado a desenvolver. Também segundo o texto de apresentação, apesar de se tratar de uma organização reconhecidamente católica, ela estende suas atividades a todas as crianças, independente de credo, origem, cultura ou nacionalidade. BICE. Disponível em: <https://bice.org/fr/le-bice/qui-sommes-nous/>. Acesso em 18 out. 2021.

“conservar seu papel verdadeiramente recreativo, educacional e cultural” (JORNAL DO BRASIL, 02 abr. 1970, p. 4).

Em uma publicação de maio de 1971, Ofélia Fontes tratou de uma “má vontade com as fadas”. A autora rebatia tal desprezo dizendo que “tornando verossímil o inverossímil, elas [as fadas] oferec[ia]m, aos pequenos, momentos de tal enlevo e encantamento, que seria uma perversidade privá-los de seu convívio”. Por outro lado, indicava a necessidade de adaptar alguns contos para evitar emoções demasiadamente fortes nas crianças (JORNAL DO BRASIL, 29 mai. 1971, p. 9).

Meses antes, Maria Clara Machado⁴⁵ reclama da interferência de “uma pedagogia coalha” que aleijava os contos de fada; para ela, os contos são adaptados “a uma mentalidade infantil” que só existe “na cuca dos senhores pedagogos que ditam regras tolas para a literatura infantil” (JORNAL DO BRASIL, 27 mar. 1971, p. 7).

Três anos depois, uma entrevista com o diplomata e escritor Antônio Rocha indica que a “má vontade com as fadas” persistia. Segundo o autor, as crianças daquele tempo exigiam histórias com elementos do novo mundo, um mundo com energia nuclear, corrida espacial e ficção científica. Para ele, “a era dos contos da carochinha” tinha acabado e as histórias de fadas eram, na verdade, “literatura de adultos”. A literatura infantil exigia “dinamismo, histórias de planetas e de discos voadores”, coisas que os contos não poderiam oferecer (JORNAL DO BRASIL, 22 jul. 1974, p. 10).

A disputa em torno dos contos de fada revela duas discussões de fundo: através deles, disputava-se a definição de criança/infância e de literatura infantil de qualidade. Mais uma vez, vemos uma correlação de forças entre uma concepção utilitária e uma concepção estética da literatura; porém, provavelmente em razão da crise do utilitarismo (PERROTTI, 1986) e da emergência de novas formas de escrever para crianças que marcaram o período (ZILBERMAM, 2005), essas concepções, muitas vezes, se misturavam e se hibridizavam numa mesma publicação.

⁴⁵ Maria Clara Machado nasceu em Belo Horizonte (1921), mas com quatro anos passou a residir no Rio de Janeiro com a família. Em 1950, foi estudar teatro em Paris; um ano depois, já no Brasil, fundou o grupo de Teatro Amador O Tablado juntamente com amigos. Atriz, professora e diretora, construiu uma sólida carreira, reconhecida internacionalmente, na dramaturgia infantil. O TABLADO. Disponível em: <http://otablado.com.br/texto/3/maria-clara-machado-biografia>. Acesso em 24 fev. 2021

2.1.2 “A Fada contra Tio Patinhas”: mercado editorial, produção nacional e traduções

Tanto viu, tanto viu, que o mundo lá fora sumiu. É que o tempo ia passando e o sonho ia gastando. Tantas horas, tantos dias, tantas semanas, tantos meses, tantos anos, as coisas de lá de fora iam acabando, apagando, indo embora. Sem nada novo para olhar, ficava difícil lembrar. Cada vez mais trabalhoso, mais duro. Como se existisse um muro. Até que ficou só o escuro.

*Ana Maria Machado em O Menino que
Espia para Dentro*

Diante do panorama indicado, importa destacar que outras dimensões relacionadas ao livro e à literatura infantil estavam em disputa. A situação do mercado editorial – tanto no sentido da qualidade das edições e persistência das traduções, quanto da produção, comercialização e circulação do livro de literatura para crianças no país – foi outro tema que se mostrou recorrente nas publicações localizadas entre 1960 e 1974.

Em 1965, Lago Burnett iniciou uma publicação com a seguinte “denúncia”:

O indiscutível progresso do movimento editorial brasileiro nos últimos três anos – nos quais várias editoras foram fundadas e as já existentes ampliaram sua programação, melhorando-a em todos os sentidos – não atingiu, entretanto, o setor de literatura infantil, até hoje relegado a um injustificado segundo plano (JORNAL DO BRASIL, 16 fev. 1965, p. 3).

Segundo Burnett, a ausência de investimento não se justificava, visto que o país estaria atingindo índices compensadores de lucro editorial. Para ele, seria necessário que os editores, “inegavelmente interessados em melhorar culturalmente o país”, voltassem suas visões para o público infantil. A preocupação, porém, não era apenas com a quantidade de livros editados. Em seu texto, afirmava que era necessário editar “livros mais resistentes e baratos, capazes de suportar o constante manuseio e a falta de cuidado natural” dos mais jovens (JORNAL DO BRASIL, 16 fev. 1965, p. 3).

Numa publicação de 1967, diferentes figuras ligadas ao livro infantil discutiram o tema no JB. Lúcia Benedetti⁴⁶ afirmava a necessidade de os editores promoverem

⁴⁶ Lúcia Benedetti foi contista, escritora de Literatura Infantil, romancista, teatróloga, cronista e tradutora brasileira. Trabalhou em jornais e revistas do Rio de Janeiro, tais como Noite Ilustrada, Última Hora, Jornal do Commercio. Escrevia diversos gêneros literários (romance, contos, peças teatrais) e teria sido muito

concursos para os autores nacionais, visto que a demanda por livros era crescente, mas a oferta só diminuía. No entanto, a publicação chamava a atenção para uma expansão do mercado de literatura infantil; destacava que, naquele ano, 230 livros para crianças teriam sido publicados só pela Companhia Melhoramentos e que a obra de Lobato continuava entre os *best sellers*.

Francisco Marins⁴⁷, editor da Melhoramentos, por outro lado, afirmava que a literatura infantil “ia muito bem, obrigado”. Segundo ele, o aspecto gráfico dos livros era excelente e a qualidade poderia ser comparada, inclusive, com as melhores publicações da Europa; por outro lado, o consumo dos livros estava de acordo com o nível cultural e econômico do país.

Nos livros onde predominam gravuras (...) as cores, as formas e os desenhos são estudados. A consequência é que são muito bem apresentados, capazes de manter a criança, de menos de sete anos, profundamente interessada e entretida. Quanto ao aspecto cultural, temos hoje excelentes escritores infantis, que acredito cumprem a função social desses livros: integrar a criança no panorama histórico e folclórico de nossa gente. Quanto ao consumo dos livros infantis está ele na razão direta do nível cultural e econômico do povo brasileiro. E este nível, podemos sentir, está em ascensão (JORNAL DO BRASIL, 16 dez. 1967, p. 20).

Marins ainda frisava que existiam iniciativas governamentais para que os livros chegassem às crianças, sinalizando que o Governo Federal, através da Comissão do Livro Técnico Didático (COLTED)⁴⁸, estava distribuindo pequenas bibliotecas escolares por diversos municípios do Brasil.

Na mesma publicação, Fernando de Azevedo⁴⁹ destacava a importância das bibliotecas mencionadas por Francisco Marins e das que poderiam ser construídas em

importante no cenário do teatro infantil. CENTRO BRASILEIRO DE TEATRO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE. Disponível em: <https://cbitj.org.br/lucia-benedetti/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

⁴⁷ Francisco Marins foi escritor e editor (JORNAL DO BRASIL, 16 dez. 1967, p. 20). Formou-se em 1946, pela Faculdade de Direito de São Paulo e teve como contemporâneos na Faculdade figuras como Leonardo Arroyo e Lygia Fagundes Telles. Ficou conhecido como “Escritor da Terra e da Juventude”, por escrever histórias infanto-juvenis em contextos tipicamente brasileiros. ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. Disponível em: <https://www.academiapaulistadeletras.org.br/noticias.asp?materia=955>. Acesso em 28 fev. de 2021.

⁴⁸ “A COLTED tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático no Brasil. Sua ação ocorreu no período de 1966 a 1971 com trabalhos realizados em duas fases, na primeira houve a distribuição de livros por meio das bibliotecas-amostra; na segunda, os livros foram distribuídos para os alunos e houve um treinamento para os professores. Constatou-se que a COLTED distribuiu cerca de 7 milhões de livros e treinou aproximadamente 110 mil docentes de todo o país. Os livros distribuídos foram escolhidos por uma equipe técnica da COLTED. O treinamento dos professores tinha o foco na utilização do livro didático que pode ter acarretado uma redução do currículo do ensino primário e ter banalizado a docência relacionando-a apenas ao uso “adequado” do livro didático” (BATISTA, Carmyra Oliveira; SANTOS, Edilene Simões Costa dos; SOUZA, Mônica Menezes de; 2016, p. 1).

⁴⁹ Fernando de Azevedo foi professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo mineiro. Foi também redator e o primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e presidente da Associação

casa; para ele, a biblioteca infantil teria se tornado um “meio de cultivar, no espírito da criança, a docilidade e a tolerância”, visto que os livros colocam as crianças diante de diferentes pontos de vista. Utiliza o espaço para também falar da importância da formação de bibliotecas que pensassem na heterogeneidade do público infantil (JORNAL DO BRASIL, 16 dez. 1967, p. 20).

Já em 1969, o Departamento de Pesquisa do JB assinou uma publicação afirmando a existência de poucos autores bons no gênero e denunciando os altos preços dos livros de qualidade. Segundo a publicação, o Instituto Nacional do Livro (INL)⁵⁰, em função deste problema, teria iniciado estudos “visando a fixar características da Biblioteca Infantil Ideal”. Indica, ainda, que o Governo teria distribuído, a partir da fundação da COLTED, 9,5 milhões de livros, tamanha era sua preocupação com a leitura; no entanto, a quantidade, que ainda estava em déficit, referia-se a livros didáticos (JORNAL DO BRASIL, 19 abr. 1969, p. 4).

No fim dos anos 1960, Beatriz Bonfim⁵¹ retomou algumas dessas discussões ao falar de um simpósio realizado na *Biblioteca Regional de Copacabana* sobre Literatura Infantil. Acrescentava, no entanto, uma questão que apareceria outras vezes nas análises sobre literatura para crianças: a tradução de livros. Segundo ela, a escolha pelas traduções estava diretamente ligada ao preço da confecção dos livros.

Com o logotipo de Walt Disney o editor planeja uma tiragem inicial de 20 mil exemplares. Um autor nacional consegue, no máximo, 6 mil.
Este fenômeno é explicado assim: os editores compravam mais barato os logotipos estrangeiros, e isto barateia o livro traduzido. Já o livro nacional tem que ser confeccionado e planejado da primeira à última linha, capa e contracapa, pagando-se caro pelos direitos autorais e demais técnicos que participaram da feitura da obra (...).

Brasileira de Educação (1938). Durante a vida, ocupou diversos cargos ligados à educação, como o de Diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30). ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/fernando-de-azevedo/biografia>. Acesso em 28 fev. 2021.

⁵⁰ Segundo Galucio (s/d), o Instituto Nacional do Livro teve grande atuação nos anos sessenta e setenta, o que coincidiu com a o Plano de Ação Cultural (PAC) do governo Médici. Nesse período, o órgão fomentou uma política de subsídios, financiando parte das tiragens de livros literários, técnicos, didáticos e paradidáticos. Nesse sentido, produziu diversas coedições de livros nacionais, com tiragens mínimas de cinco mil exemplares (GALUCIO, s/d, p. 2-3). Em setembro de 1971, Heraldo Dias assinou uma publicação no Jornal do Brasil explicando o funcionamento do INL. Segundo ele, os livros literários que quisessem ser coeditados deveriam passar pela Comissão de Leitura que, entre outros aspectos, levava em conta a importância daquele livro para o acervo das salas de aulas e bibliotecas. Ou seja, mesmo os livros literários eram, possivelmente, avaliados a partir do ponto de vista didático. De acordo com a mesma publicação, a verba aplicada nos livros literários e paradidáticos chegaria a Cr\$1,7 milhão naquele ano. Sobre os números de livros literários coeditados, o texto cita 102 títulos em 1970 e 70 títulos até setembro de 1971, com previsão de chegar a 150 títulos (JORNAL DO BRASIL, 25 set. 1971, p. 12).

⁵¹ Não encontramos dados biográficos precisos de Beatriz Bonfim, porém, ela era jornalista, colaboradora do Caderno B e estaria entre as “grandes repórteres” do jornal (ABI, 2010). Teria feito parte da terceira leva de jornalistas do segundo caderno do JB as quais ficaram conhecidas como *meninas do B* (LIMA, 2005).

O livro estrangeiro traduzido custa de NRCr\$ 0,40 a NRCr\$ 6,00. Um nacional custa, em média... NCr\$9,00” (JORNAL DO BRASIL, 27 ago. 1969, p. 5).

A reivindicação por edições nacionais avançou nos anos 1970. Paulo César de Araújo⁵², em texto assinado no Caderno B, indicava a defasagem de edições nacionais e afirmava que os editores não se preocupavam com a questão, visto que o mercado estava se comportando bem com as traduções. De acordo com ele, as editoras do ramo conseguiam “manter mais de 100 títulos de livros infantis, com tiragens que varia[vam] entre 10 e 20 mil exemplares”.

A mesma questão é tratada na publicação sem assinatura intitulada “Livro desde cedo” (1972). Segundo esta, as histórias traduzidas, em si, não seriam o problema, mas a falta de incremento na Literatura Infantil brasileira.

É certo que devem chegar às crianças alguns livros maravilhosos da literatura clássica, mas as crianças precisam ler autores brasileiros com histórias e vivências brasileiras. Existem bons autores e bons ilustradores infantis, basta que as editoras passem a encarar o livro infantil como produto comercial a ser estudado e bem estruturado (JORNAL DO BRASIL, 26 fev. 1972, p. 2).

As histórias e vivências brasileiras também são reivindicadas por Magdalena de Almeida⁵³, que retoma a pergunta crucial do *Seminário de Literatura Infantil*: “Até que ponto a leitura de livros infantis de origem estrangeira deve continuar abastecendo a imaginação de nossas crianças, forçando-as a viverem uma realidade ambiental e cultural que não é sua”? Segundo Almeida, o “mal” foi diagnosticado, mas não se chegou a um acordo sobre o “remédio”.

Na opinião de editores e autores cariocas, todos os esforços para mudar a situação são barrados pelo processo editorial brasileiro, principalmente o sistema de distribuição, a má qualidade dos autores nacionais, a falta de apoio das entidades governamentais ligadas à educação, o paternalismo e baixo nível de pais e professores e a enderenga e má vontade dos livreiros (JORNAL DO BRASIL, 05 jul. 1972, p. 33).

Na publicação, a escritora e editora de livros infantis Leny Werneck⁵⁴ localizava o problema no fato do público infantil não escolher e comprar os próprios livros. Assim,

⁵² Não encontramos dados biográficos de Paulo César de Araújo.

⁵³ Não localizamos dados biográficos de Magdalena de Almeida.

⁵⁴ Em 1974, Leny Werneck assinou uma longa publicação intitulada “Um mercado em expectativa: 20 milhões de leitores”. Em sua argumentação, afirmava que as traduções de livros para crianças no país refletiam a “parcimônia e o cauteloso imobilismo” do mercado editorial brasileiro. De acordo com Werneck, o mercado potencial era enorme e estava “à espera de ser despertado”, mas as editoras insistiam em abastecer as estantes com as “sobras do velho mercado internacional”. Na publicação, ainda citava o fato dos pais comprarem aquilo que já conheciam ou leram na infância, assim, essa era a “desculpa” usada pelos editores para não editar livros novos, mesmo os que possuíam reconhecimento internacional. É importante destacar que, no texto, Leny Werneck defendia a existência das traduções e o diálogo dos autores nacionais com os estrangeiros, como no trecho: “O importante (...), em matéria de tradução, não é saber só

os adultos faziam as escolhas literárias de acordo com suas vivências na infância; o resultado seria a maior procura por textos tradicionais, como os de Esopo e Andersen, além dos livros da Disney. O editor, tendo em vista que se mantinha com o seu negócio, não aceitava o autor brasileiro, a não ser que o lucro fosse garantido; preferiam, nesse sentido, vender livros didáticos, pois a compra era compulsória.

Outros editores, editoras, além de escritores e escritoras, são chamados ao debate. Flávia Lobo, que acumulava as duas funções, se dizia contrária ao movimento de rejeição ao livro brasileiro, embora concordasse que não existiam muitos bons escritores no país. Acrescentou, ainda, que havia um puro sentimentalismo pela infância; esse sentimento parecia não garantir o respeito pelas crianças e o empenho na publicação de literatura de qualidade para elas. Outros elementos, como a má distribuição, a desigualdade entre cidades e uma reatividade dos livreiros aos livros nacionais, são citados na publicação.

Dentro dessas discussões uma instituição, mais de uma vez, foi indicada como parte importante do debate realizado: *A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*. Ela era reconhecida por “promover os bons livros editados para crianças e jovens, além de reunir autores, editores e ilustradores desse campo em todo Brasil”; além disso, estimularia “a criação de Bibliotecas especializadas” (JORNAL DO BRASIL, 26 fev. 1972).

Com o título “O livro que ensina a viver”, em 1974, o JB apresentava o trabalho da seção brasileira da IBBY – International Board on Books for Young People (IBBY). A FNLIJ, naquele ano, seria responsável por organizar o XIV Congresso da IBBY, que seria realizado no Rio de Janeiro. O slogan do evento seria exatamente o título da publicação e os presentes discutiriam temas diversos, da produção dos livros a sua relação com as tecnologias, passando pela formação de especialistas em literatura infantil.

O que chama a atenção na publicação, porém, é como a FNLIJ, a partir da fala de Laura Sandroni, traçava o panorama do mercado e assumia o papel de discutir e definir as necessidades do campo. Neste texto, em especial, Sandroni defendia a importância do

quanto traduzir, e nem opor, quantitativamente, a literatura nacional à estrangeira. O que vale é saber o que, como e para quem traduzir e quando fazê-lo”. É interessante notar, além da mudança no discurso da escritora, como o jornal articulou o texto de Werneck com uma publicação de Vicente Guimarães ou Vovô Felício, também autor de livros para crianças. O texto, que aparece no final da página, fala do desaparecimento dos livros de literatura infantil, os quais só continuavam a ser editados em razão do Instituto Nacional do Livro e suas coedições. Vicente Guimarães atacava as traduções, que seriam preferidas pelo baixo custo. Ao final, apresentava a solução: obrigar as editoras a publicarem um livro nacional a cada tradução. O custo de ambos seria somado e dividido por dois, acabando por baratear a venda dos nacionais. Segundo ele, a discussão era oportuna, visto que se realizaria o XIV Congresso da International Board on Books for Young People no Brasil, onde outras soluções poderiam ser pensadas (JORNAL DO BRASIL, 19 out. 1974, p. 2).

INL que, entre 1970 e 1973, teria editado 159 títulos de literatura infantil e infanto-juvenil. No entanto, também descrevia essa ação como insuficiente. Nesta direção, sublinhava o trabalho de pesquisa e atuação da FNLIJ, bem como destacava a necessidade do congresso que estava sendo organizado (JORNAL DO BRASIL, 20 mar. 1974, p. 5).

Já em outubro, Laura Sandroni assinou o texto de capa do Suplemento Livro. O título exaltava a reunião de “técnicos de 25 países” para discutir o livro infantil. A publicação apresentava um panorama do Congresso e das ações que seriam realizadas, envolvendo as discussões entre especialistas, mas também atividades culturais para crianças. A expectativa era de que o XIX Congresso do IBBY contribuísse “para a melhoria do produto livro” que era oferecido às crianças e jovens brasileiros (JORNAL DO BRASIL, 19 out. 1974, p. 1).

A *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil* nasceu em meio ao caos político dos anos 1964. Foi nesse ano que ocorreu o primeiro contato da *International Board on Books for Young People* com o *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais* (CBPE), o qual foi convidado para o congresso da instituição em Madri. Em 1968, a seção brasileira foi fundada como uma instituição de caráter privado. Apesar disso, diversas ações realizadas pela FNLIJ, posteriormente, estariam relacionadas a órgãos públicos como o *Instituto Nacional do Livro* (INL), o *Ministério da Educação* (MEC) e o *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais* (INEP).

A FNLIJ, ao longo de sua atuação, se tornou “um dos lugares instituidores de um discurso a respeito não só do ato de ler, mas também “do que ler” (ALMEIDA, Licia Maria Pedreira, 2009, p. 85). Em nosso trabalho monográfico, apontamos como, através do *Prêmio O Melhor para Criança*, a *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil* buscou, mais do que selecionar livros, “estabelecer o que era uma produção de qualidade.

Elizabeth Serra, secretária-geral da FNLIJ por mais de duas décadas, ressalta, em entrevista, que a “Fundação, de certa maneira, impôs a qualidade” literária, a qual teria sido acatada pelos distribuidores de livros (FNLIJ, 2008, p. XV). A qualidade do texto literário observada no período ditatorial não teria, assim, sido apenas estimulada e promovida pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, mas também fabricada e produzida por ela. Sobre a produção neste período (PINTO, Mariane Sousa, 2018, p. 35).

O *Instituto Nacional do Livro*, nesse sentido, foi um grande parceiro econômico da FNLIJ, em especial no que se refere à divulgação do livro infantil nacional (PINTO, 2018). Em 1972, um trecho do artigo “Livro desde cedo” (sem assinatura) destacava que o INL era única chance do autor nacional no cenário da época.

Os editores preferem obras estrangeiras para editá-las aqui abaixo do preço. E o público ainda prefere livros estrangeiros, talvez pela falta de informação, ou uma questão de hábito. Os livros coeditados pelo Instituto Nacional do Livro saem mais baratos e talvez aí esteja a chance do autor (JORNAL DO BRASIL, 26 fev. 1972, p.2).

Portanto, além do trabalho no campo privado, como é o caso da FNLIJ, órgãos públicos e educacionais também se movimentaram, junto ao mercado editorial, para fomentar a leitura através da literatura considerada de qualidade. Em 1974, por exemplo, uma nota publicada no JB indicava o objetivo do MEC de atuar no campo da literatura para crianças.

Demonstrar às crianças o valor da literatura infantil como fonte de maiores informações, aberturas e opções de vida – traçando ao mesmo tempo a política orientadora do Instituto Nacional do Livro – foi tarefa que o Ministro Nei Braga confiou ontem ao primeiro Grupo de Estudos do Livro Infantil instalado no Ministério da Educação e Cultura.

O Ministro pretende, antes de mais nada, saber do grupo o que é oferecido no campo da literatura infantil e quais as alternativas para a matéria sem que seja leitura dirigida, pois o que o MEC espera é criar o hábito de leitura nos estudantes e fazer entender às crianças que “ler é bom e bem melhor do que muitos passatempos” (JORNAL DO BRASIL, 17 jul. 1974, p. 10).

Observamos que, embora a preocupação do MEC estivesse ligada ao ensino, o órgão seguia a tendência da qual a FNLIJ era grande defensora: criar um hábito de leitura através do prazer. A “leitura dirigida” já estaria ultrapassada exatamente por apresentar a leitura pelo viés da obrigação; desejava-se que as crianças e jovens vissem a literatura como passatempo.

Perrotti (1990), ao fazer uma análise da atuação da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, aponta como a Fundação organizava suas ações em torno da ideia de leitura como “comportamento que pode ser “outorgado” às massas” (PERROTTI, 1990, p. 50). No centro da discussão estava o livro e não o leitor (PINTO, 2018), assim como no objetivo mencionado pelo então ministro da Educação e Cultura. Portanto, saber o que estava sendo oferecido no campo da literatura, encontrar o livro de qualidade e propagandear-lo de forma adequada seria a solução para os *problemas da leitura*.

Essa e outras soluções eram procuradas por “técnicos” que buscavam a “fórmula de tornar o livro infantil mais atraente” (JORNAL DO BRASIL, 24 jul. 1966, p. 11). Ainda em 1966, antes mesmo da fundação da FNLIJ, este era o objetivo do *Simpósio de Leitura* patrocinado pela *Associação Brasileira de Educação*⁵⁵. O evento, que desejava

⁵⁵ A *Associação Brasileira de Educação (ABE)* foi fundada em 1924, construindo, desde então, um importante espaço na sociedade civil “onde se discutiam as políticas educacionais elaboradas pelo Estado e se elaboravam sugestões” (XAVIER & CUNHA, s/d, s/p). A adesão à associação acontecia de forma

conseguir a “atenção de educadores, autores e editores”, teria reunido mais de “200 professores e técnicos” para discutir temas como os bons hábitos de leitura, o vocabulário infantil, a biblioteca e suas funções, a confecção do livro de leitura e recreação, entre outros”. O debate, de forma resumida, buscava pensar em formas de transformar a criança e o adolescente em “consumidores de leitura”.

Ora, se a discussão versava, em especial, sobre a transformação de crianças e adolescentes em consumidores de leitura, o livro, como produto a ser consumido, também estava em debate. Segundo a publicação, oferecer bons livros aos alunos era “o sonho de vários educadores”, porém, os preços altos faziam com que recorressem às publicações “menos perfeitas”.

“– Os editores – disseram – estão interessados em colaborar mas a publicações depende da linha de programação da editora. As traduções são mais baratas, em face da escassez de autores nacionais. Nós queremos, inclusive, que os autores nos procurem, pois sabemos que muitos têm capacidade para elaborar ótimos livros didáticos. Podemos até indicar colaboração de professorandas e professores do Curso Normal cuja aptidão para o desenho, aliada aos conhecimentos pedagógicos, teria excelente resultados como ilustradoras. Foram apresentadas várias conclusões, além do pedido de auxílio ao Governo, e entre elas, a conjugação de interesses entre editores e professores, na seleção e custo das obras, para que o preço do livro seja situado em função do nível salarial da classe pobre, pois, segundo a Professora Juraci Silveira, “estamos numa democracia e, uma democracia exige iguais oportunidades para todos de educação e cultura, não sendo, portanto, justo ser o acesso aos livros privilégios de poucos, como está acontecendo no Brasil”” (JORNAL DO BRASIL, 24 jul. 1966, p. 11).

A solução incluía, além do incremento governamental para o barateamento do livro, a entrada de educadores no campo literário, assim, livros baratos e de qualidade seriam produzidos a partir da experiência de professores e professoras no campo pedagógico. Desta conjuntura, destacamos como a discussão educacional e pedagógica se aproxima e se relaciona, em diferentes dimensões, do debate sobre o livro de literatura infantil.

No sentido da discussão proposta nesta seção, cabem algumas observações. Reimão (1993, p. 75) destaca que a década de setenta ultrapassou “a barreira de um livro por habitante ao ano”. Especificamente em 1972, foram editados “1,3 livro por habitante, contra os 0,8 do ano anterior. Com algumas distorções, essa proporção manter-se-[ia]

voluntária; portanto, o grupo reunia professores, jornalistas, políticos, escritores e funcionários públicos interessados nas discussões educacionais. Cabe ressaltar que uma das formas de atuação da ABE era, exatamente, pela organização de encontros para discutir questões relacionadas à educação. XAVIER, Libânia Nacif; CUNHA, Luís Antônio. Verbete - Associação Brasileira de Educação (ABE). In: Acervo CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-educacao-abe>. Acesso em 02 nov. 2021.

crecente durante a década, atingindo o índice de 1,8 em 1979” (REIMÃO, Sandra. 1993, p. 75).

A mesma autora indica algumas razões para o crescimento do setor neste período; entre elas, estariam a queda do analfabetismo em 10% e o aumento do número de estudantes universitários. Menciona, ainda, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1967 e 1973, o que teria aumentado a capacidade de consumo diante do crédito direto ao consumidor. Ademais, o acréscimo da venda de livros em comércios como farmácias, supermercados e postos de gasolina também teriam contribuído para o aumento das vendas e da produção. Bancas de jornais e papelarias também foram muito importantes neste sentido. Cabe acrescentar que o desenvolvimento do mercado editorial teria acompanhado o crescimento do mercado de produtos culturais em geral, bem como a solidificação, amadurecimento e industrialização da comunicação de massa (REIMÃO, 1993).

Ana Maria Machado, numa palestra proferida na *Academia Brasileira de Letras* em 2005, ao tratar das rupturas na produção de literatura infantil nos anos 1970, destaca que seria

(...) um lugar comum nos estudos do gênero afirmar que uma literatura infantil de qualidade só se desenvolve quando a literatura dita de adultos já atingiu sua maioria e há condições socioeconômicas para a busca de um grande aumento do número de leitores, ou da formação de um mercado de futuros leitores. Em uma palavra (bem antipática, aliás), massificação (MACHADO, Ana Maria, 2016, p. 213).

Diante desta afirmação, ela chama a atenção para iniciativas que favoreceram a expansão do mercado editorial tendo em vista a literatura infantil: a promulgação da Lei n. 5.692/71, a venda de coleções de fascículos nas bancas de jornais, junto ao aparecimento de algumas revistas infantis, tais como a *Revista Recreio*.

A Lei n. 5.692/71 reformulou a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei n. 4.024/61), promovendo alterações significativas e inovadoras no campo do ensino, as quais refletiram na produção literária. A lei recomendava a adoção de leituras extracurriculares, o que refletiu na expansão editorial relacionada ao livro infantil.

Segundo Zilberman (2005), “valorizaram-se os autores contemporâneos, e não necessariamente os canônicos; e estimulou-se a presença, em sala de aula, de obras literárias, liberando os professores do uso exclusivo do livro didático” (ZILBERMAN, 2005, p. 48). Soma-se a este aspecto a já indicada atuação do *Instituto Nacional do Livro* e a sua política de fomento e financiamento ao livro nacional.

Por outro lado, as revistas especializadas para o público infantil também publicaram histórias e ganharam notoriedade. O maior expoente nesta direção foi a *Revista Recreio* citada por Ana Maria Machado. De acordo com Machens (2009), a revista foi criada em 1969 e já nos primeiros anos emplacou a venda de 250 mil exemplares por semana. O sucesso das histórias publicadas nas edições, que contava com autores como Ruth Rocha⁵⁶, Ana Maria Machado e Joel Rufino dos Santos⁵⁷, tornou viável a transformação dos textos em livros.

Ana Maria Machado (2016) complementa que, além do INL, prefeituras “faziam concursos para descobrir originais inéditos, a iniciativa privada seguia seu exemplo, a FNLIJ multiplicava seus prêmios de qualidade para livros publicados, destacando a produção recente”. Assim, essa “efervescência foi revelando e apoiando autores iniciantes, orientando leitores, consolidando um panorama novo” (MACHADO, 2016, p. 2014).

⁵⁶ Ruth Rocha é uma escritora brasileira nascida em São Paulo (1931). Formada em Ciências Políticas e Sociais, foi orientadora educacional no Colégio Rio Branco por 15 anos. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, escreveu sobre educação para a revista feminina *Cláudia*. No mesmo período, foi convidada a escrever para *Revista Recreio*, onde também foi orientadora pedagógica (1969 a 1970) e editora (1976 a 1981) (MACHENS, 2009). Ruth Rocha tem mais duzentos livros publicados, entre eles alguns clássicos como “Marcelo, Marmelo, Martelo” e a Coleção “O Reizinho Mandão”. A autora já recebeu prêmios da *Academia Brasileira de Letras, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, dentre outras instituições, além de oito prêmios Jabuti da *Câmara Brasileira de Letras*. BIOGRAFIA RUTH ROCHA. Disponível em: <http://ruthrocha.com.br/biografia>. Acesso em 23 out. 2021.

⁵⁷ Escritor suburbano, Joel Rufino dos Santos foi assistente de Nelson Werneck Sodré no *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)*, onde conviveu com grandes pensadores. Em razão de suas escolhas políticas, exilou-se com o advento da ditadura militar (1964). Voltou ao Brasil, ainda na clandestinidade, e foi preso três vezes durante o período ditatorial. Joel Rufino escreveu inúmeros livros para crianças, jovens e adultos, além de ensaios e artigos. Em 1981, o seu livro “O curumim que virou gigante”, ganhou o Prêmio FNLIJ, na categoria Criança. Em 2000, foi a vez do livro “Quando eu voltei, tive uma surpresa”, que recebeu o Prêmio FNLIJ, na categoria para jovens leitores. Foi duas vezes finalista do Prêmio Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da literatura infanto-juvenil. BIOGRAFIA JOEL RUFINO DOS SANTOS. Disponível em: <http://www.joelrufinodossantos.com.br/paginas/biografia.asp>. Acesso em 23 out. 2021.

2.1.3 “Livro infantil, o caminho da imaginação”: uma síntese do que vimos até aqui

Todo mundo ficou muito contente. Mas ninguém estava tão contente como Severino. Porque ele sabia que a chuva era uma surpresa dele, um presente das crianças para todo mundo. Quando ele dizia isso, a gente grande ria e não acreditava. Mas todas as crianças acham que foi Severino quem fez chover. Eu também acho. E talvez até você.

Ana Maria Machado, em Severino faz Chover

Observamos, no recorte que elegemos nesta análise inicial (1960-1974), que as características e funções da literatura infantil estavam em disputa. No entanto, não é nossa intenção falsear a ideia de novidade. Essas discussões já eram travadas em outros espaços antes de 1960. Em nosso trabalho monográfico, por exemplo, mostramos como Figueiredo Pimental⁵⁸ e Julia Lopes de Almeida⁵⁹ já discutiam, em 1898, as características de uma boa literatura e disputavam o espaço de produção para crianças em debates dentro do jornal *O Paiz* (PINTO, 2018).

O debate sobre a qualidade da literatura infantil, no fim do século XIX, ainda era incipiente. No entanto, a discussão travada pelos autores é um indício de como o tema ganharia corpo no Brasil. A discussão avançou de tal maneira que, em 1936, uma comissão foi criada para debater questões sobre a literatura infantil – era a *Comissão*

⁵⁸ Figueiredo Pimentel foi um escritor e jornalista brasileiro; ficou conhecido pelos seus textos na coluna social *Binóculo*, no jornal *Gazeta de Notícias*, onde cunhou a expressão “O Rio civiliza-se”. Figueiredo Pimentel também escreveu os denominados “livros para homens”, entre os quais estava o best-seller *O Aborto*. Pela Livraria e Editora Quaresma, compilou coletâneas onde apresentava textos traduzidos e resgatados da tradição oral. O primeiro livro publicado pelo autor foi *Contos da Carochinha* (1894); nos anos seguintes, outros livros foram compilados, sendo reunidos na coleção *Bibliotheca Infantil* (PINTO, 2018).

⁵⁹ Julia Lopes de Almeida foi romancista e dramaturga, além de ter outras ocupações, como cronista. A autora foi relevante no cenário educacional, entre o fim do Império e início da República, visto que seus livros escolares foram muito utilizados no ensino primário. Na função de escritora de livros para crianças, destaca-se o livro *Contos Infantis*, escrito em parceria com sua irmã Adelina Lopes Vieira, em 1886. Os contos objetivavam alcançar educação estética da criança, junto aos ensinamentos morais (PINTO, 2018)

Nacional de Literatura Infantil. Entre os nomes dos participantes da comissão, estavam o de Cecília Meireles⁶⁰ e Lourenço Filho⁶¹ (COSTA, 2011).

Os debates que observamos no *Jornal do Brasil* sobre a qualidade das obras, bem como sobre a elaboração de estratégias para promover o desenvolvimento da literatura infantil no país, já estavam postos na atuação do grupo.

Estava em curso, portanto, com a Comissão Nacional de Literatura Infantil, um projeto de definição do que era a literatura para crianças e quais deveriam ser seus aspectos estéticos, pedagógicos e políticos. Sobretudo, buscava-se uma definição do seu papel como gênero literário. Entre os membros que compunham a Comissão, a definição de tais aspectos estava em disputa e passava, principalmente, pelo debate da função da literatura infantil. (...) Interessa notar que, cerca de três décadas depois, a FNLIJ insere-se neste debate e se autodenomina inovadora no campo de elaboração de critérios de qualidade para a literatura infantil (FNLIJ, 2008, p. XV). No entanto, diante dos já assinalados vestígios sobre os critérios de qualidade da instituição, notam-se mais permanências do que rupturas em relação aos aspectos que, historicamente, balizaram a discussão sobre o que seria a boa literatura infantil ou a literatura infantil de qualidade (PINTO, Mariane Sousa, 2018, p. 46).

O livro escrito por Cecília Meireles *Problemas da Literatura Infantil* é outro exemplo das discussões feitas antes dos anos 1960. A publicação, de 1951, reúne três conferências ministradas pela autora. Meireles percorre temas como a literatura oral, bibliotecas infantis, bem como os contos clássicos e “a possibilidade de se postular a universalização da arte literária destinada à criança” (SILVA, 2017, p. 66).

Apesar de discorrer sobre diferentes temas em torno da literatura para crianças, Cecília Meireles se ocupa, principalmente, de discutir a conceituação, a caracterização e os aspectos que envolvem a qualidade da literatura infantil. Dentro do debate travado pela escritora, fica clara a defesa da literatura como forma de expressão; portanto, ela não pode ser dependente de recomendações pedagógicas, as quais limitam as possibilidades de imaginar.

⁶⁰ Cecília Benevides de Carvalho Meireles, conhecida como Cecília Meireles, foi escritora e educadora brasileira. A cronista manteve uma página no *Diário de Notícias*, nos anos 1930, dedicada a assuntos educacionais. Escolanovista, acreditava no ideal de desenvolvimento integral da criança proporcionado pela escola. Na direção deste ideal, criou uma Biblioteca Infantil, no Pavilhão Mourisco, em Botafogo. Pioneira, a iniciativa foi gatilho para outras experiências similares. SANZ, Luiz Alberto. Cecília Meireles. In: *Educação Pública*, dez. 2006. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/46/ceciacutelia-meireles>. Acesso em: 06 nov. 2021.

⁶¹ Lourenço Filho, como ficou conhecido Manoel Bergström Lourenço Filho, foi um importante educador brasileiro. Ocupou cargos relevantes como o de Diretor da Instrução Pública do Ceará (1921) e de diretor do *Instituto de Educação do Distrito Federal* (1932-1937), onde foi responsável pela reformulação da estrutura curricular do curso Normal, tornando-o exclusivamente profissionalizante. Lourenço Filho foi importante para o desenvolvimento de métodos de ensino, os quais se baseavam no funcionamento psicológico dos indivíduos; nesse sentido, foi um dos idealizadores do movimento da *Escola Nova* (PINTO, 2018).

É interessante notar que uma das discussões levantadas por Cecília Meireles é sobre as limitações que existem na tentativa do adulto se comunicar com a criança através da literatura, discussão que foi igualmente posta por Marcos Aurélio de Matos, em 1960, no *Jornal do Brasil*. Sobre a questão, Cecília Meireles escreve:

De modo que, em suma, o “livro infantil”, se bem que dirigido à criança, é de invenção e intenção do adulto. Transmite os pontos de vista que este considera mais úteis à formação de seus leitores. E transmite-os na linguagem e no estilo que o adulto igualmente crê adequados à compreensão e ao gosto do seu público.

Nessas condições, qualquer tema, de suficiente elevação moral, exposto em forma singela e correta pode transformar-se num livro infantil. E é o que na maioria dos casos tem acontecido.

Uma das complicações iniciais é saber-se o que há, de criança, no adulto, para poder comunicar-se com a infância, e o que há de adulto, na criança, para poder aceitar o que os adultos lhe oferecem. Saber-se, também, se os adultos sempre têm razão, se, às vezes não estão servindo a preconceitos, mais que à moral; se não há uma rotina, até na Pedagogia. Se a criança não é mais arguta, e sobretudo mais poética do que geralmente se imagina (MEIRELES, Cecília. 2016, p.18).

Ou seja, se não podemos falar de uma inovação no debate, do ponto de vista da discussão de problemas totalmente novos, ao menos observamos o seu acirramento no *Jornal do Brasil*. Nesse espaço, percebemos como indivíduos autorizados, por suas especializações e atuação no campo literário, assumiram posições, mediaram o debate com o público mais amplo, disputaram posições.

Portanto, embora as publicações apresentadas mostrem apenas uma fração do debate realizado no período, apontam para questões importantes e definidoras do campo literário para infância. Nesse sentido, nos ajudarão a entender as questões tratadas por Ana Maria Machado no contexto de produção da coluna *Criança é Criança*.

Cabe, agora, recuperarmos o que estudamos até este ponto.

No primeiro capítulo, buscamos situar o *Jornal do Brasil* na história do jornalismo, afunilando para a observação de sua importância no âmbito cultural e, principalmente, literário. Vimos que o periódico foi marcado pelas contradições e disputas – internas e externas –, tendo sua história marcada por uma importante atuação na esfera social, cultural e política do país. É neste jornal, que administrava interesses, significava o real e atuava no imaginário social como agente do processo histórico, que Ana Maria Machado viria a publicar a coluna *Criança é Criança*.

Neste segundo capítulo, apontamos que a literatura produzida para crianças era discutida no *Jornal do Brasil* desde os anos 1960; nesta direção, as discussões que seriam levantadas por Ana Maria Machado sobre a literatura infantil, em meados dos anos 1970,

já estavam em cena. Ou seja, a autora, como veremos, não inaugurou nenhum debate sobre o livro de literatura para crianças, mas o alimentou, ocupando uma coluna fixa sobre produção cultural e produzindo novos significados em relação ao tema.

Observamos que os anos 1970 foram marcados por uma espécie de virada na literatura infantil; se, por um lado, não podemos falar da superação total do utilitarismo no gênero, podemos afirmar que houve um deslocamento do debate para o campo estético (PERROTTI, 1986). Esta tendência também se apresentou nas discussões levantadas no *Jornal do Brasil*; além da preocupação com a quantidade de livros em circulação, as definições de qualidade eram apresentadas e disputadas; em certos momentos, as concepções utilitarista e estética se mesclavam na mesma publicação.

A partir de nossas fontes, indicamos uma busca por movimentar o mercado editorial, chamando a atenção para o número de publicações existentes, apontando para a necessidade de travar as traduções e investir na produção nacional. Essas discussões eram realizadas pelos colaboradores do jornal, mas também por organizações como a FNLIJ, o próprio MEC e INL. Ou seja, não podemos falar de um movimento isolado. A literatura infantil, muitas vezes em face da preocupação com a leitura, estava sendo discutida.

Assim, nosso levantamento, em consonância com os referenciais teóricos mobilizados, aponta para o fato de que havia grupos, instituições e intelectuais dispostos a discutir *a vez das crianças* na literatura. Ana Maria Machado era uma dessas intelectuais que, no *Jornal do Brasil*, ajudaria a tecer o debate sobre a produção cultural para crianças, onde também se encontrava, entre *o leite e 'outras cositas mais'*, a literatura infantil.

CAPÍTULO III - “DO LEITE A ‘OTRAS COSITAS MÁS’”: *CRIANÇA É CRIANÇA* DE ANA MARIA MACHADO

Como o índio e, em grande parte, o analfabeto, a criança tem sua palavra suprimida e reprimida pelo poder. O mínimo que cada um de nós pode fazer contra isso é garantir o espaço da palavra infantil, ainda que nos estreitos de seu círculo de convivência.

Ana Maria Machado na coluna Criança é Criança

Neste capítulo abordamos, mais especificamente, o trabalho de Ana Maria Machado como uma intelectual mediadora. Com esse objetivo, iniciamos nossa análise pela construção da coluna *Criança é Criança* – que começa antes de sua estreia, com a passagem de Ana Maria Machado pela publicação *Aonde Levar as Crianças*. Observamos, portanto: seu antecedente no jornal, o público a que se destinava, seu possível alcance, as temáticas abordadas e sua materialidade.

Em seguida, lançamos nosso olhar para os debates sobre literatura infantil realizados por Ana Maria Machado. No entanto, antes precisamos observar os perfis de infâncias e crianças que a autora constrói ao longo das publicações; visto que, se a literatura ganha a adjetivação de infantil, torna-se necessário entender como esse termo se relaciona com as dimensões do fazer literário.

Por último, buscamos definir o que é uma intelectual mediadora e as razões que nos fazem compreender Ana Maria Machado como tal. Para isso, além de discutir teoricamente o conceito, apresentamos a autora em relação aos seus leitores e pares; buscamos observar como ela circula pelos espaços de discussão literária e como apresenta essa mesma discussão para o público em geral através de sua coluna dominical.

Neste ponto, apresentamos a coluna *Criança é Criança* de Ana Maria Machado.

3.1 Nas manhãs de domingo, uma coluna sobre produção cultural para a infância

É sempre alentador que alguém dedique com seriedade seus esforços intelectuais às crianças. No Brasil, além disso, é muito raro.

Ana Maria Machado em Criança é Criança

A primeira publicação da coluna *Criança é Criança* que localizamos data do dia 18 de maio de 1975. No entanto, no processo de revisão de nossos levantamentos – feita a partir do nome da autora – descobrimos que Ana Maria Machado assinava outra publicação no Jornal do Brasil: *Aonde Levar as Crianças*.

Diante deste achado, buscamos o termo “*Aonde Levar as Crianças*” nas edições do Jornal do Brasil disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. A primeira ocorrência encontrada, também publicada no *Caderno B*, é do final dos anos 1960. A publicação reunia uma série de pequenas notas informando sobre espetáculos e atividades para as crianças.



Figura 4 - Aonde Levar as Crianças

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

Em relato enviado via e-mail, Ana Maria Machado nos explica que entrou no Jornal do Brasil em 1972, mas que, inicialmente, trabalhava com reportagem geral.

Depois, em 1973, dirigiu o jornalismo da Rádio Jornal do Brasil, deixando as reportagens por um tempo. Sem precisar a data, explica que, posteriormente, passou a ser convidada para fazer reportagens especiais para o *Caderno B*.

Foi neste período que ela assumiu a incumbência de escrever a coluna semanal denominada *Aonde levar as Crianças*, onde construiu um espaço de crítica de teatro infantil. Localizamos a primeira edição dessa coluna, assinada por Ana Maria Machado, em março de 1973.

Aonde levar as crianças

Um jogo criativo e inteligente

No Teatro Gláucio Gil, o nome da peça encenada, *O Jogo do Três por Três*, já indica que o elemento lúdico constitui um aspecto essencial do espetáculo. O texto é apenas um pretexto para o desenvolvimento descontraído e eficiente de uma série de pequenos quadros, em tom de brincadeira e com muita movimentação. A música fornece um apoio importante ao desenrolar da peça, embora por vezes seu volume alto demais abafe as falas dos atores.

As crianças menores tendem a ficar um pouco no ar, não só por não terem certas referências culturais (Cristóvão Colombo misturado a diligências e chicles para eles não é irônico, mas só confuso) mas também pela falta de conflito nas situações muito simples, em que um fio narrativo chega a ser ausente. Em compensação, as crianças maiores gostam muito desse espetáculo inteligente, criativo, aberto, muito valorizado pela extraordinária comunicabilidade dos atores com a platéia infantil.

ANA MARIA MACHADO

OS TRÊS PATETAS — Comédia de Carlos Abel, dirigida por Luis Anur e apresentada pelo Grupo da Juventude. No Teatro João Caetano, Praça Tiradentes (221-0305). Sábados, às 16h, e domingos, às 10h30m.

O MÁGICO DE OZ — Texto e produção de Roberto de Castro, apresentado pelo Grupo Carroussel. Espetáculo com um resultado final positivo, pois consegue transmitir a história através de uma apresentação bem cuidada. No Teatro da Praia, Rua Francisco Sá, 88 . . . (256-3610). Somente aos domingos, às 17h.

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕESINHOS — Produção e direção de Roberto de Castro, apresentado pelo Grupo Carroussel. No Teatro da Praia, Rua Francisco Sá, 88 (256-3610 e 227-6014). Somente aos sábados, às 17h.

PELE DE ASNO — Adaptação de Paulo Afonso de Lima. Direção de Cláudio Gonzaga. No Teatro Opinião, Rua Siqueira Campos, 143. Sábados e domingos, às 16h.

O JOGO DE TRÊS POR TRÊS — Apresentado pelo Grupo Tijolo, 2º lugar no V Festival de Teatro Infantil da GB. Teatro Gláucio Gil, Praça Cardinal Arcoverde. Sábados e domingos, às 16h.

PEDRO E O LOBO — De J. A. Sertosa Rosa, dirigido por Paulo Matosinho, coreografia de Ino Romano. No Teatro Miguel Lemos, Rua Miguel Lemos, 51-H. Reservas pelo telefone 236-6343. Sábados e domingos, às 16h.

O FILHOTE DO ESPANTALHO — Baseado no texto de Osvaldo Waddington. Direção de Wilson Werneck e produção de Aurimar Rocha e Werneck. Um espetáculo pouco expressivo, onde o texto não é totalmente aproveitado. No Teatro de

Bolsa, Rua Ataúlfo de Paiva, 269-A. Sábados e domingos, às 16h.

O JARDIM DAS BORBOLETAS — De André José Adler. Trilha sonora de Taiguara Zé Rodrix, Jorge Omas, Paulo Imperial e Eduardo Souto Neto. Produção de Luís Mendes Júnior. Com Ligia Diniz, Cláudio Tovar, Duze Nacarati, Luís Carlos Buruca, Célio de Barros. A alegria e o colorido do espetáculo compensam uma história não muito bem desenvolvida. No Teatro Casa-Grande (Afrânio de Melo Franco, 300). Sábados e domingo, às 17h.

O GIGANTE EGOÍSTA — Musical adaptado do conto homônimo de Oscar Wilde por Nelson Luna, produzido pela Associação dos Servidores do Banco Central, com música e direção de som de Ailton Escobar. Espetáculo muito bem estruturado, com excelente trabalho de equipe onde se destacam figurinos e coreografia. Teatro Glaucio Rocha, Praia de Botafogo, 522. Sábados e domingos, às 17h.

A MÁQUINA DO TEMPO — Com 23 personagens que dão um mergulho até a idade da pedra. No Teatro

Opinião, Rua Siqueira Campos, 143 (235-2119). Sábados e domingos, às 16h.

ONÇOLINO E' UMA BRASA — De Jair Pinheiro. No Teatro Miguel Lemos, Travessa Miguel Lemos, 51-H. Reserva pelo telefone 236-5343. Sábados e domingos, às 17h.

PARQUES

TIVOLI PARK — Com Montanha Russa, Autorama, Carroussel Infantil, Autopista, Bicho-da-Seda, Castelo das Bruxas, entre outras atrações. Na Lagoa Rodrigo de Freitas. Entrada no Parque Cr\$ 1,50 por pessoa. Brinquedos a partir de Cr\$ 2,00.

PARQUE DO MORRO DA URCA — Alcançado pelo novo bandido do Pão de Açúcar, que funciona de 8h às 22h. Com Teatro de Marionetes, em sessões contínuas aos sábados e domingos, das 14h às 18h (ingresso a Cr\$ 2,00). Ainda, passeios de buguinho (com a volta a Cr\$ 1,00, criança e Cr \$2,00 adulto, e bandinha de bichinhos).

CINEMAS

QUANDO O CORAÇÃO BATE MAIS FORTE — Caruso. Ver em Estréias em Cinemas. (Livre).

ERAM OS DEUSES ASTRONAUTAS? — Roma-Bruni, Bruni-Flamengo, Bruni-Tijuca. Ver em Continuações em Cinemas. (Livre).

COMO ERA GOSTOSO O MEU FRANCÊS — Metro-Bovista. Ver em Representações em Cinemas. (Livre).

AO MESTRE COM CARINHO — Bruni-Copacabana, Coral, River. Ver em Representações em Cinemas. (10 anos).

CONCERTO PARA BANGLADESH — Tijuca. Ver em Representações em Cinemas. (Livre).

A GRANDE ESCAPADA — Plaza, Copacabana. Ver em Representações em Cinemas. (Livre).

DE OLHO NA ESPOSA — Império. Ver em Representações em Cinemas. (Livre).

ADEUS MR. CHIPS — Comodoro. Ver em Festival de Sucessos em Cores em Representações em Cinemas. (Livre).

AS SANDÁLIAS DO PESCADOR — Miramar. Ver em Festival de Sucessos em Cores em Representações em Cinemas. (Livre).

MINHA MONTANHA ENCANTADA — Studio-Tijuca. Ver em Matinês em Cinemas. (Livre).

RISOS E MAIS RISOS — Carioca. Ver em Matinês em Cinemas. (Livre).

DESENHOS E DOCUMENTÁRIOS — Cine Hora. Ver em Extra em Cinemas. (Livre).

GATO FELIX — Cinemateca do MAM. Ver em Extra em Cinemas. (Livre).

SE MEU DÓLAR FALASSE — Roma-Tijuca. Ver em Extra em Cinemas. (Livre).



Com O Jogo do Três por Três, o Grupo Tijolo obteve o segundo lugar no último Festival de Teatro Infantil da GB

Figura 5 - Aonde Levar as Crianças por Ana Maria Machado

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

A coluna mantinha as pequenas notas com indicações de atividades diversas para infância, porém, Ana Maria Machado assinava uma pequena crítica sobre a peça “O Jogo do Três por Três”, em cartaz no Teatro Gláucio Gil. Segundo a escritora, também em relato enviado para esta pesquisa, o formato fez sucesso e a coluna teve um desdobramento importante. Ana Maria Machado ganhou novo espaço fixo, só que aos

domingos. Paralelamente às críticas teatrais publicadas aos sábados, a autora passou a publicar, em meados dos anos 1970, uma coluna sobre produções culturais para a infância.

Assim nasceu a coluna *Criança é Criança*⁶².

Como já indicamos, a primeira edição localizada data de maio de 1975, mas não há um marco de início, como a apresentação da coluna. Ana Maria Machado também não soube informar a data da primeira publicação, mas confirmou que a coluna passou a ser publicada em meados dos anos 1970.

Interessa recapitular, como apresentado no capítulo um, que, neste período, o JB havia se estabelecido como um dos principais jornais do Rio de Janeiro; vale lembrar, também, que o *Caderno B* se destacava no cenário cultural da época. Em termos de tiragens, o período também foi marcante; o Jornal do Brasil bateu a marca de cerca de 86 mil tiragens diárias no início dos anos 1970, chegando à 253.971 tiragens, aos domingos, no final da década. Ou seja, *Criança é Criança* começou a circular em um período em que o JB estabeleceu sua relevância e conseguiu importante penetração entre os cariocas.

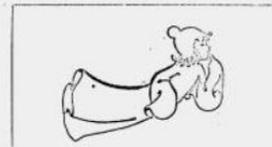
Neste momento, cabe apresentar a materialidade da coluna, bem como a sua organização. A partir da terceira publicação levantada, em 1975, começamos a observar um formato que se estabeleceria na maior parte das publicações da coluna.

⁶² Segundo Ana Maria Machado, o nome da coluna foi escolhido em homenagem a um livro de Cecília Meireles, no entanto, não encontramos nenhuma publicação com o título.



REVISTAS EM REVISÃO

Se a sociedade é de consumo e a cultura é de massa, as crianças também estão nesse barco. E como? Para só examinarmos um aspecto, basta ver a quantidade de publicações que se oferecem ao público infantil penduradas numa banca de jornal. De livros a jogos de armar, passando por revistas em quadrinhos de todo tipo. E ultimamente surgiram algumas novidades. No fundo, não tão novas, mas como as crianças são uma faixa de mercado em permanente renovação, não reclamam de estarem consumindo produtos já lançados anteriormente. Além disso, se a qualidade é boa, é claro que o interesse se mantém.



Agora estão nas bancas duas novas publicações, *Pluft* e *Pirralho*, ambas se apresentando sob a orientação de Maria Clara Machado, o que não deixa de ser esquisito, já que dificilmente poderiam ser mais diferentes. *Pirralho*, da Cedibra, quase não tem texto e se aproxima dos tradicionais álbuns para colorir, sem ao menos ter aquela variedade de idéias estimulantes dos velhos Cadernos de Quebra-Cabeças que a Maizena distribuía aos colégios no Dia da Criança. Os desenhos são estereotipados e sem relação com a realidade da criança brasileira: pomares com maçãs, personagens com cachecol, *marjorettes* de bandas, cogumelos, etc. Pelo título, pretende-se dirigir a crianças pequenas, mas grande parte dos exercícios são muito difíceis para elas. Já *Pluft* (sob a responsabilidade de Fernando de Castro Ferro, que já editou *Flicts*), se destina às crianças que sabem ler direito. Tem uma qualidade

bem com as crianças, sem qualquer resquício de linguagem tatibitete. Apesar do seu evidente parentesco com revistas francesas do gênero (sobretudo *Femme d'Api* e *Jeunes Améres*), fala muito de perto ao público brasileiro. Tem histórias em quadrinhos (justamente seu ponto fraco), informações gerais que podem servir de subsídios para trabalhos escolares, contos modernos e clássicos para crianças, humor com um certo *nonsense* (muito ao gosto infantil), coisas para recortar e colecionar, enfim, um bom potencial a ser desenvolvido à medida que for esgotando, pois ainda está no número 5.

Uma nitida tendência atual nas revistas para crianças é o progressivo abandono dos quadrinhos como linguagem única para atingir o público infantil. Surgem então as publicações que pretendem estimular a criatividade e promover o desenvolvimento da criança, convocando o leitor para uma participação direta em suas páginas.

Algumas dessas publicações têm reais qualidades. É o caso de *Recreio*, da Abril, pioneira do gênero entre nós. Sua estrutura é simples: uma história por número, de texto corrido e toda ilustrada, acompanhada de tiras laterais em cada página, podendo ser cortada sem prejuízo do conto. Às vezes incluem sugestões de atividades, exercícios de preparação para a escrita e a matemática, elementos a serem recortados e colados para completar as ilustrações, etc. Atualmente, *Recreio* reencontra o bom nível infelizmente, não conseguiu manter por tanto tempo quanto seria desejável. Mas não deixa de ser sintomático que, ao recuperar a qualidade do seu início, a revista esteja preferindo republicar contos já divulgados em sua boa fase. Na maioria das vezes, acompanhados das mesmas tiras laterais da primeira edição. O que vem confirmar a qualidade. Mas diminui a chance de que surja algo novo e criativo no setor.

Depois de *Recreio*, o filho foi descoberto. A Bloch lançou *Bloquinho*, que talvez tenha representado o ponto alto do gênero entre nós, no que se refere à real criação. Inexplicavelmente, a revista durou pouco e esta que se relançou agora nas bancas com o mesmo título não tem nada a ver com a que lhe deu nome — é uma revista em quadrinhos, com aven-

turas de super-heróis. Por sua vez, a Editora Três explorou a popularidade dos personagens de *Vila Sésamo*, com *Gugu* e *Garibaldo*, revistas bem feitas mas com o pecado original da falta de originalidade — sem jogo de palavras.

Como o mercado ainda está longe de se esgotar, vale uma sugestão: que tal relançarem o *Tico-Tico*? Seria sucesso na certa...

CIRANDA

Na França, 200 compositores e músicos assinaram um manifesto pedindo um Conselho Interministerial de Música que, entre outras coisas, deveria criar um programa de educação musical para todos os franceses, desde o jardim-de-infância. Na Inglaterra, os festejos de 19 de maio incluíram um grande Concerto para Crianças, com composições como *Hansel e Gretel*, *Pedro e o Lobo* e outras, combinado com uma sessão de contar histórias. Em Recife, o Sesi resolveu patrocinar o ensino de música para filhos de operários e, com 150 vagas, apareceram mais de 300 crianças para aprender a tocar violino. Que os exemplos frutifiquem.

xxx

O feriado de quinta-feira provou mais uma vez que é mínima a opção de programas para as crianças no Rio. Os poucos filmes de censura livre se concentraram no centro e em sessões únicas às duas da tarde. Raros teatros apresentaram peças

CIRANDA

Na França, 200 compositores e músicos assinaram um manifesto pedindo um Conselho Interministerial de Música que, entre outras coisas, deveria criar um programa de educação musical para todos os franceses, desde o jardim-de-infância. Na Inglaterra, os festejos de 19 de maio incluíram um grande Concerto para Crianças, com composições como *Hansel e Gretel*, *Pedro e o Lobo* e outras, combinado com uma sessão de contar histórias. Em Recife, o Sesi resolveu patrocinar o ensino de música para filhos de operários e, com 150 vagas, apareceram mais de 300 crianças para aprender a tocar violino. Que os exemplos frutifiquem.

xxx

O feriado de quinta-feira provou mais uma vez que é mínima a opção de programas para as crianças no Rio. Os poucos filmes de censura livre se concentraram no centro e em sessões únicas às duas da tarde. Raros teatros apresentaram peças

infantis e o resultado foi uma superlotação nessas poucas salas, como o *Opinião* e o *Teresa Raquel*. Neste último, chegou a haver problemas de segurança, com crianças correndo pelos balcões, se pendurando nas plataformas superiores e aproveitando o enorme atraso do início do espetáculo para batalhas de bolinhas de papel. Se lembrarmos que lá é permitido levar garrafas de refrigerantes para a platéia, é fácil avaliar os riscos.

xxx

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil tem uma coleção de slides sobre contos de Andersen, que podem ser emprestados a escolas e bibliotecas. São ilustrações belíssimas de edições dinamarquesas recentes e constituem o complemento ideal para uma boa sessão de contar histórias, hábito que não deve ser perdido, por toda sua situação afetiva, fundamental para as crianças. Informações à Rua Voluntários da Pátria, 107.

Figura 6 - Formato da coluna Criança é Criança

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

O nome da coluna aparece na parte da superior da publicação, a assinatura da autora é alocada ao lado do nome da coluna, abaixo do título do texto ou ao final da discussão. Depois, o título do artigo do dia é apresentado em letras maiores. O texto principal da coluna versa, normalmente, sobre um assunto em específico – uma atividade, apresentação, acontecimento, evento, livro etc. – que se torna um fio condutor para discussões relacionadas.

Por último, há um espaço denominado *Ciranda*. Nesta seção, há pequenas notas sobre eventos, atividades e apresentações que, de alguma forma, se relacionam com o público infantil. Neste espaço, aparecem indicações de cursos, exposições e apresentações para crianças, bem como para os adultos que se relacionam com elas. Assim como as crianças giram ao brincar de ciranda, ali rodam informes sobre produções culturais para infância.

As ilustrações⁶³ e fotos estão presentes em diversas edições da coluna; fotos de livros e espetáculos, cartazes de campanhas, ilustrações de histórias ou mesmo ilustrações que se relacionam com o tema abordado no dia aparecem junto ao texto, enriquecendo o as discussões travadas.



Figura 7 – Folheto de cordel para crianças

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

⁶³ A maior parte das ilustrações não aparece assinada e há casos em que uma mesma ilustração é utilizada em duas edições diferentes da coluna. Isso nos faz acreditar que elas fazem parte de uma espécie de banco de imagens do jornal. Nas imagens que identificamos alguma assinatura, não conseguimos distinguir os autores.

CRESCENDO ENTRE A PRANCHA DE "SURF" E O PALCO

ANA MARIA MACHADO

Apesar dos pesares, sempre surge algo de bom em teatro para crianças no Rio. Adolescente é que não tem vez. Daí a importância de uma iniciativa como a do Teatro Isa Prates (TISA), da escola do mesmo nome, no Arpoador. A partir deste fim de semana, estão apresentando às sextas, sábados e domingos um espetáculo feito pelos alunos da escola e aberto ao público em geral. Embora a censura o tenha liberado para maiores de 10 anos, ele se destina especificamente a adolescentes de mais de 12.

O programa compreende duas peças. A primeira é de Lucille Fletcher, Desculpe, Foi Engano, com um clima de suspense que encantou o

(improvisação, expressão corporal e atividades dramáticas em geral, integradas à criação em artes plásticas e música). Mas o objetivo não é formar atores e, para os jovens do TISA, teatro vai sendo cada vez algo mais sério. Daí a formação do grupo.

Não é um simples teatrinho escolar, embora as preocupações educativas não fiquem em segundo plano. Não há estrelismo. Todos se revezam em todas as funções: são atores, contra-regras, técnicos de som. Têm suas aulas normais de manhã e voltam à escola à noite, três vezes por semana, para ensaiar. Isto é, quando não se levantam os valores mais altos das ondas do mar. Por exemplo, durante o torneio de surfi de

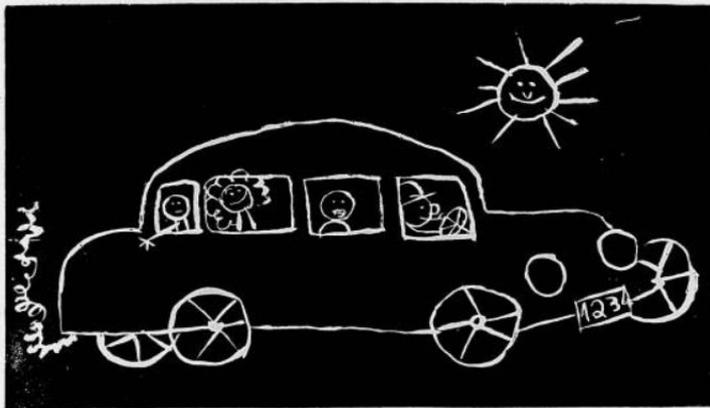
car o público, ensiná-lo a ter respeito pelo trabalho dos outros, por maior que seja seu direito de discordar depois. Mas é que nem todo mundo entende o que é liberdade na educação. Muitos pais (principalmente na faixa entre 30 e 40 anos) confundem orientação com repressão, deixam que as crianças interrompam e espetáculo, subam pelo palco, percam o respeito pelo trabalho dos outros. Mas é preciso entender que existem limites fundamentais que fazem parte da vida em sociedade. O adolescente valoriza o adulto que sabe ser amigo e é capaz de assumir uma autoridade consciente, quando ela é necessária. É uma questão de respeito pela pessoa,



Adolescentes em roupas medievais calçam tênis, utilizam minicalculadoras e locomovem-se no palco sobre skates numa sátira às histórias infantis

Figura 8 - Foto de espetáculo na Coluna Criança é Criança

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC



BOA VIAGEM COM A GAROTADA

☆☆☆☆☆ CIRANDA ☆☆☆☆☆



Em Belo Horizonte, uma equipe de pedagogos do Instituto de Educação de Minas lançou 16 mil exemplares de uma revista, Cacula Férias, para evitar que as férias escolares interrompam o processo de aprendizado das crianças. A idéia é estimular, quando não há aulas, uma série de atividades de observação, sob a orientação dos pais, e a publicação alterna exercícios e brincadeiras.

Ainda no terreno das férias: a Tunísia vem desenvolvendo, desde 1973, um festival de verão em Tabarka, para quem não quer se limitar a ficar de papo para o ar enquanto se bronzela. Este ano, além de ballets internacionais, da apresentação de Miriam Makeba e outros cantores, e da presença de grandes nomes do jazz (como Oscar Peterson e Dizzy Gillespie), Tabarka vai ter como sua iniciativa mais importante uma atração para as crianças: estúdios de criação coletiva, onde 400 meninos e meninas terão total liberdade de esculpir e pintar. Uma idéia a ser pensada em futuros festivais de inverno por aqui.

Dentro da programação do IX Festival de Inverno de Ouro Preto, aberto este fim de semana, a criança vai ter vez, como assunto, de 20 a 26 de julho, com o II Congresso Nacional de Literatura Infantil e o I Festival Nacional de Teatro Infantil. Serão debatidos os problemas das obras literárias e teatrais dedicadas às crianças. Diversos grupos de diferentes Estados vão se apresentar em Belo Horizonte.

Figura 9 - Ilustração e capa de revista na coluna Criança é Criança

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

A coluna *Criança é Criança* não possuía uma página fixa no Jornal do Brasil, mas circulava pelo *Caderno B*. A coluna aparecia próxima a anúncios em algumas edições; em outras, era alocada perto de horóscopos ou até de reportagens que se relacionavam com o artigo do dia (JORNAL DO BRASIL, 30 out. 1977; 20 agosto 1978). Observamos, porém, duas dinâmicas comuns ao espaço ocupado pela coluna.

A primeira questão em evidência é a sua recorrência nas páginas finais do *B*, principalmente, se consideramos o fato de que muitas edições deste caderno iam apenas até a página 10.

PÁGINAS	OCORRÊNCIAS
PÁGINA 2	17
PÁGINA 4	20
PÁGINA 5	23
PÁGINA 6	9
PÁGINA 7	7
PÁGINA 8	12
PÁGINA 9	21
PÁGINA 10	37
PÁGINA 12	11
PÁGINA 14	30
PÁGINA 16	3
TOTAL	190

Tabela 4 - Movimentação da Coluna Criança é Criança pelas páginas do Caderno B (ocorrências por página)

Tabela produzida pela autora

Além disso, percebemos que há também uma recorrência considerável de edições publicadas ao lado de atividades e jogos. Esta regularidade, no entanto, parece estar mais atrelada ao fato de a coluna ser, muitas vezes, publicada ao final do caderno do que à relação dos jogos com o mundo infantil.

Apesar do nome, a coluna de Ana Maria Machado não se destinava às crianças. Embora estivesse disponível para todo o público leitor, notamos um olhar direcionado às pessoas que atuavam, pessoal ou profissionalmente, com as crianças. Sobre isso, Ana Maria Machado, explica que

Evidentemente, [a coluna] estava direcionada a adultos, sendo uma coluna em jornal. E num segundo caderno, que tratava de questões culturais, lazer e diversão. Então, nunca pensei nisso conscientemente, mas posso dizer que era dirigida aos leitores de jornal que eventualmente se interessassem pelo assunto da produção cultural para crianças. Ou seja, familiares e professores.⁶⁴

Acrescentamos, ainda, os agentes culturais, visto que a autora divulgava editais e concursos de interesse deste grupo.

Ao observarmos alguns valores de produtos e eventos anunciados por Ana Maria Machado, fica evidente que nem todos eram acessíveis às camadas populares. A título de exemplo, apresentamos os valores de alguns cursos e atividades de férias oferecidos no Rio de Janeiro e anunciados por Ana Maria Machado em 1976 (JORNAL DO BRASIL, 04 jan. 1976, p. 14).

CURSO/ATIVIDADE	LOCAL	FUNCIONAMENTO	VALOR
A cidade em que vivemos	Casa de Rui Barbosa – Botafogo	Duas horas de aula, duas vezes por semana	Cr\$165,00
Brincadeiras, esportes, artesanato, aula de expressão corporal, visita a museus.	Escolinha de Artes Girassol – Ipanema	Atividades escolhidas de forma avulsa	Entre Cr\$150,00 e Cr\$600,00
Curso de pintura, desenho, recorte, modelagem, trabalho com madeira, iniciação musical e teatro	Escolinha de Artes do Brasil – Centro	Não informado	Entre Cr\$200,00 e Cr\$290,00 mensais

⁶⁴ Entrevista concedida por MACHADO, Ana Maria (31/07/2020) via e-mail e através de questionário. Entrevistadora: Mariane Sousa Pinto.

Curso de fotografia	Museu de Arte Moderna – Flamengo	06 de janeiro a 26 de fevereiro, terças e quintas, com duas horas de duração	Entre 450,00 e 500,00	Cr\$ e Cr\$
---------------------	----------------------------------	--	-----------------------	-------------

Tabela 5 - Cursos divulgados por Ana Maria Machado em 1976 (local, funcionamento e valores)

Tabela produzida pela autora

Agora, levando em conta o valor das médias anuais (1976) de três produtos da cesta básica – açúcar (Cr\$3,00), arroz (Cr\$4,75) e feijão (Cr\$4,78) – podemos formular uma comparação de preços. Com o custo da atividade mais acessível (Cr\$150,00), seria possível escolher entre cerca de 50kg de açúcar, 31kg de arroz ou 30kg de feijão. Já o custo mais alto (Cr\$600,00) corresponderia à compra de, em média, 200kg de açúcar, 126kg de arroz ou 125kg de feijão. Ou seja, pensando na alimentação como prioridade das famílias mais pobres, podemos considerar os valores apresentados como indícios da inacessibilidade destes cursos e atividades para famílias e crianças socialmente vulneráveis.

Uma publicação da coluna *Criança é Criança*, assinada por Márcia de Almeida, que era responsável por cobrir Ana Maria Machado em suas férias, também em 1976, indica a realidade que observamos. A jornalista, ao escrever sobre o teatro infantil e sua dificuldade em sobreviver, afirmava que se uma família levasse seus dois filhos ao teatro semanalmente, gastaria cerca de meio salário mínimo (Cr\$360,00).

Se, por um lado, as atividades, eventos e cursos divulgados não eram acessíveis para toda a população ou para a maior parte, por outro, Ana Maria Machado não escondia este problema. A autora discutia a necessidade de tornar os eventos infantis mais acessíveis tanto indicando produtos e atividades mais baratas ou gratuitas, como publicando denúncias sobre os preços abusivos.

Na edição da coluna do dia 26 de junho de 1977, Ana Maria Machado publicou a carta de uma leitora que denunciava os altos preços dos ingressos, bem como a falta de organização e limpeza de alguns espaços (JORNAL DO BRASIL, 26 jun. 1977, p. 5). Já em junho de 1979, outra reclamação ganhou amplo espaço na coluna: uma avó reclamava que, embora o teatro infantil estivesse em crescimento no período, com muitas peças sendo divulgadas – ela apontava pelo menos trinta anúncios só no JB –, os preços

permaneciam altos (em média Cr\$50,00) e sem diferenciação para crianças e adultos. Além disso, destacava problemas na compra de ingressos e nas produções (JORNAL DO BRASIL, 17 jun. 1979. p. 4).

Tratando-se ainda do teatro infantil, em 1978, Ana Maria Machado divulgou o Prêmio do Serviço Nacional de Teatro. Falou também do projeto do SNT chamado Mambembinho. O projeto levaria teatro a preços populares ao Rio e São Paulo (Cr\$15). A colunista divulgava os espetáculos escolhidos como melhores do ano que participariam do projeto, estimulando a presença do público.

Inicialmente, ao percebermos a recorrência de eventos e atividades situadas na Zona Sul da cidade, bem como o recebimento de cartas de pessoas desta região, entendemos que poderíamos delimitar o público que acessava o conteúdo produzido por Ana Maria Machado no JB a partir desta entrada. Por outro lado, a partir do estudo de Lima (2006), entendemos que esta tendência estava ligada, em primeiro lugar, à efervescência cultural da qual a Zona Sul era uma espécie de centro; também destacamos a própria dinâmica do *Caderno B* que se afinava com a “juventude classe média alta da Zona Sul”, construindo, a partir desta relação, a sua *identidade carioca* (LIMA, 2006, p.17).

Em outra direção, cabe lembrar que o Jornal do Brasil, no período em que *Criança é Criança* está em circulação, era um dos principais periódicos da cidade. Portanto, não é possível delimitar o alcance da coluna apenas pela possibilidade de camadas médias e altas da sociedade acessarem, com maior facilidade, os produtos indicados por Ana Maria Machado. Em contrapartida, é um indício interessante sobre as possíveis ressonâncias da coluna em diferentes grupos sociais.

Antes de afunilar as nossas discussões na direção do debate, mediado por Ana Maria Machado, sobre infância e literatura, é interessante destacarmos os temas, em geral, abordados pela autora. Tratando-se de uma coluna sobre produção cultural, diferentes assuntos são abordados nas 190 edições levantadas; como já apontamos, literatura infantil é um tema que se destaca, mas teatro infantil, programas de TV, música, exposições em museus e até mesmo atividades educacionais são temas encontrados na coluna. Campanhas, iniciativas e informações relacionadas ao bem-estar infantil são assuntos que também ganham espaço em algumas edições.

Ana Maria Machado indicava obras, exposições e atividades relacionadas aos temas citados. Todavia, mais do que uma ferramenta de divulgação dos produtos

culturais, a coluna se construiu como um espaço de crítica para pensar e discutir as produções, suas características, a qualidade e a relevância delas. A coluna *Criança é Criança* tornou-se, nessa direção, um espaço para enunciar lutas e uma ferramenta de disputa sobre o lugar das crianças no mundo. Nesse cenário, não apenas as produções para infância, mas também as produções das crianças, suas formas de brincar e narrar o mundo entram em cena, como veremos na próxima seção.

Numa discussão inicial, mas relevante para as questões que abordaremos ao longo do capítulo, podemos afirmar que Ana Maria Machado entende a cultura como possibilidade de invenção e reinvenção; não se trata, portanto, de uma via hierárquica de assujeitamento, mas de descoberta de possibilidades e pontos de partida (CERTEAU, 2012). Logo, trata-se de uma percepção de cultura que passa pela sensibilização estética e pelas transformações sociais, mas também pelas transformações cotidianas da vida (LÓPEZ, 2018).

Nesse sentido, as discussões travadas pela escritora fogem, não sem contradições⁶⁵, à lógica de “cultura-mercadoria”, pois não a abordam como *acumulação ou repetição*, sublinhando valores hierárquicos e de submissão (LÓPEZ, 2018). Suas análises passam, nesse sentido, pela *singularização* e pela possibilidade de reordenamentos do real.

⁶⁵ Falamos de contradição no sentido de sinalizar que há, na coluna, um pedido incessante por mais produções que tenham a criança como público-alvo; há, ainda, uma constante cobrança para que os agentes culturais, e diferentes setores envolvidos nas produções culturais, levem em conta o público infantil. No entanto, a cobrança não é meramente quantitativa. Ana Maria Machado reforça, constantemente, o apelo à qualidade das propostas desenvolvidas, as quais, segundo ela, devem levar em conta a capacidade das crianças e o respeito à infância.

3.2 Crianças e infâncias: de quem fala Ana Maria Machado?

Dia da criança, dia do menor. Rostinhos bochechudos e sorridentes contra um fundo de flores ou os olhos fundos adivinhados por trás da tarja preta que impede a identificação nas páginas policiais da imprensa – duas faces de uma mesma moeda, infância brasileira, evocada amplamente no dia de hoje e por toda a semana que se inicia.

Ana Maria Machado em Criança é Criança

Neste capítulo, nos propomos a estudar a coluna *Criança é Criança*, com foco na mediação cultural realizada por Ana Maria Machado em relação à literatura infantil. Começamos, nesse sentido, com a pergunta: existe, de fato, uma literatura infantil?

Machado (2016) defende que não há literatura infantil. Segundo a escritora, o adjetivo *infantil*, nesse caso, não restringe o sentido de literatura, mas o amplia. Ou seja, não é uma literatura só para crianças, mas também para elas. Como sinalizamos no segundo capítulo, esta discussão já estava presente no JB dos anos 1970.

No entanto, se a literatura, que também pode ser lida por crianças, é chamada de infantil, torna-se fundamental entender quais características descrevem este público. Como vimos com Perrotti (1986), a literatura que tem a criança como público previsto, mesmo não sendo o único, não pode ser desvinculada das representações sociais de infância presentes numa dada sociedade, pois há critérios de julgamento distintos envolvidos nas produções que se destinam a crianças e adultos.

Por isso nos perguntamos: quais infâncias e crianças Ana Maria Machado descreveu na coluna *Criança é Criança*? Entender a maneira com a qual a autora percebia e definia esses sujeitos nos ajudará, em seguida, a compreender os debates que ela travava em torno da literatura infantil.

Nesse sentido, dois movimentos são importantes. Em primeiro lugar, cabe apresentar um retrato da infância brasileira pelo olhar de Ana Maria Machado. Ou seja, é importante sublinhar suas observações sobre os lugares destinados às crianças na sociedade e o desprestígio com o qual elas sofriam. Em segundo lugar, nos colocamos a observar a compreensão de Ana Maria Machado sobre as características das crianças.

Como sinalizado, Ana Maria Machado apresenta o retrato de uma infância desprestigiada e, por vezes, marginalizada na sociedade brasileira. Numa edição de 1975 (JORNAL DO BRASIL, 24 agosto 1975, p. 14), a autora tratou sobre três temas que apontavam para esta direção. No texto, começou destacando a fala do presidente da FUNABEM⁶⁶ em torno da necessidade de uma política nacional em defesa do menor, visto que a marginalização de crianças e adolescentes no país era uma regra e não uma exceção.

Em seguida, apresentou duas situações que ilustravam a primeira: a luta de algumas mães que dependiam de um banco de leite para alimentar os filhos e o fechamento de uma escolinha de artes no Aterro do Flamengo. As situações, segundo Ana Maria Machado, mostravam o descaso com as crianças e suas necessidades.

Em outubro do mesmo ano, em razão do dia das crianças, a colunista fez uma provocação sobre a imagem paradoxal da infância brasileira: de um lado, crianças bochechudas e sorridentes contra um fundo floral; do outro, crianças nas páginas policiais. Ela convidava “pais, educadores, administradores” e “aqueles que conscientemente se preocupa[va]m” com as crianças a se atentarem à realidade da infância brasileira através de reportagens sobre educação do próprio JB e de um número da revista Opinião, no qual era analisada a relação da infância brasileira com nutrição, mortalidade e abandono, além de serem discutidos aspectos como televisão, literatura e publicidade (JORNAL DO BRASIL, 12 out. 1975, p. 14).

Na mesma publicação, expunha a carta de responsáveis sobre a escolinha de artes fechada no Aterro, a qual manteve-se em obra e sem funcionar ao longo dos meses. A carta sinalizava o descaso das autoridades com as crianças e suas famílias, que não receberam nenhuma sinalização sobre o fechamento e possível reabertura do espaço. Ademais, havia relatos de que o espaço seria utilizado para outros fins após a reforma. Ana Maria Machado, na publicação de agosto, já havia sinalizado, também, que professores e funcionários não foram avisados do fechamento e estavam sem salários, completando o quadro de descaso com as crianças e a pouca importância dada às pessoas que com elas trabalhavam.

⁶⁶ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada pela Lei Federal 4.513 de 01/12/1964 em substituição ao Serviço de Assistência ao Menor - SAM. A FUNABEM era responsável por formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o país. FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. História. Disponível em: http://www.fia.rj.gov.br/content/institucional/institucional_historia.asp. Acesso em 13 nov. 2021.

Em 1978, ao tratar de uma declaração do vice-presidente americano sobre como a sociedade ignora a infância, Ana Maria Machado chamou a atenção para os problemas enfrentados pelas crianças brasileiras: altas taxas de mortalidade, morbidade infantil e menores abandonados pelas ruas; ausência de creches, inexistência de atendimento pré-escolar, problemas na rede de ensino em geral, além do quadro social preocupante. No prosseguimento da discussão, citou um número da revista americana Harper's e, em consonância com a publicação, afirmou

(...) que criança só dá primeira página quando está envolvida em crime ou algo sensacional, numa situação pior do que a dos pequenos da era vitoriana, que só não podiam ser ouvidas, mas pelo menos eram vistos. Nesse ponto, a infância não se distingue de outras minorias. E, evidentemente, essa atividade não é privilégio da imprensa. Reflete a sociedade como um todo. Os políticos que só lembrar de ter alguns gestos para as crianças nos anos de eleições. Os editores que criam toda sorte de obstáculos às publicações de livros infantis. Os hospitais que afastam os recém-nascidos das mães para atender as conveniências da instituição. Os psicólogos que usam a garotada como objeto de experimentação para recomendar aos pais aquilo que possa aliciar os medos e inaptações adultas. A burocracia que se agiganta na execução de planos sociais destinados à infância e acaba engolindo a maior parte dos recursos destinados ao setor. O sistema de ensino, que mede a eficiência da educação pela futura capacidade da criança ganhar dinheiro. Cada segmento social teria seu exame de consciência a fazer (...) (JORNAL DO BRASIL, 30 jul. 1978, p.5).

Ana Maria Machado descreve, assim, um modo estrutural da sociedade lidar com as crianças, o qual é baseado no menosprezo de suas capacidades e importância; as crianças são reduzidas a meros objetos nas mãos dos adultos de diferentes segmentos.

Na edição sob o título “Respeito é bom e criança merece”, Ana Maria Machado mostra como o desrespeito às crianças chega aos palcos e às produções destinada a elas. Segundo a autora

Parece permanecer vivo o preconceito ah, é criança, não faz mal, alicerce todas as muitas bobagens cometidas pelos adultos. Não está, provam os fatos, de todo morta a ideia de que para os menores, as coisas podem ser malfeitas, “porque elas não reparam ou percebem” – o que é um ledão engano. Percebem sim, e muito mais do que a gente. (...). Transar com crianças, é assumir um comprometimento com elas, no qual o lado comercial deve ser o último item da lista, e não o primeiro, como acontece muitas vezes (JORNAL DO BRASIL, 06 jun. 1976, p. 10).

Na direção de “completar” este primeiro retrato, cabe tratar das infâncias violentadas. Em 1977, Ana Maria Machado descreveu uma situação em que ouviu/viu um pai “metido a moderninho” brigando com o filho, chamando-o de termos como “porcaria e imbecil”. A escritora se diz incomodada com os “vivas” dados à infância em ocasião do dia das crianças, enquanto as ações indicavam um “segredo inconfessado” de

“morte à infância”, havendo sucessivos atos de cerceamento e repressão da infância (JORNAL DO BRASIL, 16 out. 1977, p. 7).

Cerca de quinze dias depois, a colunista escreveu uma edição sob o título “O infanticídio de todos os dias”, retomando a discussão sobre a violência direcionada às crianças. Ana Maria Machado ressaltou trechos de cartas recebidas por leitores sobre o tema; por sua vez, eles compartilharam experiências parecidas com a que a autora descreveu duas semanas antes e desabafaram sobre a incapacidade de agir diante da violência naturalizada (JORNAL DO BRASIL, 30 out. 1977, p. 7).

Na mesma edição de 30 de outubro, Ana Maria Machado citou outra situação que observou sem conseguir reagir: uma mãe, aparentemente em situação de vulnerabilidade social, bateu em uma criança após ser destrutada num posto de saúde. A autora faz uma observação interessante ao analisar a reação da mulher, destacando o ciclo de violência que, em muitos casos, começa nas relações de trabalho. Segundo ela, homens sofriam com a violência cometida pelos patrões; ao chegar em casa, descontavam em suas esposas que, por sua vez, descontavam nas crianças. Parece entender, assim, que, embora naturalizada em toda a sociedade, a violência contra crianças ganha relevo num país em que grande parte da população possuía precárias condições de trabalho e de vida.

A violência cotidiana – inerente à urbanização que gera o acinzentamento da cidade, o erguimento de muros e a poluição – também é analisada por Ana Maria Machado. O afastamento da criança da natureza era, segundo ela, um problema para a infância que “exige bicho e planta” (JORNAL DO BRASIL, 28 set. 1975, p. 14). Em outra edição, a autora sublinhava que morar na cidade poderia ser positivo em termos práticos, porém, que esta experiência era, na *medida da criança*, “uma certa violência ao que sua natureza pede como experiência de fruir a vida” (JORNAL DO BRASIL, 25 abril 1976, p. 10).

A violência também poderia ser entendida como ausência de políticas de saúde para a infância, em especial quando se tratava de crianças em situação de vulnerabilidade social. Ana Maria Machado denuncia, por exemplo, que o Brasil poderia ter evitado a morte e paralisia de milhares de crianças em razão da poliomielite. Cita o caso de Cuba, que não teria casos da doença há anos, e indica que o Brasil poderia ser o primeiro grande país não comunista a fazer o mesmo, caso levasse a sério a prevenção.

Em seguida, denuncia a intoxicação de crianças, na região Sul, por veneno disparado por avião, que teria como destino uma lavoura. Situações como estas, bem

como o fechamento de escolas e espaços dedicados às crianças, demonstravam a falta de prioridade com a qual as infâncias brasileiras eram enxergadas e tratadas no período (JORNAL DO BRASIL, 16 mar. 1980, p. 5)

Ana Maria Machado, assim, apresenta uma sociedade que desprestigia a infância; uma infância que sofria com a urbanização, com a vulnerabilidade social, com a ausência de políticas públicas de saúde e educação e com violências diversas. A criança, nesse sentido, não era compreendida como sujeito de direitos, ela ocupava um lugar de submissão, em que suas capacidades de compreensão, análise e mesmo de decisão eram diminuídas ou totalmente desconsideradas.

No sentido dessa discussão, é importante ressaltar os estudos sobre os aspectos sociais da infância, os quais nos ajudarão a compreender, posteriormente, como Ana Maria Machado definia as crianças, bem como as posturas assumidas na produção intelectual e na mediação cultural em torno das produções para infância.

Tratando-se de estudos sobre a infância, a pesquisa de Philippe Ariès – História Social da Criança e da Família (1986) – é um marco. Apesar das críticas que seu trabalho despertou ao longo do tempo, como a busca pela “origem” do que chamou de *sentimento de infância* e a generalização de certas explicações sobre a compreensão deste sentimento (CAMPOS, 2012), o trabalho de Ariès tem como grande contribuição a desnaturalização da infância, demonstrando que os modos de a compreender e de lidar com ela são construídos social e historicamente (KRAMER, 2006).

PINTO (2018) destaca que

O autor demonstra, através de fontes diversas – pinturas, tratados de moral e civilidade, diários, cartas, entre outros –, que as crianças nem sempre foram vistas como seres humanos peculiares, diferentes dos adultos. No entanto, a ausência do sentimento da infância não indicava a negligência de cuidados, o abandono ou o desprezo pelas crianças, isto porque “o sentimento de infância não significa[va] o mesmo que afeição pelas crianças: correspond[ia] à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 1986, p. 156). A afeição poderia ser demonstrada através do que Philippe Ariès chamou de *paparicação*: um sentimento superficial dos adultos para com as crianças pequenas, quando elas eram vistas como seres meramente engraçadinhos (PINTO, Mariane Sousa, 2018, p. 42).

Os apontamentos de Ariès (1986) sobre o sentimento de família também são interessantes, em especial se o relacionamos com as falas de Ana Maria Machado sobre o lugar da criança na sociedade. Philippe Ariès aponta que as transformações em relação ao sentimento de infância estão imbricadas na formação do sentimento de família, sendo o primeiro uma forma particular de expressão do segundo. Apresenta, assim, como a

construção destes novos sentimentos, acima referidos, não somente modificaram a interação entre os indivíduos, mas a própria configuração de família, que se tornou nuclear e patriarcal.

Lanza, Rodrigues e Junior (2018) indicam que, na sociedade brasileira, a dominância do modelo de família nuclear⁶⁷ tem como um de seus pilares a atuação da Igreja Católica ao longo de nosso processo histórico. A família, assim estabelecida, atua como uma instituição reguladora e capaz de garantir, por extensão, a ordem pública. Nesse contexto, podemos pensar em uma infância disciplinarizada e, obviamente, submissa ao poder patriarcal – submissa a ponto de ser submetida à xingamentos como “porcaria e imbecil”, como explicitou Ana Maria Machado.

No entanto, se entendemos que as definições de infância são construídas social e historicamente, podemos inferir que as crianças, assim como as instituições que as circunscrevem, também são plurais. Deste modo, além de estar associada às mudanças sociais, num sentido macro, as infâncias alteram-se de acordo com experiências singulares.

Nesta perspectiva, as crianças são vistas – e enxergam a si mesmas – de forma diversa em diferentes períodos históricos, culturas e grupos sociais. As definições de infância e do que é ser criança não são fixas, mas estão sujeitas a um constante processo de luta e negociação, tanto no discurso público, como é o caso dos discursos publicados no jornal, como nas relações pessoais, entre colegas e familiares (BUCKINGHAM, 2006, p. 10). Portanto, as definições sobre criança e infância estão constantemente em disputa e são atravessadas por diferentes olhares. Nesse sentido, nos perguntamos: como Ana Maria Machado se colocava nesse debate para além das observações que já sinalizamos?

Embora Ana Maria Machado não trace um *perfil infantil* e não faça uma análise específica do que é ser criança ou do que é a infância em sua coluna dominical, ela dá indícios, na construção de seus argumentos, sobre suas percepções. Começamos pela já citada edição sob o título “Respeito é bom e criança merece”. Nela, ao denunciar a falta de consideração aos telespectadores infantis por parte de algumas produções, Ana Maria Machado escreveu

⁶⁷ A concepção de família foi, inclusive, mobilizada pela Igreja Católica em sua luta anticomunista. Segundo Rodrigo Patto (2002), no século XX, a Igreja foi a instituição não-estatal mais aplicada no combate aos comunistas, acusando-os de serem ateus e terem um projeto de destruição das famílias. Não surpreende, portanto, que as históricas marchas de apoio à instituição do regime militar tenham carregado suas bandeiras em nome de Deus, da família e da liberdade.

Continua faltando, em muitos grupos, a consciência profissional, e nesses casos, a maioria pensa que criança é uma pessoa bobinha, que se pode enganar, desde que se tenha boa lábia. Acontece, que não basta apenas darmos a elas aquilo que decidimos como sendo bom e plausível. O importante, é que elas recebam, não só o amor imbuído nesses atos, mas que sintam, de maneira palpável, uma forte dose de respeito e crédito naquilo que lhes é específico; na sua fantasia pura e imaginativa, na sua criança, e na sua capacidade de síntese e de conclusão (JORNAL DO BRASIL, 06 jun. 1976, p. 10).

Há sinalizada, neste trecho, uma disputa interessante. De um lado, grupos que pensam que “criança é uma pessoa bobinha, que se pode enganar”; de outro, há o argumento da escritora: crianças possuem capacidade de síntese e conclusão, não se contentam com as escolhas feitas em seu nome. Assim, é preciso que se sintam respeitadas dentro de suas próprias características, nas quais estão incluídas a capacidade de fantasiar e imaginar.

Em novembro de 1976, outra coluna chama a atenção neste mesmo sentido. Ao falar do *Seminário sobre Brinquedos Educacionais Infantis*, Ana Maria Machado discorreu sobre a importação de brinquedos e defendeu uma fabricação nacional, com ênfase na cultura popular brasileira. No sentido de aprofundar sua defesa, destacou o desenvolvimento infantil relacionado ao brincar; para a autora, “brinquedo é coisa séria”, visto que “é brincando que a criança forma sua personalidade, expressa seu mundo interior, exercita sua fantasia, desenvolve sua capacidade motora, seu senso de simetria, sua percepção. É brincando que ela treina para sua vida social” (JORNAL DO BRASIL, 14 set. 1976, p. 4).

Ainda no sentido de observar as brincadeiras infantis, a colunista contou uma experiência de férias em que alguns primos se reuniram para encenar uma peça: “Diogo, o Menininho que não Sabia Brincar”. Diogo era um dos primos que assistia ao “espetáculo”. Os adultos se puseram com medo diante da encenação que mostrava o pequeno de 4 anos afastando-se das brincadeiras e sendo representado com um “espírito de porco, impondo condições e fugindo do grupo”. Ficaram surpresos, no entanto, quando Diogo corrigiu o primo ator que pronunciou a fala: “eu não tero mais brincar”. Segundo Diogo, aquela era a forma de falar do primo e não dele. Durante a interrupção, ainda conta o final da peça: “Vocês vão ver só. No fim, eu brinco” (JORNAL DO BRASIL, 22 jan. 1978, p. 9).

Ana Maria Machado revela sua admiração e uma aprendizagem com a situação, que teria a potência de mostrar a capacidade das crianças resolverem seus conflitos, colocando-se num lugar de observação, crítica e recriação. Fala, ainda, do papel do adulto

nesse contexto, que não seria o de intervir, mas o de respeitar as regras estabelecidas pelas crianças. Ao final, convida os leitores adultos a também pensarem na situação apresentada, encontrando pontos de reflexão e fazendo um “exercício de criatividade que criança nenhuma recusaria” (JORNAL DO BRASIL, 22 jan. 1978, p. 9).

Na mesma direção de afirmar as potências e capacidades infantis, em publicação de setembro de 1978, Ana Maria Machado escreveu sobre como é “gostoso” ouvir e contar histórias. Porém, relata como os adultos retiram das crianças a possibilidade de narrar quando se colocam como únicos narrados. Apresenta algumas formas comuns de silenciamento das crianças, como o uso constante das seguintes frases: “Não se meta, isso é conversa de gente grande”, “Fale menos e coma mais”, “Alguém lhe perguntou alguma coisa?”, “Não responda aos mais velhos!”, “Cala a boca!”, “Fala baixo!”.

Embora a argumentação também trate da violência inerente ao silenciamento, chamamos a atenção para outro movimento: a escritora não apenas afirma que as crianças são capazes de formular e narrar histórias, como busca amparo científico para descrever diferentes formas de narrar de acordo com o desenvolvimento infantil.

De início, por volta dos dois anos, as histórias das crianças têm muito a ver com suas experiências pessoais, sem uma distinção muito nítida entre ficção e memória. Mas logo vão surgindo os personagens fictícios e padrões cíclicos de narrativa – as histórias de uma mesma criança numa fase giram em torno de um mesmo tema, com muita repetição. Seu significado não pode ser entendido isoladamente. Segundo o professor Brian Sutton-Smith, da Universidade da Pennsylvania, essa focalização de um tema central, ao qual o narrador infantil sempre volta, reflete a organização do que antes era brinquedo espontâneo. A criança que antes ficava horas pondo o mesmo boneco ou carrinho numa mesma situação, agora repete esse processo no nível verbal. E, na medida em que vai desenvolvendo sua própria gramática narrativa, vai começando a utilizar o pretérito, as subordinadas, a ordenar a língua na hierarquia da palavra, a formular situações de início e fim que limitem o ato de narrar (do Era uma Vez até o acabou!).

Só em torno dos cinco anos é que as crianças começam, geralmente, a fazer histórias com enredo de princípio-meio e fim, ou seja, com fases de conflito bem definidas, e uma resolução desse conflito (...).

É claro que se pode analisar essas histórias infantis através de um estudo de seu conteúdo simbólico. Mas acho muito redutor esse psicologismo no cotidiano. O bom mesmo é ouvir a história, tentar entendê-la, se divertir com a situação toda, gostar, apreciar, viver a alegria de acompanhar o intenso desenvolvimento da inteligência infantil, aprendendo a escutar com atenção o que o outro tem a dizer – ainda mais quando se trata de um outro fora do poder (JORNAL DO BRASIL, 10 set. 1978, p. 9).

A possibilidade de narrar as próprias histórias durante a infância aparece como necessidade. Segundo Ana Maria Machado, não apenas no ambiente doméstico, mas também no espaço escolar, as crianças devem ter direito a total expressão de pensamentos

e sentimentos. A escrita, a narração e expressão aparecem como possibilidade de autoconhecimento e de relação com o outro.

Na medida em que os colégios derem condições para que os alunos se expressem livremente através desse canal [jornais escolares], estarão dando uma ajuda muito concreta e decisiva para diminuir os problemas de redação (...). Sem falar no estímulo que isso representa para o desenvolvimento de uma indispensável consciência crítica dos futuros cidadãos. Tudo isso, sem dúvidas, colabora para que, no domínio do código, na exploração das ambiguidades, no confronto com o outro, na expressão de seus sentimentos e opiniões, a criança possa explorar melhor o seu próprio enigma e decifrar melhor a si mesma. E possa ser mais feliz (JORNAL DO BRASIL, 28 jan. 1979, p. 9).

Antes de elaborarmos uma análise sobre as questões apresentadas, ressaltamos outra publicação da coluna *Criança é Criança*. Nela, em razão da aproximação do dia das crianças, Ana Maria Machado transcreveu os dez princípios que norteiam a *Declaração dos Direitos das Crianças*, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1959. Ela lembrava que o Brasil era signatário da declaração, por isso, mais do que embarcar no “tradicional pretexto comercial para o consumismo” na semana das crianças, era preciso, para a colunista, refletir sobre os direitos dos pequenos.

Diante dos pontos apresentadas por Ana Maria Machado, entendemos que é possível traçar duas principais questões sobre como a escritora enxergava as infâncias e as crianças, as quais podem ser definidas como: 1. Crianças como sujeitos em desenvolvimento e 2. Crianças como sujeitos de direitos.

Em primeiro lugar, observamos uma aproximação da autora com a Psicologia e as Teorias do Desenvolvimento Humano⁶⁸. Como sinalizado, em discussão do capítulo anterior, a Psicologia do Desenvolvimento ganhou relevo na passagem do século XIX para o XX e se configurou como uma tecnologia de intervenção. Creches, escolas, espaços familiares das camadas médias, onde a inserção da criança tinha maior força, foram seminais nesse sentido (GOUVÊA & GERKEN, 2010).

⁶⁸ As teorias sobre o desenvolvimento humano envolvem os estudos “de variáveis afetivas, cognitivas, sociais e biológicas em todo ciclo da vida” (MOTA, 2005, p. 2005). Embora não se restrinjam ao estudo do desenvolvimento infantil, tais teoria tiveram grande relevância na compreensão do desenvolvimento das crianças e adolescentes, fazendo interface com diversas áreas do conhecimento, como a biologia, medicina, sociologia e educação. Nesse sentido, diversos teóricos contribuíram para a compreensão dos aspectos do desenvolvimento humano; no entanto, as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas pela “re-emergência da Teoria Piagetiana como arcabouço teórico das pesquisas” no campo da Psicologia (idem, p. 108). Tal teoria foi formulada por Jean Piaget, biólogo e epistemólogo suíço, o qual investigou como o ser humano constrói o conhecimento. Através do método clínico, que incluía a observação da resolução de testes por crianças e adolescentes, o pesquisador estudou tanto a evolução do pensamento quanto da moralidade humana. MOTA, Márcia Elia da. Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. In: Temas em Psicologia — 2005, Vol. 13, n. 2, 105, pág. 105-111. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v13n2/v13n2a03.pdf>. Acesso em 05 jan. 2022.

Segundo Parreiras (2008), esse período também foi marcado pela relevância da Psicanálise e da Pedagogia, as quais ajudaram a transformar a forma de conceber a infância.

A criança passou a ser vista como um ser completo, não como um vir a ser. Com isso, não podia esconder dela nada que fosse humano, como o nascimento, a sexualidade, o sexo, a morte, por exemplo. E a infância começou a ser tratada como uma das fases do desenvolvimento humano, com suas características e restrições (...).

A partir de meados dos séculos XVIII e início do XIX, a criança recebeu um *status* próprio, como uma fase do desenvolvimento. A educação das crianças, antes atribuída às reuniões de trabalho e lazer, passou a ser feita pela escola. Em consequência, houve a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças, o que marca o contexto da infância contemporânea.

O infante ganhou espaço nas casas, nas praças; surgiram escolas para as crianças e estudos e produtos de consumo cada vez mais específicos e dirigidos às necessidades das crianças. A sexualidade, presente na infância, tão bem caracterizada por Freud nos seus estudos sobre o desenvolvimento infantil, trouxe a identidade moderna que comungamos ainda hoje, na atualidade, sobre a infância (grifos da autora) (PARREIRAS, Ninfa, 2008, p.57).

Nesse sentido, vemos Ana Maria Machado “bebendo” da fonte da Psicologia ao construir, nas análises presentes na coluna, o perfil de uma criança em desenvolvimento, que, nem por isso, deixa de ser um sujeito integral, com capacidade de observação, discernimento e síntese; capaz, ainda, de questionar, se colocar em cena e narrar as próprias conclusões.

Tendo em vista que, desde os primeiros contatos com a coluna, observamos essa relação dos textos escritos pela escritora com questões relacionadas à Psicologia, perguntamos como este tema aparecia no cenário da produção cultural; ela respondeu:

(...) não sei se o tema parecia importante no cenário geral do país nessa ocasião. Mas eu sempre fui curiosa intelectualmente. Tinha feito meus estudos universitários, com graduação e pós-graduação, incluindo licenciatura. Fui aluna do Anísio Teixeira., tive uma experiência com Paulo Freire. Sempre li muito, temas diversificados – e isso incluía política, sociologia, economia, psicologia etc. Meus filhos (nascidos em 1967 e 1971) estudaram em escola Montessoriana no Rio (Constructor Sui), depois em escolas públicas francesa e inglesa quando vivi no exterior, e nessa época estavam em colégio piagetiano (A Chave do Tamanho) quando voltei. O simples fato de eu ir às reuniões na escola me despertava para leituras nessa área, para acompanhar o ambiente em que meus filhos estavam imersos. Então, era importante para minha própria curiosidade, não sei se era para o cenário da produção (MACHADO, Ana Maria. 31 jul. 2020. Entrevistadora: Mariane Sousa Pinto).

Embora, à primeira vista, a resposta de Ana Maria Machado pareça não confirmar a relevância desta discussão no cenário geral de produção para infância, ela nos dá vestígios de como a temática estava presente no país, a partir, por exemplo, de escolas

experimentais⁶⁹, com metodologias inspiradas e alicerçadas nas teorias do desenvolvimento. Em sua coluna, também vemos indicações de cursos e comentários sobre pesquisas que envolvem a produção cultural para infância e os estudos da Psicologia. Ou seja, o comentário da escritora sublinha a importância da ambiência histórica diante dos movimentos que, numa primeira observação, podem parecer individuais.

As discussões travadas por Ana Maria Machado sobre infância na coluna *Criança é Criança* também indicam sua percepção dos direitos das crianças: direito à segurança, à proteção, à saúde, à educação, mas também, à opinião, expressão, à livre experiência em diversos espaços. Ela aponta a raiz social e ideológica da distribuição desigual de poder entre adultos e crianças (KRAMER, 2006) e, em paralelo, define as crianças como “cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nelas produzidas” (idem, p. 15).

Em resposta ao nosso questionamento sobre a sua intencionalidade na defesa dos direitos das crianças na produção da coluna, Ana Maria Machado ressalta que seu engajamento na direção da efetivação desses direitos não estava relacionado a uma visão oficial ou editorial do jornal, mas tinha a ver com a sua visão de mundo e concepções de sociedade. Para ela, o trabalho realizado na *Revista Recreio*, desde 1969, teria sido importante para trazer tais questões a sua consciência (MACHADO, Ana Maria. 31 jul. 2020. Entrevistadora: Mariane Sousa Pinto)

Mais uma vez, cabe destacar que o debate acerca dos direitos das crianças estava em pauta. Os anos setenta, em especial a segunda metade, bem como os anos oitenta do

⁶⁹ Podem ser consideradas escolas experimentais aquelas que elegem testar alternativas pedagógicas, experimentando e construindo propostas didáticas e metodológicas de ensino. Xavier e Pinheiro (2016) explicam que a denominação de “escola experimental” foi amplamente utilizada nos anos 1930, já nos anos 1950 e 1960 entra em cena o termo “escola laboratório”. Ambos os termos definiam escolas que “propunham estudos para difusão e avaliação de métodos experimentais de ensino. No que tange à organização do trabalho pedagógico articulavam-se, no interior destas escolas, as atividades didáticas propriamente ditas, a observação e experimentação teórico-empírica, o debate intelectual e a permanente avaliação e reconstrução da prática docente, indicando que a capacitação do magistério deveria ser um processo contínuo e ininterrupto, articulando, permanentemente, as teorias científicas e as práticas pedagógicas” (XAVIER, Libânia; PINHEIRO, José, 2016, p. 180). Nesse sentido, os estudos ligados à psicologia e às teorias do desenvolvimento humano tornam-se fundamentais, visto que fornecem ferramentas para a compreensão do desenvolvimento das crianças e de seu aprendizado. XAVIER, Libânia Nacif. PINHEIRO, José Gledison Rocha. Da Lab School de Chicago às Escolas Experimentais do Rio de Janeiro dos anos 1930. In: História da Educação (Online), Porto Alegre, v. 20, n. 50 Set./dez., 2016 p. 177-191. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/62397/pdf>. Acesso em 06 jan. 2022.

século XX, foram marcados pelas discussões em torno aos direitos sociais e civis. No âmbito dos direitos das crianças, é importante destacar a revisão do Código de Menores de 1927, que ocorreu em 1979 (BAZÍLIO & KRAMER, 2011). Embora mantivesse o “paradigma da infância irregular” (idem, p. 25), ou da infância perigosa e em perigo, a revisão suscitou também o debate sobre a situação e os direitos das crianças, principalmente no que se refere às crianças de rua (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 30 nov. 2016).

Embora, de forma geral, tenhamos identificado as perspectivas indicadas, elas não excluem a existência de contradições. Ana Maria Machado, trata as crianças como sujeitos, isto é, como detentoras de direitos e protagonistas do presente, todavia, também aciona, em diferentes momentos, a ideia de crianças como futuros cidadãos ou como esperança de um tempo futuro (JORNAL DO BRASIL, 18 abr. 1976, p. 8; JORNAL DO BRASIL, 06 jun. 1976, p. 10; JORNAL DO BRASIL, 14 set. 1976, p. 4; JORNAL DO BRASIL, 28 jan. 1979, p. 9). Inclusive, essas definições aparecem junto a argumentos que constroem, concomitantemente, imagens de crianças capazes de intervir no mundo em que vivem.

Assim, podemos entender que Ana Maria Machado apresenta, em sua escrita e nas próprias contradições que dela emergem, as disputas e debates de seu tempo, permeadas, ainda, por suas experiências individuais como jornalista, escritora e mãe. De modo geral, podemos afirmar que a colunista constrói a imagem de infâncias desprestigiadas e desprotegidas, mas que, apesar do descaso que sofrem, mantêm-se pensantes, desejanter e transgressoras dos estereótipos socialmente estabelecidos.

3.2.1 “Você é dono do seu filho?” A ditadura dos adultos

“(…) ninguém sai pela vida afora gritando com adultos da maneira pela qual se grita com crianças. A garantia da impunidade da violência no exercício do poder deixa vir a tona os demônios do fundo de cada inferno particular. E quando esse pode se fundamentar na propriedade presumida, as coisas ficam ainda mais graves, ou seja, quanto mais proprietário da criança o adulto se julga, mais prepotente se torna”.

Ana Maria Machado em Criança é Criança

Pensar a infância como um produto social e plural, e não biológico, é pensar no que as crianças têm a dizer sobre elas mesmas. Historicamente, e, possivelmente como um reflexo de sua retirada da sociedade para ser colocada na quarentena escolar, a infância tem sido silenciada e considerada a fase da irracionalidade. O lugar de fala das crianças, assim, é sistematicamente tomado pelo adulto, seja no âmbito familiar, nos discursos acadêmicos ou de entretenimento.

Por outro lado, o que observamos na coluna assinada por Ana Maria Machado é uma compreensão das crianças como sujeitos sociais e de direitos. A escritora não legitima a violência dos adultos e se coloca contra o autoritarismo existente nessa relação. Tratando-se de um período ditatorial, no qual as relações de poder estabelecidas são autoritárias, cabe reservar um espaço para pensar mais especificamente nas considerações de Ana Maria Machado sobre o tema.

Iniciamos esta seção com o trecho de uma edição de 1978 intitulada “Isto são modos de falar com os mais moços?”. Ana Maria Machado iniciou a coluna dando exemplos cotidianos de como as formas de agir mudam quando as situações envolvem crianças. Um dos exemplos é sobre como um adulto agiria diante do tombo de outro adulto e de uma criança. A escritora indicava que, ao lidar com as crianças, os adultos tendem a menosprezá-las.

Mais do que o menosprezo pela criança, há ideia latente de propriedade; ou seja, trata-se de uma relação de poder desigual, que repercute no controle de um grupo sobre o outro (KRAMER, 2011). Esta relação desigual tem como consequência diferentes atos

de violência, os quais mesclam aspectos físicos e psicológicos. Ana Maria Machado entendia que

(...) a situação toda vai muito mais além da simples relação entre crianças e adultos (...). Tudo indica que um dos aspectos mais característicos do que se tem chamado de crise de valores contemporâneo – ou seja, do ponto que estamos chegando em nossa sociedade – se defina exatamente pela absoluta falta de respeito ao ser humano e à vida em geral. No caso específico do relacionamento entre adultos e crianças, isso se torna mais evidente porque as fantasias de propriedade são mais fortes. Mas no fundo, em outros níveis sociais ocorre algo muito semelhante. Um chefe pode achar natural gritar com um subordinado, um patrão com um empregado, um professor com um aluno – afinal, *para ele é ponto pacífico sua apropriação de parte da individualidade do outro*” (grifo nosso) (JORNAL DO BRASIL, 18 jun. 1978, p. 5).

Nas já mencionadas edições “E você é dono do seu filho?” e “O infanticídio de todos os dias”, a autora tratou do mesmo tema. Na primeira, Ana Maria Machado destacou a omissão diante da violência autoritária

A omissão faz de cada um de nós um cúmplice, alguém que aceita, que reconhece que não deve se meter, porque, afinal de contas, o adulto é dono da criança – “É filho dele, não tenho nada com isso”. Somos muito condicionados a pensar assim e a lavarmos as mãos. Tanto que, no caso que contei, não me meti e até me envergonhei de ser vista vendo. Mas sinto que nessas situações quem cala fica do lado do carrasco. E escrevo agora porque meu coração e minha cabeça estão ao lado da vítima (JORNAL DO BRASIL, 16 out. 1977, p. 7).

Sublinhamos a afirmação de Ana Maria Machado: a criança é a vítima. A relação de poder é desnaturalizada, colocando quem assiste a violência em um lugar que demanda ação e não saídas comuns como “É filho dele, não tenho nada com isso”. Além disso, é interessante observar que a autora não faz uma “defesa” da criança baseada na sua suposta fraqueza ou debilidade diante do algoz – mais velho e mais forte. Ela escolhe sublinhar que este tipo de ação esmaga a liberdade e a dignidade da criança.

Em “O infanticídio de todos os dias”, Ana Maria Machado retomou a discussão anterior a partir de cartas de leitores. De toda discussão, que passa pelos atos cotidianos de violência física e verbal sofridos pelas crianças, destacamos, mais uma vez, a insistência da autora na ação de quem observa esses atos violentos. Para ela, era importante que a indignação de quem observa a violência seja demonstrada, mesmo que de forma simbólica. Partindo da carta de uma leitora, que fala sobre dar “socos no ar” como se golpeasse a própria importância diante da frustração, Ana Maria Machado destaca a esperança de não estar esmurrando o ar sozinha e de que “alguns desses golpes multiplicados acab[ass]em atingindo um alvo” (JORNAL DO BRASIL, 30 out. 1977, p. 2).

Nestas duas edições, também chamou a nossa atenção as ilustrações escolhidas para dialogar com os textos. Enquanto em “E você é dono do seu filho?” vê-se um livro ao fundo e, no primeiro plano, uma criança presa a um instrumento de tortura, olhando fixamente para frente, a edição “O infanticídio de todos os dias” é ilustrada com a imagem de uma criança chorando e segurando um guarda-chuva. Ela ainda se encontra dentro de um vaso que parece cheio de lágrimas.



Figura 13 – Imagem que ilustra a edição “E você é dono do seu filho?”

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC



Figura 14 – Imagem que ilustra a edição “O infanticídio de todos os dias”

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

As ilustrações revelam a face mais cruel do autoritarismo existente na relação entre adultos e crianças: a dor que pode ser comparada à tortura, gerando uma tristeza profunda. Nesse sentido, ao tratar desta temática, Ana Maria Machado lança a discussão de um autoritarismo que pode ser observado no cotidiano infantil e que, nem por isso, é menos político que o autoritarismo institucionalizado pela política ditatorial.

Há, sem dúvidas, um compromisso de Ana Maria Machado com as crianças. Não acreditamos que a autora utilize os temas assinalados *apenas* para tratar da política ditatorial. No entanto, enquanto questiona as relações autoritárias estabelecidas entre adultos e crianças, a autora ajuda a construir uma reflexão sobre todas as formas de autoritarismo presentes na sociedade.

No livro *Silenciosa Algazarra* (2011), onde Ana Maria Machado reúne diversos artigos, análises, palestras e conferências sobre livros e práticas de leitura, a escritora compartilha um texto escrito em 2010, em ocasião do *I Congresso Internacional de*

Literatura Infantil e Juvenil. No texto, ela revela parte da sua experiência com a censura na Rádio JB. A escritora indica diferentes artifícios para driblar a censura, um deles se destaca pela semelhança com o que observamos na coluna *Criança é Criança*.

(...) ia haver eleições para a nova diretoria do Flamengo. Entrevistamos os candidatos, todos falando nas vantagens de se poder votar em quem se quer ou defendendo o direito de fazer oposição e a superioridade de um regime que permite eleições. A censura não pensara em proibir isso, vinha disfarçado de notícia esportiva. Quando a ordem veio, já era tarde e um jornal inteiro sobre eleições livres tinha ido ao ar (MACHADO, Ana Maria, 2010, p. 210).

Parece-nos que este é o mesmo movimento realizado por Ana Maria Machado em sua coluna sobre produção cultural para infância. Embora relate que não havia censura prévia à coluna, ela estava “presente em tudo, em toda a sociedade da época, sobretudo nos primeiros anos da existência da coluna” (MACHADO, Ana Maria. 31 jul. 2020. Entrevistadora: Mariane Sousa Pinto). Portanto, não era seguro atacar diretamente a ditadura militar, mas isso poderia ser feito a partir de movimentos táticos.

Com Certeau (2014), entendemos a *tática* como o movimento do mais fraco. Diferente da *estratégia*, que parte de um lugar de “cálculo das relações de forças”, de onde as relações podem ser geridas, a *tática* é

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece condição de autonomia. A *tática* não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a *tática* é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” (CERTEAU, Michel de. 2014, p. 94).

Portanto, a *tática* se realiza “golpe por golpe, lance por lance”, utilizando as falhas das conjunturas. É um movimento de caça que, com astúcia, chega aonde não se espera (idem, p. 95).

Como indicado, observamos, nas edições apresentadas, esse movimento de astúcia na crítica que Ana Maria Machado faz ao autoritarismo dos adultos e às violências que, no Brasil, também estavam institucionalizadas na política. Na coluna, outras edições chamam atenção nesse sentido. Um exemplo é como, em diferentes oportunidades, a autora trata da brincadeira infantil, e das relações que se estabelecem entre as crianças, ressaltando o aprendizado sobre democracia. Ao tratar de uma brincadeira chamada Berlinda, indaga

Já imaginou que treino fantástico? As pessoas sendo capazes de repetir exatamente o que os outros dizem de si, sem mandar prender nem arrebentar... Tendo que se responsabilizar pelo que dizem dos outros porque num instante

podem estar na posição contrária... Não é uma maravilha?” (JORNAL DO BRASIL, 18 fev. 1979, p.4).

No ano anterior, ao falar sobre a necessidade de as crianças narrarem suas histórias, ela já afirmava como escutar o que o outro tem a dizer com atenção era não só uma brincadeira, uma celebração, mas também um exemplo democrático (JORNAL DO BRASIL, 10 set. 1978, p. 9). A discussão sobre liberdade, que se conjuga com a ideia de escolha e democracia, também apareceu em uma edição de 1977, quando Ana Maria Machado tratou do espetáculo infantil “A Gaiola de Avastsiú”.

Segundo ela, o espetáculo colocava em cena a história de pássaros presos que precisavam decidir a sua sorte; portanto, precisavam decidir pela segurança da gaiola ou, tomando consciência da prisão, pela tomada das rédeas de suas vidas, tendo coragem para cantar livremente e derrubar as grades (JORNAL DO BRASIL, 30 de jul. de 1977, p. 10). A abordagem do contexto político parece nítida, vista à distância. No entanto, cabe observar que as referências estão coladas a um contexto concreto: pássaros reais, em uma peça infantil. A passagem da crítica pode ser considerada apenas uma descrição das questões relativas à peça; no entanto, também encarna outro sentido: o da busca por liberdade, ainda em falta no contexto brasileiro.

No Natal de 1977, a autora faz uma reflexão sobre as violências sofridas pelas crianças, a qual chama de *massacre*.

Anos mais tarde, uma visão crítica adulta reconhece a sabedoria com que se articula o mistério poético do nascimento do Menino é preciso um dia especial. Para o destino trágico do massacre dos meninos, todo dia é dia. O ano e a vida se tecem esse enredo ao apresentar esse pano de fundo feito de sombras sem o qual não pode se destacar e brilhar a estrela. Para dessa violência. A ânsia de paz na terra se acentua porque é preciso apagar a matança dos inocentes. Os homens de boa vontade são tão mais precisos quanto mal *existam Herodes, agarrados inseguramente no poder, capazes de investir com todos os seus instrumentos e instituições contra os indefesos – afinal dentre eles quem sabe, pode estar alguém que um dia demonstre a ilegitimidade do tirano. Toda criança é uma ameaça. Tudo que é novo é um risco. Tudo que nasce traz perigo. A vida dá medo. E no fim, O Menino, já grande, acaba não tendo melhor sorte que os meninos comuns. Também é sacrificado. Mas onde é mesmo que acaba a história? Aí? Nada disso, continua. O menino volta depois. E os meninos continuam sempre voltando, até hoje, tudo isca de Herodes. É de desanimar? Ou de continuar acreditando na promessa de paz na Terra? Entre as sombras e a estrela, continuamos a celebrar. A festejar O menino no dia dele. E talvez, se não esquecermos os meninos comuns, consigamos impedir que Herodes instaure a treva (grifos nossos) (JORNAL DO BRASIL, 18 dez. 1977, p. 10).*

É interessante notar como Ana Maria Machado circula por elementos religiosos, relacionando-os com o sofrimento das crianças e, sobretudo, trazendo à tona o cenário político de tirania e ilegitimidade, embora esses elementos ainda apareçam dentro de um

contexto específico de discussão e reivindicação dos direitos das crianças. Outro aspecto importante a ser notado é como a autora destaca a potência da infância como contestadora e, por isso, perigosa para os que estão no poder. Esse poder, no entanto, não é apenas o poder institucionalizado. Em outra publicação, por exemplo, Ana Maria destaca: “Tememos ouvir o grito de que “o rei está nu” porque, quando se trata de crianças, “o rei é cada um de nós”” (JORNAL DO BRASIL, 05 ago. 1979, p. 4).

Em outras publicações, Ana Maria Machado tratou diretamente do contexto político, embora não tenha deixado de lado as questões referentes à infância e aos direitos das crianças. Em 1978, a colunista informou sobre a aproximação das eleições legislativas, aproveitando para indicar os problemas urbanos enfrentados pelas crianças: assaltos com permanência de crianças nos carros, acidentes, problemas de locomoção da escola para casa, etc. Defendeu, também, a necessidade de escolas públicas que atendessem todas as crianças. Em seguida, escreveu:

Particularmente este ano, com eleições legislativas, uma forma que a população tem para influir nos seus destinos, mesmo dentro das limitações de uma democracia tão cheia de adjetivos (que a lógica e a gramática ensinam que são restritivos). Que cada um, na hora de escolher seus candidatos, pense nas crianças e nos problemas que elas estão enfrentando para sobreviver entre nós. Há as questões amplas, envolvendo liberdades fundamentais, respeito aos direitos de cada um, distribuição de renda, saneamento, alimentação, habitação, educação – é claro que tudo isso se liga a uma situação global. Se alguém achar que está tudo bem e deve só seguir cada mais para frente, não merece ser votado por quem quer uma vida em condições diferentes. (...) Pelo menos, num ano de eleição, procurando votar com consciência. Analisando o candidato já fez. Procurando entrar em contato com ele ou se informar como puder. E, em seguida, cobrando seu voto de alguma forma eficaz. É verdade que a Lei Falcão⁷⁰ torna o voto consciente mais difícil. Mas para ser eleitor é preciso ser alfabetizado. E acompanhar a política e a vida da cidade pelos jornais e revistas não é seguir uma novelinha de oportunismo e sujeira. É exercitar a percepção e a memória na formação de uma opinião crítica sobre o que está em volta. É não abrir mão de ser gente e tentar manter os olhos abertos. Pelo menos, pelas crianças – se quisermos estar ao lado das vítimas (JORNAL DO BRASIL, 13 de agosto de 1978, p. 2).

No final do mesmo ano, Ana Maria Machado volta a falar abertamente sobre política, abertura e exílio.

Neste Natal de 1978, em que *o país sonha com a pacificação e a alegria vindas da luz e da abertura*, da esperada chegada do renascer da boa vontade entre os homens, um símbolo novo atravessa outra vez o oceano para nos trazer um

⁷⁰ A Lei 6.339/76 modificou o Código Eleitoral e proibiu os candidatos “de fazer qualquer tipo de pronunciamento no horário eleitoral do rádio e da TV. (...) os partidos só poderiam divulgar o nome, o número e um breve currículo de cada candidato, além de sua fotografia”. A lei, que ficou conhecida pelo sobrenome do seu idealizador, o ministro da Justiça Armando Falcão, buscava silenciar os candidatos de oposição à ditadura e enfraquecer o MDB. MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Lei Falcão silencia a campanha eleitoral. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>. Acesso em 13 nov. 2021.

reforço à busca do entendimento. Em Paris, há um Saci brasileiro. Uma sala chamada Saci onde uma vez por semana *o pessoal que está longe e cortado de sua terra leva os filhos para brincar de Brasil* e não esquecer o que somos – e que muitos dos pequeninos corre o risco de apagar da memória ou nem chegou a conhecer (grifos nossos) (JORNAL DO BRASIL, 24 dez. 1978, p.5).

Em 1979, a escritora retoma o debate sobre o exílio e o sofrimento das crianças diante desta realidade. Embora fale, em especial, dos filhos de brasileiros, lembra de outros grupos atingidos pelo exílio, principalmente no Cone Sul. Indica que europeus estão estudando o caso dessas crianças exiladas e são esses “estudos e reflexões” que norteiam a análise que a autora faz na edição. Segundo os psicólogos que estudavam o caso das crianças em exílio,

Vários desenhos [de crianças exiladas] (...) reproduziam em seus traços infantis terríveis cenas de tortura, além de outros tipos de violência. As análises apresentadas foram rápidas, mas denunciavam o sofrimento dessas crianças em sua insegurança, seu sentimento de ruptura, seus problemas de identidade, suas sensações de perda, sua inibição em fantasiar. Coisas sérias e difíceis de ficar pelo expectador, aturdido com a informação visual que, ao mesmo tempo, instalava em sua casa um clima de pesadelo (...). Para as crianças, a rigor, não se pode falar em volta, mas em vinda. Muitas delas já nasceram no exílio. Aquela história, o Brasil não conhece o Brasil. No entanto, poderiam cantar com Chico Buarque: Sei que ainda vou voltar o meu lugar que ainda é lá (JORNAL DO BRASIL, 13 maio 1979, p. 2).

Não é coincidência que as publicações, entre 1978 e 1979, se tornem mais explícitas quanto às críticas ao autoritarismo. Se os anos iniciais da ditadura foram marcados pelo aparelhamento do Estado e de seus órgãos repressivos, bem como pelo terrorismo do Estado⁷¹ (LEMOS, 2011), em meados dos anos 1970 é posta em andamento a fase de transição para o regime democrático. A transição, porém, ocorre de forma controlada. Até outubro de 1978, o governo ainda poderia acionar a aplicação dos atos institucionais⁷², caso considerasse necessário.

⁷¹ “Depois do golpe, a contrarrevolução assumiu, no período de 1964 a 1974, a feição terrorismo de Estado, visando derrotar o movimento de massas, o nacionalismo civil e militar, o comunismo e o populismo. A dominação de classe se fez, prioritariamente, amparada no aparato repressivo estatal, por meio de métodos violentos em geral, mas com destaque para as prisões clandestinas e a prática de torturas. Secundariamente, funcionaram mecanismos democráticos preservados, até 1967, da Constituição de 1946, e, daquele ano em seguinte, submetidos à Doutrina de Segurança Nacional, corporificada na nova carta constitucional e na Lei de Segurança Nacional que substituiu a de 1953” (LEMOS, 2011, p. 6). O Estado, em uma subfase (1964-1968), instrumentalizou os seus órgãos repressivos – como o Departamento de Polícia Federal, além de departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). No setor econômico buscou a acumulação de capital, a partir de medidas como o arrocho salarial. Houve ainda uma centralização dos capitais e estímulo a entrada de capital estrangeiro, o que também teria servido à política contrarrevolucionária, diante do enfraquecimento dos sindicatos (LEMOS, 2011). Posteriormente, numa segunda subfase (1968-1974), houve um “aperfeiçoamento do aparato repressivo”, do qual a criação do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), é um exemplo (idem).

⁷² Os Atos Institucionais eram normas de natureza constitucional; foram expedidos “entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao

Assim, no final dos anos 1970 ganhou força

o reordenamento jurídico-político-institucional tutelado pelas Forças Armadas, mas com as forças civis de natureza variada – clérigos, empresários, advogados, jornalistas etc. – incorporadas ao projeto transicional no exercício de importante papel na negociação e legitimação dos passos dados. Em agosto de 1979, a transformação da exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita em concessão, via Congresso, de uma anistia parcial, cujo texto continha uma cláusula que podia ser interpretada como um habeas corpus preventivo para agentes do Estado que viessem a ser acusados de crimes de violência contra presos políticos, foi a primeira indicação importante de que seguia avançado o processo de construção de um novo centro político, comprometido com as metas e métodos do projeto de transição pelo alto (LEMONS, Renato Luís do Couto Neto, 2011, p. 9).

Portanto, diante do cenário de maior abertura política e de luta pela anistia ampla, geral e irrestrita⁷³, apesar da abertura não significar ausência total de repressão, podemos observar Ana Maria Machado movimentando as discussões da coluna em torno dos debates políticos em voga. Não se trata de um dos temas se projetando sobre o outro, mas de sua imbricação dentro do contexto político, social e histórico. A luta por anistia e democracia não se separa da luta por dignidade e direitos das crianças, bem como não está estanque da busca por liberdade de expressão contra a censura.

Visto que as relações autoritárias são discutidas na coluna de diferentes maneiras, desde o autoritarismo dos pais até as nuances do contexto ditatorial, perguntamos à Ana Maria Machado se ela entendia a coluna *Criança é Criança* também como espaço de resistência política.

todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país” (CALICCHIO, s/d, s/p). O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) é o mais conhecido entre eles, visto que, ao ser expedido em 1968, acirrou o processo de censura, o combate aos opositores do regime e a repressão. CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais. In: CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em 14 nov. 2021.

⁷³ A Lei da Anistia foi promulgada em 1979, sob o nº 6.683, ainda no Regime Militar. Antes de sua promulgação, porém, houve grande mobilização de diferentes setores da sociedade civil e a conhecida, e importante, bandeira da Anistia ampla, geral e irrestrita foi levantada. Todavia, segundo Rodeghero (2012, p. 116), a posse do general João Baptista Figueiredo objetivou assumir o controle da transição entre o regime ditatorial e democrático; de tal maneira, a anistia foi usada como estratégia para esse controle. Segunda a mesma autora (2012), nos longos anos de mobilização, estava em disputa diferentes concepções sobre o processo de anistia, as quais transitavam entre dois polos principais: o esquecimento e o início do desmonte do Estado de Segurança Nacional. O fato é que a Lei de Anistia promulgada priorizou uma anistia recíproca, em nome de um “consenso político”, sem real comprometimento com a justiça e a punição dos agentes do Estado que cometeram crimes. Por outro lado, ficaram excluídos da lei aqueles que tinham sido condenados por crimes não conexos aos políticos, como terrorismo, assalto, sequestro ou atentados. A Anistia, portanto, foi posta em prática como um processo de conciliação, com uma abertura democrática lenta, gradual e sem apuração dos crimes cometidos pelo Estado, impedindo uma real participação popular na elaboração do texto de lei, mesmo que as reivindicações por justiça estivessem presentes de forma latente nas ruas, através das mobilizações civis. RODEGHERO, Carla Simone. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.) *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. UFPE, 2012.

Claro. Tudo o que eu fiz durante a ditadura, sempre, em qualquer circunstância, fez parte de uma resistência política. Coletiva ou individual. Não consigo conceber educação sem liberdade. Ou arte sem liberdade. Enquanto eu fazia a coluna, dirigia o jornalismo de uma rádio sob a presença constante e cotidiana da censura. *Resistir era respirar* (grifos nossos) (MACHADO, Ana Maria. 31 jul. 2020. Entrevistadora: Mariane Sousa Pinto).

Segundo Motta (2014), podemos caracterizar como *resistência* ao regime autoritário aquelas ações que visavam o enfrentamento direto às políticas da ditadura e de seus discursos. Nesse sentido podemos destacar, a título de exemplo, a escrita de Ana Maria Machado, que destaca valores libertários e democráticos, como uma produção de *resistência* ao regime. Por outro lado, podemos pensar que sua atividade na própria coluna pode ser caracterizada, à luz do conceito de Certeau (2014), como *uma ação tática*, quando produz discursos que contrariam o regime sem atacá-lo diretamente.

Entre táticas e movimentos de resistência, Ana Maria Machado debateu o autoritarismo encarnado nas relações entre adultos e crianças sem deixar de lado a crítica ao regime ditatorial e ao seu autoritarismo institucionalizado. Concluímos, nesse sentido, que, embora o contexto histórico, por si só, não seja capaz de explicar a forma como a escritora construiu as discussões sobre crianças e infâncias na coluna estudada, ele deu o tom, em grande medida, aos debates em que Ana Maria Machado se inseriu.

Agora, já a par das discussões sobre crianças e infâncias propostas pela escritora, convidamos os leitores ao debate sobre o livro infantil.

3.3 “Um convite ao debate sobre o livro infantil”

E a literatura? Não é arte? Dentro do currículo normal, o mesmo equívoco é repisado. Ou seja, livro se lê em aula de Comunicação e Expressão, como coisa obrigatória, com ficha de avaliação e tudo, para controlar o leitor. Mas na curtidão da aula de educação artística, literatura não entra. Acaso? Coincidência? Distração?

Ana Maria Machado em Criança é Criança

Na seção anterior, vimos como Ana Maria Machado descreve a infância, dentro do contexto brasileiro, na coluna *Criança é Criança*; além de descrevê-la, é possível perceber, em meio as suas argumentações, como a autora percebe e caracteriza as crianças. Portanto, nesta seção, veremos como Ana Maria Machado pensa e define a literatura que tem a criança como leitor previsto. No mesmo movimento que buscamos fazer na construção do capítulo 2, traremos as questões discutidas pela escritora em relação a outros textos publicados no Jornal do Brasil, agora, entre 1975 e 1980⁷⁴.

Dada a extensão do debate que encontramos na coluna *Criança é Criança* e no Jornal do Brasil⁷⁵ como um todo, nos concentraremos em algumas questões de modo a direcionar nossa análise. São elas: *o que é literatura infantil? O que deve ser lido pelas crianças? Quem tem a palavra de autoridade sobre a literatura infantil?*

O que é literatura infantil e como é possível defini-la?

“Que terá acontecido às matinês?” foi o título escolhido por Ana Maria Machado para uma coluna publicada em 1975. Na edição, a autora discorreu sobre A Lenda de Ubirajara, filme baseado no romance de José de Alencar e censurado para menores de catorze anos. Ana Maria Machado criticou o absurdo da censura, especialmente porque o

⁷⁴ Ana Maria Machado deixou o Jornal do Brasil em maio de 1980; a última coluna assinada pela autora é de 27 de abril de 1980. Portanto, nosso levantamento de outras publicações sobre literatura infantil contemplaram o ano de 1980 até a data citada. Tendo em vista a quantidade reduzida de artigos localizados no início de 1980, tanto em termos de publicações da coluna *Criança é Criança*, tanto de outros textos sobre literatura infantil, ganharão centralidade as publicações de 1975 a 1979.

⁷⁵ Foram 60 publicações categorizadas como literatura infantil dentro do corpus da coluna *Criança é Criança*; cerca de 70 textos com a mesma temática foram localizados em diferentes páginas do Jornal do Brasil entre 1975 e o 1979, a maior parte são artigos, resenhas e outros textos assinados.

filme, segundo ela, possuía um cuidado antropológico no sentido de não repetir estereótipos. Por outro lado, reclamou que as crianças eram submetidas, constantemente, a diversas informações estereotipadas e deturpadas sobre diferentes tribos.

Nesse sentido, a autora iniciou uma discussão sobre o acesso de crianças à arte:

Pessoalmente, não acredito muito que haja um cinema para crianças (ou uma literatura infantil, um teatro infantil, etc.). Usam-se expressões desse tipo por uma espécie de convenção cômoda, mas a verdade é que um bom filme, uma boa peça, um bom livro são bons e ponto final. Apenas, alguns são acessíveis a faixas de idade mais amplas. Mas uma obra de qualidade para crianças será certamente muito apreciada pelos adultos. Se não for, provavelmente não é boa também para crianças. No máximo, será razoável, aceitável, mas não uma obra de arte. Exemplificando com *Flicts*, de Ziraldo; *Pluft*, de Maria Clara Machado, ou *Meu Tio*, de Jacques Tati, talvez as coisas fiquem mais claras. O cinema é uma inesgotável abertura para o mundo, pelo que ele pode mostrar. Sua informação sólida pode contribuir muito para fazer pensar sobre coisas que as crianças não veem diretamente e para relacioná-las com o que veem (JORNAL DO BRASIL, 07. dez. 1975, p.16).

No trecho, Ana Maria Machado levanta questões interessantes. A primeira delas pode ser compreendida a partir de uma máxima: *arte é arte*. Logo, não interessa, inicialmente, a qual público se destina. Mais do que uma possibilidade de afetar diferentes grupos, essa seria uma condição para um filme ou literatura denominada infantil ser uma obra de arte.

Em segundo lugar, notamos que a autora não retira a necessidade de certa acessibilidade nos textos para que cheguem ao público infantil. No entanto, ela desvincula essa acessibilidade a um reducionismo das obras. Um texto, para ser lido por uma criança, deve ter uma linguagem que ela seja capaz de compreender; no entanto, um texto, com uma linguagem compreensível para o público infantil, pode ter diversas camadas possibilitando o confronto do texto por parte do leitor. No livro “Esta Força Estranha – Trajetória de uma autora” (2006), Ana Maria Machado afirma que “sem leitor não há livro”, pois é ele que estabelece pontes e vínculos com o texto escrito (MACHADO, Ana Maria, 2006, p. 66).

Antonio Candido (1985) define a literatura como um *sistema vivo de obras*. Nessa direção, a obra não deve ser considerada um produto fixo, restrito a significações estabelecidas. Segundo o autor, as obras atuam sobre as outras e sobre os leitores. Por outro lado, os leitores não são passivos, constituindo uma massa homogênea que registra de forma uniforme um certo efeito produzido. Podemos afirmar, portanto, que o livro, enquanto obra de arte, age no leitor que, ao mesmo tempo, age sobre o texto.

No mesmo sentido, Certeau (2018) trata de uma “produção própria do leitor” que, sem tomar o lugar dos autores, “inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a “intenção” deles”. (idem, 2018, p. 241). Ao tratar sobre *consumo*, o mesmo autor demonstra como os chamados consumidores, por mais que estejam diante de “produtos impostos por uma ordem econômica dominante”, criam maneiras diversas de *empregar os produtos*. Ou seja, o *consumo*, neste caso, está ligado a uma produção de sentidos que é secundária, que não pode ser controlada por quem fabrica o produto.

Podemos entender, assim, que a arte literária se configura por sua dinâmica estética, pois permite o salto interpretativo: *a deformação*. Nada permanece igual. Logo, a *deformação* não se constrói pela via doutrinária, que vê o leitor como ser passivo; não se inicia ou termina no próprio ato de enunciar, mas faz parte de uma corrente de comunicação que é ininterrupta (SILVA, 2010), onde não existem enunciados acabados. Nesta perspectiva, não há um discurso a ser assumido pelo leitor, no caso da obra literária, mas um confronto a ser estabelecido por meio da obra, autor e leitor, de onde nenhum dos termos sai ileso.

Ana Maria Machado insiste que literatura infantil é arte: arte da palavra (JORNAL DO BRASIL, 30 de maio de 1975, p. 9). Palavra que deve ser compreendida a partir de seu aspecto lúdico e criador (JORNAL DO BRASIL, 14 jan. 1979, p. 2). Ao falar sobre os textos apresentados no teatro infantil, a escritora chama a atenção, especificamente, para o trato com a palavras. Para ela, o “texto para teatro é uma forma de arte literária” (JORNAL DO BRASIL, 12 fev. 1978, p.4); nesta direção, quem escreve teatro infantil deve ler e compreender os aspectos da literatura infantil de qualidade produzida no país à época (JORNAL DO BRASIL, 21 maio 1978, p. 10).

A escritora defende que é preciso sentir o prazer da palavra, a beleza da língua. Quem escrevia teatro infantil, portanto, não deveria estar preocupado em dar aulas ou transmitir mensagens, mas estar “enamorado da palavra, saber acariciá-la, provocá-la, despertá-la” para o que se desencadearia no palco. Assim, o texto deveria abandonar maniqueísmos, mas não evitar oposições. O texto para crianças deveria apreciar o conflito.

Em nome de uma recusa do maniqueísmo acabam fugindo de qualquer oposição entre bem e mal. Se pensam com isso estar voltando a um ideal estado paradisíaco ou a uma Idade do Ouro de total pureza, estão esquecendo o resto da história, justamente o que dá sentido ao mito. É com a desobediência e a infração da regra que o homem atinge conhecimento. (...) é preciso discernir e reconhecer os frutos do bem e do mal para lutar por uns e não aceitar outros. Para isso e por isso somos gente. Quem abdica da condição pensante acaba manipulado por quem ficou de olho aberto. Ou queremos formar uma geração

manipulável? De meros fantoches presos a invisíveis titeriteiros seguindo um texto em que tudo é bom e ninguém escolhe? (JORNAL DO BRASIL, 12 fev. 1978, p.4).

No final do mesmo ano, Ana Maria Machado voltou a falar da relação entre teatro infantil e literatura infantil, colocando em destaque a relevância dessa literatura no cenário brasileiro e a possibilidade de fortalecimento da escrita teatral a partir dela. A colunista chamou a atenção para o fato de que as metáforas de um texto, assim como os seus simbolismos, precisam estar atravessadas por sentidos e significados incorporados da realidade, propiciando ao público infantil a reflexão e a crítica, em especial num momento de “relativa abertura” (JORNAL DO BRASIL, 31 dez. 1978, p. 2).

Ou seja, se, por um lado, o texto destinado às crianças não deve objetivar dar lições, por outro, não deve fugir ao simbolismo que se abre para a crítica e reflexão sobre o mundo. Nesta direção, podemos inferir que Ana Maria Machado entende que a literatura infantil

(...) não deixa de lado o imaginário, a fantasia, o humor, a pilhéria, mas também não se omite diante dos problemas, denunciando-os. (...) A literatura infantil, porque literatura, capta a realidade maior do homem, não enganando a criança. Sendo obra de arte, esse engano não existe. (...) a relatividade das coisas humanas é mostrada através da cena em que as coisas boas e más estão misturadas, coexistindo (ATAIDE, Vicente, 1995, p. 97).

Na edição do dia vinte três de maio de 1976, Ana Maria Machado escreveu um artigo na coluna *Criança é Criança* onde questionou: “*Ainda há lugar para os contos de fada?*”. A colunista defendeu a permanência e importância desses contos. Para ela, não havia problemas nesse gênero, mas em muitas adaptações:

O que atrapalha geralmente o tipo de versão que costumamos ver é a tentativa de tornar tudo róseo e açucarado para a criança, num expurgo de violência acompanhado de intenções didáticas e moralizantes que acabam jogando sobre os ombros da criança uma carga de culpa que as histórias originais não lhe atribuíam (JORNAL DO BRASIL, 23 mai. 1976, p. 7).

Ana Maria Machado continuou o texto questionando a literatura *rósea* das adaptações, que evitava emoções fortes e sentimentos transgressores, em um certo movimento protetor e imobilizador das crianças e das suas maneiras de lidar com o livro. Defendia, em outra direção, que “as emoções fortes [são] uma realidade do mundo infantil” (idem) e que devem ser mobilizadas no texto, pois permitem que as crianças vivam suas questões de maneira simbólica. Mais uma vez, a defesa de uma literatura infantil que dialogue com a realidade e que não negue o direito de reflexão das crianças está em cena.

Até os finais do século XIX, a produção de literatura para crianças, no Brasil, foi marcada pelas traduções e pelo tom pedagogizante. No entanto, o viés pedagógico do gênero não foi exclusividade brasileira. Márcia Cabral da Silva (2010) indica que o processo educativo da Europa, no século XIX, além de tornar o ensino obrigatório, afirma a literatura infantil junto à escolarização. Assim, o livro de literatura infantil afirmou-se “por veicular conteúdos pedagógicos e por atender aos objetivos disciplinadores das instituições e dos sujeitos que passam a governar a sociedade” (SILVA, 2010, p. 49-50).

De acordo com Zilberman (2005), ao final do século XIX, aparecem as primeiras produções para crianças no Brasil. Figueiredo Pimentel se destaca pelo pioneirismo em compilar histórias da tradição oral pela Livraria e Editora Quaresma; os textos mantinham o tom moralizante sobre a infância, mesmo caracterizando a literatura publicada como prazerosa (PINTO, 2018). Olavo Bilac⁷⁶ e Julia Lopes de Almeida também foram dois importantes nomes na constituição de uma literatura para crianças, no fim do século XIX e início do século XX. Zilberman (2005, p. 19) descreve Bilac como um dos “mais difundidos” autores do período; seus poemas descrevem situações típicas da infância, mas seus textos, em geral, são marcados pelo civismo e pela exaltação à pátria. Já Julia Lopes de Almeida, apesar de propor a formação estética das crianças, também destaca as virtudes desejáveis para a infância e sua formação moral.

Nos anos vinte e trinta, surge Monteiro Lobato; autor que ficou conhecido por lançar novas bases para a literatura destinada ao público Infantil. Como tendências lobatianas podemos destacar, por exemplo: a construção de uma narrativa em que os personagens principais são crianças ou são personagens que apresentam o comportamento infantil; o protagonismo dos personagens infantis na resolução de conflitos; a aproximação com a realidade das crianças e da cultura brasileira; a inversão dos temas considerados infantis e uma tendência contestadora (ZILBERMAN, 2005; LAJOLO & ZILBERMAN, 1984).

A construção literária por Ana Maria Machado segue as tendências lobatianas, visto que não defende o banimento de determinados temas da literatura infantil ou a omissão da realidade social, no sentido de evitar uma possível instrumentalização da obra literária. Embora a produção literária para crianças tenha sido historicamente marcada

⁷⁶ Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac foi jornalista e poeta, além de ocupar cargos relacionados à educação no Distrito Federal no século XIX. Um dos seus mais conhecidos títulos para crianças, *Através do Brasil*, foi escrito em parceria com Manoel Bomfim. Publicado em 1910, foi adotado por escolas brasileiras por cerca de seis décadas. O livro narra a história de duas crianças que, viajando pelo Brasil, conhecem as peculiaridades de sua terra. Os autores tinham como objetivo ensinar conteúdos pedagógicos de forma contextualizada (PINTO, 2018).

pela tentativa de moralização da infância (SILVA; PINTO, 2018), Ana Maria Machado caminha na direção contrária e reivindica a apresentação dos conflitos, o confronto dos problemas concretos. Defende que, como arte, a literatura não objetiva enganar as crianças. Ou seja, não se afasta da realidade ou a omite, mas a incorpora à *narrativa interna do texto* (CANDIDO, 1985), lidando com ela dentro das possibilidades da obra.

Outro texto interessante foi escrito por Ana Maria Machado em agosto de 1978. Sob o título “*Delação e mau exemplo*”, a edição da coluna apresentou indícios da busca pela saída da literatura do campo pedagógico. Por outro lado, mostrou que essa “fuga” não ocorreu sem resistências. Na edição indicada, a autora relata o caso de um grupo de autores de literatura infantil que havia escrito uma carta ao Ministro da Educação apontando defeitos em uma coleção literária. Os autores justificavam o ato dizendo que as obras contrariavam “os três preceitos básicos da literatura infantil, que são educar, instruir e recrear” (JORNAL DO BRASIL, 20 ago. 1978, p. 2).

Ana Maria Machado questiona o motivo da denúncia e argumenta que a “discussão desses conceitos como objetivos de qualquer arte pode e deve ser travada” e relaciona este modo de pensar ao que seriam “dogmas e ideologias oficiais” (JORNAL DO BRASIL, 20 ago. 1978, p. 2). A escritora não foi a única a tratar do tema no JB, localizamos pelo menos mais quatro publicações que se relacionam à essa discussão. Dois dias antes, Wander Piroli⁷⁷ já havia dado entrevista sobre a polêmica. O livro do escritor – “O menino e o pinto do menino” – fazia parte da coleção que desejavam censurar. Segundo ele, o pedido estava sendo feito por pessoas⁷⁸ habituadas com a censura, as quais “fechavam os olhos à realidade”, desejando “impor literatura às crianças, numa atitude pseudo educativa”, já que enxergavam “educação como repressão, e não como exercício de liberdade” (JORNAL DO BRASIL, 18 ago. 1978, p. 8).

No dia 19 de agosto de 1978, o Jornal do Brasil abriu espaço em seu 1º caderno para tratar do mesmo tema. Além da autora da carta, que estava no centro das discussões, outras personalidades ligadas ao livro foram entrevistadas. Segundo Lenyra Fracaroli⁷⁹, ela não havia pedido a censura da coleção.

⁷⁷ Wander Piroli foi um advogado, jornalista e escritor mineiro. Seu livro de estreia para crianças e jovens foi “O menino e o pinto do menino” (1975). Seus livros eram marcados pelo realismo de linguagem direta e finais tristes. SOBRE WANDER PIROLI. Disponível em: <https://www.wanderpiroli.com/copia-livros>. Acesso em 06 dez. 2021.

⁷⁸ Segundo a publicação, o pedido de censura, enviado ao Ministério da Educação, teria sido feito pela escritora Betty Katzer Stein e assinado por outros autores como Vovô Felício (Vicente Guimarães), Lenyra Fracaroli (presidente da Academia de Literatura Infanto-Juvenil) e o professor Antônio D’Avilla.

⁷⁹ Lenyra Camargo Fraccaroli foi professora, administradora e bibliotecária. Idealizou e fundou, junto com Monteiro Lobato, a primeira biblioteca infantil da cidade de São Paulo. Primeira diretora da Biblioteca,

Não tenho nada com isso. Se vão tirar os palavrões, retirar os livros, eu não sei. Na televisão não há palavrões porque há censura, mas os livros são oferecidos abertamente às crianças. (...) Os dois livros do Vander Piroli (*Os Rios Morrem de Sede e o Menino e o Pinto do Menino*) não são mal escritos. Apenas ele apela para os palavrões. A cabeça da criança já está poluída. Ela já fala palavrões. Por que coloca-los nos livros? Já o outro livro (*Os Cães Danados* de Ignácio de Loyola Brandão) é horrível (JORNAL DO BRASIL, 19 ago. 1978, p. 16).

Eglê Malheiros⁸⁰, editora da *Revista Ficção* e da *Fundação Educacional de Literatura Infante-Juvenil* rebate a fala de Lenyra Fracaroli:

[Lenyra Fracaroli] usa o palavrão como escudo. O que se discute é a literatura alienante ou a literatura que auxilie a reflexão. É importante discutir os problemas do povo brasileiro e todo tipo de literatura deve ser feito. Cabe a nós julgar o que é bom ou não. Estas pessoas querem se colocar como juízes daquilo que eu, meu filho ou meu marido vamos ler. É inadmissível alguém apelar para a censura no momento como este, pleno de anseio de democracia (JORNAL DO BRASIL, 19 ago. 1978, p. 16).

Já Odete de Barros⁸¹, apresentada como autora de vários livros infante-juvenis, comenta:

Que valor tem um palavrão quando a discussão mais importante é dos problemas da fome, do trabalho, do analfabetismo. Isso é importante que o jovem saiba. No meu tempo, minha mãe dizia que ia buscar meu irmãozinho em um repolho, e eu via que ele estava de barriga e não podia falar. Antes existia um muro entre pais e os filhos, agora estão querendo colocar um escudo invisível no lugar (JORNAL DO BRASIL, 19 ago. 1978, p. 16).

A reportagem é finalizada salientando que o tema não teria sido abordado no *Congresso Latino-Americano de Literatura Infantil*. Sobre isso, a professora Maria Antonieta (UFMG)⁸², afirma:

também foi chefe da Divisão das Bibliotecas Infante-Juvenil de São Paulo e Presidente da Associação Paulista de Bibliotecários nos anos 1950. Após se aposentar, em 1961, passou a desenvolver iniciativas de incentivo à cultura. CIDADE DE SÃO PAULO CULTURA. *Biografia da patronesse Lenyra Fraccaroli*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/enirafraccaroli/index.php?p=5143. Acesso em 16 nov. 2021.

⁸⁰ Eglê Malheiros é professora, escritora, tradutora e crítica literária especializada em literatura infante-juvenil. Além de editar a *Revista Ficção*, atuou na *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil* como diretora-secretária. DEBUS, Eliane. Eglê Malheiros. In: *Literatura Infantil e Juvenil* produzida em Santa Catarina. Disponível em: <https://literaturainfantiljuvenilsc.ufsc.br/autores/malheiros-egle>. Acesso em 16 nov. 2021.

⁸¹ Acreditamos se tratar de Odete de Barros Mott. Professora de formação, a escritora foi uma importante figura na história da literatura juvenil. Seus primeiros livros estavam na linha da ficção de aventura; todavia, no início dos anos 1970, sua narrativa ganhou contornos sociais e as problemáticas tratadas em seus textos tornam-se próximas do contexto adolescente. MIRANDA, Mariana de Arruda. *Odete de Barros Mott foi uma das precursoras da literatura juvenil no Brasil*. In: Aun USP. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=6532&ed=1147>. Acesso em 16 nov. 2021.

⁸² Maria Antonieta Antunes Cunha é professora, escritora, editora e tradutora. Como professora, lecionou nos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) até 1986. Como escritora, publicou livros teóricos e didáticos. No ramo da edição, foi fundadora da Editora Miguilim (1980-1993) e publicou autores como Joel Rufino dos Santos, Sylvia Orthoff

Não foram tratados assuntos insignificantes como este. Nós nem nos preocupamos em defender Vander Piroli, porque ele merece muito respeito e está acima deste tipo de coisa. Por coincidência, entre as conclusões aprovadas no congresso, figura explicitamente uma, segundo a qual deve ser mantida absoluta liberdade de expressão quer no que diz respeito ao texto, quanto à ilustração (JORNAL DO BRASIL, 19 ago. 1978, p. 16).

No dia 23 de agosto, porém, o texto volta ao debate com a carta de Vicente Guimarães⁸³ (Vovô Felício), publicada no Caderno B. Segundo o escritor, Wander Piroli teria faltado com a verdade ao dizer que ele havia assinado carta endereçada ao Ministro da Educação. Por outro lado, Vicente Guimarães aproveita a oportunidade para se colocar contra o uso de palavras e de cenas imorais na literatura infantil (JORNAL DO BRASIL, 23 ago. 1978, p. 2).

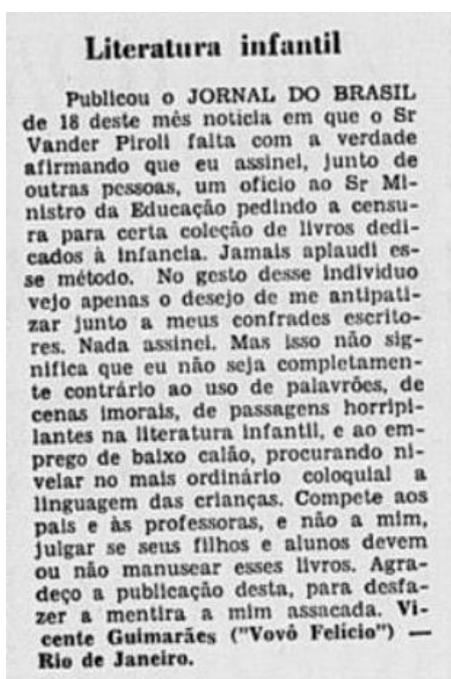


Figura 15 - Carta de Vicente Guimarães

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

e Angela Lago. Em duas ocasiões, integrou o júri do Prêmio Hans Christian Andersen. ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. *Antonietta Cunha*. Disponível em: <https://academiamineiradeletras.org.br/academicos/antonietacunha/>. Acesso em 16 nov. 2021.

⁸³ Segundo Nazareth (2012, p. 3), “Vicente Guimarães foi jornalista e escritor de literatura infantil. Tio de Guimarães Rosa foi criador do suplemento infantil no jornal “O Diário Católico” na década de 40 em Minas Gerais, pioneiro na América Latina. Criou o personagem Vovô Felício que narrou a história heroica de Rui Barbosa tendo como base a biografia escrita por Luiz Viana Filho”. NAZARETH, Flávia Beatriz Ferreira. *FORAM ME CHAMAR, ESTOU AQUI O QUE QUE HÁ?: Um estudo sobre os sentidos históricos da grandeza de Rui Barbosa*. In: XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. São Gonçalo: Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338413363_ARQUIVO_FORAMMECHAMAR2.pdf. Acesso em 16 nov. 2021

Por último, Wander Piroli envia sua resposta ao JB em 29 de agosto, também através de uma carta, encerrando, até onde conseguimos localizar, a discussão. Para ele, os escritores que pediam censura eram vigilantes e cometiam ato de “puro fascismo”.

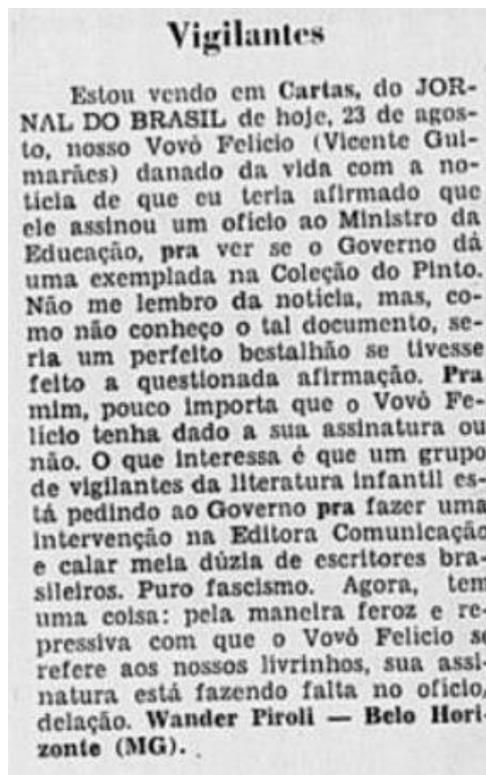


Figura 16 - Carta de Wander Piroli

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

Embora seja o pedido de censura que oriente a disputa em tela, alimentada, especialmente, pelo contexto político e pela busca por liberdade – tal como revelam o uso de termos como *dogmas*, *ideologias oficiais* e *puro fascismo* para definir o pedido; bem como necessidade de *liberdade de expressão e anseio de democracia* para demonstrar seu descabimento –, o pano de fundo é a definição de literatura infantil e de suas características.

O primeiro grupo, que assume a fala de Lenyra Fracaroli como correta, entende a literatura a partir dos princípios da instrução e da moralização. Não significa que defendam exclusivamente esses objetivos para a literatura infantil, mas que eles são inegociáveis. Assim, palavrões não podem ser usados como artifícios linguísticos na construção literária, pois incorrem no risco de comprometer a formação da criança. Por outro lado, o grupo com o qual Ana Maria Machado faz coro defende a literatura como

forma de expressão que não está dissociada da realidade e, portanto, das diferentes formas de construção linguística. A abertura à crítica e reflexão ganham importante relevo nesse sentido.

Em ambos os posicionamentos, há, por trás, uma forma de conceber as crianças, suas possibilidades de compreensão, suas formas de apreender e ressignificar o mundo. Disputa-se a palavra sobre o que é a literatura infantil e quais são os seus atributos, ao mesmo tempo em que se estabelece uma tensão sobre a compreensão das características infantis, como sublinhamos nas seções anteriores. Nesse sentido, outras duas questões podem ser colocadas: afinal, o que devem ler as crianças e de quem é a palavra de autoridade sobre a literatura infantil?

O que deve ser lido pelas crianças e de quem é a palavra de autoridade sobre a literatura infantil?

A primeira pergunta que nos propusemos a responder nesta seção versa sobre a definição de literatura infantil de acordo com Ana Maria Machado. Segundo as discussões proposta por ela, podemos entender que esta literatura não é exclusiva para crianças, mas é acessível para este público e se propõe a também discutir suas questões, conflitos e desejos. A literatura infantil de qualidade se abre ao confronto com o leitor, visto que não estabelece seu sentido de forma isolada, a partir de lições prontas; o gênero também não deve se furtar de discutir a realidade, os sentimentos fortes e deve ter em vista seu caráter crítico e reflexivo, mesmo que se estabeleça pela via da fantasia e da imaginação.

Nesse ponto, onde já sabemos como Ana Maria Machado define literatura infantil, cabe observar como a colunista trata a escolha dos livros que, de acordo com as suas percepções, devem ser lidos pelas crianças⁸⁴. Em consonância, buscamos entender de quem seria a palavra de autoridade sobre essa literatura e sobre a sua escolha. Para orientar essa observação, escolhemos uma publicação de 1975, a qual, ao invés de destacar o que escolher, lista o que deve ser evitado quando se trata de eleger livros para a infância.

⁸⁴ Em razão da quantidade de edições levantadas da coluna *Criança é Criança* e do tempo curto do mestrado, que para nós também teve outros atravessamentos, não será possível listar todos os títulos indicados por Ana Maria Machado, embora entendamos que este seria um movimento interessante. Todavia, as discussões que veremos nos oferecem indícios de quais títulos poderiam ser considerados de qualidade – de acordo com a colunista – e, principalmente, quais autores encarnam tendências desejáveis na produção para infância. Na última seção, esse aspecto será relevante na visualização das redes de sociabilidade que se formam.

- 1 – Obras mutiladas e adaptadas que desfiguram a obra original e traem o pensamento e as intenções do autor.
- 2 – Obras de tal mediocridade literária que desperdiçam, irremediavelmente, os melhores temas.
- 3 – Obras que apresentam indícios mais ou menos graves de racismo ou preconceitos de caráter étnico e social.
- 4 – Obras com erros pedagógicos, históricos e científicos perigosos.
- 5 – Obras em que a violência se torna um fim, sem qualquer justificativa.
- 6 – Obras cuja apresentação e fabricação deficientes podem ser consideradas como um insulto ao jovem leitor (JORNAL DO BRASIL, 09 maio 1976, p. 12).

A primeira observação a ser feita é que esta “seleção de princípios” não foi, originalmente, proposta por Ana Maria Machado. A autora destaca que as posições “pouco simpáticas”, porém, “indispensáveis” eram da publicação especializada francesa *Une Année de Lectures*. A segunda questão que sublinhamos é que, embora parte dos aspectos apresentados sejam genéricos ou gerais, eles nos ajudam melhor delimitar os aspectos do livro que Ana Maria Machado ressalta na hora da escolha.

Iniciamos pelas adaptações e pelas temáticas. Mostramos como Ana Maria Machado critica as adaptações dos contos de fadas, os quais negam, muitas vezes, as fortes emoções às crianças (JORNAL DO BRASIL, 23 mai. 1976, p. 7). Em 1979, a colunista voltou a criticar certas adaptações “pasteurizadas” com as quais as pessoas haviam sido submetidas “durante alguns anos de império Disney e falsos psicologismos que passavam a limpo a sabedoria de séculos, a pretexto de manter a infância em uma redoma sem violência e medo (JORNAL DO BRASIL, 10 jun. 1979, p. 4).

Ao mesmo tempo em que criticava as adaptações da Disney e tratava do que não deveria ser lido – adaptações pasteurizadas que buscavam esconder a realidade das crianças –, ela descreve o tipo de leitura que seria estimulante ao definir os contos da tradição oral. Deveriam ser lidas aquelas histórias em que ninguém se via obrigado

(...) a patrulhar a fantasia em nome de uma condenação ao escapismo e conseguiram recriar um mundo maravilhoso como só o inconsciente do homem é capaz de inventar. Os velhos contos em que tudo é possível, em que gigantes são vencidos por alfaiates, em que tudo pode estar em permanente transformação, em que o bem sempre é recompensado e o mal é terrivelmente castigado, mesmo se as noções de bem e mal não se confundem com o moralismo certinho da ética estabelecida, mas atendem a uma profunda sede de justiça na consciência de cada um (...) (JORNAL DO BRASIL, 10 jun. 1979, p. 4).

Em seu favor, utiliza as argumentações de Bruno Bettelheim no livro *A Psicanálise dos Contos de Fada*⁸⁵. A autora aponta que o livro seria o precursor da volta dos contos às prateleiras europeias e afirma que

Nessa obra, o famoso analista sustenta que, mesmo que num nível superficial os contos de fada nada tenham a ver com as condições específicas da vida concreta numa sociedade moderna, num nível mais profundo eles são importantíssimos, ajudando na compreensão dos problemas íntimos do ser humano e em sua resolução. Ou seja, eles reforçam os recursos interiores da criança para enfrentar o mundo lá fora a partir da ordenação de seu turbilhão íntimo (JORNAL DO BRASIL, 10 jun. 1979, p. 4).

Ao pensar nessas questões, uma edição que se concentra no teatro infantil se evidencia, pois, voltada aos pais e educadores, indica algumas perguntas que deveriam ser feitas diante dos espetáculos. Embora as indagações sejam voltadas a outro tipo de arte, elas são vestígios de como Ana Maria Machado entende a produção cultural para crianças e de como instiga os adultos a serem críticos às produções destinadas à infância. Destacamos as questões que se relacionam aos *textos teatrais* e que, facilmente, podem ser transportadas para a literatura infantil em geral: os textos estimulam o conformismo ou o desejo de transformar o mundo? Os personagens são esquemáticos ou coerentes? Eles estimulam a delação, a culpa infantil? Estimulam que as crianças explorem o mundo ou que sejam crianças boazinhas? Possuem uma orientação ética ou são racistas, sexistas, estereotipados? (JORNAL DO BRASIL, 21 maio 1978, p. 9).

A partir destes questionamentos, portanto, deveriam ser evitados os textos medíocres, os quais podemos definir como aqueles que possuem personagens pouco complexos; aqueles com histórias moralizantes que, ao invés de provocar reflexões, estimulam a culpa; aqueles que cristalizam um estereótipo de bondade e desestimulam qualquer tipo de transgressão; aqueles que oferecem imagens prontas do mundo ao invés de seu questionamento.

Entendemos que a questão das traduções pode ser relacionada à discussão sobre temáticas medíocres. Ana Maria Machado se junta ao grupo, que observamos no capítulo dois, que defende uma produção nacional em detrimento das traduções. No caso da colunista, essa defesa está ligada, além da questão comercial, à temática. A crítica parece residir, principalmente, no afastamento da cultura brasileira e na falta de sentido que a transposição cultural teria para as crianças do país.

⁸⁵ É interessante notar como as questões relacionadas à psicologia e psicanálise circunscrevem diferentes edições, como apontamos anteriormente. Outro aspecto importante, que aparecerá com mais intensidade no último tópico, é como Ana Maria Machado recorre, de forma intencional, a autores diversos para basear seus argumentos, apresentando diferentes conceitos aos leitores através da sua coluna.

Em matéria de livros, filmes, programas, revistas e brinquedos para crianças brasileiras, o comum é a importação de modelos ou produtos estrangeiros, muitas vezes sem qualquer esforço de adaptação à realidade cultural do Brasil. No entanto, isso não ocorre por falta de material próprio de nossa cultura. A prova disso (se é que provas são necessárias) está em ocasionais operações no sentido inverso – a exportação de ideias e recursos culturais nossos para consumo por crianças estrangeiras. (...) O resultado é uma obra que encanta as crianças. Uma obra a qual os pequenos franceses estão tendo *acesso, enquanto a maioria do que se publica para crianças brasileiras ainda é de livros traduzidos, com fazendas cheias de celeiros e trigo, ou com a família se reunindo à mesa do breakfast enquanto come cornflakes* (grifos nossos) (JORNAL DO BRASIL, 15 jun. 1975, p. 14).

Os indícios de racismo e preconceitos, segundo a publicação francesa *Une Année de Lectures*, também devem ser observados na literatura para, então, serem evitados. A colunista tratou especificamente sobre o tema na edição de 26 de agosto de 1979. No texto, ela comenta sobre como uma geração inteira teria sido enganada sobre a sua própria história, tendo em vista que as escolas e seus livros didáticos tratavam a história a partir do olhar dos colonizadores. Nesse sentido, divulga uma pesquisa sobre literatura infanto-juvenil brasileira que, realizada por psicólogos, sociólogos, linguistas e pedagogos, indica que grande parte de 168 livros publicados entre 1950 e 1975 apresentava “traços de preconceitos sexistas, raciais e sociais e uma visão deformada do mundo em que a crianças e mulher aparecem como seres inferiores”. Muitos livros também apresentavam formas de violência física e psicológica justificadas por “uma visão maniqueísta do mundo” (JORNAL DO BRASIL, 26 ago. 1979, p. 4).

Ana Maria Machado destacava que existiam grupos se dedicando ao tema e que as pessoas “ligadas à educação” precisavam se dar conta deste problema e de suas consequências. Chama a atenção, em especial, para a atuação da UNESCO que, à época, pediu aos seus Estados-membros que reconhecessem o racismo, em especial nos livros didáticos, e que se mobilizassem para melhorar os conteúdos destinados às crianças e jovens. Machado termina sua argumentação indicando dois artigos publicados numa revista da UNESCO, os quais seriam “preciosos” para quem desejava estar alerta a um problema, o qual deveria interessar a quem lidava com crianças, a democratas e ao povo em geral (JORNAL DO BRASIL, 26 ago. 1979, p. 4)

Em abril de 1978, ao falar do Prêmio Hans Christian Andersen, do qual foi jurada, Ana Maria Machado tratou de duas tendências que poderiam servir também como critério na escolha dos livros que as crianças deveriam ler:

Primeiro, a tendência crescente na literatura infantil de se ocupar com problemas concretos da realidade interior ou exterior da criança, não mais considera numa redoma protetora que a trate como coisa sem direito a uma

consciência. Segundo, na permanência absoluta do tratamento simbólico desses mesmos problemas – ou seja, se o real é o tema, nem por isso se pode dizer que se trata de uma literatura realista, na medida em que mesmo as operações mais lógicas retratadas nessas obras nascem de uma plena aceitação do caráter simbólico e mágico (quando não francamente fantástico) com que a criança apreende o mundo em torno (JORNAL DO BRASIL, 23 abr. 1978, p. 10).

Podemos dizer que estas duas tendências encarnam, de maneira direta e indireta, a maior parte dos princípios apresentados por Ana Maria Machado. Um bom livro de literatura infantil deve tratar da realidade, inclusive das suas violências, mas de forma complexa e simbólica. Entendemos que, dentro desta argumentação, o simbólico, ou mágico, não significa apenas fantástico. Por outro lado, significa não tratar a realidade de forma meramente descritiva, mas criar sentidos, buscar a reflexão e agir sobre o mundo.

Por último, achamos interessante destacar o princípio que versa sobre obras com apresentações e fabricações deficientes. Não identificamos uma ênfase dada por Ana Maria Machado a este aspecto, o que parece se relacionar ao fato de que a escritora considerava tais fatores secundários no livro de literatura infantil. Em 1976, ao anunciar o Prêmio FNLIJ para Lygia Bojunga, a escritora falou do regulamento, o qual exigia que fossem “levados em consideração o acabamento, a ilustração, a diagramação, a impressão e o cuidado gráfico”. No entanto, Ana Maria Machado entendia que essa avaliação poderia ser injusta, deixando de premiar “um excelente texto” e privilegiando obras “literariamente inferiores, mas muito bem acabadinhas” (JORNAL DO BRASIL, 9 maio 1976, p. 12).

No dia 30 de maio, Ana Maria Machado voltou a tratar do tema e fez as seguintes observações sobre o Prêmio FNLIJ:

No caso dos infantis, quem ganhou este ano foi Angélica, de Lygia Bojunga, em quem votei pessoalmente com entusiasmo. Apenas lamentei que o critério de se premiar um livro como um todo, considerando o produto global, se, por um lado, incentiva os editores a darem cuidados gráficos, por outro lado, pode repetir o erro dos julgadores de desfiles de escolas de samba. Nestes, o fato de os destaques e alegorias terem o mesmo peso que a bateria, harmonia e sambanredo, por exemplo, acabam supervalorizando a embalagem. No caso dos livros (em que penso mais nas menções honrosas do que no excelente ganhador), uma premiação desse tipo pode incorrer no desprezo a um texto de qualidade pela ausência de ilustrações coloridas. E, pessoalmente, ainda considero literatura como arte da palavra, por mais que conheça os atrativos das figuras para crianças (JORNAL DO BRASIL, 30 maio 1976, p. 9).

Já ao fazer uma resenha de *Ou Isto ou Aquilo* de Cecília Meireles, a colunista citou que o livro, coeditado pelo INL, além de um preço acessível, unia beleza gráfica e qualidade literária, o que, em sua opinião, poderia ser considerada uma “raridade no

cenário nacional” (JORNAL DO BRASIL, 21 ago. 1977, p. 5). Diante dessas publicações, entendemos que Ana Maria Machado não desprezava a importância da materialidade dos livros, mas não a colocava como central na hora da escolha. O que deveria ser central era o texto e a observação de suas características.

De forma resumida, a pergunta sobre o que deve ser lido pelas crianças, de acordo com Ana Maria Machado, pode ser respondida assim: livros com textos e personagens complexos, não esquemáticos e que não subestimem o leitor infantil. Livros com temáticas que discutam a realidade de forma simbólica, que explorem os sentimentos e as emoções fortes e, que, mais do que não reproduzir preconceitos, proponham a crítica e a intervenção no mundo.

Sabemos, portanto, o que devem ler as crianças de acordo com Ana Maria Machado; porém, quem define, de fato, os livros que devem ser lidos? Quem separa as publicações destinadas às crianças entre boas e ruins de acordo com estas definições? Seriam os próprios leitores infantis? Os adultos que se relacionam com eles?

Almeida (2009) indica que os discursos sobre os livros e os hábitos de leitura são proferidos por sujeitos reunidos, principalmente, em três espaços institucionalizados, os quais “autorizavam as respectivas falas de escritores” (ALMEIDA, 2009, p. 16): a escola, as bibliotecas e as fundações – formadas por autores, editores e críticos literário –, como é o caso da FNLIJ, a qual se destaca no cenário nacional. As publicações de Ana Maria Machado na coluna *Criança é Criança* indicam exatamente este movimento.

Um exemplo é a edição de 6 de maio de 1979. Sob o título “O desafio do maior público leitor”, Ana Maria Machado discutiu questões relacionadas à produção e circulação de livros, em especial nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, destacou discussões em feiras de livros internacionais, as conclusões do *Seminário Internacional para Editores de Livros Infantis*, bem como o trabalho da UNESCO para desenvolver o setor (JORNAL DO BRASIL, 06 maio 1979, p. 4).

A própria criação do Prêmio “O Melhor para Criança” da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, do qual Ana Maria Machado era jurada, é um exemplo deste lugar de autoridade assumido pelos especialistas e instituições. Antes mesmo da criação do prêmio literário anual, a Fundação já havia realizado premiações, indicando as melhores obras nacionais. Além da parceria com órgãos estatais, como o *Instituto Nacional do Livro*, a FNLIJ também estabeleceu vínculos com órgãos internacionais, como a

UNESCO, de forma a estabelecer parâmetros de qualidade e divulgar o livro infantil (PINTO, 2018).

Além disso, outros escritores, editores e críticos literários ocuparam o espaço do *Jornal do Brasil* no período em que Ana Maria Machado escreveu a coluna *Criança é Criança*. Na maior parte das vezes, os discursos convergem no sentido de defender o que seria uma *nova literatura infantil*, caracterizada pelos mesmos princípios apresentados por Ana Maria Machado. Apesar disso, também havia disputa e tensão, como no caso que envolveu a publicação do livro de Wander Pirolí, citado anteriormente.

Se, por um lado, são dos sujeitos, reunidos nos espaços citados, a palavra sobre as características do que deve ser lido pelas crianças, Ana Maria Machado, além de estar inserida no movimento de construção de critérios para a escolha de livros literários de qualidade, também busca compartilhá-los com pais, educadores e pessoas que lidam com crianças em geral, de forma que os critérios ganhem relevo nas escolhas feitas pelo público.

Na já analisada edição “Os professores merecem uma boa orientação”, onde a autora cita critérios da publicação francesa *Une Année de Lecture* para eleger livros literários para crianças, Ana Maria Machado expõe a necessidade de se distribuir informações relativas aos debates sobre literatura infantil de qualidade. Cita, por exemplo, a importância do boletim FNLIJ, onde havia uma seleção de livros; no entanto, aponta que a publicação ainda precisaria chegar ao público interessado de forma simples e prática (JORNAL DO BRASIL, 9 maio 1976, p. 12).

É este trabalho de mediação da autora, realizado dentro e fora do JB, que destacamos nas últimas seções de nossa pesquisa.

3.4 Dentro-fora do jornal: uma intelectual mediadora

Escrever nem uma coisa
 Nem outra –
 A fim de dizer todas –
 Ou, pelo menos, nenhuma.

Assim,
 Ao poeta faz bem
 Desexplicar –
 Tanta quanto escurecer acende os vaga-
 lumes

*Manoel de Barros em Retrato quase
 apagado em que se pode ver perfeitamente
 nada*

Diante do que abordamos até aqui, iniciamos esta seção explicando que não pretendemos construir uma biografia de Ana Maria Machado. Por outro lado, temos buscado perceber, a partir da coluna *Criança é Criança*, as relações construídas pela autora, os espaços ocupados, as posições defendidas e as redes formadas em razão de interesses e disputas no campo literário.

Neste sentido, operamos com o conceito de intelectual mediadora. Raymond Williams (2003) indica que o termo intelectual foi usado, ao longo da história, de maneira diversa. Se, no século XIV, aparecia como adjetivo ligado à ideia mais ampla de inteligência, durante o século XIX, “intelectual” passou a figurar como substantivo. Nesse caso, designava um tipo de pessoa em particular que desempenhava um trabalho também particular.

Outros significados passaram a constituir a gama de sentidos em torno do termo intelectual. Segundo Williams (2003), alguns deles com contornos negativos de frieza e ineficiência, ligados, com frequência, ao uso no plural – “aqueles intelectuais”. Após o século XX, cita o uso comum de “intelectuais” para designar pessoas que se dedicavam a certos tipos de trabalhos intelectuais, principalmente aqueles que se dedicavam a estudos mais generalistas.

Apesar de explorar diferentes significados e usos do termo no livro “Palabras Clave” (2003), Raymond Williams ressalta a complexidade da palavra e das tensões sociais que a cercam. Assim, não busca definir, essencialmente, o que é um intelectual, mas apresentar apropriações e usos na dinâmica social, os quais se constroem, inclusive, numa relação de complemento e até oposição a outros termos. Não destacamos esta proposição no sentido de afirmar que o conceito de intelectual é aberto ao ponto de não

poder ser identificado; todavia, ressaltamos que mobilizar conceitos não é o mesmo que transpor ideias. Ao passo que, ao operarmos conceitos, também os produzimos a partir de certas dinâmicas e tensões.

Portanto, não pretendemos, nem poderíamos, esgotar as vertentes de abordagem, os usos ou apropriações do conceito de intelectual ou de intelectual mediador. Escolhemos, assim, costurar as possibilidades de operação com o conceito proposto por Sirinelli (2003), em diálogo com os trabalhos de Gomes & Hansen (2016), Xavier (2016) e Alves (2019).

A partir do trabalho de Sirinelle (2003), é possível pensar na definição de *intelectual vinculada a um aspecto mais amplo ou abrangente de produção e divulgação dos produtos culturais*. No entanto, o autor trabalha, também, a partir de outra definição mais específica ou restrita, que, para além da mediação, *define o intelectual a partir do engajamento político e da participação na coletividade* (ALVES, 2019). Embora essas delimitações possam abarcar atores distintos, elas não podem ser trabalhadas separadamente. É nesse sentido que Gomes e Hansen (2016) fundamentam o conceito de *intelectuais mediadores ou mediadores culturais*, os quais podem ser definidos, segundo elas, como *pessoas que produzem conhecimento, comunicam ideias e se vinculam à intervenção político-social*.

Lançar mão do conceito de intelectual, ou intelectual mediadora, significa distanciar-se de uma figura isolada, mistificada pela genialidade, para entender o sujeito em relação ao seu contexto, a outros atores sociais, aos projetos que escolhem se vincular. Ou seja, desejamos observar a *ação simbólica* (XAVIER, 2016) de Ana Maria Machado: como ela buscou interferir no debate que envolveu a produção cultural para crianças, como analisou seu contexto de produção, como articulou ideias e tentou angariar apoios. Exatamente por isso, iniciamos esta seção indicando que não pretendemos construir a biografia da autora e, na escrita dos capítulos, buscamos apresentá-la em diálogo com outros sujeitos, sem tomar suas discussões como inaugurais.

Alves (2019) defende que para trabalhar com o conceito de intelectual, no sentido da abordagem de Sirinelli, é preciso pensar nos conceitos *de itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e geração*; tendo em vista, principalmente, que são conceitos que se apoiam e permitem historicizar a ação intelectual. Faz parte da construção de um *itinerário intelectual* o movimento de observar os espaços em que Ana Maria Machado transitou, à época, cruzando debates e observando como sua trajetória, formação e leituras se cruzam com as de outros intelectuais.

Ana Maria Machado é parte de um grupo que também está discutindo parâmetros para uma literatura de qualidade enquanto escreve para o público infantil. Podem ser citados autores como Lygia Bojunga, Ruth Rocha, Bartolomeu Campos de Queirós, Ziraldo, Joel Rufino dos Santos, entre outros. É possível considerar esse grupo a partir do conceito de *geração* (SIRINELLI, 2003), tendo em vista que o debate provocado por ele, e suas obras, marca uma importante mudança na produção de literatura para a infância. É possível falar, portanto, de uma interferência “no desenho do meio intelectual” (ALVES, 2019, p. 7), que ficou expressa nos novos aspectos das práticas intelectuais relacionadas à produção literária para a infância.

Por outro lado, entendemos que os debates, os encontros gerados e os posicionamentos dentro desses grupos não são alheios às escolhas individuais, dando-se apenas através dos contextos. É nesta direção que o conceito de *redes de sociabilidade* ganha relevo, pois ajuda a entender como as afinidades intelectuais são construídas, fundadas, a partir de escolhas e seleções, e como ajudam a construir campos de atuação e saberes, como é o caso da literatura infantil.

Em síntese, mobilizar o conceito de intelectual mediadora, nesta pesquisa, significa inquirir como uma trajetória individual, observada a partir de uma coluna jornalística, pode evidenciar aspectos mais gerais da produção literária para a infância.

3.4.1 Ana Maria Machado: entre pares e leitores

(...) soube ser um teimoso ato de fé na palavra solidária e criativa, aquela que não é nem finge ser neutra, a voz humana que não é eco nem soa só por soar.

Eduardo Galeano em Um músculo Secreto

Em meio ao tumultuado ano de 1964, quando o Brasil sofreu um golpe militar, Ana Maria Machado se formou em Letras Neolatinas pela *Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*, hoje, *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ). Por seu envolvimento com a educação popular e com movimentos de resistência, foi presa em 1969. Em razão disso, se exilou, indo viver na Europa (MACHADO, 2006).

Para o exílio, Ana Maria Machado levou algumas histórias infantis; histórias que seriam parte de um projeto de sucesso, que tomaria as bancas de jornais a partir de 1969:

A *Revista Recreio*, pertencente à *Editora Abril*. Ainda em 1968, ela havia sido convidada a escrever histórias para crianças para a revista; segundo Ana Maria Machado, seu aceite foi animado pela parceria com Sonia Robatto⁸⁶ e Ruth Rocha.

A inserção na *Revista Recreio* é um aspecto relevante na trajetória da autora e, conseqüentemente, na nossa análise. Na revista, ela publicou suas primeiras histórias e foi criando uma forma própria de narrar. No entanto, o mais interessante é observar como a revista se tornou um espaço de sociabilidade, onde as escolhas não são aleatórias e as afinidades são construídas. Nesse espaço se estabeleceu uma *rede de sociabilidade* que teria forte ressonância na produção para crianças e, através de vestígios, podemos ver como Ana Maria Machado ajudou a costurá-la.

Assim, cabe pensar, brevemente, em como a *Revista Recreio* se conformou. Sobre isso, Machens (2009) afirma que

(...) a revista deveria ter algum cunho pedagógico, mas de forma tênue, e o seu público-alvo seria a criança pequena, que não sabia ler, ou que estava começando a ler, começando a ser alfabetizada. Os autores procurados para escrever as histórias eram, em sua maioria, novatos na arte de contar, mas pessoas que escreviam bem e gostavam do imaginário infantil. Acima de tudo, deveriam ser autores que respeitassem a criança e o seu intelecto. A *Revista Recreio* deveria ser isenta de qualquer tipo de preconceito, cor, religião, política, e não deveria enfatizar de forma alguma as noções de certo ou errado. Ela abordaria temas ligados ao cotidiano das crianças, mas com muita liberdade poética, procurando descobrir o mundo, questionando-o pelo olhar das crianças.

A criança era muito importante para a *Revista Recreio* e era tratada no mesmo plano de igualdade do adulto. A criatividade das crianças deveria ser incentivada e a revista já nasceu com a ideia básica de ser uma publicação com seções de atividades. “Leia e Pinte”, “Recorte e Brinque”, estimulando, assim, a parte lúdica da criança (MACHENS, Maria Lucia, 2009, p. 43-44).

Dentre as diversas atividades se encontravam as histórias. Elas, segundo as orientações de Sonia Robatto, não deveriam ter teor pedagógico, nem versar sobre o que os adultos achavam que as crianças deveriam ouvir; contudo, deveriam ser histórias prazerosas de serem escritas (MACHADO, 2006). Exatamente pela tentativa de fugir do viés pedagógico, Robatto selecionou, em sua maioria, autores que não possuíam uma relação educativa com as crianças.

⁸⁶ Sonia Robatto Fernandes é uma atriz, escritora, editora, bibliotecária, jornalista e empresária brasileira. Viveu parte importante da sua trajetória, em especial como atriz, em Salvador. No final dos anos 1960, passou a residir em São Paulo e a dedicar-se à literatura infantil. Além da *Revista Recreio*, pela qual foi responsável pela criação e edição, criou o projeto Taba, que reunia fascículos de histórias infantis de escritores nacionais, juntamente de discos com vozes famosas da MPB. ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Sonia Robatto. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa569743/sonia-robato>. Acesso em 21 nov. 2021.

As histórias publicadas fizeram tamanho sucesso que, a partir de 1976, foram transformados em coletâneas e livros. Entre os autores publicados estavam Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Joel Rufino dos Santos (MACHENS, 2009). À época, Ana Maria Machado e Ruth Rocha eram cunhadas; já Joel Rufino era contemporâneo de Ana Maria Machado na faculdade (MACHADO, 2006). Para além dos vínculos pessoais e do trabalho na *Revista Recreio*, os três circularam pela *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, por suas conferências e eventos (FNLIJ, 2008).

Como apontamos anteriormente, as *redes de sociabilidade* não se formam de maneira espontânea; todavia, revelam, em grande medida, afinidades e alinhamentos. Machens (2009) mostra, por exemplo, como Ana Maria Machado buscou captar para a *Revista Recreio* autoras que poderiam escrever dentro dos parâmetros estabelecidos na publicação. Sylvia Orthof⁸⁷, que também se tornaria um dos grandes nomes da literatura infantil brasileira, foi uma das autoras que Machado selecionou para revista.

Ana Maria Machado conheceu Sylvia Orthof a partir de seus textos, enviados para concursos de teatro. Machado procurou Orthof indicando que ela deveria escrever para crianças. Sylvia Orthof, segundo relato, riu e disse que textos para crianças eram chatos. No entanto, Ana Maria Machado ofereceu livros de Lobato e exemplares da *Revista Recreio* à colega, apresentando uma forma de escrever para crianças que ainda era desconhecida pela então autora de textos teatrais. Sylvia Orthof escreveu, de uma vez, vinte e duas histórias para a *Revista Recreio* e mergulhou no gênero (MACHENS, 2009).

Segundo Ana Maria Machado (MACHENS, 2009), a revista se tornou um espaço de experimentação e desenvolvimento para o grupo de escritores, o que teria sido a grande contribuição da *Revista Recreio* para a literatura infantil brasileira. Já Elizabeth Serra (FNLIJ, 2008) destaca que a publicação foi de extrema importância para que os editores percebessem a demanda existente em relação à literatura infantil, visto o volume de venda atingido pela revista. A atuação do grupo de autores, assim, circunscreveu mais do que o espaço da publicação da *Revista Recreio*, mas teve ressonâncias sobre a produção e circulação literária.

⁸⁷ Sylvia Orthof Gostkorzewicz (1932 - 1997) teve sua carreira marcada pela dedicação ao teatro e à literatura infantil. Em meados dos anos 1970, fundou a *Casa de Ensaios Sylvia Orthof*, dedicada aos espetáculos infantis. No final da década, passou a escrever para a *Revista Recreio*, inserindo-se mais profundamente na publicação de literatura. Antes de falecer, em 1997, a autora publicou centenas de livros de literatura infantil. ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURA. Sylvia Orthof. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4690/sylvia-orthof>. Acesso em 21 nov. 2021.

Ana Maria Machado também aproveitou o espaço da coluna *Criança é Criança* para divulgar o trabalho realizado na e pela *Revista Recreio*. Em 1975, ela destacou o pioneirismo e qualidade da revista, embora fizesse críticas à perda de qualidade durante os anos e à ausência de inovação no que se referia aos contos publicados.

Uma nítida tendência atual nas revistas para crianças é o progressivo abandono dos quadrinhos como linguagem única para atingir o público infantil. Surgem publicações que pretendem estimular a criatividade e promover o desenvolvimento da criança, convocando o leitor para uma participação direta em suas páginas.

Algumas dessas publicações têm reais qualidades. É o caso as *Recreio*, da Abril, pioneira do gênero entre nós. Sua estrutura é simples: uma história por número, de texto corrido e toda ilustrada, acompanhada de tiras laterais em cada página, podendo ser cortada sem prejuízo ao conto. Aí se incluem sugestões de atividades, exercícios de preparação para a escrita e a matemática, elementos a serem recortados e colados para completar as ilustrações, etc. Atualmente, *Recreio* reencontra o bom nível que marcou seus primeiros meses e que, infelizmente, não conseguiu manter por tanto tempo quanto seria desejável. Mas não deixa de ser sintomático que, ao recuperar a qualidade do seu início, a revista esteja preferindo republicar contos já divulgados em sua boa fase. Na maioria das vezes, acompanhados das mesmas tiras da primeira edição. O que vem confirmar a qualidade. Mas diminui a chance de que surja algo novo e criativo no setor.

Depois da *Recreio*, o filão foi descoberto (...) (JORNAL DO BRASIL, 01 jun. 1975, p. 14).

Em 1979, Ana Maria Machado anunciou a publicação do livro “Histórias de Recreio” e sua venda no *Salão do Livro*, em São Paulo. A colunista indica que os livros foram “produzidos em coedição com o INL, o que garant[ia] o preço de capa de Cr\$20,00, apesar de serem ilustrados a quatro cores”. O livro contaria com os textos “Catapimba e sua Turma” de Ruth Rocha, “Puim, a Gotinha”, de Magul; “Aventuras do País do Pinta-Aparece” de Joel Rufino dos Santos e “Severino Faz Chover”, da própria escritora (JORNAL DO BRASIL, 16 out. 1977, p. 7).

Vemos, com esses exemplos, como Ana Maria Machado buscou expandir o espaço e circulação da revista e de suas histórias, mesmo que o fizesse de forma crítica. Utilizou, assim, o espaço da coluna *Criança é Criança* também para propor discussões e tensionar o debate. Ao mesmo tempo que animou o público sobre a qualidade encontrada na revista, pressionou editores sobre as mudanças realizadas⁸⁸ na publicação tornando pública as suas fragilidades.

⁸⁸ Manchens (2009) indica que a primeira fase da revista, que tinha Sonia Robatto como editora e Ruth Rocha como orientadora pedagógica, durou até 1970. Cláudio de Souza assumiu a revista, mas as modificações no projeto inicial fizeram as vendas caírem significativamente. Diante disso, Ruth Rocha foi convidada a voltar para a publicação. Assim, entre 1976 e 1981, Ruth Rocha volta para *Recreio*, assumindo o cargo de assistente e, depois, de editora.

Tendo em vista que pensamos na coluna *Criança é Criança* como um espaço no qual é possível observar as *redes de socialidade* se configurando, num emaranhado de ações dentro e fora do JB, cabe citar a atuação de Ana Maria Machado na indicação de Lygia Bojunga ao *Prêmio Hans Christian Andersen*. Na entrevista que realizamos com a autora, ela tratou desse momento como uma forma consciente de atuar em relação ao fortalecimento da literatura infantil nacional.

O outro projeto foi quando a FNLIJ resolveu apresentar uma candidatura brasileira para fazer parte do júri do prêmio Hans Christian Andersen. Como eu tinha essa coluna semanal, lia em diversas línguas e tinha um aparato crítico consistente, propuseram meu nome para essa tarefa – que tinha prestígio, mas era uma trabalhadeira insana e sem remuneração. Fui eleita em 1976 e durante dois anos li as obras dos candidatos de montes de países, que chegavam pelo correio, para a reunião do júri em 1978 (o candidato brasileiro era Francisco Marins, um dos poucos a ter algo traduzido para o inglês, de modo a que outros jurados pudessem ler). Nesse processo me dei conta de algo que depois confirmei nas discussões da reunião presencial: sem bairrismo e sem qualquer sombra de dúvida, a qualidade do que nossos autores estavam fazendo no Brasil no momento estava em pé de igualdade com os outros. Mais que isso, estava no nível dos melhores internacionais e tínhamos toda condição de ganhar. Desde que nos conhecessem. Para isso, tínhamos que escolher nosso candidato pelo critério de selecionar alguém entre os melhores, mesmo sem estar traduzido. E então partir para traduzir, mesmo sem publicar, apenas para enviar aos jurados e lhes dar a chance de conhecer a obra. Ao voltar da reunião, defendi essa ideia com unhas e dentes (e ótimos argumentos). Sugeri a candidatura de Lygia Bojunga para 1980 – por ser excelente, casada com um inglês (o que possibilitava a tradução “doméstica”), e com um conjunto de obra menor do que o de Ruth Rocha, a outra que considerei, por exemplo, o que facilitaria a concentração de leitura dos jurados. Convencendo a FNLIJ, e ainda tendo em meu mandato como jurada a reunião de 1980, apresentei e defendi a Lygia nessa reunião, e ela foi a finalista, só desempatada em segundo escrutínio, entre especialistas que a tinham lido em laudas datilografadas em inglês, frente a todos os outros candidatos com livros visualmente lidos e bem editados. Na volta ao Brasil, ao fazer a matéria sobre o fato, me permiti uma “esperteza”. Como o regulamento não previa que o júri apresentasse um relatório oficial à imprensa mas permitia que os jurados dessem entrevista ou publicassem sua própria opinião sobre os candidatos, eu aproveitei essa brecha e escrevi a matéria para o *Jornal do Brasil* incluindo as opiniões que eu mesma expressara na reunião entre aspas, atribuindo-as a um membro do júri, sem identificar que era eu própria. Isso saiu na imprensa (em minha coluna) e foi incorporado a toda a divulgação da obra dela a partir daí. Era verdade – mas era tudo eu mesma, a crítica, a jurada autora daquelas frases e a jornalista. Esse fato deu a maior força a Lygia, e ela merecia. Eu sabia que ela ficava como altamente favorita para o mandato seguinte, já sem nenhum brasileiro no júri. Não deu outra. E em 1982 Lygia Bojunga foi a vencedora, o Brasil ganhou pela primeira vez o Prêmio Hans Christian Andersen. Eu nunca tive dúvidas da justiça dessa escolha e não tenho até hoje: os melhores autores brasileiros que escrevem para a infância estão entre os melhores do mundo, num nível de qualidade raro, por uma série de fatores de nossa história cultural que tenho analisado em artigos e conferências. Sobretudo naquele momento. E sei que minha ousadia em atuar dessa forma nesse episódio foi consciente (MACHADO, Ana Maria. 31 jul. 2020. Entrevistadora: Mariane Sousa Pinto).

Localizamos pelo menos duas publicações na coluna *Criança é Criança* que trazem sustento ao relato da autora. Na primeira, Ana Maria Machado escreveu uma

pequena nota indicando que a reunião do júri aconteceria nos dias 23 e 24 de março daquele ano – 1980 (JORNAL DO BRASIL, 24 fev. 1980, p. 5). Na segunda, já após a decisão do júri, a colunista dedicou uma coluna inteira à indicação da colega.

UMA BRASILEIRA CHEGA PERTO DO NOBEL INFANTIL

Ana Maria Machado

É um dos autores mais originais que já tivemos a oportunidade de ler. Tem uma linguagem absolutamente própria, que prende o leitor. E cada frase tem uma mensagem subjacente.

— Além de construir uma obra muito inteligente, consegue criar um universo onde a fantasia é totalmente livre.

— A ausência de fronteiras entre o realismo e a fantasia faz de seus livros um mundo fascinante. Na medida em que desenvolver mais sua obra, terá um lugar garantido entre os mestres da literatura infantil.

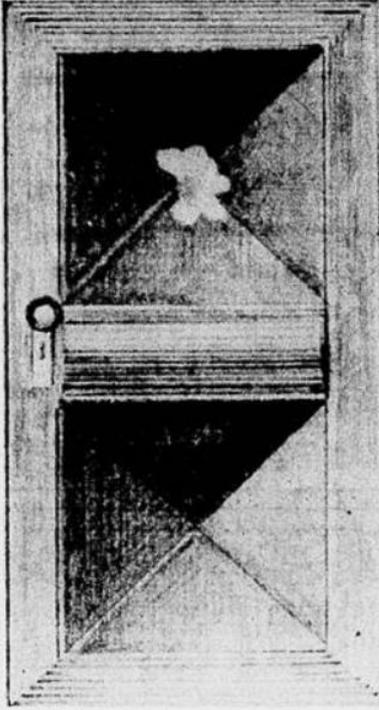
— O adulto lê suas histórias com tanto prazer quanto as crianças. E esse prazer é mesmo muito grande.

— A riqueza de suas metáforas é espantosa, bem como seu domínio técnico na elaboração da narrativa e na perfeita fusão do social com o individual.

— Consegue ultrapassar as tradições de sua própria sociedade, mesmo se mantendo muito brasileira. Nenhum dos outros concorrentes apresenta tantas condições de ser uma contribuição duradoura à literatura para crianças, nem tanta capacidade de influenciar os outros. Estamos diante de algo que é absolutamente novo.

— Ainda que profundamente fiel às fontes brasileiras, tem uma ressonância universal. Sua obra tem a qualidade de um livro como *Wind in the Willows*. Vai ser um clássico mundial.

— Quem estava na berlinda era a autora brasileira Lígia Bojunga Nunes. As opiniões sobre seu trabalho, tão entusiasmadas, são dos jurados que compuseram a comissão de premiação da Medalha Hans Christian Andersen, troféu geralmente chamado de O Nobel da Literatura Infantil e conferido a cada dois anos pelo IBBY (Organização Internacional do Livro Infantil). Em fins de março, o júri esteve reunido em Bolonha, onde o Brasil concorreu com o artista Gian Calvi na categoria de ilustradores (também bem recebido, mas enfrentando um time internacional de artistas gráficos absolutamente imbatível e com condições de trabalho que estamos longe de atingir) e com a obra de Lígia na



categoria de autores. Que obra é essa? O preconceito com a literatura infantil pode ter deixado nossa crítica ignorante do que se passa debaixo do seu nariz. Mas as crianças aos poucos vão conhecendo e amando seus livros, desde *Os Colegas*, com o qual estreou em 1972, ganhando o prêmio do Instituto Nacional do Livro. Vieram depois *Angelica* (a história de uma cegonha que foge para o Brasil porque se recusa a viver o papel falso que atribuem a sua espécie no nascimento dos bebês), *A Bolsa Amarela* (onde uma menina guarda seus tesouros, seus medos e suas vontades, e que fica mais leve ou mais pesada conforme a intensidade dessas emoções) e *A Casa da Madrinha* (lugar que se torna o centro dos pensamentos e desejos de um menino pobre e que acaba sendo a chave de vencer o medo). Todos esses livros foram sucessivamente escolhidos pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil para receberem o Selo de Ouro, o prêmio anual que a entidade confere ao melhor livro para a criança. E no ano passado foi a vez de *Corda Bamba*, o comvente relato de uma menina que vence o trauma da morte de seus pais em um acidente no circo.

Os jurados do Prêmio Hans Christian Andersen eram de diferentes nacionalidades e culturas (a única latino-americana era esta colunista), mas a empolgação com a obra de Lígia Bojunga Nunes não se conteve em fronteiras. No fim de três escritórios, ela foi altamente recomendada para o prêmio — primeira vez que isso ocorre com um representante de um país do que eles lá chamam de Terceiro Mundo. E quem acabou ganhando a medalha, que será entregue no próximo congresso do IBBY a se realizar em Praga, foi o tcheco Bohumil Riha, por sinal conterrâneo do presidente do Júri, Dusan Roll.

Riha tem 73 anos, uma enorme quantidade de livros editados em diversas línguas e se especializou em relatos de aventuras épicas em que a vida quotidiana das crianças adquire caráter simbólico na afirmação de valores morais. É o atual presidente da seção tcheca do IBBY e entre os seus principais prêmios estão o recente Janusz Korczak e o título de Artista Nacional da República Socialista da Tcheco-Eslováquia.

Entre tantos prêmios, sobra um para o leitor: a motivação para agora descobrir a obra de Lígia. Leia qualquer um de seus livros, e vai começar um caso de paixão para toda a vida.

Figura 17 - Ana Maria Machado escreve sobre indicação de Lygia Bojunga ao "Nobel Infantil"

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

Nesta edição, Ana Maria Machado destacou várias falas sobre a obra de Lygia Bojunga e indicou que as “opiniões entusiasmadas” eram dos jurados que “compuseram a comissão de premiação da *Medalha Hans Christian Andersen*, troféu geralmente chamado de O Nobel da Literatura Infantil e conferido a cada dois anos pelo IBBY (Organização Internacional do Livro Infantil)” (JORNAL DO BRASIL, 13 abril 1980, p. 5). Porém, como vimos no relato da colunista, ela usou o espaço da coluna para chamar a atenção para a obra de Bojunga, buscando incrementar sua divulgação e circulação.



Figura 18 - Opiniões sobre a obra de Lygia Bojunga

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Acervo CPDOC

Além da maneira como Ana Maria Machado costurou as possibilidades de indicação de Lygia Bojunga e agiu de forma a ressaltar a qualidade da colega nos meios de comunicação, chamamos a atenção, mais uma vez, para a importância da *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil* na construção das *redes de sociabilidade*, visto que é no interior desta instituição que nasce o projeto de ter uma candidatura brasileira no prêmio internacional. Além disso, cabe destacar que Lygia Bojunga já havia sido premiada três vezes pela Fundação até 1980.

Também destacamos que a escolha por Ana Maria Machado para participar do júri, para além de sua formação, bagagem no âmbito da crítica ou conhecimento de outras línguas, também pode ser explicada pela inserção da autora no espaço da FNLIJ. Ao longo dos anos 1970, Ana Maria Machado participou de júris, palestras e eventos diversos organizados pela *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, assim como representou

a Fundação em eventos dentro e fora do país, como foi o caso do *Prêmio Hans Christian Andersen* (FNLIJ, 2008).

Em outro sentido, a autora utilizou o espaço da coluna *Criança é Criança* para divulgar as atividades da FNLIJ e seus esforços em prol da literatura infantil. Uma observação de apenas sessenta edições da coluna – aquelas listadas dentro da categoria literatura infantil – aponta que em pelo menos dezessete delas Ana Maria Machado fez alguma menção às ações da Fundação. Mais do que contabilizar menções, trata-se de perceber as implicações da relação, a mescla de interesses e como a defesa de um determinado modo de escrever para crianças feita por Ana Maria Machado não estava isolada de seus pares e dos espaços em que circulavam, mesmo que existissem discordâncias entre os alinhamentos.

Considerados herdeiros de Lobato, a *geração de setenta* rompeu com a pedagogia, embora escrevesse de forma acessível para a infância. O grupo de autores escrevia a partir de parâmetros estéticos; são as características literárias que orientavam o texto, que se afastava de ideias fechadas e lições moralizantes (PINTO, 2018). Segundo Lajolo & Zilberman (1985), a tradição lobatiana pode ser observada, ademais da tendência contestadora e focalizada na atualidade, na publicação por séries, repetindo cenários e personagens.

Lajolo & Zilberman (2007) indicam que

Em *O reizinho mandão* (1978), de Ruth Rocha, e em *História meio ao contrário* (1979), de Ana Maria Machado, delineiam-se as balizas que norteiam uma fração bastante significativa dessa ficção infantil contemporânea mais renovadora. Na irreverência de Ruth Rocha, em suas histórias irônicas que têm o contorno nítido da fábula e da alegoria — estruturas que, de forma menos ou mais ortodoxas, manifestam-se também em *Os colegas* (1972), *Angélica* (1975) e *O sofá estampado* (1980), todos de Lygia Bojunga Nunes, e *Uma estranha aventura em Talalai* (1978), de Joel Rufino dos Santos — estão as marcas de um texto que se quer libertário. E em Ana Maria Machado a proposta explícita de uma história de fadas invertida, onde o príncipe se casa com a pastora e a princesa vai cuidar de sua vida, pode ser considerada o emblema do que pretende essa narrativa infantil moderna (LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. 2007, p. 126).

Se, por um lado, as questões apresentadas não podem ser tomadas como retrato único das relações que se constituíram em torno da literatura infantil produzida nos anos 1970, elas são vestígios de como os autores se encontraram em diferentes espaços, fortaleceram seus vínculos, experimentaram e compartilharam características em suas formas de escrever, mesmo diante de suas individualidades criativas, e participaram da reconfiguração do gênero literário para infância.

Nesse movimento de entender a atuação de Ana Maria Machado de forma relacional a outros intelectuais e mediadores culturais, entendemos como primordial apontar outras interlocuções dentro do próprio JB. Portanto, consideramos observar, mesmo que de forma mais esquemática e menos aprofundada, como o debate feito por Ana Maria Machado se encontrava com outras discussões colocadas no jornal no mesmo período em que a coluna *Criança é Criança* foi publicada. Não se tratam, necessariamente, de interlocuções diretas, mas de abordagens que ressaltam como a autora se insere no debate mais amplo do Jornal.

Nesse sentido, destacamos algumas temáticas que, abordadas pela colunista de *Criança é Criança*, também aparecem em outros espaços do Jornal do Brasil. Além de notas e matérias que dão informações sobre atividades e eventos relacionados à literatura infantil, localizamos resenhas, debates e discussões sobre o tema – a polêmica sobre o realismo e o uso de palavrões na literatura infantil, que vimos na seção anterior, é um exemplo. Nomes como Danúsia Barbara⁸⁹, Eliane Ganem⁹⁰ e Leny Werneck aparecem na autoria de artigos e resenhas apresentando livros, discutindo aspectos da literatura infantil e construindo um panorama sobre o mercado editorial, como é possível observar esquematicamente na tabela abaixo.

	TÍTULO	AUTOR	ANO	ASSUNTO
1.	Aprendendo com a turma lá de casa	Ofélia Fontes	1975	Livro didático atraente; criança pobre que não tem acesso à literatura infantil, só ao livro didático.
2.	Fundação do Livro Infantil fornecerá todo mês lista com os últimos lançamentos		1975	Lista de lançamentos pela <i>Fundação</i> .
3.	Era uma vez o autor infantil	Norma Couri	1975	Tratando sobre o contato das crianças com os livros; apresenta relato de Mary França sobre o tema.
4.	Literatura infantil tem concurso	-	1976	Divulga concurso literário.

⁸⁹ Formada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), Danúsia Barbosa foi jornalista, escritora e crítica gastronômica. Embora tenha ganhado maior notoriedade como crítica gastronômica, o tema de sua dissertação de mestrado foi a literatura infantil. Além disso, ela publicou o livro “A borrachinha que queria ser lápis” (1970), o qual teve destaque no cenário nacional. Entre 1975 e 1980, localizamos quatro publicações da autora sobre literatura infantil no JB. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Crítica de gastronomia morre aos 67 anos. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/critica-de-gastronomia-morre-aos-67-anos/>. Acesso em 21 nov. 2021.

⁹⁰ Eliane Ganem é escritora, jornalista e publicitária. Doutora em Comunicação Social, foi colunista do JB no Caderno “Ideias” onde publicava resenhas críticas sobre literatura infantojuvenil. Além disso, escrevia e publicava reportagens e entrevistas para o Caderno B. Como escritora, a maior parte de suas publicações foram destinadas ao público infantil e juvenil. ELIANE GANEM. Perfil. Disponível em: <http://elianeganem.com/perfil.php>. Acesso em 21 nov. 2021.

5.	Crianças vão premiar autores	-	1976	Divulga concurso anterior.
6.	-	-		Nota sobre lançamento de livro de literatura infantil.
7.	Literatura infantil realista	-	1976	Literatura infantil realista e os problemas sociais que aborda.
8.	Curso para formar professor terá sistema de créditos	-	1976	Curso normal com literatura infantil como tema.
9.	Literatura	-	1976	Curso de extensão em literatura infanto-juvenil. Desconto para pessoas ligadas à PUC e FNLIJ.
10.	Cultura descaracterizada	-	1976	Trata das traduções e do abandono da cultura brasileira na literatura infantil.
11.	Um trem e uma gatinha – Os novos heróis infantis	-	1976	Trata de resultado de concurso que teve crianças no júri.
12.	Pirolí, livros só para crianças?	Victor Giúdice	1976	Trata do alcance do livro “A Mãe e o Filho da Mãe”, que conseguiria atender crianças e adultos”.
13.	Crianças & Adultos	-	1976	Fala de diversidade nas histórias infantis.
14.	Pica-Paus, sabiás e outros bichos em uma dança equivocada	Danúsia Barbara	1976	Faz resenha de livro e trata sobre características da poesia para crianças.
15.	A criança no mundo dos diminutivos	Danusia Barbara	1976	Faz resenha de livro, critica suas características “didatóides” e a falta de conflitos.
16.	E não viveram felizes para sempre	Danúsia Barbara	1976	
17.	Meninos no maracanã	Consuelo Gomes – Rio de Janeiro	1976	Diz que texto financiado pelo INL tem palavrões enquanto profêtem menores no estádio em razão das palavras de baixo calão.
18.	Leitura infantil	Ana Lúcia Pinto, Rio	1977	Resposta à carta anterior: “Será possível? Enquanto o Juizado de Menores pensa em Educar o Instituto Nacional do Livro dá apoio ao palavrão? A finalidade de uma história é divertir. Contudo, a boa leitura, ao mesmo tempo em que diverte, educa. Poderão as crianças ler o livro premiado pelo Ministério da Educação? Não compreendo como foi concedido esse prêmio literário, mas lamento a escolha, mesmo sem conhecer a obra. Uma entidade ligada ao Ministério da Educação devia se mais cuidadosa ao selecionar histórias para as nossas crianças”
19.	A fracassada operação Veludinho	Norma Couri	1977	Fala do livro Veludinho e de prêmio para ilustração que não premiou ninguém.
20.	Livro Infantil – O difícil equilíbrio da fantasia e	Elizabeth Sousa	1977	Hábito de leitura e situação do mercado editorial no Brasil.

	realidade no mundo da criança			
21.	Rebeldes sem causa	Eliane Ganem	1977	Faz crítica a autores, apontando a perpetuação de preconceitos, moralidade exacerbada e incapacidade criativa que se revelam em suas obras.
22.	O Gato Azeviche	Stella Leonardos	1977	Trata de adaptação de conto tratada em artigo anterior do jornal.
23.	As vontades de Raquel	Eliane Ganem	1977	Resenha sobre “A Bolsa Amarela” de Lygia Bojunga; indica que autora representa uma nova etapa na literatura infanto-juvenil brasileira.
24.	O poeta e o professora na literatura infantil	Maria Dinorah Luz do Prado	1977	Autora criticada por colunista responde. Discussão sobre moralidade/moralismo na literatura
25.	No dia de Andersen, uma festa do livro infantil e juvenil	Eliane Ganem	1977	Comemorações do dia internacional do livro; conversa com Flávia Silveira Lobo.
26.	Feira de Bolonha - Todos os Livros do Mundo para Crianças, mas poucos do Brasil	Araújo Neto	1977	Trata da feira de Bolonha e do desprezo de editores brasileiros pela literatura infantil e juvenil.
27.	A magia dos bons autores	Eliane Ganem	1977	Trata sobre características da literatura infantil; relação entre literatura para adultos e crianças.
28.	O que é que a Emília tem	Danusia Barbara	1977	Trata da <i>1ª Semana Literária Monteiro Lobato</i> . Reúne falas de diversas pessoas, professores, escritoras como Ruth Rocha e Ana Maria Machado em torno da literatura infantil.
29.	A fantasia criativa de Clara Luz	Eliane Ganem	1977	Resenha crítica do livro “A fada que tinha ideias”.
30.	A literatura infantil abandona o reino do faz-de-conta	Luiz Fernando Emediato	1977	Trata sobre o livro “Pivete” e da fuga dos personagens clássicos para falar da realidade do país.
31.	A violência da vida real	Danúsia Barbara	1977	Trata do livro “Pivete” e de “A Guerra dos Monstros Verdes”. No texto, traz a discussão sobre violência nos livros infantis.
32.	O menino retirante é salvo pela fada madrinha	Eliane Ganem	1977	Trata de livros publicados por Odette de Barros Mott.
33.	O fim do bom e do puro	Eliane Ganem	1977	Resenha de uma obra de Wander Piroli.
34.	Congresso de educadores acha perigosa a literatura infantil importada	-	1977	Trata das traduções e do abandono das características do país.
35.	Realismo necessário	Luiz Fernando Emediato	1977	Trata do realismo na literatura infantil.
36.	Tradição e inovação	Eliane Ganem	1977	Faz resenha do livro “Revolta dos Vagalumes” e critica estrutura sem inovação.

37.	Um “best seller” à procura de reconhecimento	Alberto Beuttenmuller	1977	Ruth Rocha trata da falta de reconhecimento apesar de tiragem chegar 200 mil exemplares. Bancas x Livrarias
38.	Pedagogite, pesquiste e outros males que afastam a criança do livro	Vivian Wyler	1977	Trata de problemas da literatura infantil.
39.	As artes do livro infantil	-	1977	Exposição de livros infantis
40.	Literatura infantil confirmando tendências	Danúsia Bárbara	1977	Fala de como foi o ano de 1977 nas publicações de livros infantis.
41.	Nem tudo está bem	Eliane Ganem	1978	O texto traz resenha de dois livros. Chama a atenção para a falta de “contradições do dia a dia” e das preocupações pedagógicas.
42.	Pano de Fundo	Geraldo Jordão Pereira (editor da Salamandra)	1978	Critica ações governamentais no fomento ao mercado editorial e de fomento ao livro.
43.	Tudo está mudando no mundo da literatura infantil	Eliane Ganem	1978	Trata da criação de uma Bibliografia Analítica da Literatura Infantil, montada pela FNLIJ com apoio do INEP e INL.
44.	Espanha – A volta de León	-	1978	Trata da 1ª Semana do Livro Infantil, na Espanha.
45.	Para crianças	-	1978	A Unesco e a Editora Voluntad, de Bogotá, promovem um concurso internacional de literatura infantil.
46.	Eles são 20 milhões e não têm o que ler	Leny Werneck	1978	Faz panorama do investimento em literatura infantil no país.
47.	O diabo, a morte	Danúsia Barbara	1978	Discute e apresenta livros que tratam de temas mais “duros”, como a morte, o que não é, segundo a autora, comum na literatura infantil.
48.	Exposição realça livro israelense	-	1978	Exposição de livros israelenses, indica presença de livros infantis
49.	Literatura infantil (agora há mais autores, mais editores e mais compradores; mas a escola ajuda pouca na formação do hábito da leitura)	Cleusa Maria	1978	Artigo em ocasião do Dia Nacional do Livro organizado pela FNLIJ.
50.	Quanto mais cores, melhor	Mario Pontes	1978	Traz as disputas sobre o que é literatura infantil, relação com as concepções de infância e formação das crianças.
51.	Escritora mineira diz que há preconceitos contra autor de livros infantis	-	1978	Escritora Lúcia Machado de Almeida reclama que há preconceito com quem escreve na linha do “maravilhoso”.

52.	Feira do Livro Infantil	-	1978	Fala de feira de literatura organizada pela Escola Viva, ocorrendo em Petrópolis.
53.	Fábula com Humor	Eliane Ganem	1978	Trata do livro “histórias meio ao contrário” de Ana Maria Machado, que une os temas clássicos com o apontamento das contradições que compõem a sociedade.
54.	A seriedade de escrever para crianças		1978	Autor Luiz Coronel fala sobre livro de poesias.
55.	Lições de Medo e de Liberdade	Cora Rónai Vieira	1978	Trata da entrada do realismo na literatura infantil.
56.	Lance-livre	-	1978	Informa sobre cursos para professores primários, entre as temáticas está literatura infantil e contação de histórias.
57.	Alienação para crianças	Eliane Ganem	1978	Fala sobre concurso em que Ana Maria Machado vence o prêmio dado pelos adultos e um livro, que cai nas “armadilhas” da má literatura é premiada pelas crianças.
58.	Feira de Frankfurt será dedicada ao livro infantil	-	1978	I Feira de Frankfurt com o tema “A criança e o livro”.
59.	João de Barro vai até 30 de julho	-	1978	Prorrogação de concurso de literatura infantil por falta de candidatos (Belo Horizonte).
60.	Monteiro Lobato (o criador do Sítio do Pica-pau-amarelo ainda tem o que dizer às crianças de hoje?)		1978	Publica opinião de diferentes especialistas sobre a obra de Monteiro Lobato.
61.	Mais fantasia, menos preocupação pedagógica	Luiz Henrique Romognoli	1978	Discute características da literatura infantil e traduções.
62.	Revistas	-	1978	Compilado de resumos sobre publicações indica a publicação da <i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> dedicado à literatura.
63.	Seminários, concurso, prêmios e convenções (tudo está sendo feito para atrair o público à próxima Bienal do Livro)	-	1978	Indica a realização do Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil e Juvenil.
64.	Está aberta a V Bienal	-	1978	Trata da Bienal; indica os temas tratados no Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil e Juvenil.
65.	Prêmio Saint-Exupéry	-	1978	Anuncia concurso de literatura infantil, com prêmio em dinheiro e publicação do vencedor.

66.	Livro		1978	Escritor Vander Piroli fala de grupo que pediu a censura de da “Coleção do Pinto”.
67.	Escritora não defendeu a censura	-	1978	Escritora Lenyra Fracaroli se defende da acusação de censura dos livros.
68.	Livros para o Japão	-	1978	Nota informa que centenas de exemplares de 12 obras de literatura infantil, editadas pelas Comunicação, seriam exportados para o Japão.
69.	Literatura infantil	Vicente Guimarães (Vovô Felício)	1978	Carta do autor desmentindo Vander Piroli sobre censura.
70.	Pouco livro para muita criança		1978	Trata das teses apresentadas no 2º Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil realizado junto à 5ª bienal.
71.	Vigilantes	Wander Piroli	1978	Resposta à Vovô Felício.
72.	Livros Brasileiros para Dinamarquês ver (Eventualmente ler)	Leny Werneck	1978	Fala de exposição de livros brasileiros na Dinamarca.
73.	Freud & Lima	Eliane Ganem	1978	Resenha do livro “A Vaca Misteriosa”.
74.	Livros para a juventude	Josué Montello	1978	Questões relacionadas à literatura juvenil.
75.	ABL abre novos concursos	-	1978	Concurso de literatura infantil ABL.
76.	XXX Feira de Frankfurt muitos livros, grandes negócios	-	1978	Brasil presente em feira de Frankfurt representado pela FNLIJ.
77.	Caroços, eis a questão	Danusia Barbosa	1978	Resenha do livro “Quase de verdade” de Clarice Lispector.
78.	Uma livraria cheia de truques	Flora Sussekind	1979	Trata da Livraria Murinho.

Quadro 3 - Publicações sobre literatura infantil (1975-1980)

Quadro produzido pela autora

Duas dessas publicações, ambas assinadas por Eliane Ganem, apresentam apreciações sobre publicações de Ana Maria Machado. Em 1978, a crítica literária trata do livro “Histórias meio ao contrário”. Segundo Ganem, o texto une os temas clássicos com o apontamento das contradições que compõem a sociedade; ressalta, ainda, a construção da escrita que faz uso expressões jacosas, transformando a narrativa “numa rede de situações divertidas entrelaçadas a uma linguagem de muito humor” (JORNAL DO BRASIL, 06 maio 1978, p. 6).

Cerca de um mês depois, Ganem trata de um concurso literário em que as crianças ganharam espaço no júri. No entanto, faz uma observação interessante: enquanto Ana

Maria Machado venceu o prêmio dado pelos adultos, um livro, que caía nas “armadilhas” da má literatura, foi premiada pelas crianças. Segundo ela, a escolha das crianças indicaria que o público infantil ainda estava “condicionado à literatura facilmente deglutível” (JORNAL DO BRASIL, 17 jun. 1978, p. 3).

Podemos afirmar, assim que, direta ou indiretamente, Ana Maria Machado está em interlocução com outros críticos literários do jornal e, embora haja um pioneirismo na abordagem da coluna *Criança é Criança*, muitos temas discutidos pela autora, em especial sobre literatura infantil, aparecem em outros espaços do periódico. Além de situar Ana Maria Machado na ambiência a qual pertence, sem tratá-la como uma figura isolada⁹¹, tal configuração ajuda a perceber a efervescência do período em relação à produção para crianças, mesmo que, Machado (2020) afirme, em entrevista realizada por nós, que essa efervescência estava mais no campo do tensionamento, realizado por alguns grupos em favor dessas produções de qualidade, do que das propostas do mercado⁹².

Tratando-se de sua atuação como intelectual mediadora, em especial no âmbito da coluna, interessa notar a interlocução de Ana Maria Machado com seus leitores. Segundo a autora, as cartas chegavam ao setor responsável por recebê-las e eram encaminhadas para ela, não havendo um sistema próprio da coluna. Mesmo não havendo um apelo da colunista nesse sentido ou formato específico para o recebimento das correspondências, em diferentes momentos, o conteúdo das cartas foram pontapés para discussões interessantes em *Criança é Criança*.

Como chamamos a atenção em seções anteriores, Ana Maria Machado apresentava e comentava reclamações de leitores sobre o cenário cultural, como nos casos em que havia reclamações de preços, atrasos em espetáculos e até denúncias sobre a

⁹¹ A própria autora ressalta a produção de outros intelectuais e escritores engajados na discussão sobre literatura infantil. Em entrevista concedida para este estudo, disponível na seção “anexos”, Ana Maria Machado indica o pioneirismo da coluna *Criança é Criança*, contudo, aponta que a produção não estava isolada. Cita, por exemplo, uma coluna de Laura Sandroni dedicada à literatura infantil (Jornal *O Globo*); fala, também, de uma coluna no jornal *Estado de São Paulo* assinada por Fanny Abramovitch, além de citar as contribuições de Antonio Hohlfeld no *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

⁹² Ao menos no que se refere à literatura infantil, Lajolo & Zilberman (2007) afirmam que “entre 1975 e 1978, por exemplo, de um total de 1.890 títulos, 50,4% constituem traduções (953 títulos) e 46,6% são textos nacionais. Essas percentagens, comparadas às cifras mencionadas por Lourenço Filho a propósito dos anos 40, quando o total de traduções ultrapassava 70% do conjunto, parecem indicar que, ao contrário do que sucede em outras áreas da produção cultural brasileira, no setor de livros destinados à infância o material brasileiro está conquistando espaços progressivamente maiores. Essa produção maciça de obras para crianças insere-se num contexto social, político e econômico que favorece um modo de produção bastante moderno e condizente com a etapa do capitalismo que os anos 60 inauguram no Brasil. Desde os tempos de Lobato, a literatura infantil é pioneira na inserção do texto literário em instâncias que modernizam sua forma de produção e circulação” (LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. 2007, p. 123-124).

organização e limpeza de espaços destinados às crianças em eventos (JORNAL DO BRASIL, 26 jun. 1977, p. 5; JORNAL DO BRASIL, 17 jun. 1979, p. 4). A autora também usou relatos de leitores para tratar de situações de violência na infância (JORNAL DO BRASIL, 30 out. 1977) e até mesmo transcreveu o pedido de ajuda de uma leitora que denunciava possíveis maus tratos a uma criança em um prédio situado em Botafogo.

Embora o número de cartas recebidas e comentadas, dentro no montante das edições, seja pequeno, elas são vestígios da circulação da coluna e de que, em maior ou menor medida, as discussões relacionadas à infância e à produção cultural para crianças travadas por Ana Maria Machado encontraram algum relevo na sociedade carioca.

Além do estabelecimento do debate direto com os leitores sobre os temas tratados na coluna, outra ação primordial de sua atuação como mediadora cultural foi a divulgação de eventos, iniciativas e debates pertinentes às crianças e aos que com elas atuavam. Tratando-se da literatura infantil, apenas dentro das 60 publicações listadas nesta categoria, encontramos os seguintes listados:

ANO	ATIVIDADES, CURSOS, AÇÕES E EVENTOS	PROMOTOR, ORGANIZADOR E/OU PATROCINADOR
1975	Encontro “Literatura Infantil a Serviço da Compreensão Pacífica”	UNESCO e Instituto para o Desenvolvimento Intelectual das Crianças e Jovens
1975	Coleção de slides sobre contos de Andersen para empréstimo para escolas e bibliotecas	FNLIJ
1975	Reinvidicação de inclusão de cadeira de literatura infantojuvenil nas faculdades de letras, biblioteconomia e psicologia	Grupo de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil da Câmara Brasileira do Livro
1975	V Bienal de Ilustrações para o Livro Infantil	-
1975	Debate sobre o livro infantil	Instituto Souza Leão
1975	Debate sobre o livro infantil	Colégio Miraflores
1975	V Feirinha Anual do Livro Infantil e Juvenil	Centro Educacional João XXIII
1976	Bolsa de estudos para cursos internacionais sobre Literatura Infantil	UNESCO

1976	Venda dos anais do XIV Congresso da Organização Internacional para o Livro Infantil e Juvenil	FNLIJ
1976	Curso sobre Literatura Infantil	PUC
1976	Feira Internacional do Livro Infantil	-
1976	Prêmio FNLIJ para jovens	FNLIJ
1977	Primeiro Encontro com a Literatura Brasileira	-
1978	Seminário Latinoamericano de Literatura Infantil e Juvenil	Câmara Brasileira do Livro, Fundação Bienal de São Paulo, Instituto Nacional do Livro, Secretaria Municipal e Estadual de Cultura de São Paulo, Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (Celiju), FNLIJ, Sindicato Nacional dos Editores de Livros de Livros
1978	Palestras com especialistas	Universidade Federal de Minas Gerais
1978	Feira de Brasília do Livro Infantil e Juvenil	Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, Fundação Educacional e da Cultura de Brasília, INL, FUNART e FNLIJ
1978	Feira de Frankfurt	-
1978	16º Congresso da IBBY	IBBY
1978	Semana do Livro Infantil em Nova Iorque	-
1978	Prêmio Korczak	IBBY
1979	Seminário Internacional dos Editores de Livros Infantis	UNESCO
1979	Curso de atualização sobre Literatura Infantojuvenil	Real Gabinete Português de Leitura

	Seminário/Oficina para autores, ilustradores e críticos de livros para crianças – Projeto Interamericano de Literatura Infantil	Organização dos Estados Americanos, Banco do Livro da Universidade Simón Bolívar
1979	Feira de Livros e exposição de Literatura Infantil Nacional e Estrangeira no Colégio Santo Amaro	Departamento Educacional do Jornal do Brasil e FNLIJ
1979	Concurso de Literatura Infantil “Livros para um Mundo Melhor”	UNESCO, IBECC, Secretaria de Assuntos Culturais e Instituto Nacional do Livro
1979	Concurso de livros ilustrados para crianças	Editores Lunardelli
1979	Exposição de Literatura Infantojuvenil	Biblioteca Nacional
1980	17ª Feira Internacional do Livro Infantil	-
1980	Prêmio João de Barro de Literatura Infantil	Prefeitura de Belo Horizonte

Quadro 4 - Atividades, cursos, ações e eventos sobre Literatura Infantil

Quadro produzido pela autora

Ana Maria Machado, ao escolher o que divulgar, ao passo em que também buscou definir critérios de qualidade para literatura infantil, agiu simbolicamente (XAVIER, 2016), visto que analisou o contexto de produção, alinhou posicionamentos, angariou apoios e interferiu no debate da época. Portanto, diante do que apresentamos, ancoradas nos estudos de Sirinelli (2003), consideramos Ana Maria Machado uma intelectual mediadora tendo em vista que ela estava, em especial no recorte de nossa pesquisa, envolvida nos processos “de criação, divulgação e recepção dos produtos culturais”, de modo que visou interferir e “contribuir nas decisões de caráter conjunto” (ALVES, 2019).

Ana Maria Machado circulou por diferentes espaços e fez circular os debates e ideias em torno de uma renovação das formas de escrever para crianças, mas também dos seus direitos e de seu desenvolvimento. De forma tática, inseriu-se também no debate sobre democracia, liberdade e dignidade. Portanto, operamos com o conceito de intelectual como produtora de obra original e no seu sentido mais amplo de divulgação, assim como no sentido mais restrito de engajamento (SIRINELLI, 2003).

“UTOPIAS, COISAS SINGELAS” E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A mãe reparava o menino com ternura.

A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!

Você vai carregar água na peneira a vida
toda.

Você vai encher os vazios

com as suas peraltagens,

e algumas pessoas vão te amar por seus
despropósitos!

*Manoel de Barros em O menino que
carregava água na peneira*

Escrever é como carregar água na peneira.

Assim, aprendi, não sem alguma frustração, que escrever é mais sobre lavar-se pelo caminho do que sobre encher baldes de conhecimento.

Escrever lava, não porque limpa ou redime, mas porque transforma quem escreve.

Por isso, escolho admitir este trabalho, de certa maneira, como ensaístico, porque ensaísta é aquele que problematiza sua escrita e sua leitura cada vez que escreve e lê (LARROSA, 2003). Nesse sentido, assumo que minha escrita é temporária, fragmentada e parcial. Uma escrita possível e, nem por isso, descomprometida com o rigor.

Aprendi, no exercício de escrever em meio ao caos, a encarar o rigor como possibilidade de aceitar as lacunas, “sem nenhuma pretensão de totalidade” (LARROSA, 2003, p.112). Sobretudo, compreendo que meus estudos estão envolvidos pelas singularidades que me produzem; eles tomam forma a partir das relações que estabeleço. Este estudo nasceu, portanto, da necessidade de expor o que eu não sabia e o que estava mobilizada a saber; de tomar as verdades vigentes para nelas observar outras redes de significados possíveis (CORAZZA, 2002). Foi o que busquei fazer nos três capítulos apresentados.

No primeiro capítulo, observei que o Jornal do Brasil foi, de fato, um importante periódico no Rio de Janeiro; apontei como ele passou de “*jornal das cozinheiras*”, em razão dos extensos classificados, a um dos periódicos de maior circulação da cidade nos anos 1970. Indiquei, também, a importância do *Caderno B*, onde a coluna *Criança é Criança* circulava, no cenário cultural. Sobretudo, busquei apontar como o JB atuava em

seu contexto, não apenas oferecendo informações ao público, mas criando sentidos e divulgando ideias. Esses dados, mais do que apresentar o jornal em que Ana Maria Machado escreveu, me ajudou a compreender como o JB participou do debate político através de suas páginas; percepção que foi fundamental para compreender o trabalho de Ana Maria Machado em sua coluna dominical.

No segundo capítulo, discuti as publicações sobre literatura infantil presentes no Jornal do Brasil entre 1960 e 1974. Através desse material, consegui construir uma síntese das discussões mais relevantes que antecederam aquelas realizadas por Ana Maria Machado, mostrando como a escritora se inseriu num debate já existente. Se, por um lado, este levantamento confirma que a autora não *inventou a roda* (ou o debate sobre a literatura infantil, seus problemas, qualidades e circulação), vi como ela, posteriormente, *ajudou a fazer a roda girar*. Portanto, no sentido de entender, com maior profundidade, os debates travados no jornal, foi necessário discutir as concepções utilitárias e estéticas na literatura infantil, além de buscar entender o funcionamento e expansão do mercado editorial nos anos 1970.

No capítulo 3, concentrei-me em apresentar a coluna *Criança é Criança*, sua materialidade, organização, os temas tratados e as abordagens elegidas por Ana Maria Machado. Em termos analíticos, observei como a autora definia crianças e infâncias. Concluí que, na coluna, a escritora mostrava a criança como sujeito em desenvolvimento, com características singulares e próprias; todavia, não deixava de sublinhar os aspectos sociais da infância. Nas publicações, fica evidente a defesa dos direitos da criança.

Nesta direção, é importante ressaltar como a ambiência histórica dos anos 1970 atravessaram as publicações da coluna. Ana Maria Machado debateu o autoritarismo encarnado nas relações entre adultos e crianças sem deixar de lado a crítica ao regime ditatorial. Aspectos como liberdade, dignidade e democracia eram latentes nos debates propostos pela autora. Em alguns casos, Ana Maria Machado propôs críticas mais abertas e diretas ao governo ditatorial; em outros, apresentou suas percepções a partir de movimentos táticos (CERTEAU, 2014), aproveitando brechas e oportunidades dentro de outros temas. Interpreto suas ações, assim, como sendo de *resistência* (MOTTA, 2014), mesclando movimentos e discursos de ataque direto e indireto à política autoritária instituída.

Sublinho as discussões sobre infância e literatura infantil, visto a questão central da pesquisa é sobre o trabalho de mediação cultural realizado por Machado no campo da literatura infantil. Ao entender como Ana Maria Machado definia infâncias e crianças,

ficaram mais evidentes suas filiações em relação ao debate sobre literatura infantil. A escritora defendeu a literatura como arte e aberta ao salto interpretativo, sem espaço para moralismos e didatismos. Sua defesa sobre os aspectos que caracterizam uma literatura infantil de qualidade aparece envolta na compreensão das crianças como sujeitos inteligentes, capazes de intervir no texto e transformá-lo.

Nesse sentido, Ana Maria Machado não apenas escreveu sobre produção cultural para crianças ou, de forma específica, sobre literatura infantil, contudo, buscou intervir na circulação das produções que considerava de qualidade, fosse pela discussão de suas características, fosse pela indicação das obras que considerou relevantes. Observei, dentro e fora da coluna *Criança é Criança*, as *redes de sociabilidade* (SIRINELLI, 2003) se formando e dando origem a uma *geração* de autores que, posteriormente, ficou conhecida como responsáveis pelo *boom* da literatura infantil dos anos 1970 – a geração de setenta.

Acredito que as questões apresentadas neste trabalho possibilitam, de fato, a observação de aspectos relevantes sobre a produção cultural para crianças nos anos setenta, em especial no que se refere à literatura infantil. Também foi possível observar como Ana Maria Machado atuou, enquanto intelectual mediadora, ajudando a configurar o gênero literário no período, ao passo que se inseriu em debates, circulou por espaços relevantes no contexto literário e participou de um movimento nacional e internacional de caracterização do que era uma literatura de qualidade para infância – seja como autora de livros ou como participante dos debates em voga. Ademais, fica evidente que, em torno dessas discussões, vai sendo fortalecido um setor, dentro do mercado editorial, interessado pela infância, para além das traduções e dos livros didáticos. Obviamente, não se trata de um movimento natural, mas movido por disputas, tensões e interesses diversos.

Como contribuição deste trabalho, sinalizo a apresentação de uma coluna ainda não estudada e a análise sobre o trabalho de Ana Maria Machado a partir de um ângulo pouco explorado. Assim, entendo que existe uma gama de possibilidades e desdobramentos a partir desta inserção no campo, as quais não esgotamos nesta pesquisa, mas que poderão ser tomadas como pontos de partida para mim e para outros pesquisadores e pesquisadoras.

Acrescento, também, que nosso trabalho contribui com a atual discussão sobre os livros publicados por escritoras da geração dos anos setenta e oitenta, como Lygia Bojunga e a própria Ana Maria Machado. Nos últimos anos, com a ascensão de

movimentos como o Escola Sem Partido, obras como *A Bolsa Amarela* (Lygia Bojunga)⁹³ e *O Menino que Espiava para Dentro* (Ana Maria Machado)⁹⁴ foram acusadas de expor crianças à “ideologia de gênero” e de incitar o suicídio infantil. Compreendo que a relação entre passado e presente requer uma análise cuidadosa e que não seja anacrônica; porém, embora nossa intenção não tenha sido fazer um estudo sobre as disputas atuais em torno da literatura infantil, estas novas tensões em torno das obras literárias demonstram como a nossa pesquisa também se apresenta como pertinente para a discussão de problemas e embates do nosso tempo.

Também cabe destacar a importância deste trabalho para a minha formação acadêmica e profissional. Enquanto discutia as definições de infância e literatura infantil, questões relacionadas à produção cultural, autoritarismo e outros temas, estava, simultaneamente, atuando no chão da escola. Não foram poucas as vezes em que me sentei naquele chão para contar histórias, que indiquei livros a alunos e colegas ou refleti sobre mediação de leitura mobilizadas por minha pesquisa. Para mim, que acredito na educação pública e na formação continuada de seus profissionais, talvez esta tenha sido a maior contribuição desta pesquisa.

Apesar das importantes discussões que consegui travar neste estudo, não nego, por outro lado, as lacunas existentes – algumas delas explicitadas no decorrer do trabalho. Há textos que não consegui ler e incorporar às discussões; há temas nos quais não foi possível me aprofundar, embora não tenha me furtado de apontá-los como importantes; há aspectos sobre a ressonância da coluna *Criança é Criança* que não fui, a partir da metodologia elegida, capaz de mapear. Há, ainda, uma vastidão de temas dispostos na coluna de Ana Maria Machado que não debati, em razão do recorte. Por isso, falo de uma escrita parcial que, futuramente, pode se desdobrar em outros trabalhos.

⁹³ O vereador de Limeira (SP), Clayton Silva, em agosto de 2019, polemizou a adoção do livro *A Bolsa Amarela* em turmas do quinto ano. Em documento, questionou o investimento, distribuição e uso do livro em escolas do município. Segundo o vereador, o livro expõe as crianças à “famigerada ideologia de gênero”, afrontando os princípios morais da família. O livro tem como personagem principal uma menina chamada Raquel que, entre outros desejos, queria ser um garoto. A reportagem completa sobre a tentativa de censura do livro pode ser encontrada em: <http://limeira.sp.leg.br/imprensa/noticia.php?id=10337>.

⁹⁴ Em 2018, o relato de uma mãe ganhou grandes proporções nas redes sociais ao acusar o livro de Ana Maria Machado de incitar o suicídio infantil. Segundo a mulher, os pais deveriam tomar cuidado com “as estimulações perigosas que estão por toda parte”. O trecho que gerou a denúncia do livro “O Menino que Espiava para Dentro” apresenta um personagem, em um ato de faz de conta, que engasga com uma maçã – como a Branca de Neve – para, assim, entrar no mundo da imaginação. A reportagem completa sobre o caso pode ser encontrada em: <https://oglobo.globo.com/cultura/foi-como-uma-bigorna-na-cabeca-diz-ana-maria-machado-acusada-de-incitar-suicidio-23047123>.

Neste movimento final, leio e releio estas páginas. Volto. Apago. Recomeço. Reescrevo. A escrita é recortada por idas e vindas. É movimento que possibilita “enfrentar” o campo em que me insiro, ao mesmo tempo que, em certa medida, o produzo. O trabalho de Ana Maria Machado, a literatura infantil e o próprio autoritarismo me provocam, me convidam a olhar de novo; me chamam a perceber suas diferentes versões, seu movimento.

“Onde há vida, há inacabamento” (FREIRE, 2013). Portanto, escrever é exatamente como carregar água na peneira ou buscar o horizonte⁹⁵.

Fecho mais uma vez o documento; porém, não pela última. Ainda há caminho a ser percorrido. Deixo-me na escrita. Esta escrita possível, que inscreve uma pesquisa em seu campo, mas, sobretudo, que muito diz sobre a pesquisadora que sou e desejo ser.

Escrever é rasgar-se e remendar-se⁹⁶.

Remendo-me nesta escrita sem fim.

⁹⁵ “A utopia está lá no horizonte; me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”. PARA QUE SERVE A UTOPIA? – EDUARDO GALEANO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs>. Acesso em 07 nov. 2021.

⁹⁶ “Porém, sem se impedir com isso, fiel à forte estreiteza, não desandava. Infelicidade é questão de prefixo. Manejava a tristeza animal, provisória e perturbável. Se falava, era com seus perus, e que viver é um rasgar-se e remendar-se. Era só um homem debaixo de um coqueiro” (Guimarães Rosa em *João Porém, o criador de Perus*). REVISTA PROVA, VERSO E ARTES. “*João Porém, o criador de perus*”, um conto encantador de João Guimarães Rosa. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoarte.com/joao-orem-o-criador-de-perus-um-conto-encantador-de-joao-guimaraes-rosa/>. Acesso em 15 nov. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, v. 33, n. 67, 18 dez. 2019.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia – Fernando de Azevedo*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/fernando-de-azevedo/biografia>. Acesso em: 28 fev. 2021
- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. *Lago Burnett*. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/relicario-de-burnett/>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Luto: Acadêmicos lamentam a morte de Francisco Marins*. Disponível em: <https://www.academiapaulistadeletras.org.br/noticias.asp?materia=955>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- ALMEIDA, Licia Maria Pedreira de Almeida. *Discursos sobre o livro infantil (1968-1978)*. 153 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. São Paulo, 2009.
- ALMEIDA, Cíntia Borges de. *Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922)*. 367 p. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2018.
- ARIÈS, Philippe. *História Social a Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986
- ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ASSIS, Vivianny Bessão de. *A contribuição de Leonardo Arroyo (1918-1985) para a história da literatura infantil brasileira*. 299 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/145526/assis_vb_dr_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 19 fev. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Entrevista – Maria Lúcia Amaral. Disponível em: <http://www.abi.org.br/entrevista-maria-lucia-amaral/>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Uma carta à Condessa Maurina, do JB. Disponível em: <http://www.abi.org.br/uma-carta-a-condessa-maurina-do-jb/>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- ATAIDE, Vicente. *Literatura Infantil & Ideologia*. Curitiba: HD Livros Editora, 1995.
- BARROS, Manoel de. *Exercícios de Ser Criança*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOJUNGA, Lygia. *Angélica*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2013.
- BRASIL, B. Jornal do Brasil. In: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 22 jan. 2021

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Ivana. As realidades do jornalismo cultural no Brasil. In: *Contemporânea*, Rio de Janeiro, Edição 07 - Vol .4 - Nº2 - jul/dez 2006, p. 65-73

BARROS, Manoel. *Meu quintal é maior do que o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BATISTA, Carmyra Oliveira; SANTOS, Edilene Simões Costa dos. SOUZA, Mônica Menezes de. A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e o treinamento de professores para o uso do livro didático. In: *III Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*. Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2016.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na Era das Mídias: após a morte da infância*. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis, 2006. Título original: After the death of childhood: growing up in the age of eletronic media. Trabalho não publicado. Disponível em: http://www.academia.edu/2748378/Crescer_na_era_das_m%C3%ADdias_eletr%C3%B4nicas. Acesso: 07 de nov. de 2016

CASA LYGIA BOJUNGA. *Retratos biográficos*. Disponível em: <http://www.casalygiabojunga.com.br/pt/lygiabojunga.html>. Acesso em 22 fev. 2021.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedadógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.12, n.1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012

CAMPOS, Raquel Discini de. Philippe Ariès: a paixão pela história. In: *Cadernos de História da Educação – v. 11, n. 1 – p. 269-284 - jan./jun. 2012*

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CENTRO BRASILEIRO DE TETARO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE. *Lúcia Benedetti*. Disponível em: <https://cbitij.org.br/lucia-benedetti/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1*. Artes de fazer. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CONSTRUIR NOTÍCIAS. *Educação e cultura caminham juntas na História da FNLIJ: uma história de conquistas*. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-e-cultura-caminham-juntas-na-historia-da-fnlij-uma-historia-de-conquistas/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

- CORSINO, Patrícia. Literatura na Educação Infantil: possibilidades e ampliações. In: Paiva, Aparecida (org.). *Coleção Explorando o Ensino. Literatura: Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- COSTA, Aline dos Santos. *A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a formação do público leitor Infante-Juvenil no Governo Vargas (1936 – 1938)*. 153 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: 2011.
- DAMASCENO, Patrícia. GRUSZYNSKI, Ana. *Design de Jornais – processos, rotinas e produto: um estudo do Segundo Caderno, suplemento cultural de Zero Hora*. In: *Brazilian Journalism Research - Volume 10 - Número 1 – 2014*, p. 108-127.
- DARNTON, R. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: _____. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.70-97.
- DICIONÁRIO DE TRADUTORES (UFSC). *Leny Werneck*. Disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/LenyWerneck.htm>. Acesso em 19 fev. 2021.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: Acervo CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 24 abr. de 2020.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. Jan./abr. 2017.
- FNLIJ, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. *Um imaginário de livros e leituras: 40 anos da FNLIJ*. Rio de Janeiro: FNLIJ, 2008.
- FONSECA, Letícia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. 2008. 214 p. Tese (Doutorado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11855@1>. Acesso em 06 jan. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2013
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar*. In: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreaGalucio_A_politica_editorial_do_Instituto_Nacional_do_Livro_no_regime_militar.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território Plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Ática, 2010
- GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro nos anos 1970. In: *10 Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 2001, Brasília, 2001
- GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004, p. 87-99.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. GERKEN, Carlos Henrique de Souza. *Desenvolvimento humano história, conceitos e polêmicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

JÁCOME, Phellypy; VIEIRA, Itala Maduell. O lado B do jornalismo: como os cadernos culturais entram na história. In: *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 03, p. XX-XX, dez. 2018/ mar. 2019.

JORNAL DE LITERATURA (UPF). *Laura Sandroni*. Disponível em: http://www.jornadadeliteratura.upf.br/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=147:tereza-colomer&catid=9:autores&Itemid=32. Acesso em 18 fev. 2021

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: Brasil. Ministério da Educação. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE, 2006

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira* (história e histórias). São Paulo: Ática, 1984.

LANZA, Fabio. RODRIGUES, Raíssa Regina Brugiato. JUNIOR, José Wilson Assis Neves. Divergências e convergências quanto ao conceito de “família” nbo semanário católico O São Paulo. In: *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 195-218, jul./dez. 2018

LEME, Renata Bento. *Literatura Infantil na ditadura militar (1964-1985)*. In: Anais do IV Congresso Internacional de Literatura Infantil e Juvenil. Presidente Prudente, São Paulo, setembro, 2015.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. Regime Político Pós-64 no Brasil: uma proposta de periodização. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. SP, julho, 2011.

LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85)*. 267 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. Mulheres do Caderno B: gerações de jornalistas na empresa da condessa Pereira Carneiro (1960-85). In: *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, UERJ*, set. de 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1667-1.pdf>. Acesso em 28 fev. 2021.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “O tempo passou na janela”: imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura – um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LÓPEZ, María Emilia. *Um mundo aberto: cultura e primeira infância*. São Paulo: Instituto Emília, 2018.

MACHADO, Ana Maria. *Contracorrente: conversas sobre leitura e política*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. *Bem do Seu Tamanho*. 2ª ed. São Paulo: Salamandra, 2003.

_____. *Bento que bento é o frade*. 2ª ed. São Paulo: Salamandra, 2003.

_____. *Era uma vez um tirano*. 2ª ed. São Paulo: Salamandra, 2003.

_____. *O menino que espiava para dentro*. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

_____. *Ponto de Fuga: conversas sobre livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Pelas frestas e brechas: importância da literatura infanto-juvenil brasileira. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, v.12, n.48, p. 103-118, jul./ago/set. 2006.

_____. *Esta força estranha: trajetória de uma autora*. São Paulo: Livraria Saraiva, 2006.

_____. *Silenciosa Algazarra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Uma rede de casas encantadas*. São Paulo: Moderna, 2012.

MACHENS, Maria Lucia. *Ruptura e Subversão na literatura para crianças*. São Paulo: Global, 2009.

MAIA, Andréa Karinne Albuquerque. *A cultura underground nas páginas do jornalismo cultural*. 122 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2014.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da Literatura Infantil*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2016.

MELO, Alice. Agente do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil nos anos 1960. In: *9º Interprogramas de mestrado*. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo: 2013. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Alice-Melo.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Histografia da educação e fontes. *Cadernos Anped*, n. 5, set. 1993.

O TABLADO. *Biografia de Maria Clara Machado*. Disponível em: <http://otablado.com.br/texto/3/maria-clara-machado-biografia>. Acesso em 24 fev. 2021

PARREIRA, Ninfa. *O brinquedo na literatura infantil: uma leitura psicanalítica*. São Paulo: Biruta, 2018.

PERROTTI, Edmir. *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Ícone, 1986.

PERROTTI, Edmir. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Sammus, 1990.

PINTO, Mariane Sousa. Era uma vez em tempos de chumbo: uma análise de cinco livros premiados pela FNLIJ durante a ditadura militar brasileira (1975-1980). 110 f. Monografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2018.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *O fio da palavra*. Rio de Janeiro: Galera Record, 2012.

REIMÃO, Sandra. Brasil, anos 70: mercado editorial e literatura ficcional brasileira. In: *Comunicação & Sociedade*. N. 20, 1993. Disponível em: <file:///C:/Users/55219/AppData/Local/Temp/8215-33233-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. In: *Revista de Estudos Avançados*. V. 28, n. 80, 2014. São Paulo: Universidade de São Paulo, USP. ISSN: 1806-9592, p. 75-90.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?. In: *Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOC*. 25, 2001, Caxambu – MG. Anais, Caxambu, 2001. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st06-3/4582-mridenti-cultura/file>. Acesso em 02 fev. 2021.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *Censura, repressão e modernização cultural no tempo da ditadura*. In: aParte XXI, v. 6, São Paulo: TUSP, 2013. Disponível em: https://issuu.com/tusp/docs/aparte_6_online. Acesso em 12 jun. 2020

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. *Infância e família em revista: Pais & Filhos (1968-1989)*. 399 f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Márcia Cabral da. *Infância e Literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SILVA, Márcia Cabral da. Literatura infantil brasileira: conceitos e problemas à luz dos estudos de Leonardo Arroyo e Cecília Meireles. In: SILVA, Márcia Cabral da, and BERTOLETTI, E.N.M., orgs. *Literatura, leitura e educação (online)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 51-72. Pesquisa em educação/ Práticas de leitura e escrita series. ISBN 978-85-7511-497-1. Disponível em: <http://docplayer.com.br/137421299-2-literatura-infantil-brasileira-conceitos-e-problemas-a-luz-dos-estudos-de-leonardo-arroyo-e-cecilia-meireles.html>. Acesso em 20 out. 2021

SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. Mulheres e ditadura: as construções autobiográficas como lugar de resistências. In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*. Recife, julho, 2019.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 231-269, 2003.

SOARES, Josiane de Souza. *O Melhor para criança? Uma leitura do Prêmio FNLIJ – Ofélia Fontes – (2001-2018)*. 268 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2020.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O Golpe contra as Reformas e a Democracia. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.13-28.

VIEIRA, Itala Maduell. *O Caderno B do JB como modelo e mito no Jornalismo Cultural Brasileiro*. 2016. 159 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: 2016.

WILLIAMS, Raymond. *Palabras Clave*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WOITOWICZ, KJ. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. In: *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916) [online]*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 23-46. ISBN 978-85-7798-212-7. Available from SciELO Books.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FONTES

- JORNAL DO BRAZIL.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p.1, 09 abr. 1891.
- JORNAL DO BRAZIL.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 1, 21 mai. 1893.
- LITERATURA INFANTIL.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 3, 06 jul. 1960.
- JB LANÇA HOJE O “CADERNO B”.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 1, 15 set. 1960.
- LEITORAS DO SF GANHAM MAIS ESPAÇO E INFORMAÇÕES.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 1, 15 set. 1960.
- FIGURA NA PAISAGEM: FERNANDO SABINO.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 27 out. 1960.
- INTELECTUAIS MANIFESTAM SOLIDARIEDADE A JÂNIO POR SEUS PRONUNCIAMENTOS.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 4, 04 dez. 1960.
- “WASHIGTON STAR” SUGERE GOLPE DOS MILITARES NO BRASIL, “À VELHA MANEIRA.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 4, 31 mar. 1964
- “MADRID” VÊ SEMELHANÇA.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 4, 31 mar. 1964
- COMUNISMO É A INSPIRAÇÃO.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 4, 31 mar. 1964
- REINCIDÊNCIA.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 1, 31 mar. 1964
- A INFÂNCIA NECESSÁRIA.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 3, 18 fev. 1965.
- A VEZ DAS CRIANÇAS.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 15 fev. 1966.
- ATRAENTE PARA A INFÂNCIA.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 11, 24 jul. 1966.
- FRANCISCO MARINS E A INFÂNCIA.** Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 10, 15 out. 1966.
- OPINIÃO DE QUEM FAZ O MUNDO ENCANTADO.** Jornal do Brasil, Suplemento do Livro. Rio de Janeiro, p. 20, 16 dez. 1967.
- AONDE LEVAR AS CRIANÇAS.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 6, 01 fev. 1969.
- LIVRO INFANTIL, UM DIA SÓ SEU.** Jornal do Brasil, Suplemento do Livro. Rio de Janeiro, p. 4, 19 abr. 1969.
- O MODERNO LIVRO INFANTIL: TERROR, NÃO.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 27 ago. 1969. (FALA DA FNLIJ)
- OS ANIMAIS SÃO O TEMA, AS CRIANÇAS OS LEITORES.** Jornal do Brasil, Revista de Domingo. Rio de Janeiro, p. 2, 01 set. 1969.
- DAS FADAS AOS COSMONAUTAS, A DESCOBERTA DO MUNDO NOVO.** Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 02 abr. 1970.
- GRIMM, DO CONTO DE FADA AO PAÍS DO ARCO DA VELHA.** Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 7, 27 mar. 1971.
- ORIENTAR, O SEGREDO DE INICIAR NA LEITURA.** Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, 24 abr. 1971.

ANDERSEN HAVERÁ MÁ VONTADE PARA COM AS FADAS? Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 9, 29 mai. 1971.

SEMINÁRIO DE LITERATURA RECOMENDA MAIS HISTORINHAS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 10, 27 jul. 1971.

INL, A COEDIÇÃO PARA BARATEAR O LIVRO. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 12, 25 set. 1971.

LIVRO INFANTIL, UM NEGÓCIO QUE CRESCE E RENDE. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 7, 18 dez. 1971.

LIVRO DESDE CEDO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 26 fev. 1972.

UM MUNDO RIO DE HERÓIS DE OFÉLIA FONTES. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 9, 27 mai. 1972.

A AULA DE HISTORINHAS. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 04 jul. 1972.

NARIZINHO VERSUS CHAPEUZINHO. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 33, 05 jul. 1972.

OS COLEGAS. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 3, 24 fev. 1973.

UM JOGO CRIATIVO E INTELIGENTE. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 7, 17 mar. 1973.

O LIVRO QUE ENSINA A VIVER. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 20 mar. 1974.

A SAÍDA? ONDE FICA? Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 13, 28 abr. 1974.

MEC QUER QUE AS CRIANÇAS LEIAM MAIS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 10, 17 jul. 1974.

AUTOR DE LIVROS INFANTIS DIZ QUE CRIANÇA HOJE SÓ SE INTERESSA POR TEMAS ATUAIS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 10, 22 jul. 1974.

LIVRO INFANTIL REÚNE NO RIO TÉCNICOS DE 25 PAÍSES. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 1, 19 out. 1974.

UM MERCADO EM EXPECTATIVA: 20 MILHÕES DE LEITORES. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 2, 19 out. 1974.

ONDE ESTÃO OS ESCRITORES BRASILEIROS DE LITERATURA INFANTIL? Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 1, 19 out. 1974.

NEM ESCOLINHA, NEM TERAPIA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 18 maio 1975.

DE TUDO UM POUCO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p.9, 30 maio 1975.

REVISTAS EM REVISÃO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 01 jun. 1975.

O CORDEL PARA CRIANÇAS DE UM PULO E FOI À FRANÇA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 15 jun. 1975.

CRESCENDO ENTRE A PRANCHA DE “SURF” E O PALCO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 22 jun. 1975.

BOA VIAGEM COM A GAROTADA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 29 jun. 1975.

DO LEITE DAS CRIANÇAS A “OUTRAS COSITAS MÁS”. Jornal do Brasil. Caderno B, p. 14, 24 agosto 1975.

INFÂNCIA EXIGE GENTE E PLANTA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 28 set. 1975.

INFÂNCIA, MOEDA DE DUAS FACES. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 12 out. 1975.

O MELHOR EM LIVRO PARA A CRIANÇA. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 30 nov. 1975.

QUE TERÁ ACONTECIDO ÀS MATINÊS? Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p.16, 07 dez. 1975.

PARA OS QUE FICAM, PARA OS QUE SAEM. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 14, 04 jan. 1976.

O VELHO, O MAR E A GAROTADA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 18 abr. 1976.

UTOPIA E COISAS SINGELAS. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 25 abril 1976.

OS PROFESSORES MERECEM UMA BOA ORIENTAÇÃO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p.12, 09 maio 1976.

AINDA HÁ LUGAR PARA OS CONTOS DE FADAS? Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 7, 23 maio 1976.

RESPEITO É BOM E CRIANÇA MERECE. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 06 jun. 1976.

UMA HERANÇA CULTURAL RECEBIDA NOS BRINQUEDOS. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 14 set. 1976.

A CUMPLICIDADE INFANTIL COM AS PLANTAS. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 12, 26 de set. 1976.

POR UM NATAL QUE AJUDE OS MENINOS. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 6, 18 dez. 1976.

QUEM TEM ASAS PRECISA VOAR. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 30 de jul. de 1977.

E VOCÊ É DONO DO SEU FILHO? Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 7, 16 out. 1977.

O INFANTICÍDIO DE TODOS OS DIAS. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 30 out. 1977.

O MENINO E O NATAL DO MENINO. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 18 dez. 1977.

OS MENINOS QUE SABEM BRINCAR. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 9, 22 jan. 1978.

COMO FAZER TEATRO SEM CONFLITO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p.4, 12 fev. 1978.

REALIDADE E SÍMBOLOS NOS LIVROS INFANTIS. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 23 abr. 1978.

FÁBULA COM HUMOR. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 6, 6 maio 1978.

PERGUNTAS AOS PAIS DE ESPECTADORES. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 21 maio 1978.

ALIENAÇÃO PARA CRIANÇA. Jornal do Brasil, Livro. Rio de Janeiro, p. 3, 17 jun. 1978.

ISTO SÃO MODOS DE FALAR COM OS MAIS MOÇOS? Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 18 jun. 1978.

MAIOR DE IDADE NO ANO 2000. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 30 jul. 1978.

PAPAI, QUE É ELEIÇÃO? Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 13 ago. 1978.

LIVRO. Jornal do Brasil, Primeiro Caderno. Rio de Janeiro, p. 8, 18 ago. 1978.

ESCRITORA NÃO DEFENDEU A CENSURA. Jornal do Brasil, Primeiro Caderno. Rio de Janeiro, P. 16. 19 ago. 1978

DELAÇÃO E MAU EXEMPLO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 20 ago. 1978.

LITERATURA INFANTIL. Jornal do Brasil, Cartas, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 23 ago. 1978.

PARA O BOM ENTENDER, A PALAVRA INFANTIL. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 9, 10 set. 1978.

FOCO SOBRE OS DIREITOS DOS HUMANOS PEQUENINOS. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 8, 01 out. 1978.

NATAL ILUMINADO POR DIANA PASTORA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 24 dez. 1978.

TEATRO INFANTIL 1978: UM BALANÇO DO VAZIO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 31 dez. 1978.

PALAVRAS, UM BRINQUEDO PARA AS FÉRIAS. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 14 jan. 1979.

CÓDIGOS, ENIGMAS E ADIVINHAÇÕES. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 9, 28 jan. 1979.

VAMOS BRINCAR DE BERLINDA? Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 18 fev. 1979.

A FESTA DO LIVRO INFANTIL SE FAZ COM ESTUDOS. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 10, 17 abril 1979.

O DESAFIO DO MAIOR PÚBLICO LEITOR. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p.4, 06 maio 1979.

A BANDA DE LÁ DA INFÂNCIA. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 2, 13 maio 1979.

AS FADAS ESTÃO VOLTANDO. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 10 jun. 1979.

UMA AVÓ DEFENDE OS NETOS. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 17 jun. 1979.

A PALAVRA INFANTIL E A NUDEZ DO REI. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 5 ago. 1979.

RACISMO, SEXISMO E VIOLÊNCIA PARA CRIANÇAS. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 4, 26 ago. 1979.

CIRANDA. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 24 fev. 1980.

TÉCNICOS PROCURAM FÓRMULA DE TORNAR O LIVRO INFANTIL MAIS UMA QUESTÃO DE PRIORIDADE. Jornal do Brasil. Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 16 mar. 1980.

UMA BRASILEIRA CHEGA PERTO DO NOBEL INFANTIL. Jornal do Brasil, Caderno B. Rio de Janeiro, p. 5, 13 abr. 1980.

ANEXOS

ANEXO A – Relato de Ana Maria Machado sobre a coluna *Criança é Criança* (via e-mail)

Antes de mais nada, obrigada por estar me dando essa atenção. Ninguém até hoje tinha ligado a mínima para esse meu trabalho, que eu saiba. Então, realmente, você está sendo uma pioneira. Não creio que exista nenhuma análise anterior para te ajudar.

Eu não lembro a data exata em que comecei. Entrei no Jornal do Brasil em dezembro de 1972, mas inicialmente trabalhava na reportagem geral. Depois, em maio de 1973 passei a dirigir o jornalismo da Rádio Jornal do Brasil, mas inicialmente fiquei só na rádio mesmo, sem fazer nada no Jornal. Algum tempo depois, o Caderno B do jornal começou a me chamar para fazer umas reportagens especiais lá - e me deram uma coluna semanal que saía todo sábado, chamada *Aonde Levar as Crianças*, que eu concentrei mais em teatro e acabou virando um espaço de crítica de teatro infantil. Paralelamente, continuei fazendo reportagens esparsas. Como a coluna fez muito sucesso, resolveram ampliar e me deram outro espaço fixo, aos domingos, a que deram o nome de *Criança é criança*, acho que em homenagem a um livro de Cecília Meireles (isso eu creio que foi em 1974 ou 1975). Durou até maio de 1980, quando pedi demissão da Rádio - e ao mesmo tempo, saí do Jornal. Não sei quantas saíram, em seu número total. Deve ser isso que você encontrou na Hemeroteca Digital, o melhor lugar para pesquisar.

Eu tinha os recortes físicos de todas as colunas (e mais as reportagens), separei para dar para o arquivo da ABL quando fui eleita, mas depois o Diretor do Arquivo pediu que os acadêmicos vivos não entregassem mais nada para eles, pois estavam com pouco disponibilidade para tratar esse material - e eu interrompi o que estava entregando, no meio do processo. Não sei se isso está lá (sem tratar) ou ainda comigo em casa. E com a pandemia, a ABL está fechada, fica difícil verificar, estão trabalhando em regime de plantão. Posso dar uma olhada em casa. Mas em linhas gerais é o que você já consultou na Biblioteca Nacional.

Quanto a conversar, tente enviar algumas perguntas objetivas e tentarei responder da mesma forma, no que estiver a meu alcance. Acho que pode mesmo ser um material muito interessante para se examinar a produção cultural para a infância nesse período.

Outra fonte preciosa seria a *Bibliografia Brasileira da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira*, vários volumes que saíam a cada ano, com o que foi publicado nesse período para crianças, analisado título a título por especialistas da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil Brasileira. Concentrava-se em livros, mas era completíssimo. Eu tenho

uns 10 volumes, mais ou menos - e até posso lhe dar acesso. Mas é possível que você consiga acesso à coleção completa na FNLIJ.

E parabéns pela ideia. Acho muito importante que se faça uma pesquisa desse tipo, sobre a produção cultural para a infância brasileira, e me disponho a colaborar no que estiver a meu alcance.

ANEXO B – Entrevista com Ana Maria Machado (via e-mail)

1. Em minha análise inicial, observei que a coluna estava direcionada aos adultos que, de alguma maneira, lidavam com as crianças; em certas edições, a senhora cita pais e professoras, por exemplo. A coluna tinha um público previsto mais específico? A senhora conseguia observar uma maior interlocução com a coluna de algum grupo ou camada da sociedade em especial?

R. Evidentemente, estava direcionada a adultos, sendo uma coluna em jornal. E num segundo caderno, que tratava de questões culturais, lazer e diversão. Então, nunca pensei nisso conscientemente, mas posso dizer que era dirigida aos leitores de jornal que eventualmente se interessassem pelo assunto da produção cultural para crianças. Ou seja, familiares e professores.

2. Em diversas edições da coluna, a senhora respondia leitoras e leitores, apontava seus questionamentos e conteúdos de cartas. Como se dava esse processo de recebimento e escolha do que seria respondido?

R. Não havia um sistema específico de recebimento de correspondência. Mas os jornais sempre receberam muitas cartas dos leitores, em todos os lugares e épocas. E o setor do jornal encarregado de recebê-las me encaminhava as que diziam respeito a minha coluna. Apenas isso, de forma muito simples.

3. Localizei algumas edições da coluna assinadas por uma pessoa chamada Márcia de Almeida. Poderia me dizer quem era e em quais momentos ela assumia a publicação?

R. Era uma jornalista que cobriu eventualmente minhas férias, no que se referia à coluna.

4. Apesar de, na coluna “Criança é Criança”, ficar evidente o objetivo de apresentar e discutir a produção cultural para a infância do período, parece-me que há, como pano de fundo, um engajamento na luta em defesa das crianças e seus direitos. Esta defesa era um objetivo da coluna em si ou permeava sua escrita em razão de suas próprias concepções de infância?

R. Não era um objetivo da coluna em si, não tinha nada a ver com uma visão oficial ou editorial do jornal, nem tinha a ver de forma específica com minhas concepções da infância. Mas sem dúvida era um reflexo da minha visão do mundo, de minhas concepções da sociedade em geral. E eu já trazia essas questões à minha consciência porque estava escrevendo histórias para crianças na revista *Recreio* desde 1969, e publicando literatura infantojuvenil desde 1976.

5. Os estudos da Psicologia e do desenvolvimento infantil apareciam de forma recorrente na coluna, direta e indiretamente. De que maneira este tema se mostrava importante no cenário da produção para infância naquele momento?

R - Ih, agora você me pegou. Não faço ideia. Nem sabia que isso aparecia na coluna. E não sei se o tema parecia importante no cenário geral do país nessa ocasião. Mas eu sempre fui curiosa intelectualmente. Tinha feito meus estudos universitários, com graduação e pós-graduação, incluindo licenciatura. Fui aluna do Anísio Teixeira., tive uma experiência com Paulo Freire. Sempre li muito, temas diversificados – e isso incluía política, sociologia, economia, psicologia etc. Meus filhos (nascidos em 1967 e 1971) estudaram em escola montessoriana no Rio (Constructor Sui), depois em escolas públicas francesa e inglesa quando vivi no exterior, e a época estavam em colégio piagetiano (A Chave do Tamanho) quando voltei. O simples fato de eu ir às reuniões na escola me despertava para leituras nessa área, para acompanhar o ambiente em que meus filhos estavam imersos. Então, era importante para minha própria curiosidade, não sei se era para o cenário da produção.

6. As relações autoritárias eram discutidas na coluna de diferentes maneiras, desde o autoritarismo dos pais até as nuances do contexto ditatorial (a temática do exílio, por exemplo, aparece explicitamente na coluna). Nesse sentido, o espaço de escrita da coluna “Criança é Criança” também era um espaço de resistência política?

R – Claro. Tudo o que eu fiz durante a ditadura, sempre, em qualquer circunstância, fez parte de uma resistência política. Coletiva ou individual. Não consigo conceber educação sem liberdade. Ou arte sem liberdade. Enquanto eu fazia a coluna, dirigia o jornalismo de uma rádio sob a presença constante e cotidiana da censura. Resistir era respirar.

7. A censura era uma questão a ser considerada ao escrever na coluna “Criança é Criança”?

Não havia censura prévia à coluna e nunca tive problema com isso no jornal. Mas ela estava presente em cada minuto da rádio, que eu dirigia, sob ameaça constante de ser tirada do ar e poder ir presa. Estava presente em tudo, em toda a sociedade da época, sobretudo nos primeiros anos da existência da coluna.

Vou lhe mandar um texto meu, de uma conferência recente que fiz na USP, com umas reflexões minhas sobre censura e literatura infantil, e sobre essa época.

8. Na coluna, a senhora denunciava uma tendência de diversos grupos em menosprezar a infância e a capacidade das crianças. Por outro lado, apresentava um mercado em efervescência, com produtos culturais pensados para este público. Hoje, tomando certa distância, como a senhora observa a estruturação deste mercado cultural para a infância diante, principalmente, dessa contradição (certo menosprezo pela infância x efervescência na produção)?

R: Era bom eu saber mais exatamente a que você se refere. Acho que sua formulação talvez esteja pouco clara para mim. Principalmente por causa do uso da noção de mercado, não acho que houvesse um mercado cultural em efervescência. Nem que ele estivesse se estruturando. Pelo contrário, era uma luta inglória – e depois desmoronou, em muitos setores. Havia, sim, um esforço de resistência, com algumas coisas de muita qualidade, a que eu tentava dar destaque – mas não era o dominante. Mas o tom geral de um país que nunca ainda conseguira dar importância à educação era, sim, de menosprezo pela infância e tolerância à desigualdade.

9. É possível perceber, através da coluna “Criança é Criança”, um movimento no âmbito nacional e internacional de conceituação sobre o que seria uma literatura de qualidade para a infância. Aliado a isso, parece haver uma estruturação do campo editorial para este público. A senhora acredita que este movimento favoreceu, de alguma maneira, a circulação de livros infantis de conteúdo engajado durante a ditadura militar?

R: Creio que se deu mais um movimento contrário: o extraordinário surgimento de uma literatura autoral não pedagógica nos anos 1970 forçou que o campo editorial brasileiro prestasse atenção nesse segmento e tivesse de se desenvolver, criando selos e departamentos especialmente voltados para esse público. Recomendo a leitura de algumas longas análises que fiz sobre isso – reunidas no

livro *Ponto de Fuga*, da Companhia das Letras 2016. Em especial: *O Trânsito da memória: Literatura e transição para a democracia no Brasil* e mais *Pelas frestas e brechas: A importância da literatura infantojuvenil brasileira*.

10. Quando leio a coluna “Criança é Criança” observo o trabalho de uma intelectual mediadora. Alguém que produzia conteúdos autorais, mas que também estava preocupada em fazer circular o conhecimento produzido por seus pares, possibilitando, assim, que ele chegasse ao público em geral. Como a senhora observa o impacto deste trabalho na circulação de livros de qualidade naquele período, por exemplo?

R: Nunca tinha pensado nisso. Eu fazia esse trabalho naturalmente, conjugando minhas atividades profissionais de jornalista e de escritora (com formação acadêmica qualificada e uma história pessoal na universidade). Mas, agora que você perguntou, eu reconheço que, ao menos em três linhas de atuação eu tive um projeto consciente.

O primeiro foi quando a FNLIJ me chamou para fazer parte do corpo de resenhistas da Bibliografia Analítica de LIJ. Após um ou dois meses de entregar resenhas esparsas, encomendadas por eles para serem incluídas no volume que estavam preparando, eu fiz uma proposta: a de me concentrar sobre todas as adaptações de clássicos, de todo tipo, para todas as faixas etárias, que tradicionalmente constituíam a maior parte da produção para a infância. E fiquei desenvolvendo isso, porque eu queria ter uma visão crítica de conjunto.

O outro projeto foi quando a FNLIJ resolveu apresentar uma candidatura brasileira para fazer parte do júri do prêmio Hans Christian Andersen. Como eu tinha essa coluna semanal, lia em diversas línguas e tinha um aparato crítico consistente, propuseram meu nome para essa tarefa – que tinha prestígio, mas era uma trabalhadeira insana e sem remuneração. Fui eleita em 1976 e durante dois anos li as obras dos candidatos de montes de países, que chegavam pelo correio, para a reunião do júri em 1978 (o candidato brasileiro era Francisco Marins, um dos poucos a ter algo traduzido para o inglês, de modo a que outros jurados pudessem ler). Nesse processo me dei conta de algo que depois confirmei nas discussões da reunião presencial: sem bairrismo e sem qualquer sombra de dúvida, a qualidade do que nossos autores estavam fazendo no Brasil no momento estava em pé de igualdade com os outros. Mais que isso, estava no nível dos melhores internacionais e tínhamos toda condição de ganhar. Desde que nos

conhecessem. Para isso, tínhamos que escolher nosso candidato pelo critério de selecionar alguém entre os melhores, mesmo sem estar traduzido. E então partir para traduzir, mesmo sem publicar, apenas para enviar aos jurados e lhes dar a chance de conhecer a obra. Ao voltar da reunião, defendi essa ideia com unhas e dentes (e ótimos argumentos). Sugeri a candidatura de Lygia Bojunga para 1980 – por ser excelente, casada com um inglês (o que possibilitava a tradução “doméstica”), e com um conjunto de obra menor do que o de Ruth Rocha, a outra que considerei, por exemplo, o que facilitaria a concentração de leitura dos jurados. Convencendo a FNLIJ, e ainda tendo em meu mandato como jurada a reunião de 1980, apresentei e defendi a Lygia nessa reunião, e ela foi a finalista, só desempatada em segundo escrutínio, entre especialistas que a tinham lido em laudas datilografadas em inglês, frente a todos os outros candidatos com livros visualmente lidos e bem editados. Na volta ao Brasil, ao fazer a matéria sobre o fato, me permiti uma “esperteza”. Como o regulamento não previa que o júri apresentasse um relatório oficial à imprensa, mas permitia que os jurados dessem entrevista ou publicassem sua própria opinião sobre os candidatos, eu aproveitei essa brecha e escrevi a matéria para o *Jornal do Brasil* incluindo as opiniões que eu mesma expressara na reunião entre aspas, atribuindo-as a um membro do júri, sem identificar que era eu própria. Isso saiu na imprensa (em minha coluna) e foi incorporado a toda a divulgação da obra dela a partir daí. Era verdade – mas era tudo eu mesma, a crítica, a jurada autora daquelas frases e a jornalista. Esse fato deu a maior força a Lygia, e ela merecia. Eu sabia que ela ficava como altamente favorita para o mandato seguinte, já sem nenhum brasileiro no júri. Não deu outra. E em 1982 Lygia Bojunga foi a vencedora, o Brasil ganhou pela primeira vez o Prêmio Hans Christian Andersen. Eu nunca tive dúvidas da justiça dessa escolha e não tenho até hoje: os melhores autores brasileiros que escrevem para a infância estão entre os melhores do mundo, num nível de qualidade raro, por uma série de fatores de nossa história cultural que tenho analisado em artigos e conferências. Sobretudo naquele momento. E sei que minha ousadia em atuar dessa forma nesse episódio foi consciente.

Há ainda um terceiro aspecto em que atuei de forma consciente, mas fora da coluna no jornal. Quando resolvi que ia pedir demissão do *Jornal do Brasil* daí a alguns meses, me preparei para essa saída. Internamente, avisei a meus chefes e comecei a preparar meus substitutos na Rádio. Externamente, montei uma

sociedade para algo que fazia muita falta, a meu ver – e em 1979 abri com duas sócias a primeira livraria infantil do Brasil, a Malasartes, no Rio. Livros de qualidade, fantoches, bonecos artesanais de personagens ligados a livros. Precisava muito mesmo. Fez muito sucesso. O impacto foi tão forte que no ano seguinte, só no Rio, se abriram mais treze livrarias infantis, copiando o modelo e até com nomes bem parecidos. O mercado não comportava tanto e só algumas sobreviveram.

11. No Jornal do Brasil, não consegui observar outra coluna fixa que versasse sobre a produção cultural para a infância (salvo a coluna “Aonde levar as Crianças”, apesar de se concentrar no teatro infantil). No caso da literatura infantil, observei que o tema era abordado, mas em artigos e entrevistas dispersas em diferentes espaços. Nesta direção, a senhora considera que a coluna “Criança é Criança” foi pioneira?

R: Foi pioneira, sim, a partir de “Aonde levar as crianças”, idealizada pela jornalista Ana Arruda, que me chamou para fazer. Mas não foi a única. Logo em seguida, em *O Globo*, Laura Sandroni passou a ter uma coluna dedicada à literatura infantil, ainda que nem sempre tivesse uma regularidade rígida. Mas existiu de 1975 a 2002 e foi muito importante para destacar livros de qualidade – em resenhas mais tarde reunidas no livro *Ao Longo do Caminho* (Editora Moderna, 2003). Pouco mais tarde, no jornal *Estado de São Paulo*, Fanny Abramovitch teve um espaço não fixo para o assunto, com alguma regularidade, assim como Antonio Hohlfeld no *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Havia mais jornais, com mais espaço, e se dava mais importância a livros como um todo. Eu mesma tive também, ainda na década de 70, uma coluna fixa na revista *Claudia*, chamada *Gente Miúda*.

12. Quais outros intelectuais a senhora considera que, naquele momento, também estavam comprometidos com a circulação do conhecimento relacionado à produção cultural para a infância, principalmente pensando na mediação para o público mais amplo?

R: Além dos três citados na resposta anterior, eu destacaria Ruth Rocha (que teve uma coluna fixa sobre educação na revista *Claudia* e tinha um programa de rádio semanal em SP, acho que na Jovem Pan, falando em política e educação), e Bartolomeu de Campos Queiroz, em Belo Horizonte – brilhante, fecundo, provocador, sempre disposto a participar de mesas-redondas, dando aulas, fazendo conferências. Em certa medida, também o Ziraldo, ainda que mais no contato direto com escolas do que pela imprensa, embora sempre desse boas

dicas no *Pasquim* quando havia oportunidade. Mas foi sobretudo a partir da década seguinte, se a memória não me engana.